UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARIA TERESA GARRITANO DOURADO

A História esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades

São Paulo
2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

A História esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades

Maria Teresa Garritano Dourado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª Dra. Nanci Leonzo.

**São Paulo
2010**

Para minha mãe, Lindóia, força motriz de um sonho, que
como eu, nunca aceitou um não como resposta.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta tese que é uma viagem cheia de surpresas, apreensões e dúvidas, com longas paradas e instantes de desânimo. Nesta página, escrita na correria do *fim da tese*, difícil é registrar, sem esquecimentos fatais, todas as pessoas que me dispensaram ajuda intelectual e pessoal. Mas ao chegar ao fim, com um resultado que é um conhecimento provisório e parcial sobre a história que me propus a contar, experimento a alegria de ter conseguido trilhar um caminho nunca antes utilizado e compartilhar novas e frutíferas amizades. O trabalho de pesquisa muitas vezes solitário e reflexivo, exige recolhimento e concentração, mas não é fruto apenas do esforço pessoal. Ele resulta de uma somatória de interesse e cooperação, do apoio crítico e do carinho dos amigos e da ajuda indispensável dos preciosos colaboradores que vão se agregando ao trabalho à medida que ele se desenvolve e em todos os anos que dura a elaboração de uma tese. Correndo o risco de ser indelicada pelo esquecimento, gostaria de expressar a minha gratidão às pessoas que estiveram mais próximas de mim nos últimos anos compartilhando a *garimpagem* e montando um imenso quebra-cabeças que compõe a construção de uma tese. Aos colegas de História da USP, pela acolhida simpática nos meus primeiros dias, *caipira*, com uns anos a mais chegando do Centro-Oeste cheia de receios e incertezas que logo se dissiparam com o calor do recebimento da turma (turma da Capelato como ficamos conhecidos naquele maravilhoso segundo semestre de 2006). Com a professora Maria Helena Rolin Capelato, sempre alegre e somando saberes e conhecimentos, ministrante da disciplina *Representações políticas e culturais na América Latina*, que indicou leituras, apontou problemas, sem dúvida um estímulo valioso. Muito aprendi com as suas aulas e reflexões.

Aos professores Maria Amélia Mascarenhas Dantas e Francisco Cabral Alembert Junior, agradeço pelas ricas discussões com que me brindaram durante o exame de qualificação; fruto de uma leitura atenta do texto, então apresentado me fizeram críticas e sugestões pertinentes e valiosas, que certamente me passaram despercebidas e que procurei incorporar à tese durante sua elaboração. Aos parentes do Rio de Janeiro e São Paulo que me deram *colo* nas horas de desânimo, colocando em dia nossos afetos, *guarita e farnel* nos dias frios e de calor intenso, chegando das longas horas nos arquivos, cansada, mas feliz de sempre encontrar algum documento de importância relevante para a tese. Não tenho palavras para agradecer tudo o que fizeram por mim, mas vocês estão no meu coração: Zélio, Nilza, Júlio, Sandra e Meire. Espero um dia retribuir de alguma forma todo o carinho e atenção. Ao meu

genro Guilherme, agradeço a infinita paciência na tentativa de me ensinar o que demonstrei ser incapaz de aprender: os mistérios da informática.

Agradeço imensamente a todos os funcionários dos arquivos nos quais pesquisei. Impossível nomear a todos, mas, principalmente os dos Arquivos do Exército(Rio de Janeiro), Arquivo da Marinha (Rio de Janeiro), Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro), Arquivo Nacional de Asunción (Paraguai) e Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro).

Finalmente, meu respeito e admiração pela Prof.^a Dr.^a Nanci Leonzo que me orientou, discutiu comigo questões de conteúdo, emprestou livros e forneceu documentos. Suas críticas foram sempre oportunas, precisas e eficazes e muito contribuíram para a minha formação desde a época do mestrado. Respeito, críticas e orientações sempre certas marcaram sua orientação. Pela confiança depositada e amizade dispensada, meus agradecimentos.

RESUMO

DOURADO, M. T. G. A. **História esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades.** 2010. 221f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Conhecida como Guerra do Paraguai, Guerra da Tríplice Aliança e Guerra Grande, foi o conflito bélico de grande repercussão na história latino-americana quer quanto à mobilização, quer quanto à perda de homens. A longa duração da guerra, de dezembro de 1864 a março de 1870, analisada através de *corpus documental* expõe, de maneira brutal o tratamento dado aos soldados e demais participantes que lutavam não contra o inimigo comum paraguaio e sim pela sobrevivência nos campos de batalha: sem água e alimentos suficientes e adequados, sem instrumental médico-cirúrgico preparados para enfrentar as grandes batalhas que produziam milhares de feridos. Na capital do Império do Brasil e em outros portos das duas capitais aliadas como Buenos Aires e Montevideu soldados recém-convocados, feridos e doentes transitavam sem qualquer orientação sobre cuidados sanitários e vacinação, disseminando, dessa forma, doenças muitas delas incubadas, que logo seriam transmitidas a milhares de outros soldados e civis nos campos de batalha e nas cidades para onde eram levados para tratamento. A concentração de grande massa de combatentes e não combatentes de um acampamento militar exigiu a necessidade de garantir a ordem e a disciplina. As deserções, os atos de covardia e de insubordinação, os homicídios, as brigas, os roubos, os atentados contra a propriedade, as violações e outros delitos estavam longe de serem raros, muito pelo contrário, eram bastante frequentes e constam numa profusa documentação. Analiso, além da fome e das epidemias, o funcionamento da Justiça Militar durante a Guerra do Paraguai em um acampamento do exército brasileiro e em navios da armada imperial onde se vivia sob indispensáveis regras disciplinares, muitas vezes quebradas, privilegiando fontes como memória de combatentes (oficiais e praças) e ordens do dia, entre muitas outras, em arquivos públicos e particulares. Investigo a origem dos batalhões de soldados e marinheiros destinados aos campos de batalhas, bem como o seu recrutamento e estratégias de resistência, analisando também as consequências que isso acarretou em todos os anos que durou a guerra. Procuo demonstrar que as penalidades eram resultantes diretas da fome e das doenças que grassavam nos acampamentos do exército e nos navios da esquadra imperial, interferindo, de maneira crucial, nos resultados da guerra.

Palavras-chaves: guerra, doenças, fome, crimes e punições.

ABSTRACT

DOURADO, M. T. G. A. **Forgotten history of the Paraguayan War: hunger, disease and penalties.** 2010. 221f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Various known as the War of Paraguay, the War of the Triple Alliance and the Big War, this bellicose conflict inflicted a significant repercussion on Latin American history in both logistics and in human mortality. The long duration of the war, from December of 1864 to March 1870, is analyzed through a body of documented works that brutally expresses the treatment of soldiers and other participants in the war. These people struggled not against a common enemy, but for survival on the battlefields. They faced shortages of water and food as well as the necessary medical-surgical supplies to support the thousands of wounded from the ferocious battles. In the capital of the Brazilian Empire as well as in the two allied capital cities of Buenos Aires and Montevideo, recently conscripted soldiers, the wounded and the sick, passed without any orientation regarding sanitation or vaccination. As a result, diseases, many of them in various stages of incubation, were transmitted to thousands of other soldiers and civilians, on the battlefields and in the cities where some were brought for treatment. A concentrated mass of combatants and support personnel in any military camp requires order and discipline. However, desertion, cowardice, insubordination, murder, fights, robbery, assaults, violations and other crimes were frequent and profusely documented. I analyze not only the hunger and epidemics, but the function of Military Justice during the War of Paraguay in a Brazilian army camp and in an imperial armada where the necessary disciplinary rules were often disregarded, according to sources such as the memoirs of combatants (both officers and conscripts) and in daily order records in public and private archives. I investigate the origins of the battalions of soldiers and sailors destined for the battlefields as well as the recruiting efforts and strategies for resistance, analyzing the consequences of such throughout the years of the war. I strive to demonstrate that the direct penalties were the hunger and the illness that flourished in the army camps and on the imperial naval ships thus affecting, in a crucial manner, the outcome of the war.

Key-words: war, illness, hunger, crime and punishment.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Mapa estatístico em resumo pela auditoria geral, acerca dos crimes cometidos pelas pessoas alistadas na armada nacional e imperial, e julgados até a última instância durante o ano de 1865.....	155
Tabela 2 - Mapa das deserções, apreensões e apresentações de desertores, abril de 1869.....	156

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 GUERRA E FOME.....	18
2.1 NO EXÉRCITO BRASILEIRO	27
2.2 NA ESQUADRA IMPERIAL.....	41
2.3 NOS DEMAIS EXÉRCITOS.....	44
2.4 DAS ACOMPANHANTES DOS COMBATENTES.....	50
2.5 ABASTECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.....	56
3 SAÚDE E DOENÇAS.....	64
3.1 HIGIENE.....	77
3.2 EPIDEMIAS.....	84
3.2.1 Cólera.....	87
3.2.2Varíola.....	95
3.2.3 Malária.....	100
3.3 CORPO MÉDICO DO EXÉRCITO BRASILEIRO.....	103
3.4 HOSPITAIS DE SANGUE.....	109
35 CUIDADORAS E IRMÃS DE CARIDADE.....	112
4 CRIMES E PUNIÇÕES.....	115
4.1 O RECRUTAMENTO.....	125
4.2 O EXÉRCITO NACIONAL.....	137
4.3 A GUARDA NACIONAL.....	143
4.4 VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA.....	151
4.5 DESERÇÕES.....	154
4.6 COVARDIA FRENTE AO INIMIGO	163
4.7 PENA DE MORTE.....	166
4.8 OUTROS DELITOS	171
4.9 UM ATENUANTE: O PODER DA FÉ.....	179
5 CONCLUSÃO.....	190
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	195
ANEXOS.....	208

1 INTRODUÇÃO

A História Social da guerra despertou minha atenção quando, na década de 90 do século passado, pesquisava para a dissertação de mestrado sobre as mulheres na guerra e que resultou na produção de um livro, *Mulheres comuns senhoras respeitáveis: a presença feminina na Guerra do Paraguai*. Em arquivos consultados no Brasil e no Paraguai, deparei-me com seguidas surpresas em ordens do dia, em livros de memórias, em trabalhos dos séculos XIX e XX, sobretudo nas fontes paraguaias, onde as mulheres aparecem com muito mais frequência que nas fontes brasileiras. História da Guerra do Paraguai e História das Mulheres: dois temas que me fascinam, que se mesclam, história construída no entrelaçamento de muitas outras histórias e convergindo sistematicamente para a história da fome, das doenças e dos crimes. Dois desafios instigantes, a guerra, sobretudo me interessa a dimensão social como o recrutamento, a vida no acampamento com suas mais variadas situações; a fome, o relacionamento com o inimigo, entre homens livres e recém-libertos, o preconceito, o patriotismo, a covardia, os castigos, os crimes e as punições, a presença constante de mulheres, enfim, tudo que não consigo desvendar através da historiografia atual.

A História das Mulheres me atrai pela constatação de que as mulheres, são as eternas esquecidas da memória das guerras, nas quais os homens ocupam o centro da cena e, por conseguinte, escrevem a história, a história deles¹. Ora, a mulher na Guerra do Paraguai esteve presente em toda parte, em todas as dimensões, principalmente desafiando as leis e as frágeis bases morais, mas a historiografia relega a atuação feminina a um segundo plano e mesmo hoje “as mulheres vêem a sua história dissolvida na história dos homens”². Ana Néri, Ana Mamuda, Maria Curupaiti, Maria Varêta, Jovita Alves Feitosa, Senhorinha Conceição Barbosa, Rosa Maria Paulina da Fonseca, Florisbela, exemplo de muitas outras que geraram interrogações através dos séculos “quem hoje fala dela, ignorada, desconhecida, quando merecia uma epopéia?”³. Nenhuma delas aparece nos livros de História, personagens sem nenhuma notoriedade, algumas conhecidas mais regionalmente, com exceção de Ana Justina Ferreira Néri, a única mulher que esteve na Guerra do Paraguai e que é conhecida nacionalmente. Sabemos muito pouco sobre elas, mas já é tempo de elas aparecerem por aqui. A maioria consta somente com um nome ou apelido e sem sobrenome registrado para que futura gerações de pesquisadores possam lhes dar visibilidade e suas histórias merecem ser

¹ PERROT, M. **As mulheres e os silêncios da história**, tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

² QUÉTEL, C. **As mulheres na guerra**. São Paulo: Larousse, 2009. p.5.

³ PIMENTEL, J. S. A. **Episódios militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978. p.19.

conhecidas por tudo que elas enfrentaram e porque morreram nos campos de batalhas. O coronel Lucas de Oliveira, em seu diário, relatou, por diversas vezes, a presença e as constantes visitas de mulheres – esposas, filhas e outras parentas de soldados – aos quartéis e acampamentos da campanha:

Oh! a Mulher!... o sexo tímido e delicado...a Mulher nos grandes perigos, é a rainha da dor! O império do afeto e do heroísmo! Nada é impossível a sua Alma; e o homem, admirado diante dela, na ocasião em que participa de seus males, se interroga com o coração despedaçado, qual dos dois é o sexo forte?”⁴.

O silêncio ou a invisibilidade da presença das mulheres nas guerras também pode ser constatada em épocas recentes, que terminaram nos últimos anos, ou mesmo nas lutas ainda em andamento. Lançada recentemente, em 2009, *As mulheres na guerra*, do historiador francês Claude Quétel, a obra é escrita a partir de estudos sobre o assunto que vêm sendo produzidos desde a época de 1970 e lança um novo olhar sobre a participação das mulheres na II Guerra Mundial, sendo seu objetivo mostrar que elas estiveram presentes em todas as dimensões da guerra. Quétel recupera a biografia de importantes personalidades desse período cujas trajetórias foram esquecidas ou nunca documentadas⁵.

Também na Colômbia, na guerra travada entre o governo e as diversas organizações guerrilheiras, a presença das mulheres era evidente, de acordo com as informações e as imagens dos meios de comunicação. Mesmo para a intermediária entre a imprensa e a guerrilha o seu papel continuou invisível. A verdade é que, mesmo em épocas modernas e a presença feminina ser uma constante em lutas armadas, elas ainda não conseguem destaque e transparência nas suas atuações. Situações que estão lentamente mudando devido às comissões que foram formadas nas últimas guerras ocorridas na América Latina, entre outras, a Comissão da Verdade, de El Salvador, o informe *Recuperação da Memória Histórica (REMHI)*, da Guatemala, ou a comissão que se formou na África do Sul pela eliminação do *apartheid*, que contribuíram para um conhecimento mais exato da participação das mulheres em diferentes conflitos⁶.

O Instituto Panos, em 1995, publicou um amplo estudo sobre a presença das mulheres nas guerras atuais em todo o mundo. Nesse estudo pioneiro, afirma-se que “as mulheres têm sido pouco ou mal representadas nas histórias de guerra e somente são

⁴ OLIVEIRA, M. L. **Diário do Coronel Manuel Lucas de Oliveira (1864-1865)**. Porto Alegre: Edições EST, 1997. p. 33.

⁵ QUÉTEL, op.cit. 2009.

⁶ VILLANUEVA, C. F. **A participação das mulheres nas guerras e a violência política**. In: JONAS, E. (Coord.) *violências esculpidas: notas para reflexão, ação e políticas de gênero*. Goiânia: UCG, 2007.p.116,117.

retratadas como vítimas tristes e desamparadas”⁷. As conclusões desse estudo não me parecem estranhas e nem me surpreendem, apesar de a Guerra do Paraguai ter acontecido há mais de 140 anos: passado e presente se confundem. E mesmo correndo o risco de cair no anacronismo, posso afirmar que a visibilidade feminina, não só nos estudos de guerra, mas em todas as esferas está muito longe de ser conquistada, apesar de as organizações feministas em todo o mundo terem nos últimos anos e de forma lenta conseguido trazer à baila a discussão do papel das mulheres na guerra, pois enfrentaram e morreram junto com os homens o frio e o calor, a fome e as doenças.

De fato, as mulheres que atuaram na Guerra do Paraguai ainda não conseguiram reconhecimento histórico, não são contextualizadas ou têm suas biografias ressaltadas em parte alguma. Suas aspirações e representações são, particularmente difíceis de conhecer devido ao discurso ideológico que recobre as suas imagens, formata seu ser social e até mesmo suas memórias. As que emergem, o fazem em fragmentos e não como personagens construídas e situadas em sua relevância histórica, mas o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento é a resistência pela qual a História das Mulheres luta em dias atuais.

Em minha opinião o nome Guerra Grande seria o mais adequado e o que mais se aproxima da realidade: grande foi a sua duração e invisibilidade de alguns grupos; grande foi o esquecimento das autoridades com os soldados doentes e aleijados que retornaram da guerra; grande foi o número de combatentes, mortos e sofrimento humano e grandes foram as consequências políticas, econômicas e sociais para os países envolvidos: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Quando pesquiso as fontes sobre o tema Guerra do Paraguai percebo a impossibilidade de trabalhar dentro de uma área restrita e rigidamente delimitada devido ao grande número de informações que abrangem outras áreas do conhecimento e que merecem ser pesquisadas, pois esse vasto campo ainda permanece em grande parte encoberto. Mas pesquisar um tema tão variado e plural em seu conteúdo é um enorme prazer e a História da Guerra do Paraguai vem alcançando e revelando um crescente e diversificado universo de projetos e pesquisadores interessados em entender, interpretar e discutir, dando visibilidade aos vários aspectos desse importante capítulo da História do Brasil. Urgem também trabalhos referentes para quem quer pesquisar a história social através do viés religioso, pois não faltam documentos nos arquivos públicos e particulares, que mostram que o poder da fé foi um apoio

⁷ VILLANUEVA, op.cit. p.115

fundamental para os soldados enfrentarem situações de desespero, sendo possíveis trabalhos que elejam como objeto de estudo a história da religião nos campos de batalha.

Fonte preciosa de informações sobre a História da Guerra do Paraguai e que possibilita observações precisas sobre o dia a dia de um acampamento militar são as correspondências oficiais e particulares. As fontes oficiais são documentos informativos e específicos do exército e da marinha brasileiros como relatórios, processos, ordens do dia, entre outros, e onde os exemplos estão dispersos, mas que possibilitam mesmo assim delinear o cotidiano de um campo de batalha e de um navio da esquadra imperial. As fontes particulares registram a experiência e a vivência dos soldados como cartas, diários, memórias, entre outras escritas por combatentes, sobretudo por praças. Trabalharei com essas memórias, tentando examinar situações de fome, o serviço da saúde e da justiça, e compreender, principalmente o consequente grande número de infratores e as penalidades impostas a eles. São raros esses documentos, sem dúvida em razão do baixo nível de escolaridade da tropa. A maioria era analfabeta oriunda de várias regiões do Brasil onde a miséria e a pobreza eram constantes, mas onde a fé na religião nos momentos de grande infortúnio era bastante acentuada. Um desses exemplos é o Diário da Campanha, de Francisco Pereira da Silva Barbosa (1843-1931), colocado na internet por seus descendentes, juntamente com as memórias de sua vida civil; apesar de não ser exatamente um homem do povo, era filho de fazendeiros de Barra Mansa no Vale do Paraíba, e no final da guerra foi feito tenente honorário do exército onde recebeu o hábito de Cavaleiro da Ordem da Rosa⁸. [8] O diário, assim como outras fontes analisadas, comenta as batalhas, as marchas, os conflitos com oficiais que resultaram em várias prisões, as doenças, a fome, a situação das mulheres e crianças paraguaias e demonstra um aguçado sentimento religioso. São constantes em todo o diário as evocações a Deus e a Nossa Senhora da Conceição Aparecida, em situações de grande sofrimento, como a fome e as doenças. Jean Delumeau, historiador francês especializado na história da Igreja Católica e o maior pesquisador da história do medo, lembra que, não obstante a doença seja vista como castigo de Deus, enraivecido com seus fiéis, estes ainda mantêm a fé nas entidades sagradas que os afastarão da possibilidade da morte⁹.

Portanto, uma das propostas nesta tese é ver a Guerra do Paraguai sob um novo olhar, sob o ângulo do soldado comum que, arrastado para as batalhas, teve que lutar contra o inimigo paraguaio e principalmente pela sobrevivência e, na maioria das vezes, morrer.

⁸ BARBOSA, F. P. S. **Diário da Campanha do Paraguai**. 2000. Disponível em <<http://www.geocities.com/evidalb2000/vidacivil.html>> Acesso em abril de 2009.

⁹ DELUMEAU, J. **Tipologia dos comportamentos coletivos em tempos de peste**. In: MACHADO, M. L. História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Outra questão verdadeiramente importante e que, a meu ver, ainda não foi explorada devidamente é a análise e o entendimento dos crimes e das penalidades, que ocorreram nos acampamentos do exército e nos navios da armada imperial, durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), mostrando que há muito a se pesquisar sobre o assunto. Diante da quase ausência de trabalhos que problematizem os crimes e os castigos e sua validade para o estudo da História Social, a presente tese busca mostrar, algumas possibilidades de pesquisa nesse campo. Portanto, tendo a Justiça Militar como objeto de estudo, bem como as formas bobas as quais ela atuava, creio ser possível através da documentação analisada, desvendar alguns aspectos dessa parte obscura e pouco citada da historiografia nacional e internacional. Trabalharei também com algumas narrativas de veteranos de guerra publicadas na Revista do Exército Brasileiro, periódico oficial do exército entre 1882-1888 e na Revista Militar, de 1900-1908.

Nos séculos XIX, XX e XXI, e principalmente, nas últimas cinco décadas, a Guerra do Paraguai vem sendo objeto de vários estudos que, baseados em amplas pesquisas documentais, possibilitam novas abordagens, dando até hoje margens a leituras e releituras de seu significado nos planos econômicos, militares, políticos e diplomáticos, sendo essas obras usadas com várias finalidades, tanto por governos, quanto por movimentos intelectuais e superando trabalhos tradicionais que enfatizam os aspectos militares, bem como as biografias de heróis oficiais. De fato, os brasileiros estão procurando sua História em biografias, romances e filmes baseados em fatos históricos. As editoras comemoram esse interesse nunca antes registrado: Chatô, de Fernando Morais, romance como Dona Leopoldina - Uma Habsburgo no Trono Brasileiro, da austríaca Gloria Kaiser, o sucesso do cinema com Carlota Joaquina, entre alguns dos mais conhecidos e para estabelecer maior ligação com o trecho que se segue:

Não há algo assim desde os anos 30, quando três historiadores, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, comandavam o debate sobre o Brasil, diz o inglês naturalizado americano Kenneth Maxwell, ele próprio autor de uma obra fundamental sobre História do Brasil, a Devassa da Devassa, na qual se aprende que a Inconfidência Mineira foi um movimento de caráter muito mais elitizado do que os livros anteriores ensinavam¹⁰.

A maioria das biografias, apesar da sincera boa vontade do autor, sejam meticulosamente exatas ou não, sempre escondem alguns assuntos, enquanto revelam outros. Nesse sentido, a análise do historiador Carl E. Schorske é bastante elucidativa, pois ao rememorar sua vida de trabalho e refletir sobre ela, passou a entender a autobiografia como

¹⁰ LIMA, J. G.; VALLADARES, R. SANCHES, N. No rastro da História. **Revista Veja**, 8 de outubro de 1997. p 132-136.

uma história pessoal, ou seja, uma construção narrativa, que supõe recordar e esquecer, evocar uma parte do passado e reprimir outra. No entanto, comenta que a maioria dos autobiógrafos define o passado dentro de uma estreita faixa da experiência pessoal e poucas referências ao mundo que existe fora dela¹¹.

É investigando o dia a dia dos acampamentos dos exércitos envolvidos que iniciei algumas hipóteses que nortearam o desenvolvimento desta tese. Como em todas as pesquisas, uma interrogação gerou a procura por essa parcela esquecida da historiografia oficial e tenta cobrir esse vazio. Nesse começo desfilam diante de mim, as mulheres, as crianças, os soldados de pré, muitos deles, homens negros recém-libertos, a população masculina excluída da sociedade, o medo diante da morte pelas doenças, pela fome e pelos inimigos, a injustiça de alguns oficiais que, de espada em punho, obrigavam os soldados a cumprir ordens, a bravura de uma pequena minoria muitas vezes perdida no tempo. Estou me referindo a um aspecto ainda pouco ou nada conhecido da Guerra do Paraguai, qual seja, situações em que os combatentes sujeitos à fome, às doenças, às punições e longas marchas a pé e sem cavalos, que atingiam principalmente a maior parte dos soldados, muito jovens e pobres, sem preparo e sem família para enviar suprimentos.

O enorme vazio historiográfico existente sobre alguns aspectos é a preocupação principal desta pesquisa, que pretende analisar por que havia tantas mortes por fome e doenças e por que a justiça era tão lenta, irregular e contraditória, contrariando a própria dinâmica da guerra.

Preencher essa lacuna, ainda que modestamente, foi a intenção deste trabalho, desenvolvido inicialmente como um projeto maior na dissertação de mestrado. Busco a história do cotidiano, sem querer desenvolver uma nova interpretação de um grande acontecimento, nem mesmo quero definir melhor o papel dos protagonistas de uma época. O que procuro mostrar é a vida das pessoas comuns e o que sofreram com os horrores da guerra.

Esta tese, então, tenta resgatar o passado, uma antiga dívida historiográfica, qual seja a dívida que decorre da necessidade de estudar uma guerra sob o ponto de vista do jovem soldado, em grande parte recrutas inexperientes, pobres, despreparados, transformados em guerreiros e que sozinhos tiveram que lutar pela sua própria sobrevivência, pois é patente a lacuna até aqui registrada no campo social, malgrado a longa duração do conflito.

Uma das possibilidades de um enfoque social sobre a guerra é analisá-la sob a ótica da alimentação, da saúde e das penalidades, contribuindo para esclarecer e resgatar uma parte

¹¹ SCHORSKE, C. E. **Pensando com a história**: indagações para a passagem para o modernismo, p.15.

da História Social sobre a campanha no Paraguai e rompendo com a tradição de estudá-la sob o ponto de vista da história militar, econômica, política e diplomática.

Resgatar esse passado significa dar vozes aos documentos históricos, investigando com minúcias as informações mais concretas ou mais modestas, iluminando as lembranças mais apagadas dos raros soldados de baixa patente que deixaram registrado seu cotidiano. Mas é através das vozes de médicos, engenheiros, padres, oficiais, que obtemos maiores informações sobre os soldados que participaram da guerra.

Os soldados que lutaram na Guerra do Paraguai eram um grupo de homens mal armados sem suficiente disciplina, sem uma condução eficiente, sem adequados sistemas logísticos, sanitário, de inteligência e de engenharia. Também pretendo resgatar outro grupo que esteve presente nos campos de batalhas, mas que é pouco conhecido e pesquisado, que foi o grupo das mulheres dos soldados, esposas, amantes, andarilhas e vivandeiras, entre tantas outras mulheres que nunca tiveram seus nomes registrados¹².

Às vezes, no início da pesquisa, nem sempre se tem uma ideia muito clara do que vai se encontrar ou se sequer encontraremos alguma coisa. Para o pesquisador brasileiro tudo é muito difícil, as bibliotecas não dispõem de pessoal em número suficiente, as respostas a cartas, e-mail e telefonemas são demorados. Em muitos casos faltam folhas nos documentos procurados, não se encontram mais nos acervos e muitos deles ilegíveis, estão em adiantado estado de deterioração que é impossível a sua leitura ou se desmancham ao menor contato.

Os registros sobre fome, doenças e penalidades aqui analisados fazem parte do corpus documental, entre outros, do Arquivo Histórico do Exército onde nas Ordens do Dia – Guerra do Paraguai do Comando em Chefe do Exército em operações, Generais Marques de Sousa (livros 1 e 2 – 1865 -1866 e 1867) Manuel Luis Osório (Marquês do Herval) (livros 1 e 2 – 1865 – 1866), Luis Alves de Lima e Silva (Barão, Marquês e Duque de Caxias) (livros 1, 2, 3 e 4 -1866-1867-1868 e 1869) Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão (livro 1 – 1867) Conde D’ Eu (livro 1 e 2 – 1869) e Xavier de Sousa (livro 1- 1869), totalizando 12 volumes e onde se encontra um número bastante significativo de documentos tais como:

Ministério do Exército
Ordens do Dia
Nomeações
Exonerações
Transferências
Engajamentos
Dispensa do Serviço do Exército
Extinção de Empregos e Depósitos

¹² DOURADO, M.T.G. **Mulheres comuns, senhoras respeitáveis**. A presença feminina na Guerra do Paraguai. Campo Grande, MS: UFMS, 2005.

Extinção de Repartições
 Licenças Concedidas
 Rescisão de contracto
 Retificação de Nome (quando havia engano na escrita)
 Actos do Governo
 Falecimento
 Dessistencia de Licença
 Excesso de Licença
 Disposições Diversas
 Sentenças proferidas em processo de Conselho de Guerra, e que forão
 mandadas cumprir
 Promoção
 Classificação de Officiais
 Corpo de Saúde da Armada
 Corpo de Saúde do Exército
 Corpo Eclesiástico

Também no arquivo da marinha serão trabalhados os Relatórios do Ministro da Marinha, Ordens do Dia do Quartel General da Marinha, Arquivos dos Almirantes Tamandaré e Barroso, Arquivos Permanentes, Arquivo Nacional (série Marinha), Diários e Memórias.

Exposto em rápidas passadas, sem dúvida, é esse o tema do trabalho. Passo a seguir a apresentação da estrutura da tese, que está dividida em três partes: sendo a primeira delas Guerra e fome dedicada a explorar a falta de alimentos e quais as estratégias usadas pelos soldados e marinheiros para combatê-la, tendo como referências algumas fontes oficiais, particulares e a historiografia produzida sobre o período. O contato com essa documentação, extremamente importante para o trabalho, veio a gerar subsídios para a pesquisa sobre o tema proposto, produzindo novos contornos e desdobramentos e que possibilitassem um estudo por uma nova ótica. Percurso ao longo do qual foi detectado que uma das maiores dificuldades enfrentadas na guerra não foi o inimigo paraguaio e, sim, como se nutrir e sobreviver para enfrentar os horrores de um combate.

Uma questão como essa encaminha a uma outra, impossível de ser separada da primeira, que foi transformada no segundo capítulo Saúde e doenças, onde a proposta é realizar análises específicas sobre as doenças e epidemias que dizimaram milhares de combatentes. Trata-se aqui de dar visibilidade aos horrores que passaram os soldados e marinheiros, subnutridos e enfraquecidos pela falta de alimentos e por isso mais sujeitos às doenças, mas não sabiam como evitá-las e não tinham sido vacinados contra a varíola apesar de que naquela época ela já ser conhecida. Vale ressaltar que as epidemias que mais mataram a cólera e a varíola não eram desconhecidas, muito pelo contrário eram frequentes em anos anteriores e tratadas pela população brasileira e paraguaia em geral com a flora doméstica nacional, recurso a que os soldados brasileiros não tiveram acesso por se encontrarem em terreno inóspito e desconhecido. No terceiro e último capítulo é abordado o tema Crimes e

punições onde analiso o funcionamento da Justiça Militar e os inúmeros crimes cometidos e nunca antes analisados como as deserções, os atos de covardia e de insubordinação, os homicídios, as brigas, os roubos, os atentados contra a propriedade, as violações e outros delitos que estavam longe de serem raros, eram bastante frequentes e constam numa profusa documentação.

Nesta introdução quero apenas chamar a atenção para a quase desconhecida História Social sobre a Guerra do Paraguai, tema pouco abordado e visível apenas para os que participaram da guerra como, por exemplo, o imperial marinhaeiro Francisco Manuel Barroso da Silva que, em carta a sua esposa, relatou o sofrimento com as três pragas: peste, fome e guerra. E como ensinou Milton Santos “cada lugar é, a sua maneira o mundo” e foi esse o mundo de milhares de combatentes enfrentaram, sofreram e morreram entre os anos de 1864 e 1870.

2 GUERRA E FOME

Soldados são diferentes dos outros homens, principalmente os que estão em luta num campo de batalha ou em navios. Essa constatação me preocupou durante grande parte dos trabalhos de pesquisa, apesar de todas as teorias e representações que colocam a guerra no mesmo patamar de outras atividades humanas. Os teóricos estabeleceram e explicaram a guerra exaustiva e indiscutivelmente sob o ponto de vista político, militar, econômico e diplomático, mas, penso que essa ligação não significou identidade ou mesmo semelhança, pois a guerra foi completamente diferente da diplomacia ou da política porque foi travada por homens cujos valores e habilidades passavam por um mundo abstrato e à parte, que sempre existiu em toda a história da humanidade e tão antiga quanto o próprio homem. Mundo do guerreiro, em que matar e morrer não era a essência travada por cinco anos que durou a guerra.

Correndo paralelamente aos outros enfoques sobre a guerra percebi o mundo do cotidiano, que se alternou ao longo do tempo mas que, para a maioria dos combatentes só existia a necessidade de sobreviver e não vencer o inimigo paraguaio. Cotidiano que as fontes indicaram com bastante frequência e de modo veemente.

Percebo que a abordagem dada pelo viés da fome é cabal quando procura recuperar uma parte do cotidiano da guerra, possibilitando as desejáveis articulações entre História e outras áreas florescentes, como por exemplo, a História da Alimentação. Ela passou a ser objeto de estudo nas Ciências Humanas, mais especificamente nos Annales, quando os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, representantes da primeira geração, pensaram trabalhar a história do cotidiano. Nessa empreitada Bloch escreveu um ensaio sobre a história da alimentação como parte integrante da obra *Encyclopédia Française* de Febvre, obra publicada na década de 30 do século passado e que me inspirou a trabalhar e desenvolver um tópico, *a fome*, e que se converteu no primeiro capítulo desta tese.

“Quase que estou com as tres pragas: peste, fome e guerra”¹³. Analisando a carta do imperial marinhaeiro Francisco Manuel Barroso da Silva, datada de 6 de julho de 1865, portanto no início da guerra que se prolongaria por mais quatro anos, provavelmente para sua esposa, já que inicia com “*my dear*”, tenho a possibilidade de verificar uma parte do difícil cotidiano da Guerra do Paraguai e que expõe de maneira muito veemente todas as agruras que os soldados estavam passando durante esse período. Ele relatou o “desespero por falta de

¹³ ARQUIVO DA MARINHA. *Arquivo do Almirante Tamandaré*. Livro VII, doc. 489, p.14.

comida e carvão solicitando urgência no seu envio, pois os marinheiros e as caldeiras dos navios já se encontravam fracos”¹⁴. Em um só parágrafo ele definiu toda a situação inicial da guerra, mas que se tornou comum nos anos que se seguiram. É possível perceber, não só nessa carta, mas em muitas outras analisadas, o tom de desabafo e crítica da escrita, possivelmente por ele acreditar na crença do sigilo e na preocupação de alguma punição imposta aos soldados baseados nos artigos de guerra, rígidos regulamentos de disciplina, neste caso o artigo 16º (anexo 3). Bastante reveladora é a ordem das três *pragas* que ele colocou, inicialmente e, portanto, considerando de maior importância: *peste e fome* e por último a *guerra*; a carta é um relato desesperado de um soldado que não reclamou dos inimigos e nem das batalhas, mas das condições propiciadas pelo Governo Imperial aos seus soldados, tratados com negligência e que se tornaram objetos da minha preocupação ao longo desta pesquisa. Barroso da Silva relatou a sua esposa:

Achando-me amarrado sem nada poder fazer, faltou-me já a bolacha, dentro de poucos dias não terei carne salgada e nem seca, as diarreias tem permanecido e das quais muitos tem sucumbido, temos bexiga e algum tifo, os doentes não tem meios de serem enviados ao hospital por falta de carvão para os barcos¹⁵.

Chama a atenção, sem dúvida, devido à frequência das fontes, o quadro geral do dia a dia dos soldados; Dionísio Cerqueira, memorialista e ex-combatente, em suas *Reminiscências* oferece um relato minucioso das condições enfrentadas durante o período da guerra mencionando algumas delas: “lembro-me com saudades das marchas fatigantes, das avançadas perigosas, dos dias de fome e penúria, das noites tormentosas, passadas ao relento a gelar, dos recontros mortíferos”¹⁶. Acredito que, pela documentação disponível consultada nos arquivos públicos brasileiros, e neste caso em especial, nos Arquivos da Marinha e do Exército, é possível investigar as enormes dificuldades que passaram os soldados que serviram às tropas durante a Guerra do Paraguai, tanto os que se localizavam no teatro de operações, como os que eram instalados na rota que ligava a Corte ao Paraguai, inclusive nos navios em operações ou aportados nas beiras dos rios.

De fato, o Arquivo da Marinha, no Rio de Janeiro, em especial o Arquivo do Almirante Tamandaré, elucidativo e explícito em vários aspectos pesquisados nesta tese, sendo por isso leitura obrigatória, abrange 17 livros de registros, com centenas de documentos e anexos. Riquíssimo em informações sobre a Guerra do Paraguai e que proporciona uma pesquisa documental criteriosa, constando em sua maior parte de ofícios pedindo alimentos e

¹⁴ ARQUIVO DA MARINHA. op.cit. Livro VII, doc. 479, p. 14.

¹⁵ Ibid., Livro VII, doc. 489, p.14 (anexo 4).

¹⁶ CERQUEIRA, E. C. D. **Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1929. p. 66.

armamentos, uniformes, carvão (usado como combustível), medidas médicas e sanitárias para socorrer os doentes e feridos. Grande parte da documentação do Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro, utilizada como ordens do dia, cartas, ofícios e correspondências oficiais e particulares são encontradas na História do General Osório, de Joaquim Luis Osório e Fernando Luis Osório (filho)¹⁷ e bastante analisada nesta tese, servindo de base para elucidar muitas interrogações levantadas durante a pesquisa.

Algo que me chamou a atenção desde o início da pesquisa foi o modo veemente e desesperado das escritas, sempre alertando para o fato de que o orçamento vigente não comportava o acréscimo de despesas, fato que perdurou pelos cinco anos que durou a guerra, com descrições aflitivas pedindo providências urgentes e necessárias para amenizar o sofrimento de milhares de soldados que não tinham como foco central o inimigo paraguaio e sim como sobreviver nos campos de batalha. A leitura desses documentos é muito mais fecunda e completa, quando confrontada com outros documentos em arquivos espalhados pelo Brasil e exterior.

É neste capítulo que vou desenvolver algumas idéias e observações. Penso que estão relacionadas diretamente com os problemas constantes enfrentados pelos soldados e imperiais marinheiros e que, de forma sistemática prejudicaram os seus desempenhos nos campos de batalha, aumentando de modo significativo a mortandade e a duração da guerra.

Falo daqueles soldados anônimos que ficaram escondidos pelo tempo, pelo descaso e pelo preconceito, apesar de serem fundamentais para o destino da guerra, mas que nunca aparecem nos livros de História. Dos mesmos livros que contam as histórias dos chamados homens de guerra, chefes militares como os Generais Caxias, Osório, Porto Alegre, Polidoro, Pelotas, dos grandes almirantes como Tamandaré e de muitos outros comandantes que são registrados como vencedores das grandes batalhas. Os mesmos soldados, que apesar de serem considerados social e hierarquicamente “inferiores” foram capazes de construir a sua própria história, pois eram atores históricos e a identidade brasileira não foi estruturada apenas por generais; os soldados desempenharam um papel fundamental nesse processo, tanto na Guerra do Paraguai, como em muitas outras ao longo da História do Brasil. Falo de milhares de soldados e suas acompanhantes, de soldados brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios, todos silenciosos, cujos sacrifícios não foram celebrados e fazem parte de uma categoria quase invisível da população. Falo das crianças recrutadas pela Marinha do Brasil, meninos de 11 e 12 anos, alguns de até 9 anos, garotos saídos das ruas ou praticamente raptados de suas

¹⁷ OSORIO, J. L.; OSORIO FILHO, F. L. **Historia do general Osorio**. Pelotas, RS: Typografia do Diario Popular, 1915.

famílias, aqueles que de maneira arriscada se expuseram à morte no dia a dia dos navios e que ajudaram a conseguir a vitória na guerra.¹⁸ Desenvolvo uma outra leitura, um novo olhar para esse drama sul- americano, e que de certo modo tem sido negligenciado através dos séculos.

Essa constatação estimulou a investigação sobre esses soldados, quem eram eles, sua alimentação, as doenças, o serviço de saúde, a disciplina, seus papéis, as relações estabelecidas entre si e entre os oficiais, como era o relacionamento com o inimigo nos momentos de trégua, bem como a forma com que foram tratados pelo exército em luta. É, pois, um dos objetivos desta tese explorar o mundo do guerreiro, a maioria com 17 a 20 anos de idade, levados para os campos de batalha, morrendo aos milhares e onde sofreram todos os tipos de privações, mesmo depois de finalizada a guerra¹⁹.

É consenso geral entre os historiadores que a História tem sido encarada, desde os tempos clássicos, como um relato dos feitos dos personagens elitizados como comandantes, chefes, enfim os chamados grandes. Mas, a maioria dos que morreram e sofreram era de pessoas simples, os pequenos²⁰, os que não tinham voz e deixaram poucos registros além das duras estatísticas de dizimação.

O interesse pela História Social mais ampla desenvolveu-se no século XIX, e apesar de lento, algumas pessoas lançaram opiniões contrárias às vigentes. Bertold Brechet, em seu poema Perguntas de um operário que *lê* alerta para o fato que a História também é construída pelos pequenos. Mas, só em 1966, Edward Thompson publicou um artigo que foi fundamental para concretizar a ideia da importância da história vista de baixo, que a partir daí entrou de forma significativa na linguagem comum dos historiadores.

Com essa constatação meu interesse foi direcionado para a pesquisa sobre os soldados pequenos, os chamados soldados de pré, já que nunca encontrava nada sobre eles na historiografia sobre a guerra. A ideia do acesso ampliado a um conhecimento do nosso passado, através da história vista de baixo, é atrativa, instigante e pertinente, visto que a historiografia brasileira a esse respeito, na Guerra do Paraguai, na maioria das vezes, lança seu olhar para a história militar, política, econômica e diplomática²¹. “Ela proporciona

¹⁸ VENANCIO, R. P. **Os aprendizes da Guerra**. In: DEL PRIORE, M. (Org.). História das crianças no Brasil. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 192-209.

¹⁹ GOMES, M. A. M. **A espuma das províncias**: um estudo sobre os inválidos da pátria e o asilo dos inválidos da pátria, na corte (1864 -1930). Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

²⁰ HOBBSBAWN, E. J. *History from below-Some reflections*, History from below. In: THOMPSON, E. P. The Making of the English Working Class. Londres: Krantz, 1965, p. 279.

²¹ CARVALHO, J. M. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.p. 183.

também um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história”²².

A documentação referente aos soldados do exército e aos imperiais marinheiros, mesmo se considerarmos só as estatísticas, são imensamente esclarecedoras. Como já foi dito anteriormente, tradicionalmente a história tem sido encarada, desde os tempos clássicos, como um relato dos feitos dos grandes. Os soldados de maior patente, geralmente oficiais e oriundos de famílias abastadas também sofreram, mas esse sofrimento em seus relatos dominou a versão da história da guerra. Como “os pequenos” eram a maioria, a representatividade de tais indivíduos, tratados de forma adequada, pode ser imensamente elucidativa e corretiva no sentido de dar visibilidade a sua presença²³.

Eles foram ignorados ou mencionados apenas de passagem e mesmo hoje a História da Guerra do Paraguai não relata o cotidiano dos acampamentos, o que eles sofreram, sendo poucos os trabalhos que se preocupam com a história dos pequenos ou sob o ponto de vista do soldado raso e sobre o que pesa até hoje um silêncio avassalador.

Obrigados a reagir a essa situação de penúria, os soldados agiam e dedicavam-se comumente ao roubo e ao saque de companheiros, do inimigo, de oficiais e de depósitos militares, para não perecerem de fome e na miséria. Ato que eram castigados com a prisão, com penas físicas e, até mesmo com a morte. Alfredo d’Escragnolle Taunay relatou sobre dois soldados argentinos “fuzilados sem mais processos” por matar para comer, a montaria de um oficial rio-grandense²⁴. Situação de carência que levava ao saque generalizado dos bens dos inimigos presos ou mortos e das casas de civis, tanto brasileiros como paraguaios.

A fome, em vários períodos durante a guerra, e em todos os exércitos envolvidos, castigou duramente os acampamentos e embarcações militares improvisados, provocando deserções e contribuindo para as delimitações físicas dos soldados e consequentemente o aparecimento de doenças, algumas desconhecidas até então.

Quando um grupo de pessoas se reúne para executar uma determinada tarefa diária, precisa pelo menos de uma refeição entre a alvorada e o anoitecer. Durante a guerra essa situação era incerta e indeterminada, gerando a carência alimentar de que eu trato aqui, e significa a situação em que uma pessoa fica durante um período prolongado, carente de alimentos que lhe forneçam as calorias (energia) e os elementos nutritivos necessários à vida e à saúde de seu organismo. Penso na fome quando se cai na mais completa fraqueza, quando se

²² BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p. 59.

²³ *Ibide*.p. 50.

²⁴ TAUNAUY, A. E. **Dias de guerra e de sertão**. São Paulo: Melhoramentos, 1927.

sente a cabeça oca e os membros lassos e inertes, dominado pela invencível sonolência, uma espécie de coma em que se sonha com mesa farta, cheia de apetitosos manjares e succulentas iguarias. Refiro-me aos sintomas que a maioria dos soldados e seus acompanhantes enfrentaram durante os cinco anos que durou a Guerra do Paraguai e que Taunay relatou em *Retirada da Laguna*, com impressionantes detalhes²⁵. É preciso ressaltar que muitos combatentes já chegavam aos campos de batalha fracos e caquéticos²⁶, como o 20º Batalhão de voluntários goianos.

Com a fome veio a desnutrição calórica-proteica que leva à baixa nas defesas naturais do organismo e ao consequente favorecimento no aparecimento das doenças infecciosas. Por isso mesmo, faço a todo o momento referência às obras daqueles que relataram a fome, não sendo possível pesquisar a questão alimentar durante a guerra de forma isolada. Muito pelo contrário, ela está intimamente ligada a outras questões como as doenças e as penalidades que serão analisadas durante o desenvolvimento desta tese (2º e 3º capítulos), praticamente dando-lhes status de fontes. A fome, durante o período da guerra, ajuda a compor o pano de fundo essencial para a compreensão da experiência do soldado, mas percebo que essa evidência não pode ser toda a História que me proponho contar, pois ela está entrelaçada com outras histórias também fundamentais para se entender o cotidiano de uma zona de guerra.

Muito contribuiu para o estado de pobreza dos combatentes brasileiros e argentinos o fato de eles enviarem parte dos parques vencimentos para as famílias no Brasil e na Argentina, muitas das quais viviam em extrema miséria:

Aquella que, amante do bem estar da familia no Brasil, quizesse enviar-lhe alguma migalha dos parques vencimentos, apellava, submettia-se ao regimen dietético do macaco assado com farinha na ponta da faca e chá sem assucar, das folhas da laranjeira! O miserando charque (jabá), magro como o de cão vagabundo, estendido ao espeto sobre as brasas, realmente assemelhava-se ao símio aberto, dourado pelo fogo²⁷.

*El pago del ejército fue irregular y angustioso. Casi todos los combatientes dependían de sus reducidos sueldos para sostenerse y ayudar a sus familias, que aguardaban el retorno muchas veces en la indigencia. Los pocos pesos papel prometían, de tanto en tanto, algún pequeño agregado a la dieta cotidiana; un porrón de ginebra o una botella de vino*²⁸.

Ligado diretamente a essa penúria está o comércio praticado nos acampamentos, o abastecimento de gêneros alimentícios e o que a falta deles acarretou para os combatentes do

²⁵ TAUNAY, op.cit., 1927. p. 52.

²⁶ Ibid., p.132.

²⁷ SILVA, J. L. R. **Recordações da Campanha do Paraguay**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo [s/d]. p. 68.

²⁸ DE MARCO, M. A. *La guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Planeta, 2003. p. 277.

exército e marinha. Entretanto, não se deve perder de vista, que a situação bélica de tamanha proporção na qual o Brasil estava envolvido era algo inesperado, não tendo o país condições de preparo imediato para enfrentar todas as situações que ela acarretava.

Ainda não existe uma análise criteriosa desse segmento na guerra desenvolvida entre 1864 – 1870 e que deveria estar incluída em estudos aprofundados sobre as necessidades alimentícias do ser humano e as consequências desastrosas que ela acarretava. A documentação nos arquivos mostra com bastante frequência a situação precária que os soldados e seus acompanhantes enfrentavam, sendo possível fazer avaliações sobre eles.

Analisando as Memórias de Combatentes (oficiais superiores e praças), Livros de Entradas e Saídas dos Hospitais e Enfermarias dos acampamentos, Imprensa da Época, Ordens do Dia, Mapas de Desertores, Mapas Estatísticos de Hospitais, Relatórios dos Presidentes de Província, Discursos, Partes, Narrativas de próprio punho, Correspondências particulares e oficiais, em arquivos públicos e em especial os arquivos particulares dos Generais Osório e Caxias, e do Marechal Câmara, encontrei valiosos documentos, testemunhos da época. Nesses documentos existe a possibilidade de se estudarem diversas atividades executadas dentro de um acampamento militar, no interior de um navio da Armada Imperial e em especial a falta de alimentos, as doenças que dela provinham, e a violação de leis que o desespero da fome provocava, pondo em risco a disciplina militar. Assuntos que, ao longo dos séculos, foram ignorados ou desenvolvidos de maneira muito superficial nos estudos sobre o conflito encarado pelo viés nacionalista com acentuados exageros.

Grande parte das análises sobre guerra afirma que o Brasil estava despreparado para enfrentar um conflito daquelas dimensões, contra um inimigo militarmente poderoso, bem equipado, bem estruturado, com contingente de alto poder patriótico e numericamente superior ao brasileiro, em terreno distante e desconhecido. Muitos afirmam que o Paraguai estava em melhor situação quanto a adestramento de forças, qualidade, quantidade de armamentos e demais equipamentos de guerra. “Solano Lopez não estava louco quando afirmava que era capaz de derrotar não só os brasileiros, mas até uma coligação dos estados do Prata [...]”, afirmaram Cancogni e Boris²⁹.

Com efeito, o Paraguai dispunha em 1865 de 60 mil homens armados, segundo os dois autores, ou 64 mil e mais 28 mil veteranos da reserva, segundo o General Souza Junior.³⁰ Era muito mais do que dispunham os brasileiros, que “segundo a Lei nº. 1.220 de 20 de junho

²⁹ CANCOGNI, M.; BORIS, I. **Solano Lopez**, o Napoleão do Prata. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 27.

³⁰ SOUZA JUNIOR, A. **Guerra do Paraguai**. In: História Geral da Civilização Brasileira, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1971, tomo II, vol. 4, p. 301.

de 1864 fixou a força de Linha para circunstâncias ordinárias em 18 mil praças de pré e 24.000 em casos ordinários, podendo este último algarismo ser preenchido com 4.000 Guardas Nacionais destacados”³¹.

Tratava-se, realmente, do mais poderoso exército já colocado em combate por um país sul-americano. Porém, encontrei num documento oficial e confidencial do encarregado da Legação Imperial do Brasil em Assunção, no Paraguai, datado de 19 de setembro de 1864, uma opinião totalmente contrária ao que afirmam os historiadores da guerra. A carta do representante do Império do Brasil, César S. Vianna de Lima ao Conselheiro João Pedro Dias Vieira fazia consideração sobre o exército paraguaio no qual havia, naquela época, 30.000, homens compreendendo 14.000 recrutas “verdadeira fantasmagoria”, péssima organização, falta absoluta de oficiais de alguma capacidade e instrução e “ausência de brio” devido ao estado moral que um regime de ferro produzia³².

Posso concluir citando Schneider, que corrobora a afirmação acima citada quando diz que toda a coragem do soldado paraguaio, selvagem e fanático, era em grande parte devida “a cega dedicação, medo servil e amor fanático por Lopez”³³. Provavelmente toda essa dedicação e fanatismo era devido ao fato de que no Paraguai até 1870 estavam em vigor as “*Leis de Sete Partidas*”, leis de origem espanholas do século XIII, aplicadas em casos de conspiração contra o governo. Em casos de traição, esse antigo código, que permaneceu válido em grande parte da América espanhola, permitia ao chefe de Estado prender e torturar para estabelecer a verdade e punir o culpado com a morte. Como no direito medieval existia a responsabilidade penal coletiva, o erro de uma pessoa comprometia toda a sua família, sem distinção de sexo ou de idade, o que de fato ocorreu durante os cinco anos de guerra e amplamente comprovado pelas fontes paraguaias e brasileiras. Também a submissão dos soldados paraguaios aos seus chefes pode ser explicada pela forma pela qual foram educados pelos jesuítas desde a época colonial, mas que perdurou através dos séculos:

Pois um paraguaio jamais se queixava de uma injustiça, sentindo-se perfeitamente contente com tudo o que seu superior determinasse. Se açoitado, o soldado consolava-se dizendo: se meu pai não me açoitou, quem me haveria de açoitá-lo? Todos chamavam de pai a seus oficiais superiores, que a seu turno chamavam de filho aos soldados. López era chamado taitá guasú, o pai grande, mas também mitá morotí, menino branco e carai ou carai guasú, que quer dizer senhor, ou grande senhor. Quando de serviço, o cabo era obrigado, a ter sempre a mão a vara de açoites, pois era ele que aplicava o castigo, ou palos, podendo, a sua própria iniciativa e responsabilidade, dar três varadas a um soldado faltoso. Um sargento tinha o direito de mandar aplicar doze golpes de vara a um soldado, e o oficial praticamente tantos

³¹ SCHNEIDER, L. **A guerra da tríplice aliança contra o Paraguai**. São Paulo: Edições Cultura, 1945. p. 160, vol. II.

³² ARQUIVO DA MARINHA. Op.cit. Livro VI, doc. 382, p. 05.

³³ SCHNEIDER, op.cit., p. 37, vol. II.

quantos quisesse. Por alguma falta muito grave, ou por qualquer falta cometida diante do inimigo, o oficial comandante, embora não pudesse aplicar ao faltoso a pena capital, poderia estaqueá-lo, e comunicar a ofensa a López, que baixava a sentença³⁴.

A atitude do Marechal Francisco Solano López, presidente da República do Paraguai desde 1862, não foi prevista pelo Governo Imperial, apesar dos constantes avisos da diplomacia brasileira. A documentação oficial de Assunção da Legação Imperial do Brasil, de 19 de setembro de 1864, alertava que:

Tem o governo paraguaio assumido uma atitude hostil à política do Brasil onde a policia paraguaia organizou diversas manifestações populares a favor dessa atitude do governo paraguaio onde Lopez pronuncia discursos violentos contra o procedimento do Império na atual questão com a República Oriental. Lopez em diversas ocasiões conversando declara sua intenção de ocupar a região contestada entre os rios Apa e Branco e a cometer ainda outros atos de agitação³⁵.

É possível deduzir que o Paraguai já nessa data tinha atitudes hostis com clara intenção de guerra, situação que provocou constantes alertas como o ofício de 17 de setembro de 1864, do Barão de Tamandaré ao Comandante da Flotilha em Mato Grosso:

A vista da posição assumida recentemente pelo governo do Paraguai que pode tentar alguma invasão nessa província deve S.S. tomar todas as providencias ao seu alcance para com a Flotilha de seu comando apressando-se a levar ao conhecimento da Província, digo da Presidência da Província a gravidade da situação e a eminência de um ataque por parte das forças daquela República. Como é muito provável que a Legação Imperial em Assunção comunique a mesma presidência o que for positivo a respeito, deixo de dar mais amplos esclarecimentos que podem ser desencaminhados e tornarem-se prejudiciais³⁶.

Outros segmentos da sociedade como a dos políticos³⁷, presidentes de províncias³⁸, comandantes militares³⁹, e autoridades eclesiásticas⁴⁰ também alertavam para o risco de uma invasão no Brasil que, até então, só tinha travado guerras de pequena expressão. Os alertas vinham de todos os lados. Em um bilhete que o Presidente do Conselho de Ministros, datada em 6 de abril de 1865, recebeu do Presidente da Bahia, este comunicava que um húngaro

³⁴ THOMPSON, G. **Guerra do Paraguai**. Trad. Homero de Castro Jobim. Rio de Janeiro: Conquista, 1968. p. 60.

³⁵ ARQUIVO DA MARINHA. op.cit. Livro VI, doc. 382, p. 05.; LOBO, Helio. **As Portas da Guerra**: do ultimatum saraiva, 10 de agosto de 1864, a Convenção da Villa União, 2 de fevereiro de 1865. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.p. 78/79.

³⁶ ARQUIVO DA MARINHA. Op.cit. Livro XIII, doc. 117, p. 71-72.

³⁷ DORATIOTO, F. F. M. **Maldita Guerra**: nova história da guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.98.

³⁸ RELATÓRIO. **Presidente da província de Mato Grosso**: Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, de 10 de outubro de 1864. p.6. Microfilme. Acervo do Centro de Documentação Regional. Dourados-MS.

³⁹ ARQUIVO DA MARINHA. Op.cit. Livro XIII, doc. 1170, p. 70,71; doc. 1171, p. 71,72; doc. 1176, p. 77-81; doc. 1178, p. 81-84.

⁴⁰ GAY, J. P. **Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980. p.33.

recém chegado da Banda Oriental ou de Buenos Aires fizera a confidência que no Paraguai se “preparavam navios com pedras para obstruir o canal”⁴¹.

Apesar de todos os alertas, o Visconde do Rio Branco discursou na tribuna da Câmara dos Deputados, em 11 de junho de 1862: “O Paraguai não pode provocar uma guerra conosco; não está nos seus interesses, não pode desconhecer a desigualdade de recursos que há entre um e outro país”⁴². Porém, em 1864, em face da realidade da agressão, disse o mesmo Rio Branco: Solano Lopez surpreendeu a todos nós. O Jornal da Bahia, em sua edição de 24 de dezembro de 1864, quando o território brasileiro já havia sido invadido pelos soldados paraguaios dizia: “O Paraguai não é uma nação que, pelos seus recursos, possa meter medo ao Brasil”⁴³. Um oficial do próprio exército, o coronel Carneiro de Campos, presidente nomeado para Mato Grosso, ao se dirigir para Cuiabá, a bordo do paquete Marquês de Olinda, foi preso com toda a tripulação e por notável coincidência tornou-se a primeira vítima de tamanho erro de avaliação. Ele mesmo se opôs na Câmara de Deputados a um pequeno aumento nos quadros da Primeira Linha, pois não acreditava na ofensiva paraguaia⁴⁴.

Nessa época, o Brasil não possuía nem um exército suficientemente numeroso, armado e treinado, nem uma administração militar condizente e necessária para o enfrentamento que viria a seguir. Despesas grandes e urgentes tornaram-se indispensáveis; a surpresa da guerra obrigou o Brasil a fazer muitas improvisações, que perduraram durante os cinco anos da guerra.

2.1 NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Muitos comandantes e demais autoridades militares tiveram que assumir novos papéis, atuando em situações urgentes e desesperadoras. Uma comunicação constante no ofício que o General Luis Manuel Osório recebeu de um chefe da cavalaria do acampamento de Santa Luzia define uma situação que se tornou comum nos anos de guerra e pode-se ter uma pálida ideia dos intrincados problemas que envolviam o assunto. O que chama a atenção é que, se confrontarmos as fontes analisadas do início e do fim do conflito veremos que esses mesmos problemas perduraram nos cinco anos que durou a guerra:

⁴¹ ARQUIVO DA MARINHA. Op.cit. Livro V, doc. 326, p. 44 e 45.

⁴² GAY, op.cit. p. 160.

⁴³ Ibid., p. 159.

⁴⁴ CÂMARA DE DEPUTADOS. Sessão de 18 de março de 1864.

19 de março de 1865 – Por não dispôr de certos recursos, vi-me na necessidade de hontem recorrer ao Commandante da Policia da Villa de Santa Luzia afim de me proporcionar meios de mandar vir algum gado para hoje ter como fornecer á força sob meu Commando, collocando-me assim em agente do fornecedor. No dia 17 tendo carneado ás 3 horas da tarde, hontem foi feito esse importante serviço pouco mais cedo; a carne sempre de má qualidade, e não havendo gado para o supprimento de hoje tomei a deliberação acima indicada. Quizera que V.Ex. aqui estivesse para apreciar a maneira por que está sendo dirigido este serviço, aliás importante. O fornecedor não tem pessoal habilitado que possa satisfazer as condições pela quaes é responsável. O gado que pedi foi regulando 100 rezes para o consumo de 2 dias, porém apenas só vieram 74. José Luis Menna Barreto⁴⁵. 13 de dezembro de 1869 - “Continuam os apuros da alimentação a ponto de terem morrido estes dias bastantes soldados por mera inanição⁴⁶”.

Um dos mais impressionantes, significativos e completos relatos que encontrei durante a pesquisa sobre o tema a fome na Guerra do Paraguai foi escrito por Alfredo d’Escragnolle Taunay, amplamente comprovado pelos estudiosos da guerra e através da documentação nos arquivos, em uma de suas obras mestras, a *Retirada da Laguna*, que tem cunho memorialista e um rigor geográfico obsessivo, sendo, hoje, considerada leitura obrigatória para os pesquisadores da Guerra do Paraguai. Narrativa romanceada elaborada em forma de relatório militar, na qual prevaleceram atos de bravura e heroísmo, onde são descritas as agruras de uma expedição brasileira e sua luta contra o inimigo guarani, na região fronteira entre Mato Grosso e o Paraguai. De todas as memórias disponíveis, Taunay é quem relata melhor esse tema e com uma grande riqueza de detalhes. Ele comunicou que:

[...] tinha que attender a tudo, relatar minuciosamente os factos occorridos ao ministro da guerra, aos presidentes de Matto Grosso, Goyaz, Minas e S. Paulo; officiar a muitas autoridades; organizar as partes dos commandantes dos corpos, que incessantemente recorriam a mim; em summa, uma lida immensa, que me obrigava a escrever o dia inteiro, entrando por horas adiantadas da noute e deixando-me exausto e com a cabeça oca⁴⁷.

A expedição não suportou nem dois meses de luta contra os inimigos paraguaios, o frio, a fome devido à falta de um serviço regular de abastecimento, dificultado pela inexistência de estradas, a perseguição dos paraguaios, as queimadas provocadas e o ataque de um inimigo muito mais cruel: o cólera. Continuando, ele narrou:

[...] desde Uberaba começamos a lutar com difficuldades de fornecimento. O Duarte, que viera de Campinas como fornecedor, tivera contínuas desavenças com a Comissão Fiscal. Ahi, em Uberaba, começou a vigorar o contracto com o Fonseca Guimarães, que viera fornecendo a gente de Ouro Preto e nos devia abastecer até Coxim. Todos, porém, nutriam seria apreensões sobre os embarços de sustentação das tropas, o que infelizmente se verificou na maior escala; no Coxim, então, foi um horror! Por enquanto eram regulares as rações⁴⁸. Em todo o caso, não eram mais os horrores da fome e as incertezas do mysterioso pantanal. Ninguém póde imaginar o

⁴⁵ OSORIO, J. L.; OSORIO FILHO, F. L. op.cit., p. 41.

⁴⁶ Cartas de D. Pedro II, p.169.

⁴⁷ TAUNAY, op.cit., 1927, p. 152.

⁴⁸ TAUNAY, op.cit., 1927, p. 27.

que comemos daquela vacca, morta tão a tempo. Não me refiro aos soldados e camaradas, pois esses devoravam com a ferocidade de animais bravios e indomáveis depois de tremendo jejum⁴⁹.

Quando não chegavam as provisões, os soldados tinham que se alimentar com os recursos locais, isto é, utilizando-se quase exclusivamente de frutos silvestres, que os rodeavam: bacuri, murici e o fruto vagem jatobá. Deste último, Taunay relatou, “diante de sua abundância no local, eram feitas colheitas em enormes sacos, sendo depois distribuídos pelas autoridades militares como rações determinadas por lei [...]”⁵⁰. A dificuldade de se conseguirem víveres levou a uma penúria constante e elevação dos preços, chegando a ponto de se comprar, por 1\$000, quatro espigas de milho amarradas em forma de feixe, o que se chamava atilho, endurecidas e comumente utilizadas como alimentos para burros e cavalos,⁵¹ e também quando encontravam, através de informações dos guias, frutas frescas, muito raras naquela região longínqua, inóspita e deserta, e descrita por Taunay:

Que estupendo pomar! Que laranjas deliciosas! E como estava sendo saqueado ou antes aproveitado! Os soldados nem se davam ao trabalho de descascar-as. Mettiam os dentes como as iam colhendo e as devoravam sem a menor demora. Quanto á mim, comi de uma assentada nada menos de 28!⁵²

O historiador militar general Tasso Fragoso, diferentemente da maioria dos que escreveram sobre essa expedição, preocupados em construir heróis, fez uma crítica bastante enérgica e narrou que foi uma “operação militar desvaliosa, célebre apenas por ter se caracterizado pela falta de comida[...]”⁵³. Numa outra frente de batalha, no sul do Brasil, em Uruguaiana, também o exército brasileiro:

[...] sofria de fome, porque passou bastante tempo sem farinha, sem erva-mate, sem fumo e várias vezes sem carne; e de frio e de nudez, porque por aquele tempo a estação invernososa cresceu de intensidade, caíram chuvas em abundância, o frio fez-se sentir mais, e nossos soldados em geral não tinham recebido fardamento, nem soldos para comprar roupas com que se cobrir, chegando a desgraça de alguns, no campo raso em que estava nosso exército acampado, a terem somente uma enxerga velha que dobravam no chão, para nele se sentar, a fim de não se sentarem no meio do barro, e a se cobrirem com um couro fresco, que furavam ao meio para lhes servir de ponche, faltando-lhes absolutamente todo o vestuário, como ceroulas, calças, camisas e blusas⁵⁴.

O que chamou minha atenção quando analisava esses documentos foi a maneira como os soldados combatiam os maiores problemas do dia a dia e as soluções encontradas por

⁴⁹ Ibid., p. 59.

⁵⁰ TAUNAY, A. D. **Memórias**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1946. p. 208.

⁵¹ TAUNAY, op.cit., 1927. p. 39.

⁵² Ibid., p. 146.

⁵³ CIDADE, F. **Síntese de três séculos de literatura militar brasileira**. Apud SOUZA, L.C. Medicina na guerra do Paraguai. p. 496.

⁵⁴ GAY, op.cit. p.119.

eles em território não cultivado e com escassa população. Em vários documentos, pode-se perceber como os soldados, por artifícios individuais, burlavam as carências, mortos de fome, “lançando mão de burros e até de cães”⁵⁵, exaustos, alimentavam-se do que encontravam na natureza, como frutas agrestes e, numa situação desesperadora, consumiram mandioca brava, o que em alguns casos provocou várias mortes por envenenamento, “depois de muitos vômitos e sofrimentos”⁵⁶. Várias vezes conseguiam alimentos roubando o inimigo, como certa vez, dois soldados, penetrando no acampamento paraguaio, sabendo de uma pequena roça de melancia, colheram as frutas e sob fogo cerrado voltaram ao acampamento, “por uma melancia, arriscar a vida! [...] Que desprendimento brutal!”⁵⁷ Quando procurava alimentos, o exército precisava se dispersar, diluindo assim seu poder de luta e defesa e, de qualquer forma, logo consumia tudo em sua área de operação, incluindo os animais de montaria e transporte que acabavam com os raros pastos com maior rapidez ainda. Em outros casos e por um período de tempo bastante curto a soldadesca não tinha, contudo, sofrido fome porque haviam encontrado: “dois vastos canaviais e em roças de abóbora e mandioca bons elementos de nutrição”⁵⁸. A abundância de alimentos era intercalada por frequentes privações, pois a má distribuição e a pouca diversidade de alimentos parece ter sido uma constante na campanha, inexistentes as verduras e os vegetais, o que provocava a captura de animais pertencentes ao inimigo, em regiões vizinhas aos acampamentos⁵⁹. Depois de matarem cavalos e cachorros, os soldados comiam ervas, palmitos, o couro seco assado das cangalhas, farinha, milho seco. É digno de nota, segundo a lembrança de Barbosa:

É tão miserável este lugar que nem ervas encontramos, existe porém, grande quantidade de jeribás que nos salvaram a vida. Diariamente são escalados 20 a 50 homens, para cortar as palmeiras, tirando-se os palmitos que são conduzidos para o acampamento e aí distribuídos às Companhias. Em poucos dias acabamos com os palmitos; estamos agora aproveitando o tronco da palmeira. Cortados em pedaços de 2 metros, racha-se em 4 partes, entregando-se uma a cada soldado que o aproveita, batendo bem com um pedaço de pau sobre o outro mais grosso, até extrair a massa branca do jeribá, que nos serve de farinha depois de seca ao fogo, e o caldo dá um saboroso mingau que comemos com delícia, visto nada mais haver para comer⁶⁰.

Não só os soldados passavam fome, também as *infelizes famílias* que moravam nas regiões invadidas e tiveram que rapidamente se deslocar para outros lugares distantes dos conflitos, sofreram violência, medo, insegurança e com a falta de alimentos e “seu único

⁵⁵ TAUNAY, A. D. **Diário do exército, 1869-1870**. De Campo Grande a Aquidabã a Campanha da Cordilheira. São Paulo: Melhoramentos, 1958, v. III, p.205

⁵⁶ Ibid., p. 83.; SILVA, J. L. R. op. cit., p. 22.

⁵⁷ SILVA, op.cit.p. 53.

⁵⁸ TAUNAY, op., cit.,1958. p.188.

⁵⁹ BARBOSA, op.cit. p.19

⁶⁰ BARBOSA, op.cit., p. 19.

recurso foi um pedaço de carne, que lhes davam como de esmola de sua ração os soldados, quando o podiam fazer”⁶¹. As milhares de famílias, longe de seus lares, diante da invasão paraguaia, obrigadas a emigrar e acampar por tempo indeterminado em locais muitas vezes distantes e desconhecidos, enfrentavam frio e fome nas beiras das matas e rios:

Do frio, por causa dos rigores da estação invernosa que progredia diariamente, e pela falta de roupa, porque o pouco vestuário que tinham levado já se achava quase sem serventia, e careciam de meios para o substituir. De fome, pela falta de mantimentos nos desertos de seu retiro, e porque o pouco gado que tinham conduzido tinha-se em parte perdido, por não ter quem o cuidasse, e o que ficara tinha emagrecido sumamente pela mudança de pasto⁶².

Os camaradas, soldados a serviço particular dos oficiais, esforçavam-se para descobrir qualquer coisa, que ao menos se assemelhasse a alimento, e certa ocasião encontraram um vegetal a que chamavam de carurú, mas que não passava de viçoso capim. Cozido, sem sal, na água pura, foi esse, durante vários dias, o sustento que disfarçou a fome canina, mas que provocou um mal-estar insuportável devido ao intumescimento do estômago e que deixou os soldados num total estado de fraqueza⁶³. Os soldados sentiam a chamada dor da fome, conhecida quando provocava úlcera gastroduodenal com vômitos de sangue e em casos em que se consome muita carne, refeições tomadas às pressas e carência da vitamina C na alimentação, situação comum nos anos de guerra onde as emoções, as preocupações e inquietações contínuas, produziam desarranjos digestivos, que, no decorrer do tempo, se convertiam em úlcera⁶⁴.

O cansaço com as marchas contínuas, os sobressaltos e as tensões reinantes tiveram consequências as mais terríveis para o organismo dos soldados, o sono era frequente e mal se mantinham de pé. Agravava, ainda mais, o estado físico do soldado, as mudanças bruscas da temperatura com as chuvas torrenciais e os campos encharcados intercalados com o calor abrasador e os incêndios provocados pelo inimigo. Situação que resultava em ofícios constantes dos comandantes, nesse caso específico quando o General Manuel Luis Osório pedia farinha, bolacha e charque em 17 de abril de 1866, relatando que “a maior parte se estragou por ter-se molhado” e “muita carne se perdeu nos lamaçais por onde a tropa foi saltando e marchando”⁶⁵. Os acampamentos eram insalubres, em condições higiênicas precárias, os soldados dormiam ao relento, sem barracas e em terreno úmido. Algumas vezes,

⁶¹ GAY, op.cit., p. 103.

⁶² Ibid., p. 108.

⁶³ SILVA, op.cit. p. 84.

⁶⁴ BALBACH, A. **A flora nacional da medicina doméstica**. São Paulo: Edições a Edificação do Lar, 1969. v.I, p. 546.

⁶⁵ ARQUIVO DA MARINHA. Op.cit. Livro VIII, doc. 680, p. 32.

como no dia 18 de maio, os bois que serviam de transporte foram sacrificados para o sustento dos soldados, afirmou Taunay recordando-se dessa questão, entre outras, quando já imperavam a fome e o frio. Os soldados encharcados pela chuva e precisando de fogo para se aquecer, muitas vezes empilharam lenha verde que ardia quase sem labaredas.

Revelou-se nauseante espetáculo, quando os soldados desesperados pela fome tremenda, mataram um boi estafado, quase agonizante. Formando um círculo em torno do animal; cada qual mais ansioso esperando o jato de sangue; uns para o receberem num vaso e o levarem; uns para o beberem ali mesmo. Chegado o momento, atiraram-se todos a ele, os mais afastados e os mais próximos. Mal tinham tempo de cortar a rês; era quase necessário arrancar às mãos dos soldados os nacos, a fim de levá-lo ao local da distribuição: “Os resíduos, as vísceras, até o couro, tudo se desperdiçava ali mesmo e era logo devorado mal assado ou cozido; repulsivo pasto de que não podia deixar de originar-se alguma epidemia”⁶⁶.

Essas descrições, terríveis e desumanas a que eram submetidos os soldados, são comuns nas fontes analisadas e perduraram em todo o período da guerra e em todos os exércitos envolvidos. Intercalando privações e abundâncias nos momentos finais da guerra, junto com grupos de oficiais rio-grandenses, o jovem e também engenheiro militar Alfredo Taunay relatou que entregava como cota mensal, até 12 libras por mês para que um excelente cozinheiro providenciasse almoços e jantares dignos do nome⁶⁷.

Não eram poucos os gastos necessários para subsistir nos campos de batalha. Benjamin Constant, no período de um ano (1866-1867) em que participou da Campanha do Paraguai, narrou em suas Cartas da Guerra que gastava até com a alimentação de sua montaria, devido aos péssimos pastos daquelas regiões do Paraguai. Sua passagem pela guerra foi relativamente curta e pouco expressiva sob o ponto de vista militar, afastando-se para obter tratamento médico no Rio de Janeiro. Como oficial do exército, Benjamin Constant Botelho de Magalhães chegou, na carreira, à patente de tenente-coronel e, por força de uma promoção política logo após a instauração da República no país, à de general-de-brigada⁶⁸. Durante o tempo em que participou da guerra se correspondeu com algumas pessoas, como seu sogro, seu irmão e amigos mais próximos, confidenciando para sua esposa, Maria Joaquina: “não podes imaginar a vida desgraçada que passa um militar em campanha”⁶⁹ e a quem pedia constantemente “dois vidros com pimentas a ver se levo melhor esta morrinhenta

⁶⁶ TAUNAY, A. D. **Retirada da Laguna**. 15. ed. São Paulo: Biblioteca do Exército, 1959.

⁶⁷ TAUNAY, A. D. **Recordações de guerra e de viagem**. Brasília: Senado Federal, 2008, p. 81.

⁶⁸ LEMOS, R. **Cartas da guerra**: Benjamin Constant na campanha do Paraguai. Rio de Janeiro: Museu da Casa de Benjamin Constant, 1999, p. 11.

⁶⁹ Ibid., p. 72.

carne que por aqui se come”⁷⁰. Constant recebia da sua família produtos diversos: sabonete, escova de dente, óleo para cabelo, papel e lápis, pente, roupas, pimenta e fumo.⁷¹ Como registro da experiência humana as suas cartas são de uma riqueza multifacetada bastante valiosa, e “proporcionam o enriquecimento da compreensão da importância que a guerra teve para a formação subjetiva da geração que dela participou e, nas décadas seguintes, assumiu importantes papéis no enredo social e político do país”⁷². Nelas expôs suas opiniões e impressões sobre inúmeros aspectos acerca da guerra, como também, suas ansiedades, preocupações cotidianas nos espaços bélicos e angústias de um homem que participou do conflito. São 67 cartas em que relatou as dificuldades estruturais que o Exército Aliado enfrentava, entre eles, a falta de material adequado para o combate e de alimentos, carências facilmente detectadas, pois no conflito desempenhou duas funções: a primeira era encarregada pela fiscalização dos fornecimentos, sendo em seguida nomeado para a Comissão de Engenheiros.

As cartas particulares trocadas durante a guerra, que não tinham intuito de publicação, são de suma importância para os historiadores, na medida em que oferecem informações diversas sobre o conflito. Em geral, a escrita é transparente e em algumas cartas há severas críticas aos comandantes. Benjamin Constant observou que as condições de subsistência eram duras, mesmo para um oficial, se fosse pobre, na sociedade daquela época. Fora a carne e a farinha fornecidas para o churrasco, preparado pelo soldado ou ordenança do oficial, praticamente todo o restante devia ser enviado pelos parentes no Brasil, ou obtido, através de comerciantes que acompanhavam ávidos, os exércitos, enriquecendo-se com a venda a preços exorbitantes de alimentos, bebidas, roupas, fumo, sabonete, etc.

Os oficiais de maior poder aquisitivo podiam obter melhores condições que os outros soldados, sem famílias ou muito pobres, alguns deles “especulando com a penúria dos companheiros e até soldados vendiam alimentos a preços exorbitantes”⁷³. Provavelmente conseguiam negociar devido ao fato de que quando chegavam, os víveres primeiramente eram distribuídos aos oficiais, o que provocava queixa dos soldados: “o arroz, a farinha e o feijão não chegavam para eles, mas sim para os oficiais”⁷⁴. E continua o relato: “Acabei de almoçar um prato de carne-seca muito salgada e mal assada com um pirão cor de terra que o soldado

⁷⁰ LEMOS, op.cit. p. 58.

⁷¹ Ibid., p. 102.

⁷² Ibid., p. 17.

⁷³ TAUNAY, 1946, op.cit.p. 171.

⁷⁴ MARTINS, A. I. O. **A participação de Goiás na guerra do Paraguai (1864-1870)**. Dissertação (mestrado). UFG, 1983. p. 81.

[...] com farinha e uma xícara de café (com as [...] malditas moscas)”⁷⁵. Em 3 de outubro de 1866, registrou sobre as condições de vida dos soldados: “No campo, a cama é um pedaço de couro atirado no chão, o travesseiro o selim. Tem-se por teto o céu estrelado e para colchão a macega do campo. Toma-se mate chimarrão, bebe-se água dos pântanos onde ainda há cadáveres em putrefação e come-se churrasco”⁷⁶.

As correspondências, de um modo geral, de oficiais ou praças, principalmente as escritas para suas famílias, tinham como eixo central as dificuldades que sofriam e a luta pela sobrevivência nos duros tempos de guerra. Um dado sempre se sobressai e que se percebe com bastante clareza: os assuntos mais tratados eram as dificuldades que passavam como fome e doenças, a saudade da família, o desejo de voltar para casa e as críticas frequentes aos dirigentes da guerra. O Marechal Câmara escrevendo para sua esposa Maria Rita, por motivos sentimentais, saudoso do lar, narrou com simplicidade os principais episódios da luta e suas dificuldades, prestando uma valiosíssima fonte para a História. Aliás, essas cartas são preciosos documentos sobre a campanha: “O Marquês convidou-me para ir a Chaco ver a picada que alli se faz; de lá voltei doente pelo cansaço, pelo calor e pela fome”⁷⁷.

Com poucos recursos, suboficiais e soldados lutaram pela existência. A preocupação maior era vencer a fome e as doenças e não o inimigo paraguaio. O soldado, com um soldo miserável, não raro atrasado em até um ano, custeio que o Governo Imperial lutava com dificuldades para manter ou devido provavelmente à vontade do Comando de economizar com o pagamento dos que morreriam, foi fato fundamental para o destino da guerra, mas que:

[...] com dificuldades cobriam as despesas urgentes, dando ensejo a privações injustas, mal cabidas, tanto mais que o commercio reputava os gêneros de primeira necessidade por preços exageradissimos, só accessíveis aos officiaes empregados nos estados maiores, cujas gratificações reforçavam o soldo”⁷⁸.

No exército brasileiro, formado por homens oriundos de várias regiões do país, muitos bisonhos e matutos⁷⁹, com costumes e hábitos alimentares diferentes, a alteração da alimentação se constituiu um problema, que começou imediatamente com a saída de seus estados de origem. José Luiz Rodrigues da Silva, veterano da campanha, apesar de alguns exageros de seus escritos, recordou-se dessa grave questão, entre muitas outras, nas quais fazia críticas severas ao Governo Imperial:

⁷⁵ LEMOS, op.cit.p. 82.

⁷⁶ Ibid., p. 50.

⁷⁷ CÂMARA, R.P. O marechal Camara: sua vida militar. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1970. p. 209.

⁷⁸ SILVA, op.cit. p. 109.

⁷⁹ TAUNAY, op.cit., 1946. p. 6.

Os generos alimenticios, de qualidades invariaveis, insufficientes, distribuidos ainda mais a secco, na ausencia do trem de cozinha e outros misteres de commissariado, quando acampavamos com certa permanencia; o fardamento improprio ás estações, mal confeccionado e assim mesmo não alcançando a todos os corpos, a officialidade, a excepção do Commandante e Fiscal, marchando a pé pela exigüidade de meios pecuniarios para aquisição de cavalgadas, e a quem, como dissemos algures, também não se permittia o fornecimento de viveres por conta da nação, nem um adiantamento para desconto, tudo isso, por ultimo, pesava grandemente na balança dos maus tratos a que se obrigavam cruelmente, deshumanamente, os pobres servidores que, impulsionados por um patriotismo sem igual, quase, nos paizes civilizados, supportavam com animo sereno, estoicismo requintado, as injustiças, e até a ignorancia criminosa dos nossos pro-homens de governo⁸⁰.

Não se esqueceu também de outros males, entre eles, a fome, a doença, e em consequência a deserção e o roubo, que o exército e a marinha enfrentavam quando se deslocavam para o Paraguai:

Os soldados espalhavam-se em varias direcções em busca de alguma fruta agreste ou raiz tuberosa, capazes de alimentação, e regressavam ainda mais enfraquecidos por não depararem com cousa alguma. As baixas á enfermaria, por debilidade penetrante, tomavam vulto inquietador e, multiplicando-se todos os dias, foram suspensas devido á ausência de commodos próprios e alimentos. Os obitos subiam a grande numero; a contingência angustiosa invadia a divisão, que se desfalcava sensivelmente. Os diminutos animaes de montaria e carga, iam desaparecendo sob o cutelo afiado das victimas diárias da fome desesperada. A soldadesca, aos magotes, de armas embaladas, desertava para as picadas e caponetes, onde, ao assalto, assenhoreava-se dos comboios que venciam as difficuldades da viagem⁸¹.

Todas as memórias aqui analisadas foram publicadas depois do final da guerra, portanto, seus autores estavam livres de serem penalizados com os artigos de guerra, código de leis que julgava os soldados que fizessem críticas ao comando geral.

No tempo do comando do General Osório a *etapa* se limitava a carne em abundância (1 rês para cada 60 praças de cavalaria ou 80 de infantaria), pouca farinha e erva-mate. Com a mudança de comando para o General Polidoro houve aumento de farinha para privilegiar os soldados do norte que gostavam e estavam habituados a esse alimento; com o Marquês Caxias introduziram-se feijão e carne seca e com o Conde D’Eu foi fornecida uma lata de sardinha de Nantes. Essa distribuição pouco equilibrada de alimentos deu motivo a um versinho de origem anônima muito difundido e conhecido em todos os acampamentos por onde esteve Dionísio Cerqueira, que relatou:

Osório dava churrasco
E Polidoro farinha
O marquês deu-nos jabá
e Sua Alteza sardinha⁸²

⁸⁰ SILVA, op.cit. p. 122.

⁸¹ Ibid. p. 83.

⁸² CERQUEIRA, D. E. C. op.cit. p. 112.

Continuando, Cerqueira lembra com ironia das “bolachas duras como tábuas, que poderiam, em caso de necessidade, servir de metralha”⁸³, e “as línguas eram muito cubiçadas, mas tocavam sempre ao quartel-mestre e seus amigos, entre os quaes estava sempre o commandante”⁸⁴. A fome, aliada à fadiga, cobrava pesados tributos à soldadesca. No ofício do dia 11 de outubro de 1869, o Brigadeiro Resin assim se exprimiu a respeito dos trabalhos de melhoramentos e construção de estradas, mas que:

Querer exigir trabalho braçal de soldados enfraquecidos pela falta de alimentos é na verdade cruel. Nem se creia que aqui meia ração de carne é como em outra qualquer parte. As reses vêm magríssimas, são pequenas; seu peso pouco mais deve ser de cinco arrobas: assim, pois o que aqui se distribui por cada soldado não chega a uma libra. Neste mês só se têm recebido três rações de farinha e nada mais. Não se encontra em todos os arredores um a única raiz de mandioca⁸⁵.

José Inácio Garmendia, general argentino, testemunha ocular, descreveu em seus *Recuerdos de la Guerra del Paraguai*, a construção de uma estrada de 11 km de extensão, da região ao norte do porto de Santa Tereza até à foz do arroio Vileta:

Os ardores de um sol de dezembro no Paraguai, os calores saturados de miasmas pútridos dos esteros, os insetos mortíferos, que tornaram a vida desesperadora, o excessivo trabalho de uma obra de guerra, cujo êxito dependia da rapidez da construção, nada arredou nossos aliados, e seu general devia sentir-se orgulhoso, quando em 23 via a obra concluída⁸⁶.

Um contingente de recrutas mal alimentados e fracos, construindo estradas e pontes para o deslocamento das tropas, balsas para transporte sob as ordens de jovens engenheiros que também como eles não tinham experiência nenhuma e sofrendo constantes ataques-surpresa dos inimigos, conseguiam sob duras penas, enfrentar o cotidiano da guerra, mas pagaram com milhares de vida um pesado ônus:

Infelizmente, porém, os soldados do 1º Batalhão de voluntários da Pátria se achavam extenuados de fadiga, porém, sem comer, tinham caminhados duas léguas a pé a marche-marche naquele dia, carregando sua bagagem, e quase todos eles eram recrutas que, pela primeira vez, viam o fogo do inimigo; não se podia, nem se devia esperar que esse batalhão fizesse naquela ocasião, o que teria feito um batalhão descansado, veterano e aguerrido⁸⁷.

Enfrentando a escassez dos alimentos, outro grave problema surgiu no acampamento militar, que foi a contaminação registrada inúmeras vezes por Taunay:

[...] e comeram tristemente uma carne viciada mas com muita pimenta do reino, o aspecto era mau, não me fiz de rogado com a fome que me torturava o estomago e aceitei um pedacinho de carne com arroz, depois senti-me enjoado e logo me acudiu sinistro pensamento, estou com cholera, corri e provoqueei vômitos, foi o que salvou,

⁸³ CERQUEIRA, D. E. C. op.cit. p.73.

⁸⁴ Ibid., p. 155.

⁸⁵ TAUNAY, op.cit., 1958. P.206, 207.

⁸⁶ CAMARA, op.cit.p. 215.

⁸⁷ GAY, op.cit. p. 50.

pois todos os que comeram aquela carne tão picantemente adubada estavam mortalmente atacados do horrível morbo⁸⁸.

No depoimento de outro veterano Antonio Maria Fragoso, porta-bandeira do 27º de Voluntários, observou-se como a alimentação era inconstante nos anos de guerra “Já fazia quatro dias que só comíamos bolachas duras e dormíamos ao relento - quando nos anunciaram que, naquele dia 24, seria distribuída carne aos batalhões que deviam fazer o reconhecimento no campo inimigo”⁸⁹.

Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira e Francisco Pereira da Silva Barbosa, soldados que participaram da guerra, deixaram relatos riquíssimos de informações e também oferecem fartas descrições sobre as condições de guerra e a alimentação distribuída nos acampamentos. Cerqueira escreveu o seguinte:

As moscas eram tantas, que difficilmente o bocado nos chegava a boca sem uma dúzia d'ellas. A carne que algum cosinheiro providente dependurava nos laços para amoxamar, ficara coberta rapidamente das larvas brancas das varejeiras. Lembro-me de um companheiro, que cansado de dar combate ás moscas e desanimado coma multidão infrene, resolveu machucar no pirão ou no arroz as mais impertinentes e tragal-as, Vi-o uma vez tomar uma chicara de ferro estanhado, cheia de vinho Carlon muito surrupa, comprado numa carreta próxima, e bebel-o coando nos dentes a massa de moscas que o engrossavam, cuspindo-as depois ⁹⁰. Onde ardia lenha escassa e fumosa e engordando detestável guisado de carne cheia de terra! Os mais exigentes, os que gostavam de passar bem, pobres rapazes, cozinhavam pedaços de abóbora e engolias a pitaça desprezível, rilhando nacos duros de churrasco mal assado⁹¹.

O diário de Barbosa comenta as batalhas, as marchas, os conflitos com oficiais, as doenças, a fome, bem como a situação das mulheres e das crianças paraguaias. Segundo ele, carregava-se a carne crua no embornal e na hora de cozê-la ou assá-la, se em algum sítio havia falta de lenha, o único recurso improvisado era estrume de animais o que dava ao cozimento da carne um cheiro e sabor desagradabilíssimo⁹². Algumas vezes, próximo ao acampamento, avistavam-se plantações, como por exemplo, um grande mandiocal, o suficiente para uma refeição regada ao restante da aguardente que sobrara do jantar. Na falta de provisões oferecidas pelo exército roubava-se a “boa roça de mandioca e milho verde” das plantações indígenas.⁹³ Ainda havia a presteza, a criatividade e a agilidade dos “camaradas” que, na falta dos alimentos fornecidos pelo exército, socorriam as necessidades de seus comandantes, pois sempre achavam uma forma de preparar as refeições:

⁸⁸ TAUNAY, op.cit. 1958. p.1 37.

⁸⁹ OSÓRIO; OSÓRIO FILHO, op. cit. p. 213.

⁹⁰ CERQUEIRA, op. cit. p.73.

⁹¹ Ibid., p.52.

⁹² BARBOSA, op. cit. p. 3.

⁹³ Ibid., p.5

Felizmente o Albino, obteve por bom dinheiro, um pedaço de pão velho e negro e outro de salsichão e um pouco de carne fumada, e assim tive nesse dia um oníparo jantar (e sem amigos). Maior parte de meus colegas nem para ceia obtiveram, só recebendo carne e farinha no dia seguinte, e assim passou o Batalhão dois dias cruéis⁹⁴.

No Paraguai, nunca se conseguiu a marcha em conjunto de todas as forças porque, em geral, o terreno era acidentado, coberto de matas virgens, serras íngremes, lagoas inacessíveis, banhados e rios. Inóspito e desconhecido. Ausente de recursos locais, os abastecimentos tinham que ser trazidos de regiões distantes e com grande dificuldade porque o alimento principal da tropa aliada era a carne de gado, conduzido vivo e abatido no acampamento, sendo raros os vegetais e inexistentes as verduras. A ingestão de carne cansada podia ser fatal e os ventos frios do inverno acarretavam pneumonia e outras doenças respiratórias que nada podia deter⁹⁵. Essa alimentação precária, produto deficiente em proteínas e sais minerais, facilitava a proliferação de anemias ou então de infecções oportunistas.

O total desconhecimento da geografia paraguaia provocou situações inquietantes como no caso do acampamento em São Joaquim em que as tropas ficaram acampadas durante muitos dias, sofrendo todos os tipos de privações e sem mantimentos, sendo que mais tarde se descobriu com a abertura de uma picada que o acampamento só estava localizado a oito léguas do socorro⁹⁶. Em relação ao abastecimento das tropas que marcharam para Mato Grosso, ameaçadas de fome devido à desarticulação da produção agrícola resultante da invasão, faltando víveres para os soldados, e com forragens impróprias para os animais, arrancadas dos campos alagados, que os enfraquecia e os leva à morte, a situação era precária e mais difícil que no sul, devido às dificuldades de comunicação e de transporte. Em suas anotações, transformadas em narrativas de campanha, Alfredo d'Escagnolle Taunay presenciou os acontecimentos que pôde registrar durante a marcha até o Paraguai:

Começou então um período de enorme sofrimento, ameaçados na conservação da vida pela falta absoluta de víveres . . . os soldados se viam reduzidos a chupar o miolo da palmeira mbocayá, conhecido em outras províncias por macaúba, bocaiúva e também côco de catarro, miolo que os índios do sul de Mato Grosso denominavam especialmente “namucul” e de que fazem grande consumo em épocas de apuro⁹⁷. [...] a penúria de víveres era tal e a tão desesperado estado chegara, que a alimentação em geral era quase exclusiva de frutos do mato, sobretudo jatobás, cuja abundância tomava visos de providencial. Tentávamos também comer carne de um tamanduá morto pelos soldados, mas era tal o gosto de formiga que desistimos do intento, já se sabe, pago o indispensável tributo de novas e penosas náuseas e vômitos, pois os

⁹⁴ BARBOSA, op. cit. p.6

⁹⁵ DE MARCO, M. A. op.cit. p. 158.

⁹⁶ SILVA, op. cit., p. 90.

⁹⁷ TAUNAY, op.cit., 1946, p.178.

nossos pobres estômagos nada mais continham para poder ser deixado fora.⁹⁸ Entretanto, aqueles que tinham mais alguma iniciativa, trataram sem demora, de derrubadas para entregarem á terra parcas sementes, cuidadosamente trazidas, e assim prepararem melhor futuro. Fez o solo maravilhas e a primeira colheita, douz meses depois, trouxe repentina e estupenda fartura de cereaes. O grão que nelle cahiu achou-se em breve multiplicado de maneira extraordinaria, provincial, e quantas se acoutaram na umbrosa e hospitaleira serra tiveram um pouco mantimentos de sobra, muito além das mais exageradas esperanças⁹⁹. [...] outros momentos foram agradáveis e pittorescos, a comermos excelentes peixes e abundandíssima e gostosa caça, verdade é que tudo preparado com “sebo de boi”.¹⁰⁰ Levava o Catão optimo camarada chamado Carneiro Leão e filho de Minas, tal qual o famigerado estadista marquez do Paraná, por cima bom cozinheiro, sempre risonho e procurando dar-nos apetitosos guizados. Um dia encontrou uns pés de pimenta e uma plantação abandonada de quingombôs e nos regalou um verdadeiro banquete em que de certo, houve lacunas, não faltou o appetite¹⁰¹.

Mesmo nos anos finais da guerra a alimentação do exército era irregular e quase sempre deficiente. Em relatório de 18 de outubro de 1869, lê-se o seguinte:

As necessidades das tropas são bastante sérias. A nutrição insuficiente, seguindo-se sem transição à outra habitualmente substancial, traz imediatas conseqüências mórbidas a que resistem melhor os organismos já depauperados. Assim, pois, vêem-se soldados, desesperados de fome, mostrarem sinais repentinos de grande sofrimento; outros mais resolutos lançam mão do palmito de jeribá, cuja palha ainda são obrigados a carregar para darem aos animais algum alimento¹⁰².

No relatório de 19 de outubro de 1869, ainda mais:

À soldadesca foram dadas rações de extrato de carne; entretanto a estranheza do alimento e a ignorância que presidia a preparação, aliás mui simples, de caldos inutilizou quase toda a porção entregue aos corpos. De preferência procuravam os soldados os palmitos, frutos silvestres, uma espécie de cardos do campo ou tunas e com esses alimentos da ocasião procuram sanear a carência de municiamento¹⁰³.

Dentre os estrangeiros que visitaram o Paraguai na época da guerra, merece destaque Richard Francis Burton (1821-1890), que esteve duas vezes nos campos de batalha, entrevistou generais e conversou com soldados aliados entre 15 de agosto e 5 de setembro de 1868 e de 4 a 18 de abril de 1869. Era um inglês excêntrico de espírito aguçado e temperamento crítico, com desenvolvida capacidade de observação, que frequentou o Trinity College, em Oxford e passou a vida mergulhada em aventuras, boa parte delas retratada em seus próprios escritos. Soldado e explorador, cientista e naturalista, escritor e tradutor, agente secreto e diplomata, era um homem de boa aparência e muito instruído, pois falava cerca de

⁹⁸ TAUNAY, op.cit., 1927, p. 56.

⁹⁹ Ibid., p.76.

¹⁰⁰ Ibid., p. 63.

¹⁰¹ Ibid., p. 109.

¹⁰² TAUNAY, op.cit.,1958. p. 203.

¹⁰³ Ibid., p. 204.

30 línguas, além de alguns dialetos. Escreveu sobre a guerra, utilizando o esquema de XXVII, cartas-reportagens endereçadas a um destinatário anônimo, cujo nome começava com Z. Sua narrativa é a de um homem experiente na arte da guerra.

Burton não escondeu o conceito que fazia dos paraguaios, cujo atraso era sócio, político e econômico atribuído ao “despotismo religioso, debilitante e embrutecedor dos jesuítas”. Ao mesmo tempo, reconheceu a “tenacidade de buldogue e o heroísmo semi compulsivo de uma Esparta pele-vermelha” do povo guarani. Também não escondeu claramente a simpatia pelo Brasil, talvez devido a ter conquistado a amizade de D. Pedro II.¹⁰⁴ As Cartas de Burton revelam episódios negligenciados pela História Militar brasileira com o rigor de uma testemunha ocular e merecem ser lidas com atenção por todos aqueles preocupados com a história da Guerra do Paraguai.

Além da grande quantidade de documentos que retratam a irregularidade do abastecimento de gêneros e a fome que os combatentes tiveram que enfrentar em grande parte dos cinco anos que perdurou a guerra, encontro essa informação em *Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai*, obra pouco conhecida e citada pelos brasileiros, mas referenciada por Tasso Fragoso como fonte de consulta em sua magistral obra sobre a Guerra da Tríplice Aliança. Ao visitar Humaitá em 1868, descreveu, por exemplo, um peculiar acampamento militar:

Os homens estavam em excelentes condições, bem vestidos, bem alimentados e também bem armados. Carne era o que não faltava, e até os cachorros era roliços como os cavalos. Pobrementemente azotada, de bois não castrados e abatidos aos dois ou dois anos e meio de idade, a carne aqui é esponjosa, mas ainda assim bem mais nutritiva do que no Brasil. Tudo tem que ser da melhor qualidade possível de aquisição e os contratos são publicados anualmente num anexo ao Relatório do Ministério da Guerra¹⁰⁵.

Escreveu Burton que, além da carne, normalmente faziam parte da alimentação semanal mandioca, mate, sal, charque, bacalhau, toucinho, feijão preto, arroz e legumes. Também os soldados recebiam café preto, de manhã e à noite, tabaco e uma garrafa de cachaça para cada grupo de seis pessoas. Os brasileiros, em sua opinião, eram como os irlandeses, “para quem se o pão é à base da vida, o uísque ou a cachaça é a própria vida”¹⁰⁶.

¹⁰⁴ TAUNAY, op.cit.,1958. p. 7-9.

¹⁰⁵ BURTON, R.F. **Cartas dos campos de batalha do Paraguai**. Trad. José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.p. 290

¹⁰⁶ Ibid., p.290.

2.2 NA ESQUADRA IMPERIAL

A falta de gêneros alimentícios também era bastante sentida na Armada Imperial. Inúmeros soldados marinheiros eram meninos de pouca idade, de 7 a 12 anos, que foram enviados à guerra sem treinamento algum, através de batalhões navais, sofrendo com os marinheiros mais velhos todos os horrores que uma situação bélica acarretava.

Em ofício do dia 21 de janeiro de 1865, dirigido ao Barão de Tamandaré, João Propício Menna Barreto, referente à movimentação de tropas, “solicita víveres e demonstra receio que se desenvolva uma epidemia devido a aglomeração dos marinheiros e falta de cômodos”¹⁰⁷. Outra carta de 6 de junho de 1865, de Francisco Manoel Barroso da Silva, informou ao Almirante Tamandaré que “quase todos os mantimentos trazidos pela escuna *Betys* estão estragados”¹⁰⁸. Solicitou ainda a Tamandaré o envio de carne, bolachas e farinha. Nesse documento é possível ter uma pálida ideia de como era o cotidiano de um soldado em guerra. Informou ter muita gente doente e demasiada mortandade. Pediu um pacote (indicou o Apa) para andar rio acima e abaixo, trazendo notícias, rebocando embarcações de carvão e mantimentos e conduzindo oficiais da marinha e soldados doentes. Não tendo comida suficiente, insuficiência que certamente acarretou sérios problemas aos marinheiros e até mesmo perigosas e bruscas mudanças de dieta que incluíam alimentos em conservas, estas últimas muito presentes na armada e no exército, e que sempre resultava em males ao sistema digestivo.

Além da falta de medicamentos e pessoal médico, o grande número de homens em espaços limitados, gerou situações que provocaram grande quantidade de ofícios desesperados às autoridades responsáveis. A situação de subsistência dos imperiais marinheiros era mais séria que a dos soldados do exército, pois passavam muito tempo confinados dentro de pequenos espaços de uma embarcação e na falta de alimentos tinham pouca chance de procurar se abastecer com recursos do meio ambiente, a não ser quando os navios eram obrigados por uma razão ou outra a ficar ancorados na beira dos rios e os marinheiros podiam descer procurando alimentos nas matas ou vilas próximas.

É possível imaginar o desconforto e os problemas enfrentados pela aglomeração de indivíduos, em alguns casos de até 2.500 marinheiros, a bordo de um paquete, imobilizado no meio de um rio, com calor abrasador e com pouca alimentação.¹⁰⁹ A documentação analisada

¹⁰⁷ ARQUIVO DA MARINHA. Op.cit. Livro IX, doc. 829, p. 41.

¹⁰⁸ Ibid. Livro VII, doc. 489, p. 14, anexo 3.

¹⁰⁹ SILVA, op.cit.p. 22.

não informa a capacidade das embarcações, mas que elas eram muito utilizadas durante boa parte da guerra e após ela, na condução das tropas mobilizadas e desmobilizadas, de inválidos, prisioneiros paraguaios, empregados civis, bem como no abastecimento de suprimentos em geral que eram fornecidos à marinha e ao exército.

Quando faltavam os alimentos em conserva, ou seja, enlatados, os combatentes eram obrigados a comer da variedade nativa, o que causava sérios problemas gastrintestinais como, por exemplo, diarréia e disenteria, deixando os marinheiros fracos e indispostos para enfrentar a dura rotina dos treinamentos e batalhas com constantes bombardeios noturnos. Quando fugiam eram considerados fracos e covardes e julgados pelo Conselho de Guerra. É dignos de nota como esses casos eram relatados com frequência na documentação analisada encontrada no Arquivo da Marinha: a carta de Francisco Manuel Barroso da Silva em 10 de maio de 1865 informa que “há muita gente nos navios”¹¹⁰. Outra situação grave para os soldados que “chegavam do norte, empilhados em maus transportes”¹¹¹, tinham que enfrentar era o enjôo de mar que atingia não só os marinheiros, mas também toda a soldadesca transportada via marítima das mais longínquas regiões do país. Charles Expilly define bem a agonia que era o transporte marítimo naquela época:

Conheceis essa terrível enfermidade que aperta o estômago, desloca o coração, fustiga entranhas sem cessar, tira o apetite, a memória, o desejo de viver e vos arroja, desgostoso de tudo, entre tábuas de uma cabine? Esse pavoroso suplício, ao qual certas organizações não podem resistir, e para o qual não existe remédio, chama-se enjôo de mar¹¹².

Diante dessa situação catastrófica eram comuns cartas de imperiais marinheiros que escreviam para seus familiares relatando as desventuras como militar, cartas que mostram passagens impressionantes como “tenho sido infeliz na Marinha de Guerra e solicito a minha retirada do campo de batalha”¹¹³. Por mais que a documentação oficial mostrasse o empenho do alto comando de suprir as necessidades básicas “aprovando os contratos para fornecimento de pães frescos e bolachas para a esquadra”¹¹⁴, com muita frequência essas ordens ou não eram cumpridas ou demoravam a chegar; “isto explica porque passamos um dia e dois sem provar bocado”¹¹⁵. Outra carta, com o mesmo teor de desespero e urgência, pede “farinha, mantimentos e armamentos”¹¹⁶.

¹¹⁰ ARQUIVO DA MARINHA. Op.cit. Livro VII, doc. 479, p. 9.

¹¹¹ TAUNAY, op.cit., 1927. p.6.

¹¹² EXPILLY, CHARLES, Mulheres e costumes do Brasil, p.56.

¹¹³ ARQUIVO DA MARINHA. Op.cit. Livro IX, doc. 806, p. 25, anexo 2.

¹¹⁴ Ibid. Livro II, doc. 287, p. 74.

¹¹⁵ PALLEJA, L. Diálogo de la Campaña de las fuerzas contra el Paraguay. In: FRAGOSO, A. T. História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957. vol.II, p. 408.

¹¹⁶ ARQUIVO DA MARINHA. Op.cit. Livro VII, doc. 478, p. 9.

Dom Pedro II, preocupado e sensibilizado, fez algumas indagações e observações sobre a situação ao escrever para o Barão de Cotegipe, Ministro da Marinha e de Estrangeiros, de 1868 a 1870. Primeiramente fez uma crítica velada sobre a alimentação que lhe parecia pouco nutritiva e depois sugeriu que o Barão deveria ter consultado pessoas competentes, pois *“a alimentação que o Sobreira calcula para a guarnição de nossa esquadra do Paraguay parece-me, pelo menos, pouco nutritiva; mas o Sñr ouvirá decerto as pessoas competentes sobre o assumpto”*¹¹⁷.

Figura polêmica, D. Pedro II, para alguns analistas “pai da pátria” e para outros um teórico que não dava nenhum valor aos militares e não conseguiu atenuar e resolver os graves problemas enfrentados durante todo o período da guerra. Urgem trabalhos referentes a este aspecto para quem quiser pesquisar a atuação e a relação de D. Pedro II com a Guerra do Paraguai, o que não é o objetivo central deste trabalho. Ele mesmo admitiu que respeitava as restrições a sua ação em matéria de política.¹¹⁸ Apesar disso tinha outras preocupações, como esclarece Wanderley Pinho:

[...] era um colaborador insistente, constante, exigente, da administração, a perguntar e a aconselhar a toda hora, desde os esgotos dos arsenaes á “bóia” dos marinheiros; das reclamações dos presos aos salários dos operários; da redação de decretos, notas e instruções diplomáticas aos relatorios dos ministros. Desdobrava-se a visitar repartições, quartéis, officinas, collegios; assistindo exames; estudando todos os papeis; aprofundando todos os assumptos. E ainda, deante de seus ministros, se apresentava como o procurador da opposição e o curador dos humildes¹¹⁹.

Uma outra situação, tão grave como a falta de mantimentos já que os atingia diretamente, foi o orçamento vigente. Ele não comportava acréscimo de despesas, e já em 11 de novembro de 1864, portanto antes de começar a guerra, o problema havia sido levado ao conhecimento do Ministério dos Negócios da Marinha¹²⁰. E em muitos casos os marinheiros deixaram de receber seus soldos porque seus comandantes tiveram que “pagar a carne fresca”¹²¹.

¹¹⁷ PINHO, W. Carta do imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe. São Paulo: Companhia das Letras, 1933. p. 161.

¹¹⁸ Ibid., p. 5.

¹¹⁹ Ibid., p. 6.

¹²⁰ ARQUIVO DA MARINHA. Op.cit. Livro II, doc. 227, p. 11.

¹²¹ Ibid. Livro VII, doc. 494, p. 17.

2.3 NOS DEMAIS EXÉRCITOS

Uma situação análoga verificou-se nos acampamentos dos demais exércitos, tanto dos aliados como dos paraguaios. André Rebouças relatou a situação de penúria em que viviam os soldados paraguaios, constantemente famintos, praticamente sem roupas e carecendo de todo tipo de recursos materiais. Em um dos inúmeros combates travados, observou que:

[...] ainda durava o combate, e já os nossos soldados lastimavam a nudez e a magreza dos prisioneiros e feridos que caíam em nosso poder! Diz-se que alguns foram mortos comendo carne tirada nos bornas de nossos soldados. Feridos muitas vezes bem gravemente comiam vorazmente farinha e carne que lhes oferecia¹²².

Por ocasião da invasão da Vila de Uruguaiana, os soldados a princípio viveram do que encontravam. Tudo indica que significava tomar alimentos da população civil, uma espoliação familiar que explicava porque durante a aproximação do exército invasor levava os habitantes a fugir desordenadamente, deixando para trás plantações, casas, criações domésticas e tudo aquilo que não podiam levar. Mas com o passar dos dias, com a alimentação diminuindo, a miséria a que estavam reduzidos os soldados paraguaios tornou-se extrema, pois mesmo que se encontrassem os alimentos da população fugitiva, o exército precisava se dispersar, diluindo, assim, seu poder de luta e, de qualquer forma, logo consumia tudo em sua área de operação:

[...] eles tinham a princípio, gastado com prodigalidade e mesmo inutilizado, por malvadez, os grandes recursos de víveres que aí encontraram, pensando demorar-se menos tempo naquela vila. Em consequência, os comestíveis lhes tinham faltado. Havia tempo que eles se sustentavam com carne de égua, de cavalo, de gato, de cachorros, de ratos e de outros insetos, que podiam encontrar dentro dos muros de Uruguaiana¹²³.

Poucos desses soldados ousaram queixar-se em voz alta, pois, se denunciados, seriam duramente castigados. A condenação à morte e o fuzilamento era o destino de quem ousasse criticar Solano López. Segundo Juan Crisóstomo Centurión, no exército paraguaio faltava de tudo e tiveram que enfrentar esses problemas durante toda a campanha: víveres, remédios, algodão para fazerem uniformes e papel, tinta para escrever, sal, etc.

[...] entre nosotros había una escasez espantosa de todo: escaseaban bastimentos, ropas para las tropas, papel de escribir y otras muchas cosas que por brevedad no mencionamos¹²⁴.

¹²² REBOUÇAS, A. **Diário**: guerra do Paraguai (1866). São Paulo: Instituto de Estudos avançados da Universidade de São Paulo, 1973.

¹²³ GAY, op.cit. p.130.

¹²⁴ CENTURION, op.cit. p. 249.

[...] los soldados descubieron en los bosques un arbusto de hojas gruesas, algo parecido al candelón, las que hervidas en una olla producción una sustancia blanca como azúcar muy semejante a la sal, y aunque de un sabor algo penetrante tirante a amargo, la emplearon en sustitución de ésta, para condimentar sus tristes pucheros y asados¹²⁵.

[...] la enfermedad reinante, a medida que escaseaban las provisiones de boca, era la hambre! Los atacados de este mal que iban a los hospitales, por supuesto, se sanaban em pocos días con la mejora de alimentación. Los médicos no se atrevían a manifestar al Mariscal esta verdad. Sin embargo, un día em que este se azoraba al ver al gran aumento de enfermos que ingresaban en los hospitales, uno de aquéllos, creyendo honradamente hacer una obra buena, le declaro la verdad. El Mariscal, irritado, lê ofreció cuatro balazos! Previniéndole que en adelante se guardara muy bien en repetirle semejante cosa!¹²⁶

Segundo ele, os que morriam com maior facilidade eram os recrutas, pois os veteranos resistiam melhor às vicissitudes da guerra¹²⁷. Essa debilidade também era devida ao fato de os soldados e graduados receberem somente uma ração, enquanto os oficiais, duas, os oficiais superiores, ou chefes, quatro, e os generais, oito¹²⁸. Por ocasião da retirada da fortaleza de Humaitá, 1800 soldados paraguaios ficaram sitiados em Islã-poí, comandados pelo coronel Martinez¹²⁹. Ele próprio afirmou que “estava tão fraco por falta de comida que mal podia falar, e se deitara para morrer de fome”:

[...] la situación iba siendo cada vez más desesperante, morían las gentes de hambre, entonces tuvieron que alimentarse com la carne de unos 6 caballos que allí tenían, y las cananas hechas de cuero sin curtir, hubo um oficial de artillería que salvo la vida tomando um poco de aceite del que estaba destinado para aceitar los arreos y guarniciones da los cânones¹³⁰.

Na invasão de São Borja, os soldados paraguaios, famintos, audazes, destruidores e rapaces que careciam de tudo, tinham diante de si riquezas por eles nunca vista:

Aconteceu algumas vezes que, tomando o polvilho por mercúrio, o arsênico e outras substâncias medicinais de cor branca, misturavam essas substâncias a seu angu, que mandou bom número desses brutos para a sepultura nessas terras do Brasil. Contam-se que numa só ocasião um angu que os soldados paraguaios fizeram em São Tomé, com uma porção de mercúrio que tomaram por polvilho, matou 50 homens: é pena que este caso se desse em São Tomé porque esses pobres soldados defuntos não iriam ressuscitar no Paraguai, como teriam acontecido se morrido em São Borja, ou deste lado do rio Uruguai, segundo a promessa solene que cada sai faz os soldados paraguaios o astuto e hipócrita Frade Duarte¹³¹.

Quando eram feitos prisioneiros comiam com sofreguidão, “devoravam tudo que encontravam à mão”¹³². Os soldados paraguaios que se renderam no Chaco passaram 13 dias

¹²⁵ CENTURION, op.cit. p.250.

¹²⁶ Ibid., p. 265.

¹²⁷ Ibid., p.08.

¹²⁸ THOMPSON, op.cit.p. 61.

¹²⁹ Ibid., p. 223.

¹³⁰ CENTURION, op.cit. p.134.

¹³¹ GAY, op.cit.p. 79.

¹³² Ibid.p. 319.

se alimentando de 25 cavalos, chegando a comer cobras e guascas de couro. Quando recebiam bolachas lutavam entre si até a morte, os mais fracos atirados ao chão pelos mais fortes, sendo necessário que os oficiais os espancassem com as espadas para os separarem. Morriam de fome 20 a 30 homens por dia¹³³. Como os brasileiros pereceram aos milhares, pois muitos adoeciam por falta de comida, ou pela má qualidade dos alimentos com que se sustentavam e, na falta de medicamentos, morriam. Em Gonzales Torres há relatos dos historiadores que os soldados “*mitigavam el hambre con frutas silvestres como la nalanja agria, el pindó, el pacurí, el yacaratiá, el cogollo del amambaí, etc.*”¹³⁴ A ração diária consistia num boi para 80 homens, ou, se a carne tivesse escassa, em um boi para 200 homens. Recebia também, cada homem, uma libra de erva mate por mês, e um pouco de fumo, sal, milho (quando houvesse) para comer assado ou fazer sopa.

Durante a guerra o sal se tornou muito escasso, e a falta dele se fez sentir mais duramente que qualquer outra coisa. Os alimentos eram então, temperados com ervas e folhas de plantas. As mulheres paraguaias retiravam manualmente o sal da região de Lambaré, mas com a escassez dos alimentos elas foram deslocadas para os trabalhos agrícolas, suprimindo a falta de braços masculinos.

A falta de vegetais foi bastante sentida por outros que se tinham alimentado somente de verduras e frutos até serem mandados para o exército, onde nada mais comiam além de carne má, cansada e negra, expressão que pode ser interpretada de várias formas pela história da guerra. Essa carne oriunda de gado cansado e extremamente fatigado, gado magro por falta de alimentos morria em grande quantidade porque também comia uma erva venenosa chamada *mio mio*, de que há muito no sul do Paraguai, e que somente os animais criados na região têm o instinto de evitar¹³⁵. Os aliados, em algumas ocasiões, tiveram que cremar os cadáveres de soldados paraguaios devido ao seu grande número, à falta de pessoas para os enterros e a noção de higiene que alguns comandantes já possuíam. Eram amontoados e intercalados com galhos de árvores, mas quem os enterrava queixava-se que eram tão magros que o fogo não os consumia¹³⁶, normalmente as labaredas eram alimentadas pela gordura dos corpos, crescendo e envolvendo toda a pirâmide de cadáveres.

A falta de higiene da carne contaminada, éguas e cavalos que comiam e que eram deixados ao relento e amontoados em qualquer lugar, tornando-se foco de doenças, deixavam doentes até os mais robustos, que acabavam por sucumbir. Há relatos que os paraguaios

¹³³ CÂMARA, op.cit. p. 201.

¹³⁴ TORRES, op.cit. p.17.

¹³⁵ THOMPSON, op.cit. p.92.

¹³⁶ Ibid., p.128.

pareciam mais cadáveres ambulantes do que homens vivos.¹³⁷ No acampamento argentino a situação também era desesperadora e semelhante aos outros dos brasileiros:

Os argentinos tem matado, em quantidade já avultada, cavalos e burros, cuja carne apetece no geral, de maneira que muitas cavalgaduras gordas e de estimação são roubadas e carneadas, apesar da vigilância dos proprietários à noite¹³⁸. A fome tem sido apertada e os argentinos, apesar de mandados para Ihu, de lá vem freqüentemente roubar cavalos e mulas. A própria oficialidade está reduzida à farinha de macaubeiras, ouvindo-se incessantemente o quebrar de côcos¹³⁹.

A fome, intrinsecamente ligada a penalidades, foi uma constante nos exércitos paraguaios e da Tríplice Aliança:

*El hambre provocó en aquellos días algunos delitos que Mitre quiso castigar severamente. Soldados a cargo de las internadas habían cometido el indisculpable abuso de carnear reses de propiedad particular. Y como uno de los primeros deberes del Ejército Argentino es garantizar y hacer respetar dichas propiedades, los jefes de brigada debían comunicar a sus subalternos que serían castigados severamente, según las ordenanzas, quienes se apropiasen de lo que no les correspondía*¹⁴⁰.

Ao visitar Humaitá em agosto de 1866, Richard Francis Burton avaliou cada um dos exércitos aliados. Do lado argentino o quadro não era favorável, os soldados eram mal remunerados, às vezes não eram pagos de forma alguma, o que os obrigava a pilhar para sobreviver, e muito debilitados pela fome não conseguiam enterrar seus mortos. Como consequência dessa situação, faltava o espírito de união e respeito às leis, e só eram mantidos em ordem pela corte marcial e pelo pelotão de fuzilamento pronto a entrar em ação à primeira advertência¹⁴¹.

O Brigadeiro Manuel Luis Osório ao Vice Almirante Tamandaré, no Passo da Pátria, em 30 de abril de 1866, comunicou que a tropa do General Venâncio Flores estavam havia 3 dias sem comer, por falta de condução e solicita providências,¹⁴² situações essas bastante comentadas pelo coronel uruguaio León de Palleja, testemunha ocular e autor do *Diario de la campaña de las fuerzas aliadas contra el Paraguay*, importante fonte de estudo da guerra, que inaugurou no cenário regional platino a figura do correspondente de guerra. A contribuição de Palleja forma um bloco de 64 cartas que foi publicado pelo jornal vespertino El Pueblo de Montevideu, durante o período de 22 de setembro de 1865 a 17 de julho de 1866. Os dois volumes, editados logo após a morte do coronel,¹⁴³ trazem uma forte ligação com os eleitores do jornal, comovendo as autoridades sobre a carência material do exército oriental, ou

¹³⁷ GAY, op.cit.p. 130.

¹³⁸ TAUNAY, op.cit., 1958, p. 205.

¹³⁹ Ibid., p. 206.

¹⁴⁰ DE MARCO, op.cit. p.145.

¹⁴¹ BURTON, op.cit.p. 282.

¹⁴² ARQUIVO DA MARINHA. Op.cit., livro VIII, doc. 659, p.13.

¹⁴³ GARCIA, E. **A morte do coronel Leon de Palleja**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1866.

angariando doações de remédios para os feridos da guerra. Cada carta passou a funcionar como um elo de ligação entre a campanha bélica e o leitor da capital, Montevideu, onde se confunde o tom patriótico com as severas críticas aos dirigentes da Tríplice Aliança:

*Nuestros lectores no habrán dejado de notar la incoherencia de este diario, pero cuándo sepan que lo escribo en medio del bullicio del campo, interrumpido a cada momento y con la molestia consiguiente de tener que escribir a la intemperie soportando el viento, el sol, el frío y hasta el barro [...] que entonces sean indulgentes con este pobre soldado, metido a escritor tan intempestivamente[...]*¹⁴⁴

Na Guerra do Paraguai, segundo Palleja, os soldados uruguaios recebiam uma vez ao dia churrasco sem sal, já que tinham direito a esse tempero, caríssimo na campanha, e acessível somente aos que tinham posses para comprar na retaguarda onde ficavam alojadas as barracas dos comerciantes. Naturalmente, Palleja, que recebia cem bolivianos por mês, podia comprar o seu tempero, mas a convivência com as dificuldades enfrentadas com seus comandados obrigou-o a escrever sobre o tema seis meses depois de sair da capital do Uruguai:

*La carne se pudre por más cuidado que se tenga...a nuestros soldados no se les da ración de sal, sino completamente la carne; (la sal) está a veces tan cara, que se há vendido hasta a peso a la libra. Los quatro pesos sencillos que percibe el soldado no lê bastarían al mes para sólo el artículo de la sal*¹⁴⁵.

A questão da má administração da guerra não interferia apenas no objetivo final de destruição do governo de Solano Lopez, mas, indiretamente, expunha à destruição os próprios soldados que saíam de seu país para defendê-la do inimigo externo. O sacrifício não era apenas no momento decisivo do combate, quando matar e morrer constituía o eixo central, a peregrinação em si, já era um ato de destruição imposta conscientemente pelos países envolvidos na guerra. Para Palleja, a referência entre os aliados era sempre o Exército Imperial, onde o soldado tinha mate, churrasco e até um pirão, cujo apelido era *engasga-gato*, segundo o General Dionísio Cerqueira. Nem sempre, mas, em geral, o soldado brasileiro recebia farinha, fumo e carne salgada ou, pelo menos, havia a salmoura no ato de carnear.¹⁴⁶ Sobre o exército paraguaio, Palleja revelou: “*El soldado paraguay es sóbrio por naturaleza y tiene la costumbre de vivir de alimentos secos y vegetables*”¹⁴⁷. As carências eram constantes em todos os exércitos envolvidos, cada Estado não conseguia prover seus soldados. Palleja, em seu *Diário* dá uma idéia da vida naquela peregrinação bélica, testemunhando a

¹⁴⁴ PALLEJA, L. *Diário de la campaña de las fuerzas aliadas contra el Paraguay*. Montevideo: Imprensa de El Pueblo, 1865. p.149-150.

¹⁴⁵ Ibid., p.35.

¹⁴⁶ CERQUEIRA, op.cit p. 26.

¹⁴⁷ PALLEJA, op.cit. nota 16, vol. I, p. 138.

prática militar naquele contexto determinado, levando o leitor a conviver com uma expectativa de combate que tarda demais a acontecer, devido à geografia inóspita dos pantanais, as intempéries e a falta de condições do exército. Paulatinamente vai esvaziando de sentido o caráter heróico e patriótico contido nas primeiras cartas. Sem mate, sem cavalos, sem sal, sem abrigos e sem sapatos, as barracas, elemento essencial para um acampamento militar ao ar livre, após seis meses apodreciam de tanta chuva e umidade e não eram substituídas, o que demonstra o descaso das autoridades: *“El tiempo continua dando tormentas y agua, felizmente aqui el campo es sólido...después de volver a hacer ranchos, la tropa gozará de más comodidad; las tiendas de campana fenecieron, ahora hay que hacer abrigo cuando acampamo”*.¹⁴⁸

A falta de ação dos dirigentes provocou irritação em Palleja, que começou a desfiar críticas nas tomadas de decisões da Tríplice Aliança. Após a rendição de Uruguiana, por exemplo, o coronel ainda se viu obrigado a aceitar 51 prisioneiros paraguaios que imediatamente se converteram em soldados sob seu comando contra o exército de origem. Ele se revoltou contra essa decisão de Venâncio Flores, mas era um soldado e conhecia a hierarquia de comando bem como as regras de obediência: *Pobre de mi querida bandera confiada a semejantes gentes! No habrá orientales que vengan a vengar el honor patrio, que se tiene que apela a esto médio que tanto me repugna?*¹⁴⁹

O exército uruguaio foi o primeiro a transformar o inimigo prisioneiro em soldado aliado por falta de homens. Palleja também fez observações nada agradáveis sobre as condições em que seus aliados brasileiros chegavam à capital de seu país:

[...] à puestas de sol, desaparecido la Capital, y no nos ocupamos jamás que de buscar alguna comodidad y alimento para nuestros pobres soldados. Se pasó la noche sin novedad, y hemos amanecido frente a las Pipas à sete léguas de la Colonia, no se há podido conseguir desayuno alguno de la tropa, solo se procuro poderles dar una comida de carne sancochada, ní caldo se pude obtener para la tropa. La administracion de estos buquês es pesima, no hai nada previsto, esto explica el triste estado em que han llegado á Montevideo los contingentes brasileiros, que llenos de entusiasmo y patriotismo vuelan al enemigo y encuentran una muerte estéril y desgraciada, por la mala administracion que es el todo, para poder presentar al enemigo soldados llenos de vigor y robustez¹⁵⁰.

¹⁴⁸ PALLEJA, op.cit. nota 16, vol. II, p. 58 e 59.

¹⁴⁹ Ibid., p. 88.

¹⁵⁰ Ibid., p. 7,8.

2.4 DAS ACOMPANHANTES DOS COMBATENTES

A História da Guerra do Paraguai, maior conflito bélico da América do Sul, por muito tempo considerado palco exclusivo dos homens, quase sempre narrada como sucessão de fatos viris e heróicos, tornou a visibilidade feminina quase nula,¹⁵¹ formando um numeroso e pouco conhecido grupo¹⁵². Os seus feitos são narrados de forma escassa o que torna impossível saber, nem de forma aproximada, quantas mulheres seguiam seus esposos e companheiros, quantas eram as prostitutas e vivandeiras, quantas morreram ou quantas crianças nasceram nesse período. Mas elas aparecem, em todos os exércitos envolvidos, de vez em quando, em alguma ordem do dia, imagens, memórias, e ainda em documentos, e cartas oficiais ou privadas¹⁵³. Neles, o silêncio a respeito da presença das mulheres e sua ausência nas estatísticas, se explica em parte, pelo caráter patriarcal que caracterizava a sociedade brasileira, caráter que ainda hoje é atrelado à questão do poder e existe de forma latente¹⁵⁴.

É bem conhecido que o Marechal López, presidente da República do Paraguai começou a guerra contra o Brasil invadindo uma parte da província de Mato Grosso, cuja tropa encontrou completamente sem defesa. Os paraguaios se encontraram, então, por mais de dois anos donos absolutos da região que administraram militarmente sob o nome de Distrito do Baixo Paraguai. Em Corumbá, sede do governo paraguaio, as pessoas encontradas na vila e seus arredores foram presas e torturadas. Em sua maioria eram mulheres, crianças e velhos, mais lentos e com dificuldades para se esconder e fugir:

*C'est d'après les ordres du maréchal président de la republique du Paraguay qu'on arrache PAR LA TORTURE la confession de crimes imaginaires à de pauvres gens qu'on a trouvés tranquilles dans leurs maisons; qu'après LA FLAGELLATION on les met à mort; et que l'on condamne à LA PEINE DU FOURET, pour les mêmes fautes imaginaires, de MALHEUREUSES FEMMES, MÉME MINEURES*¹⁵⁵.

A ajuda enviada pelo governo brasileiro teve grande dificuldade de chegar devido à falta absoluta de estradas sendo a comunicação feita somente pelo rio Paraguai. O presidente da província de Mato Grosso acompanhou a expedição da retomada de Corumbá em 1867 e encontrou os arquivos do governo paraguaio se apressando os enviar ao Ministro da Guerra,

¹⁵¹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio, Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, FGV, v.2, nº3, 1989, p. 3-15.

¹⁵² DOURADO, M. T. G. Tropas femininas em marcha. **Revista Nossa História**, Ano 2, n. 13, p.38-41, novembro 2004.

¹⁵³ Ibid.

¹⁵⁴ PERROT, op.cit., 2005.

¹⁵⁵ Disponível em <<http://www.bnf.fr/gallica>> Acesso em fevereiro de 2009.

que ordenou que se dessem grande publicidade, provavelmente por eles conterem relatos de maus tratos e tortura contra a população indefesa e aprisionada. Em outros documentos é possível ter uma ideia das dificuldades que passaram as mulheres de um modo geral. Em carta a sua esposa Maria Rita de 19 de junho de 1869, e em muitas outras também, o Marechal Câmara se referiu às mulheres paraguaias:

Desde o dia 10 que estou embarcando para Assunção a força que trouxe. Fiz também seguir para aquela cidade mais de 3.000 mulheres que tomei do Galeano no estado da maior miséria que se pode imaginar¹⁵⁶. Acho-me rodeado por uma multidão de paraguaias famintas e nuas, a quem não posso vestir e dando-lhes apenas, milho podre para se alimentarem; este milho é o que os corpos de cavalaria rejeitam por não o acharem bom para dar aos cavalos!¹⁵⁷

O argentino Francisco Seeber, escrevendo a Santiago Alcorta, em 24 de julho de 1865, do acampamento de Tuyutí, referindo-se com admiração às acompanhantes dos combatentes, as mulheres de tropa ou cuarteleras, mas reconheceu que elas ficaram ocultas na penumbra da história:

*Antes de terminar essa carta, junto con la abnegación y el valor de nuestros soldados, que sufren el calor, el frío, la lluvia, la intemperie, la escasa alimentación, las fatigas innumerables y los peligros de la guerra, quiero hablarte de la admiración que me despiertan las mujeres que acompañan al ejército. Estas infelices siguen nuestros movimientos, se visten pobremente, se alimentan con lo que sobra, se albergan en ramadas, lavan para los soldados, les cicinan y les prodigan los mayores cuidados cuando se enferman o caen heridos. Sus maridos o amigos las estropean muchas veces y morirán olvidadas. Nadie se acordará de ellas sino para menospreciarlas. Son dignas de lástima y de compasión, sin embargo, y aumentan la aflicción que nos inspiran las misérias humanas*¹⁵⁸.

O brasileiro José Luiz Rodrigues da Silva confirmou o que Seeber escreveu, lembrando que no Passo da Pátria havia mulheres de vida alegre, que tal como as amazonas surgiam a galope acudindo os feridos, rasgando as roupas para fazer atadura, permanecendo até o final do combate e atendendo a todos com carinho. Retribuíam com generosidade espontânea o favor de meia ração que recebiam¹⁵⁹.

As mulheres sofriam danos junto aos soldados, como fome e frio. Havia, também, o perigo de encontrar-se de repente numa zona de combate ou sofrer bombardeios, constantes violências físicas de todas as espécies e certamente psicológicas ao assistirem ao sofrimento e morte de seus maridos, pais, filhos e companheiros.

É preciso frisar que a maioria das mulheres que acompanhava o exército, o fazia pela necessidade de conseguir alimentos e proteção, garantindo a sua própria sobrevivência,

¹⁵⁶ CAMARA, op.cit. p. 282

¹⁵⁷ Ibid., p. 345.

¹⁵⁸ DE MARCO, op.cit. p. 279.

¹⁵⁹ SILVA, op.cit. p. 44.

fossem elas prostitutas, companheiras ou esposas dos soldados. Por isso quando havia proibição da sua permanência nos acampamentos elas simplesmente não obedeciam e os seguiam de longe a pé, a cavalo, na frente ou na retaguarda da tropa. Seus companheiros sofriam castigos, eram presos na tentativa de afastar suas mulheres, mas mesmo assim não conseguiam afugentá-las. O General Osório, na tentativa de se mostrar tolerante, compassivo e querido da soldadesca, tomou então a resolução seguinte:

Tendo alguns dos Corpos do Exercito consentido que as mulheres dos soldados os acompanhassem, e ainda as prostitutas; e porque tambem em outros corpos tiveram mesma permissão algumas destas e daquellas mulheres, resultando excepções odiosas, aggravadas pela perseguição ás praças e ás mulheres que não obtiveram igual favor; resultando de tudo isso castigos á algumas praças que embora havendo deixado as mulheres, estas acompanharam o Exercito, e, sendo agora inconveniente deixa-las em paiz estrangeiro e sem recursos; tenho resolvido mandar prohibir que por aquelles motivos se castiguem as praças e se persigam essas mulheres nos corpos dessa divisão, até que uma medida superior e geral salve as conveniencias do serviço e seja a justiça igual para todos¹⁶⁰.

Muitas desejavam acompanhar seus maridos nos campos de batalha, mesmo sabendo dos perigos que teriam que enfrentar¹⁶¹. A esposa de Benjamin Constant recebeu, em uma carta, um relato do cotidiano de um acampamento militar:

Quanto às mulheres perdidas, é real. Têm vindo para aqui nos últimos tempos muitas Argentinas. Há por aqui muitos oficiais amasiados com algumas delas (casados). É raro o batalhão que não tem uma – Aldeia –Chama-se aqui aldeia o lugar em que estão [...] as mulheres perdidas e chama-se China a qualquer dessas bandalhas, brancas, pretas, mulatas ou caboclas [...] tem acampamento separado das [...] Não fazes idéia como estas [...] se identificam como a sorte dos maridos, lavam-lhes e engomam-lhes a farda do melhor modo que podem, cozinham a pobre comida e quando estão em serviço, vão levá-la as linhas, [...] por entre as balas e metralhas [...] satisfeitas, como se [...] melhor da vida. Depois que cá estou [...] 4 baleadas. A última foi morta com dois filhinhos que trazia nos braços [...] em que ia levar comida ao marido [...] avançadas. O pobre marido ficou quase doido [...] mandei [...] o fato de uma a quem [...] aprisionaram traiçoeiramente o marido e o mataram, a [...] meteu-se na barraca chorando como uma louca, não querendo [...] que acabou por ficar histérica [...] com passagem para a sua Província. Quanto aos bailes (orgias) com mulheres infames, não desço a dizer a seu respeito¹⁶².

Particularmente as mulheres, esposas e amantes dos soldados dos quatro países envolvidos sofriam mais, desabrigadas e com poucos alimentos, logo ficando doentes, havendo também registros de morte por frio.¹⁶³ Taunay, em *Retirada da Laguna*, relata a fome e o padecimento das mulheres:

No dia 1º de junho, tinha toda a columna transposto o rio Miranda: artilharia, bagagens, mulheres (pobres mulheres! que miseria, que degradação! Andavam aos

¹⁶⁰ OSÓRIO; OSÓRIO FILHO, op. cit., p. 18.

¹⁶¹ PINHO, W. **Cartas de guerra**: Benjamin Constant na campanha do Paraguai. Rio de Janeiro: Gráfica Imprinta, 1999. p. 61.

¹⁶² Ibid. p. 102.

¹⁶³ PALLEJA, op.cit. p. 75-84.

pontapés; algumas com esfarrapadas crianças ao collo, esqualidas como cadaveres, a mendigarem uns rebotalhos de alimentos!)¹⁶⁴.

A preocupação com a alimentação, para as mulheres que compunham um acampamento militar, encontrada na documentação oficial brasileira, era determinada através de Ordens do Dia:

Finalmente, determina o mesmo Exmo. Sr. Que só as mulheres cazadas que acompanharem seus maridos na campanha, se abone d'ora em diante meia ração de etapa, quando não tiverem filhos, mas se os tiverem abornar-se-lhes há uma ração inteira. O Coronel João de Souza Fonseca Costa, chefe do Estado Maio¹⁶⁵.

Quando as provisões do exército paraguaio se tornavam muito escassas e a carne dos cavalos era a única opção, as mulheres eram retiradas dos acampamentos, não lhes cabendo nenhuma ração.¹⁶⁶ Provavelmente lançadas à própria sorte, tiveram que procurar por si mesmas os meios de subsistência, e o que poderiam retirar da natureza e das sobras de comida que os soldados lhes davam. Por ocasião da chegada dos brasileiros na vila de Caacupê, Cerqueira revelou que:

Antes de entrar na villa, offereceu-se ao nosso olhar horrorizado um quadro pungente: mulheres esqualidas com andrajos que mal lhes cobriam a nudez esfaqueavam uma vaca mais magra do que as do sonho do Pharaó, quase sem pello, coberta de lazeira, berrando com angustia com a lingua grande pendida arroxeadada e escorrendo baba espessa; e aparavam o sangue com as mãos ou em cuias e o bebiam e davam aos filhos esqueléticos, que o sugavam também nas feridas. Era a miseria feroz¹⁶⁷.

Quando as condições de saúde da tropa melhoravam bastante e os acampamentos estavam localizados perto de povoações, os parentes dos soldados vinham continuamente visitá-los, trazendo em carroças comestíveis, e muita gente enviava presentes como laranja, mandioca, etc.¹⁶⁸ Na correspondência particular do Marechal Câmara há referências sobre a penúria feminina. Em uma carta de 2 de agosto de 1868, ele escreveu:

Tenho tido muita pena das pobres mulheres paraguayas que saíram de Humaitá e estão no Chaco, sitiadas com as forças inimigas. Dizem os prisioneiros, que temos feito, que muitas dellas tem morrido pela nossa metralha. Há dous dias veio uma, agarrada em uma canoa que tentava passar a lagoa, ferida no hombro por bala de fuzil; é branca e não é feia, mas vinha só de camisa e muito suja. Comia com avidez umas bolachas, que lhe tinha dado. As chinas do exército rodeavam-na, condoídas umas desta sua sorte, e outras dirigindo-lhe ditos insultuosos, sendo preciso afugentar estas infames de junto daquela misera¹⁶⁹.

¹⁶⁴ TAUNAY, op.cit., 1927, p. 148.

¹⁶⁵ JORDÃO, P. F. Q. **Arquivo do exército**. Livro 1, 1867, Ordem do Dia nº7.

¹⁶⁶ THOMPSON, op.cit.p. 88.

¹⁶⁷ CERQUEIRA, op.cit.p. 331.

¹⁶⁸ TOMPSON, op.cit.p. 236.

¹⁶⁹ CAMARA, op.cit. p. 200.

Em relatório de 14 de dezembro de 1869, Taunay também se referiu ao sofrimento das mulheres paraguaias:

Chegaram a Curuguati 80 e tantas mulheres e crianças escapadas do terrível desterro de Espadim, junto à inóspita margem do Igatemi. Entre elas se notam pessoas das primeiras famílias de Assunção, tais como as senhoras Céspedes de Céspedes, Urdapilleta, Bedoya, Aramburu, Gil e Davalos, Todas elas vestidas de modo a demonstrar uma passada representação social e presente e extrema desgraça. Nos dedos de algumas ainda brilham anéis de diamantes, restos de bens que desapareceram às mãos de Lopez e ultimamente nas dos índios caiuás que lhes vendiam por preço despropositado os mais singulares alimentos. Depois de continuados presentes, é que esses índios, muito mais humanos contudo do que o tirano Lopez, as havia guiado por entre matos espessos na direção dos brasileiros¹⁷⁰.

Uma fonte que frequentemente utilizo quando investigo a História das Mulheres e da qual possuo uma cópia de conteúdo integral, faz parte do acervo da biblioteca da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. O único relato feminino publicado que eu conheço sobre as agruras que passaram as mulheres de várias nacionalidades, inclusive brasileiras, mas principalmente paraguaias.

É um impressionante relato sobre os dias de cativo e a fome que passaram as mulheres durante a guerra, escrito por Dorothéa Duprat Lassere, uma *destinada* francesa de 25 anos, presa e enviada a Espadín, por ordem de Solano López porque seu pai, seu irmão e seu esposo haviam sido executados como réus políticos no processo de San Fernando, os temidos e sangrentos tribunais onde eram julgadas as pessoas consideradas traidoras e que supostamente conspiravam contra López. O crime de Lassere era ser esposa de um dos organizadores da Legião Paraguaia, grupo de oposição contrária ao governo Lopez. Teve que sair de Assunção como traidora, peregrinando a pé até Espadín.

Um dos aspectos mais curiosos, se não dizer sinistro, da guerra e do governo de Francisco Solano Lopez, é o fato de se aplicar o critério da responsabilidade coletiva, próprio da Idade Média, na qual a culpa de um traidor podia recair sobre a família, sobre a vizinhança e também sobre todo o povoado. Lopez governou sob a Lei das Sete Partidas, as Ordenanças Militares Espanholas e a legislação colonial espanhola, porém não está claro se para ele a aplicação daquelas leis era uma questão de princípios ou uma questão de oportunismo ou terrorismo político. O fato é que se cometeram muitas violências contra as mulheres e contra as famílias de *destinadas*; quando não eram fuziladas e torturadas eram presas em Yhú e Espadín, onde se *instaló um campo se concentración*¹⁷¹.

¹⁷⁰ TAUNAY, 1958 p. 243/4.

¹⁷¹ ALCALA, G. R. **Residentas, destinadas e Traidoras**, p. 7.

Madame Duprat de Lasserre, ao ser libertada, descreveu em suas Memórias tornadas públicas em forma de livro, em 1893, os assombrosos martírios por que passaram milhares de mulheres consideradas traidoras, desterradas e condenadas por Lopez, a morrer de fome nos inóspitos desertos do Iguatemi: “Vivo, escrevo, porem ainda não me cabe na mente como é que ainda posso fallar das crueldades e soffrimentos de que fomos victimas” ¹⁷². As destinadas eram mulheres obrigadas a acompanhar o Marechal López por haver tido algum traidor em sua família. ¹⁷³ As mulheres somente sobreviveram porque, com os poucos recursos que não lhes foram tomados por Solano Lopez, compravam, a preços exorbitantes, *dos índios caiyás*, ¹⁷⁴ *sapos e rãs a 2 e 3 patações, cãesinhos a 50 e asnos magros e feridos a 1.000*. Ela descreveu de forma impressionante a disputa pela sobrevivência:

A criada da senhora de Leite Pereira agonisava de inanição, morria de fome e nós nada podíamos fazer mais que assistir a essa agonia lenta que nos cortava o coração. De repente a burra pertencente a senhora de Leite Pereira teve o seu bom sucesso, apresentando um burrinho de regular tamanho. Então lembrei que em França, na ocasião de grandes apuros, comia-se a carne desses animaes: n'um abrir e fechar de olhos, apesar do vento fortíssimo e da chuva incessante que cahia, o animalzinho foi morto, preparado e mettido na panella. Minha mãe e a senhora de Leite Pereira tiveram repugnância até em olhar para a carne do animal, mas eu cerrei os olhos, venci o asco que me dominava, pois tinha jurado viver e lutar até o ultimo momento e comi esse asqueroso alimento ¹⁷⁵.

Em seu diário existe um curioso documento e, a julgar pelo contexto conclui-se que eram mulheres *destinadas*, ou seja, condenadas, e que foram levadas a um determinado local próprio para agricultura, com o fim de produzirem alimentos para o exército:

De ordem suprema despachou-se mil e novecentas mulheres a cargo do alferes Ignacio Romero com 30 praças armadas para escoltal-as até esse ponto, devendo V. fazer o mesmo até Serro de Aruay, dalli a Paraguay e desse ponto até Caa-cupé, do outro lado da Cordilheira, para que o Sr. Chefe do districto de Caa-cupé as faça accommodar nos partidos mais longuinquos daquela parte da Cordilheira, afim de serem empregadas na plantação de feijão, mandioca e milho. Para este effeito girará este officio até a chefatura de Paraguay e Caa-cupé. Deus guarde a V.S. por muitos annos. Acampamento de Pikiciry, 18 de dezembro de 1868. Francisco I. Resquim ao Sr. Capitão cidadão Bernardo Amarilla ¹⁷⁶.

Outro grupo de mulheres paraguaias que também sofreram fome, penúria e privações de todo gênero foram as *residentas*, obrigadas a abandonar suas casas devido à chegada dos soldados brasileiros e acompanhar os homens em todos os infortúnios da guerra. Em muitos casos, algumas *destinadas* passaram melhor que as *residentas*, já que eram confinadas em um

¹⁷² LASSERRE, D. D. Memórias de Mme. Dorothea Duprat de Lasserre. Rio Grande: Livraria Americana, 1893. p. 2.

¹⁷³ ALCALA, op.cit.

¹⁷⁴ Ibid., p. 43.

¹⁷⁵ LASSERRE, op.cit. p. 41.

¹⁷⁶ Ibid., p. 20.

local fixo para morar o que lhes permitia cultivar a terra. Apesar de as *residentas* não receberem ração do exército, estavam condenadas a viver das sobras dos soldados, comprar alimentos no comércio que sempre acompanhavam os exércitos ou procurá-los nas matas próximas aos acampamentos.

2.5 ABASTECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Desde o início da colonização brasileira, a preocupação sempre fora com a produção de artigos destinados à exportação. Por isso, as culturas de subsistência tinham ocupado uma posição de importância secundária, que se agravou ainda mais com o sucesso da lavoura cafeeira. O quadro geral da economia do país, por ocasião da guerra, era deficiente de alimentos e de produtos industrializados, levando o Governo Imperial a fazer compras no exterior para o abastecimento geral das tropas e, assim, a um aumento de gastos de divisas e de endividamento externo¹⁷⁷. De fato, o aparelho produtor nacional e fortemente desequilibrado, quase autossuficiente e autoconsumidor, pois não existiam estoques de alimentos nas províncias, pouco pôde ser estimulado pela procura gerada pela guerra. Para suprir essa falta, foram criados os depósitos de gêneros localizados em pontos estratégicos e o mais perto possível dos acampamentos¹⁷⁸.

Os depósitos de gêneros, fundamentais para desenvolvimento da guerra, eram espécies de armazéns que tinham por fim proporcionar mantimentos aos soldados em luta, conservando os gêneros em um ponto estratégico e central e durante certo tempo abasteceram as forças que atuaram nos distritos de Miranda e Baixo Paraguai, em Mato Grosso, no início da guerra. Mas em alguns casos, dependendo da situação e urgência, o governo fazia compras em locais os mais próximos possíveis das tropas acampadas, como no caso das famílias presas pelos paraguaios em Corumbá:

*J'ai fait embarquer pour la capitale les familles brésilienne prises aux Paraguayens. L'état de nudité dans lequel elles se trouvaient m'a obliqué à acheter 300 vêtements et 300 chemises pour être distribués aux plus pauvres. J'ai pu me les procurer de deux négociants boliviens qui étaient arrivés de Santa-Cruz peu de jours avant l'attaque de cette place*¹⁷⁹.

¹⁷⁷ FIGUEIRA, D. G. **Soldados e negociantes na guerra do Paraguai** São Paulo: Humanitas FFLCH-USP: FAPESP, 2001, p. 10.

¹⁷⁸ CAMARA, op.cit.p. 367.

¹⁷⁹ Disponível em <[http:// www.bnf.fr/gallica](http://www.bnf.fr/gallica)> Acesso em fevereiro de 2009..

O governo provincial expediu ordens para que os agentes das diversas localidades comprassem e remetessem para esses depósitos, gêneros e mantimentos.¹⁸⁰ Nessa época o país estava despreparado para produzir, como em outras épocas durante o período colonial, devido em grande parte à concentração de atividades na produção do café e à adesão, a partir de 1860, a uma política econômica liberalizante, de efeitos perniciosos. Essa situação se agravou mais já no primeiro ano da guerra, conforme posso observar num relatório do dia 17 de outubro de 1865, do vice-presidente, na abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso:

[...] julgo também de ver fazer aqui menção de outro fato calamitoso que pesa sobre nós: he a excessiva carestia de gêneros alimentícios, que tem por principal causa, além da inundação, a circunstância de acharem-se agglomerados nas fileiras da Guarda Nacional aquarteladas quase todos os habitantes livres das povoações e estabelecimentos ruraes deste Município. Concedi-lhes hum mez de licença para poderem dar agasalho as suas familias e tratar de suas plantações. Conheço que a brevidade do prazo torna a medida pouco efficaz, mas a prudência não me permitio amplial-lo. O Governo Imperial informado da fome que nos ameaçava deo providencias para que fosseos socorridos pelas Províncias limitrophes de São Paulo, Minas Geraes e Goyaz. Antecipada e espontaneamente já tinha o Exmº Presidente desta última Província, Doutor Augusto Ferreira França tomado as mais providentes medidas para a aquisição de viveres para acudir as nossas necessidades. Cidade de Cuiabá, 17 de outubro de 1865. Augusto Leverger¹⁸¹.

De fato, a elevação do preço do café, a partir de meados dos anos 50 do século XIX, e a consequente expansão das áreas de cultura¹⁸², provocaram a concentração da mão de obra escrava disponível na lavoura cafeeira com redução do plantio de gêneros de primeira necessidade, provocando escassez e aumento do custo de vida.

O preço dos gêneros aumentou progressivamente entre 1855 e 1875. Um alqueire de arroz passou de 5\$100, em 1855, para 11\$000 em 1875 (aumento de 137%); o feijão passou de 4\$200 para 9\$000, tendo aumentado 123% o alqueire. O açúcar e a farinha de mandioca foram os menos atingidos pela alta. O açúcar, provavelmente, por ser cultivado em muitas fazendas da zona cafeeira, e a farinha de mandioca pelo caráter amplo da sua produção, à qual podia se dedicar qualquer pequeno lavrador. A arroba de açúcar, entre 1855 e 1875, passou de 3\$300 para 5\$200 (cerca de 57%), enquanto a farinha de mandioca, no mesmo período, aumentou em 64%, passando de 2\$500 para 4\$000 o alqueire. Também o toucinho foi atingido pela alta de preços, passando no curso de 20 anos de 7\$500 para 11\$000

¹⁸⁰ MARTINS, op.cit.p. 73.

¹⁸¹ Disponível em <<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/u434/000005.html>> Acesso em 04 de fevereiro de 2009 às 16h..

¹⁸² COSTA, E. V. **Brasil, a era da reforma, 1870-1889**. In: BETHELL, L. História da América Latina, De 1870-1930. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, v. V

(aumento de 46%). A alta de preços de gêneros era acompanhada pela alta do café que, no mesmo período, subiu de 4\$200 para 10\$200 (aumento de 142%)¹⁸³.

Durante a guerra o transporte de cargas de suprimentos exigiu o acesso a vias aquáticas – um rio ou uma rota costeira – ou de estradas, quando havia, próximas da linha de marcha e dos acampamentos dos soldados. O abastecimento era bastante precário, principalmente na época das chuvas e por falta de transportes, quando os suprimentos tinham que atravessar os rios em *pelotas*, frágil embarcação feita de couro. Muitas vezes as pessoas se desequilibravam, causando afogamento e perda total de mantimentos¹⁸⁴, devido ao volume de água que as cheias provocavam muito rapidamente. O exército, por não dispor de meios próprios de condução de material, gêneros alimentícios, bagagens, etc., teve que dispor dos comerciantes particulares que se encarregavam desses transportes e de fornecer os mantimentos e gado necessário ao consumo, “o que tudo nos vinha de Buenos-Ayres, homens, cousas e animaes”¹⁸⁵.

O Brasil, além de carecer de estradas, pontes e meios de transportes de suprimentos para levar às tropas os víveres, munições e outros objetos indispensáveis tinha que enfrentar outro problema grave: a peste que dizimava os animais de carga, como cavalos e muares e a boiada, que servia como alimento e transporte.

Os animais utilizados na guerra, habituados a alfafa e milho, sofriam além da peste, o excessivo calor e grande quantidade de vermes e parasitas do campo. Passavam fome devido à falta de forragens, que eram indispensáveis, por causa das marchas de cavalaria feitas com frequência e que os deixava enfraquecidos¹⁸⁶. Também sofriam em razão da má qualidade do arreamento em que se distribuíam as forças de cavalaria e artilharia.¹⁸⁷ A falta de cavalos sentida em todo o período da guerra afetou profundamente a estratégia dos combates, já que a cavalaria em muitas batalhas teve que combater a pé.

Outras dificuldades tiveram que ser enfrentadas: as enormes distâncias que se interpunham entre as províncias produtoras de víveres para a guerra e os locais que sediavam as bases das tropas, locais esses quase sempre desertos e, às vezes arenosos e junto a rios cujas margens desmoronavam no tempo de chuvas frequentes e torrenciais, que tornavam os caminhos intransitáveis, a ausência de pontes. A falta de comunicação oficial entre os diversos comandantes das forças embaraçava a remessa de víveres em quantidade necessária,

¹⁸³ COSTA, E. V. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p.176-77.

¹⁸⁴ TAUNAY, op.cit.1927, p. 50.

¹⁸⁵ SILVA, op.cit.p.31.

¹⁸⁶ CAMARA, op.cit. p. 350.

¹⁸⁷ OSORIO; OSORIO FILHO, op.cit. p. 136.

sem esquecer os desertores que saqueavam os comboios¹⁸⁸, mil condições e obstáculos que os fornecedores apresentavam ao fechar um contrato.

Em meio às improvisações iniciais, inevitáveis em virtude do inesperado da guerra, o Governo Imperial procurou criar, desde o começo, uma estrutura burocrática, objetivando realizar, controlar e fiscalizar os contratos de fornecimento de gêneros alimentícios para o exército. Praticamente foi preciso começar tudo do zero e logo começaram a ser firmados contratos com os fornecedores de víveres, contratos esses realizados em diferentes condições. O Conselho de Compras do Rio da Prata aprovava os contratos para fornecimento de gêneros¹⁸⁹. Em 5 de outubro de 1865, o General Barão de Porto Alegre mandou publicar, para conhecimento do exército sob seu comando, uma proposta entre muitas outras (anexo1), mas que me deu uma ideia clara dos trâmites e dificuldades de se conseguir alimentos para a tropa.

É possível registrar algumas informações interessantes sobre os fornecimentos de gêneros para as tropas, nos acampamentos do exército. Os contratos e tabelas utilizados para organizar o abastecimento de suprimentos durante a guerra, elaborados de forma técnica e sistemática, são discordantes entre teoria e prática pois, ao ser analisada a tabela que consta no anexo 1, verifico que, na realidade, comparada ao corpo documental analisado, principalmente as memórias, em nenhum momento a tabela foi utilizada de maneira rigorosa e eficiente, já que o abastecimento entrou em colapso em vários momentos da guerra, o transporte de víveres se perdia devido à ausência de mapas, a chuvas torrenciais e a barreiras fluviais. O fornecimento das *rações* era feito para os Corpos de todas as forças do Império, existentes nas províncias ou no Estado Oriental, *de observação ou em operações* e geravam vales diários em duas vias e assinados pelos Quartéis-Mestres, com o aval do fiscal e rubrica do comandante. A primeira via do vale era substituída por uma livrança (cédulas ou ordens escritas de pagamento), no princípio de cada mês, sendo anexada com a segunda via e enviada para a Repartição Fiscal, que a conferia e a entregava a Pagadoria Militar. O fornecimento era feito pelas tabelas pré-estabelecidas que constassem no contrato e seguiam os pesos e medidas adotados na ocasião.

Outra observação importante de se fazer é que as fontes analisadas, principalmente as memórias raramente indicaram o uso de café, erva-mate e açúcar, ao contrário da carne. Esse alimento foi o principal e o mais utilizado por todos os exércitos envolvidos na guerra, provavelmente por acompanhar a marcha dos batalhões, sempre vagarosos e percorrendo distâncias curtas e na falta dos outros gêneros ele seria compensado por uma *ração* maior (1

¹⁸⁸ SILVA, op.cit. p. 85.

¹⁸⁹ ARQUIVO DA MARINHA. Op.cit. Livro II, doc. 307, p. 94.

rês para 40 praças). Na tabela para a cavalaria verifiquei que no lugar do café dado para a infantaria, era fornecida a erva-mate, talvez devido ao fato de ser composta por oficiais gaúchos.

O contrato obrigava os arrematantes ao fornecimento de dietas aos hospitais e enfermarias a qualquer pedido legalmente feito e no artigo 9º, determinava que ele era obrigado a fornecer rações de aguardente, sempre que fosse solicitado pelo comandante. Parece que essa exigência era feita com grande frequência pois as fontes revelam a grande quantidade de aguardente que circulava nos acampamentos.

Desde que chegara ao Rio de Janeiro a notícia de que o Paraguai havia iniciado as hostilidades contra o Brasil, prendendo o navio Marquês de Olinda e invadindo Mato Grosso, tornou-se necessário articular imediatamente uma grande mobilização, recrutando soldados e providenciando armamentos, munições, fardamentos, remédios, gêneros alimentícios e muitos outros artigos. Situação bastante difícil e como consequência afetou decisivamente as contas públicas. O Visconde de Ouro Preto esclareceu que:

A despesa total do Império não atingia, antes da guerra, 57.000:000\$. Entretanto, logo em 1864 e 1865 despenderam-se 83.000:000\$, por motivo da questão oriental, quantia essa que duplicou e quase triplicou em cada um dos anos subsequentes, utilizando-se o governo do seu crédito externo para levantar em Londres só 44.444:000\$, que tanto produziu um empréstimo de 5.000,000 libras, lançado em Setembro, e mais tarde, em 1871, 26.521:000\$, feita já a paz, para liquidação dos últimos dispêndios¹⁹⁰.

Os órgãos competentes para cumprir essa função eram os arsenais – o da marinha e o do exército, no Rio de Janeiro. Em teoria eles eram responsáveis pelo fornecimento geral, e teriam que abastecer os arsenais provinciais e, diretamente, as tropas. Mas, na prática, dada a urgência da situação, muitos foram os que compraram, em momentos e lugares diferentes: os ministros, os agentes diplomáticos, agentes especialmente comissionados, presidentes de províncias, comandantes militares e até chefes de brigada. Para o abastecimento das tropas era necessário recorrer a fornecedores que muitas vezes estavam localizados em Buenos Aires e Montevideú, o que tornava mais difícil ainda a tarefa de fiscalizar o cumprimento dos contratos, bem como de comprovar as denúncias de fraudes e abusos. A esse respeito, Joaquim Nabuco colocou que: “Dois fatos gerais explicam toda a desordem havida: o primeiro ocasional - a nossa imprevisão de todo o procedimento de López; segundo, permanente, essencial, o enfraquecimento de todo o sistema militar do Império”¹⁹¹.

¹⁹⁰ OURO PRETO, V. **A marinha D’outroora**: subsidios para a história. Rio de Janeiro: Typographia Mont Alverne, 1894, p. 140.

¹⁹¹ NABUCO, J. Um estadista do império Nabuco de Araujo: sua vida, suas opiniões, sua época (1866-1878). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

Uma reflexão, que vale a pena registrar, diz respeito à presença de grande quantidade de comerciantes e vivandeiras alojados juntos, aos acampamentos, beira de rios ou onde estivessem acampados os soldados e marinheiros. A chegada de comerciantes era motivo de festa e alívio devido, em alguns casos, à total falta de alimentos: “A 4, chegava ao nosso acampamento do Miguel Archangelo Saraco, que nos trouxe algum alento com os seus quatro carros de bois bem sortidos de mantimentos”¹⁹². A presença desses comerciantes demonstra que apesar de muitos contratos serem firmados entre o Governo Imperial e fornecedores (anexo 1) eles não conseguiam suprir a grande demanda por gêneros das mais variadas qualidades e por isso a presença de vivandeiros era frequente e em grande quantidade, naturalmente para os soldados que tinham soldo maior, como os oficiais e os que recebiam dinheiro de suas famílias, o que era raro:

*O acampamento do commercio era o “boulevard”, o nosso famoso club. Concorríamos a elle nos interregnos dos malvados exercicios. Ahi se palestrava com amigos em viagens continuas da pátria, portadores de noticias frescas dos parentes e pessoas caras; saboreava-se o bom café, os doces finos, os melhores vinhos e cervejas, intercaladas das chistosas pilherias e anedoctas ao gosto brejeiro e suggestivo de Zola e Paulo de Montegazza; cavaqueava-se, fugitivamente embora, com as hetairas de alto cothurno, de origem platina ou européa, accessíveis apenas aos argentarios, aos elevados chefes de gola bordada, calça de galão e chapéu de penacho[...]*¹⁹³.

Conforme depoimento de Burton, “os oficiais andavam com os bolsos cheios, enquanto os mascates faziam pequenas fortunas vendendo colheres de prata, canecas e artigos semelhantes”¹⁹⁴. A esse respeito é bastante interessante o trecho seguinte da carta escrita em Pará-Cué, em 8 de julho de 1868, pelo Marechal Câmara a sua esposa Maria Rita:

Para que possas avaliar os preços fabulosos porque compramos aqui tudo, mando-te esta nota da casa Caetano Brito, que aqui está negociando. Eu gasto em comida, quase 200\$ por mez, e passo mal. Nota dos preços que se vendem os gêneros no Exercito:

1 libra (quase 1 kg) de assucar.....	600 reis
1 libra de arroz.....	500 reis
1 libra de feijão.....	400 reis
1 libra de carne.....	200 reis
1 libra de farinha.....	400 reis ... e por assim diante!” ¹⁹⁵

O sucesso de uma guerra não depende somente de soldados e armas, e sim, também do abastecimento de gêneros alimentícios, que tem que ser feito nas quantidades necessárias e nos momentos certos. Um combate só pode ser travado se os combatentes acham os meios para se cruzarem em um campo de batalha, e supri-los a caminho desses encontros sempre

¹⁹² TAUNAY, op.cit., 1927. p. 122.

¹⁹³ SILVA, op.cit.p. 44.

¹⁹⁴ BURTOM, op.cit.p. 331,332.

¹⁹⁵ CAMARA, op.cit.p. 198.

apresentou problemas. O Duque de Wellington, general britânico que chefiou as forças vencedoras na batalha de Waterloo, insistiu sempre no mesmo ponto: “o sucesso das operações militares depende dos suprimentos; não há dificuldade em lutar e em achar os meios de derrotar o inimigo com ou sem perdas; mas, para alcançar os objetivos, é preciso se alimentar”¹⁹⁶. Fato constatado por D. Pedro II em carta ao Barão de Cotegipe: “a grande falta de nosso exercito é a de viveres e meios de conduzi-los”¹⁹⁷. Uma grande parte dos problemas da intendência advinha da perecibilidade da comida em todos os períodos e locais e era um problema difícil de ser resolvido antes das técnicas de enlatamento que começaram a ser usadas no século XIX. Nessa época, a ração básica dos soldados era constituída de cereais secos ou moída. Segundo John Keegan, os legionários romanos eram alimentados com extrato de peixe (elemento essencial na dieta dos legionários), vinho, vinagre ou cerveja e alguma carne curada, salgada, seca ou abatida no local de consumo¹⁹⁸.

Na segunda metade do século XIX, o processo de enlatamento da carne já havia sido descoberto, embora o envenenamento por chumbo fosse um dos contraindicadores na época. Em 1860, na França, Napoleão III criou um concurso para a substituição da manteiga para seus soldados e com isso produziu o leite condensado (1860), o leite em pó (1855) e a margarina.

Na Guerra da Secessão, ocorrida na mesma década que a do Paraguai, a carne salgada foi a alimentação básica dos nortistas. Os confederados tinham que sobreviver com farinha de milho e amendoim seco e sem carne porque o rio Mississippi logo foi controlado pela União¹⁹⁹.

Enquanto o exército permanecia inativo por um longo tempo, em acampamentos onde a concentração de soldados era muito grande surgia rapidamente uma praça comercial com cidades cheias de comerciantes e aventureiros. Com dinheiro podia-se comprar quase tudo, sendo escasso o troco. Introduziu-se em alguns locais um novo sistema: os patações de prata eram cortados com talhadeira e divididos em metades e quartos.²⁰⁰ Os provedores e vivandeiros eram aqueles que com suas carretas e botes repletos de mercadorias seguiam o exército para comerciar com os soldados, enriquecendo-se nessa como em todas as outras guerras. Os fornecedores estavam no seu papel, empenhando o máximo esforço em retardar o movimento do exército, que as fontes indicavam muitas vezes “*nada tínhamos organizado*.”

¹⁹⁶ KEEGAN, J. **Uma história da guerra**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 317.

¹⁹⁷ PINHO, op.cit. p. 169.

¹⁹⁸ KEEGAN, op.cit.p. 318.

¹⁹⁹ Ibid., p. 319.

²⁰⁰ THOMPSON, op.cit.p. 156.

Faltava tudo.”²⁰¹ Sobre eles pesava ódio e rancor dos exércitos envolvidos na guerra, do lado argentino. De Marco afirmou que:

*[...] os vivanderos o cantineros eran un mal necesario. Odiados por sus trampas y por su codicia, contribuían sin embargo a mitigar, dinero mediante, el apetito insaciable de la mayoría de los componentes del Ejército. Al principio fueron tolerados por Mitre y por los commandantes de cuerpo, pero luego debieron reducir su actuación como consecuencia de los abusos que protagonizaban. El 4 de octubre de 1865, se dictó una tajante orden general por la cual se responsabilizaba a los jefes de los distintos cuerpos por la admisión de estos mercaderes de alimentos y baratijas, y el que llegase a introducirse será remitido al Estado Mayor sin permitirle vender nada*²⁰².

O Coronel José Bernardino Bormann, referindo-se ao período defensivo em Tuiuti, escreveu:

A nossa inanição em Tuiuti levantou uma pequena cidade à retaguarda do exército, com sua igreja, teatro, salões de baile, de bilhar, de cabeleireiro e de barbeiro: enfim, ali se encontrava tudo quanto se pudesse desejar em qualquer cidade de província, pois o comércio era enorme e perfeitamente sortido²⁰³.

A carne, alimento tradicional mais consumido pelos exércitos aliados, foi:

*[...] el artículo cuya entrega resultó más irregular y dificultosa. También, el que más se prestó a sórdidas especulaciones de quienes, improvisados en una función tan importante, se preocuparon por suscribir contratos ventajosos para sus bolsillos pero gravosos para las tropas que recibían su sustento con enorme retraso, hasta el punto de sufrir hambre, y para el gobierno que debía limitarse a pagar sin atenuantes para evitar um súbito desastre*²⁰⁴.

Os períodos de fome eram intercalados por épocas de fartura, isso devido ao fato de grandes carregamentos conseguirem chegar aos locais onde estavam estacionadas as tropas, como narrou Taunay na região do Taboco:

Diariamente chegavam grandes carregamentos e tropas de animaes, vindos de Goyaz, e entre nós reinava já tal ou qual abundancia. Preço moderados e impostos por uma tabella imperavam no mercado não mal provido e onde começaram a apparecer generos completamente novos naquellas paragens, conservas e vinhos finos. Como goiabada figurava um doce de fructa de lobo ralada, que não era de todo desagradável ao paladar, assemelhando-se ao de banana com resaibos, entretanto, enjoativos. De outro lado a chegada, de excellentes peças de fardamento permitiu que todos os batalhões, deixando os immundos farrapos que vestiam, de novo formavam com garbo e aceio militares. As bandas de musicas receberam então uniformes até de luxo²⁰⁵.

²⁰¹ SILVA, op.cit.p. 32.

²⁰² DE MARCO, op.cit.p. 146.

²⁰³ QUEIROZ, M. I. P. **O mandonismo local na vida pública brasileira**. Anhembi n.72, novembro de 1955.p. 9.

²⁰⁴ DE MARCO, op.cit. p.141.

²⁰⁵ TAUNAY, op.cit., 1927. p. 103.

3 SAÚDE E DOENÇAS

Durante muito tempo os historiadores ignoraram os temas como saúde e doença, que não atingiam o estatuto de objetos dignos de interesse histórico, relegando a elas um papel secundário. Mas a saúde, as condições sanitárias e higiênicas têm papéis importantes na história da Guerra do Paraguai, sendo que o campo de pesquisa da história das doenças apresentou nos últimos anos expressiva expansão, na qual novos caminhos puderam ser explorados. Seu estudo engloba as epidemias e seus cuidados, possibilitando conhecimentos sobre estruturas e mudanças sociais, implicações políticas e ecológicas, constituição do Estado e de identidades nacionais. Mas existe uma historicidade das doenças ligada a todas as ações do ser humano. Jacques Le Goff questiona: “onde estão as febres terças e quartãs de nossos antepassados?” e ele mesmo responde “a doença pertence à história, em primeiro lugar porque não é mais do que uma idéia, um certo abstrato numa complexa realidade empírica, e por que as doenças são mortais”²⁰⁶.

As abordagens, além da história social, exploram fronteiras como a das representações mentais, história demográfica e antropologia social, entre outras. A doença deixou de ser um objeto exclusivo da Medicina e passou a ser problematizada pela História. De fato, a história da Guerra do Paraguai pode ser contada em paralelo à história das doenças infecciosas como dois temas que se sobrepõem, caminhando juntas e interferindo nas ordens de comando dos acampamentos militares. Os germens, os inimigos, a dor e a morte conviviam no mesmo campo de batalha e competiam pela sobrevivência.

No relato das memórias daqueles que sobreviveram se percebe o quanto a população civil e militar recriou hábitos e costumes que lhes possibilitaram sobreviver às dificuldades ocasionadas pela improvisação, pela falta de liderança e o não cumprimento das ordens. Através dos relatos dos sobreviventes percebo os sofrimentos físicos e emocionais vivenciados por ocasião da guerra. Carentes de equipamentos e de serviços de saúde adequados, os soldados ficaram indefesos diante do avanço das doenças e da fome, sofrendo e perecendo aos milhares.

É claro que se deve considerar que a presença de enfermidades nos campos de batalhas foi também o produto das extremas condições de vida, das exposições de soldados e civis ao clima, da falta de medicamentos, de alimentos; que causou desnutrição e, portanto, propensão a doenças, assim como outras carências que se impuseram durante a guerra. A

²⁰⁶ LE GOFF, J. **As doenças tem história**. Lisboa: Terramar, 1997. p. 7, 8.

aparição de pestes tampouco pode atribuir-se à casualidade. A escassa alimentação, os milhares de cadáveres insepultos, as más condições higiênicas, a enorme quantidade de bactérias que assolavam o acampamento e campos de batalha contribuíram para a imensa mortandade que existiram durante a campanha. A longa lista de motivos para a expansão de enfermidades e pestes deve juntar-se ao grave dano do sistema ecológico e ao equilíbrio natural que se efetuou com a presença de grande quantidade de pessoas que se deslocavam incessantemente pelos pântanos, pelas matas e bosques, penetrando no habitat natural dos agentes transmissores de doenças.

Uma das principais referências para o estudo das doenças do passado, especificamente as condições sanitárias na Guerra do Paraguai, são os diários dos soldados e dos viajantes, muitos dos quais personagens de suas próprias narrativas, que enriquecem o conteúdo da documentação médica porque são testemunhas oculares que vivenciaram a dor, o desespero e o medo diante da morte. Os diários escritos nos acampamentos revelam situações nem sempre anotadas pelos registros médicos, que também são fontes valiosas e descrevem um quadro minucioso dos sintomas das doenças, que muito contribuem para esclarecer certas enfermidades e possibilitam um cotejamento entre algumas questões: tratamento dos doentes, condições higiênicas e sanitárias, sintomatologia das doenças, e muitos outros problemas que o cotidiano de um acampamento militar proporciona.

As memórias dos veteranos dos países envolvidos oferecem subsídios para uma análise da qualidade do serviço médico, dos alimentos disponíveis, das doenças e muitos outros assuntos referentes à campanha, destacando-se que esses documentos revelam uma riqueza de detalhes ajudando a desvendar o passado, lançando luz e permitindo perceber uma história dos indivíduos e estudar o seu dia a dia. Bastante elucidativos são os escritos de Alfredo d'Escagnolle Taunay, André Rebouças, Augusto Tasso Fragoso, Evangelista de Castro Dionísio Cerqueira, Francisco Pereira da Silva Barbosa, George Frederick Masterman, George Thompson, João Pedro Gay, Juan Crisóstomo Centurión, José Luiz Rodrigues da Silva, Leon de Palleja, Luiz de Castro Souza, Louis Schneider, Richard Burton, entre muitos outros, e todos eles sem exceção descrevem os próprios padecimentos e o cotidiano de um soldado com riqueza de detalhes..

Analisando alguns trabalhos de médicos que atuaram no período da guerra é possível estudar as atividades executadas pelo Corpo de Saúde, tanto do exército quanto da marinha, pois nessa documentação se encontram descrições dos ferimentos e respectivos tratamentos executados pelos integrantes do quadro médico-cirúrgico, suas dificuldades e limitações, bem como a incapacidade médica diante de doenças até então desconhecidas ou até a atuação de

médicos incompetentes e incapazes que não estavam preparados para enfrentar as situações médicas que uma guerra proporcionava. Dentre esses trabalhos podemos destacar os de Manoel Carneiro da Rocha com o *Diário da Campanha Naval do Paraguai* e um cirurgião que serviu na esquadra brasileira durante a guerra e publicou seu livro em 1870, Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo, *História Médico-Cirúrgica da Esquadra Brasileira nas Campanhas do Uruguay e Paraguay de 1864 a 1869*, Luiz de Castro Souza com *a Medicina na Guerra do Paraguai*, Dionísio M. Gonzalez Torre com *os Aspectos Sanitários de la Guerra contra la Triple Alianza*, Victor L. Franco com *a La Sanidad em la Guerra contra la Triple Alianza*, entre muitos outros.

A análise dos registros de *causa mortis* é uma fonte rica para o estudo da demografia histórica, para a história das doenças e, sobretudo, para a epidemiologia. Porém, a questão das nomenclaturas e sistemas classificatórios das doenças para os períodos anteriores à convenção da Classificação Internacional das Doenças (CID), constitui problema de ordem metodológica para o historiador, pois não havendo uma sistemática que unifique a nomenclatura médica para períodos anteriores a 1948, que só foi implantada em 1976, seu trabalho é prejudicado, uma vez que não dispõe de uma descrição do exame clínico, o que muito ajudaria no uso de uma terminologia que aproximasse diagnóstico e doença.²⁰⁷ A documentação médica não se faz acompanhar pelo dossiê clínico do paciente, restando apenas o registro do nome da doença causadora da internação ou do falecimento. O pesquisador tem a seu dispor registros de sintomas idênticos para doenças distintas. Nos registros de doenças dos Livros de Hospitais e Enfermarias, bem como nos atestados de óbito, anotavam-se os diagnósticos prováveis como diarreias, disenteria, febres e mal das urinas, entre outros, confundindo o diagnóstico das doenças e certamente a forma de como tratá-las. Também em diários era comum a denominação de doenças pelos seus sinais apresentados e pela sintomatologia:

Em Corrientes, havia diversos transportes entre eles o Eponina (hospital de sangue). Soube ter sido ontem sepultado o Brigadeiro Neto, vítima de febre e diarreia que, na idade de mais de 70 anos, fizeram-no sucumbir. O Brigadeiro Sampaio, recolhido ao Eponina, já curado das feridas, está muito atacado das urinas. Em Corrientes há quem fale mais português do que espanhol. Por toda a parte se vê galpões de madeiras com doentes, em número de sete mil. Às 10h30min desceu o 11 de Junho, levando doentes para Corrientes, entre eles o chefe do Estado-Maior, o Coronel Bruce, o Coronel Lobo, todos ou a maior parte, de febre. Ao meio-dia largou o Voluntário com o Almirante para o acampamento. Vieram remetidos da 2ª Divisão dez argentinos, que iam fugidos em canoas. Acenderam fogos os Vapores Apa, Princesa e Isabel, e às 2h desceram, para baixo da Ponta do Itapiru, por ter-se desenvolvido a febre nesses navios, que estavam junto à barranca. Sabe-se que nos meses de abril e maio a febre se

²⁰⁷ SOUSA, J. P. **A presença da cólera, da diarreia e as condições sanitárias durante a guerra contra o Paraguai: registros médicos e memórias.** In: NASCIMENTO, D. R.; CARVALHO D. M.; MARQUES, R. C. (org.). *Uma história brasileira das doenças*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. vol. II, p. 233.

torna epidêmica nestes lugares, o que explica não se ter edificado povoação, senão a militar²⁰⁸.

Parte dos soldados feridos e doentes era deixada, em convalescença, em várias localidades portuárias ou em enfermarias localizadas próximo aos acampamentos. Além das questões sanitárias, sempre presentes na mobilização e até mesmo na desmobilização, é possível deduzir quando se lê a documentação disponível, que as unidades, desde o início da guerra, não tinham a sua disposição barracas adequadas e suficientes e nos navios espaços que lhes permitissem uma qualidade de vida saudável.²⁰⁹

A peste é a maior inimiga que temos, em ofício do mês de julho de 1865 ao Ministro da Guerra Ângelo Muniz da Silva Ferraz, o Marechal de Campo Manuel Luis Osório, demonstrava preocupação com o estado sanitário do exército brasileiro.²¹⁰ Assumiu um exército em precárias condições no dia 1º de março de 1865, quando o General João Procópio Menna Barreto, sofrendo de *tuberculose em estado avançado*, retirou-se para o Rio Grande do Sul.²¹¹ Essa tropa, cujo efetivo era de 9.465 homens, acampado próximo a Montevideú, tinha no seu Corpo de Saúde 17 pessoas responsáveis pela assistência médico-cirúrgica, muitas delas sem preparo para enfrentar as situações médicas que exigiam uma atuação de guerra. Fatigada por longas marchas, a tropa sofria com o calor excessivo e o frio intenso, com as condições higiênicas e sanitárias, devido à utilização de água poluída, que causava enfermidades e com a mudança completa do regime alimentar a que estavam acostumados e que os enfraquecia e debilitava. A diarreia e a disenteria com poder devastador foram as causadoras de muitas mortes e responsáveis pela baixa de milhares de combatentes, tanto brasileiros como paraguaios, argentinos e uruguaios. Esses males grassaram durante toda a guerra com maior ou menor intensidade,²¹² tendo ainda o agravante de que parte dos recrutas já chegava doentes ao cenário da batalha, transmitindo e disseminando as doenças de suas cidades de origem onde as epidemias foram frequentes em todo o período colonial. Em São Francisco e Dayman, nas proximidades de Salto, um veterano narrou: “Ahi registramos baixas enormes, e os cemitérios atulharam-se, causava lastima, ver como a desynteria ceifava impiedosamente”²¹³. Mas naquela época o termo disenteria poderia significar um número muito grande de doenças, como parasitose e tifo entre muitas outras. O mesmo veterano

²⁰⁸ ROCHA, M. C. **Diário da campanha naval do Paraguai, 1866**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1999, p. 56.

²⁰⁹ PRATA, S. J. **As condições sanitárias e higiênicas durante a Guerra do Paraguai**. In: NASCIMENTO, D. R.; CARVALHO, D. M. (Org.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004.p.61

²¹⁰ OSÓRIO; OSÓRIO FILHO, op. cit., p. 93.

²¹¹ SILVA, op. cit., p.13.

²¹² THOMPSON, op.cit. p. 95.

²¹³ SILVA, op.cit. p. 27.

descreveu corroborado por outro, algumas tentativas, entre muitas outras que se faziam em todos os exércitos para debelar as doenças, mas que com o tempo se mostraram infrutíferas:

Começando a grassar a desynteria, de modo assustador, e, attribuido-se ao facto da distribuição da carne no momento de abatido o gado, este serviço passou a ser feito com antecedencia de 12 horas, cessando o mal em erupção, para reaparecer mais tarde, transformado em cholera-morbus asiatico, bexiga pelle de lixa, typho e sarampo, tudo a um tempo²¹⁴. Desde o momento em que a cólera apareceu, houve ordem para que se fizessem, por todo o acampamento, fumigações com folhas de louro e capim, e o quartel-general estava tão continuamente impregnado de fumaça que era quase impossível morar-se lá. López compreendeu sua total impotência para lutar pessoalmente contra tão terrível flagelo, e ficou quase louco, acusando seus médicos de intenção de matá-lo, sendo sua denuncia secundada pelo bispo²¹⁵.

Provavelmente o uso de fumaça com folhas medicinais pelo exército paraguaio provém da orientação de médicos estrangeiros que compunham a equipe de saúde de Solano López, muito comum em outros países europeus, como durante a epidemia de cólera em Granada, 1865, quando a teoria dos miasmas ainda dominava. Os moradores acendiam fogueiras pelas ruas na tentativa de purificar o ar ou afastar as substâncias nocivas que este continha.²¹⁶ Até então, a causa das doenças transmissíveis continuava um mistério: falava-se no miasma, a emanção de regiões insalubres (o termo malária, “maus ares”, alude precisamente a isso). Pela teoria dos miasmas, os locais imundos, contendo dejetos de lixo orgânico em decomposição, emanavam substâncias invisíveis, mas nocivas e causadoras das doenças infecciosas e epidemias, impregnando o ar. Portanto, contraía-se a infecção ao respirar o ar que continha tais substâncias miasmáticas, e não pelo contágio de pessoa a pessoa. A teoria já era antiga, haja vista que se supunha que a malária provinha do mau cheiro dos pântanos. Os miasmas, porém, ganharam mais importância no século XIX.²¹⁷

Enquanto a teoria dos miasmas dominava a mentalidade européia, cresciam os indícios da outra forma de aquisição das infecções, o contágio, uma teoria que se opunha à primeira. O contágio acarretaria a disseminação das infecções por meio do contato direto de pessoa para pessoa, ou por meio de objetos contaminados pelo doente. Apesar de essa tese ser a correta, a teoria dos miasmas dominava o terreno científico. Seriam necessárias segundas descobertas futuras para que essa teoria fosse ganhando terreno até, finalmente, ter a sua consagração com a identificação dos agentes causadores das infecções, *os germes*.

²¹⁴ SILVA, op.cit. p. 50.

²¹⁵ THOMPSON, op.cit. p.164.

²¹⁶ UJVARI, S. C. **A História e suas epidemias:** a convivência do homem com os microorganismos. Rio de Janeiro:Senac Rio, 2003. p. 137.

²¹⁷ CHALHOUB, S. **Cidade febril.** Cortiço e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 64, 65.

O General Manuel Luis Osório escreveu ao Ministro dos Negócios de Guerra Ângelo Muniz da Silva Ferraz, do dia 27 de maio de 1865, mostrando-se pouco satisfeito com o número de doentes, pois, dos 2.660 homens pertencentes à cavalaria sob o seu comando, 100 estavam com sintomas de tifo, outros sofriam de bexiga e de sarampo, e, enfático, afirmava que tal *peste* havia se desenvolvido antes mesmos de os homens terem sido postos a marchar, ou seja, o mal veio importado por novos contingentes oriundos da Corte²¹⁸. O próprio General Osório, acometido por um embaraço gástrico febril ocupava uma casa junto ao Cerro de Montevideu em cujas proximidades estava localizado o acampamento militar. Ele tinha uma perna doente, extremamente inchada, com feridas de cujas bordas enegrecidas, muitas vezes caíam pedaços²¹⁹. Nesse mesmo dia passou pelo enorme desgosto de ver morrer repentinamente a seu lado, lançando golfadas de sangue, o tenente Manoel Jachinto Pereira, Ajudante de Campo, seu sobrinho, íntimo amigo e companheiro de alojamento. Outro Ajudante de Campo, o Alferes Francisco de Assis Trajano de Menezes, também se referiu à doença do General Osório “aqui começou a sofrer de uma perna, e o facto de pisar continuamente na geada, do muito exercício que fazia a cavallo, da falta de tempo para curar-se lhe agravava o soffrimento”²²⁰. Ficou no comando do exército até dia 18 de julho de 1866, quando foi obrigado a se retirar, após uma inspeção de saúde composta por três médicos da Esquadra Imperial que atestaram que seu estado de saúde era considerado *gravíssimo*.

A 2 de julho de 1866, faleceu em Corrientes, o General Antonio de Souza Netto, vítima de uma *febre palustre*, enlutando a cavalaria rio-grandense e, no dia 8 do mesmo mês, também faleceu o General Antonio de Sampaio, em consequência dos ferimentos recebidos na Batalha de Tuyuty²²¹. Em 100% das fontes analisadas o tema saúde e doenças mereceu destaque central, provavelmente devido ao fato da unificação da morte atingir as diversas categorias de soldados, não poupando os oficiais de maior graduação e por isso mesmo mereciam destaque e honra, com direito a nomes e sobrenomes nas ordens do dia e em outras fontes. É preciso considerar também que a diminuição acentuada de soldados interferia diretamente nos planos de combate do comando geral, o que levava a frequente e insistentes pedidos de envio de recrutas para o cenário da guerra. No arquivo do Almirante Jaceguai verifico, numa carta do General Osório, a situação médica que enfrentavam os soldados: “logo depois da invasão encontrei 10.465 doentes, inclusive feridos, a terça parte das minhas

²¹⁸ OSÓRIO; OSORIO FILHO, op.cit. p. 64.

²¹⁹ Ibid., p. 309.

²²⁰ Ibid., p. 100

²²¹ Ibid., p. 257.

forças, e o cholera morbus ainda não havia invadido o teatro de operações”²²². O Brasil tinha, pois, em operações no Paraguai, cerca de 45.000 homens. Os doentes, em fins de agosto de 1867 estavam assim distribuídos em diversas enfermarias e em proporções alarmantes:

Na enfermaria central de Tuyuty.....	2.927.
Na enfermaria do Passo da Pátria.....	614.
Na enfermaria de Corrientes.....	5.980.
Na enfermaria de Cerrito.....	674.
Na enfermaria da Chacarita.....	58.
Na ambulância central de Tuyuty.....	324.
Total.....	10.577 ²²³

Sendo que o efetivo em 28 de agosto era o seguinte:

	Prontos	Empregados	Doentes
1º Corpo.....	10.734	924	3.477
2º Corpo.....	10.331	1.351	4.208
3º Corpo.....	8.852	971	2.749
Batalhão de Engenheiros.....	506	72	136
Corpo de Transporte.....	52	788	7
Corpos Especiais.....	125		
	-----	-----	-----
	30.600	4.106	10.577 ²²⁴

Vale ressaltar que muitos soldados davam parte de doenças para poderem fugir das batalhas, fato amplamente comprovado pelas fontes. O número de doentes que permaneciam nos hospitais e enfermarias aponta para um outro problema que foi a disponibilidade de praças enviados para as frentes de batalha, condicionando assim planos de guerra ao número de doentes.

Em uma de suas *Exposições*, o Alferes do 5º Regimento de Cavallaria Ligeira Francisco de Assis Trajano de Menezes, também Ajudante de Campo do General Osório,

²²² MOTA, A. S. **Reminiscências da guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1982, p.153.

²²³ FRAGOSO, A. T. **História da guerra entre a tríple aliança e o Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1957. v. III, p. 324.

²²⁴ Ibid., p. 323.

escreveu do teatro de operações alguns tópicos, onde se pode observar um panorama geral das diversas dificuldades em que se encontrava o exército brasileiro, entre eles:

O Exercito nesse dia, não passava de um chão de calamidades. A soldadesca nua, a officialidade desgostosa em consequência da Ordem do Dia nº 17 que publicou o combate de Paysandú. Uns, pedindo justiça pelo desprezo ou olvido a que foram atirados os seus serviços; outros, inspeccionando-se de saúde e fazendo-se julgarem-se inválidos; muitos pediram licença; enfim, a magua, o descontentamento era o que se manifestavam desde os soldados até aos officiaes superiores. Chegavam ao campo, logo encontravam o frio que os congelava, a differença na alimentação, outra maneira de vida, a varíola que assolava as febres; enfim, muitos não sobreviveram a taes rigores. Um Batalhão do Pará que o Ministro da Guerra recommendára ao General como de nadadores e mesmo de um pessoal robusto, em poucos dias tão dizimado ficou, que o General teve que dissolver-o, mandando para outro Batalhão o seu commandante que era um tenente commissionado no posto de Tenente-Coronel e alguns poucos officiaes que resistiram as intempéries²²⁵.

Juntem-se ainda as seguintes comunicações constantes dos officios que Osório recebeu dos chefes das cavalarias colocadas em Santa Luzia:

8 de março - Os médicos dizem não ter remedios. Mande-nos uma bôa ambulancia. Os medicos não tratam dos soldados. Está máo isto. Ainda hontem falleceu um dos meus. José Joaquim de Andrade Neve. 12 de março - Os soldados estão nus e descalços. Candido José Sanches da Silva Brandão. 13 de março - Eu aqui não tenho um cavallo e os meus ordenanças vem a pé, por que mandei recolher todos os reúnos ás cavalladas para não vel-os morrer no acampamento, até os orelhanos das praças que não cuidavan nelles. Tem morrido alguns. Muitos officiaes estão a pé e, agradecidos ficarão ainda pagando, se obtiverem cavallos, pelo preço do contracto. A Guarda Nacional está desejosissima de voltar ao paíz natal. José Luis Menna Barreto. 18 de março - Estamos mal; estão adoecendo muitos soldados e tem morrido já alguns, e os medicos sempre gritando que não ha remedios. O medico que veio por ultimo, mostra ser muito bom, cuidadoso, e que tenho estimado. Nossas cavalladas estão morrendo aos montes. Tem havido deserções; não na minha Brigada, mas na gente do Passo Fundo. Os soldados estão muito nus e sem soldo. V. Ex. nos dê remédios para esses males - Jose Joaquim de Andrade Neves²²⁶.

Ao analisar os registros provenientes dos mapas de doentes tratados em hospitais, enfermarias e navios de guerra da Armada Imperial, datados de 31 de março de 1865, que estão encerrados no Arquivo da Marinha, no Rio de Janeiro, verifico todas as doenças comuns naquela época, em um total de 140. Nesse mapa elaborado pela Secretaria do Corpo de Saúde da Armada e assinada pelo Dr. José Maria de Noronha Feijal, cirurgião-mor interino, constam os hospitais da Corte e da Bahia, enfermarias de Pernambuco, Pará, Ceará, de Escola de Marujo, de Imperiais Marinheiros e Batalhão Naval, do Rio Grande do Sul e Navios de Guerra.²²⁷ Entre os dados que prevaleceram em maior número, estão os da sífilis, da qual

²²⁵ OSÓRIO; OSÓRIO FILHO, op. cit., p. 82.

²²⁶ Ibid., p. 41.

²²⁷ ARQUIVO DA MARINHA. op. cit.

constam 877 doentes, falecendo 1, entre outras doenças venéreas como por exemplo cancro, blenorragia ou gonorreia e condiloma.

Houve várias moléstias de órgãos respiratórios em número de 845 dos quais faleceram 114, sendo 63 de tuberculose pulmonar, entre outros de doenças provenientes do calor intenso das caldeiras dos navios, e do ar poluído dos recintos quentes, pequenos e fechados. Também as febres tiveram um número muito alto de doentes: foram 296, dos quais foram a óbito 21.

As fontes sobre doenças venéreas foram raras durante a guerra, mas elas simplesmente não poderiam ter desaparecido das estatísticas de 1865. Tudo leva a crer que as *doenças visíveis* como cólera, varíola e malária que matavam com muito mais rapidez e eram em maior número foram contabilizadas, enquanto as doenças sexuais que demoravam à levar a morte muitas vezes passavam despercebidas no campo de guerra e não foram diagnosticadas e tratadas.

É preciso ressaltar que os termos febres e sintomas febris foram bastante utilizados naquela época em que os diagnósticos das doenças eram muitas vezes imprecisos e inexistentes. Não se acham incluídos no já citado mapa os doentes tratados no Rio da Prata, apesar de a guerra já ter começado havia três meses. Muito interessante e importante foi o número de doentes com cólera e varíola, num total de 4.569, verificada na referida tabela, em números insignificantes, mas suficientes para desencadear as epidemias nos campos de batalha verificadas pelas fontes durante a elaboração desta tese.

A maioria dos estudiosos que se refere ao número de vítimas de combatentes e populações civis que pereceram na Guerra do Paraguai, não só no exército aliado, mas também entre os paraguaios, concorda, ao menos, em uma coisa: que mais gente morreu como consequência das enfermidades, fome e pestes do que por ações bélicas em si.²²⁸ Essas questões que ainda não foram pesquisadas devidamente, não havendo criteriosos estudos sobre os serviços de saúde oferecidos pelo exército e pela marinha durante o conflito de 1864 - 1870. O grande combate travado pelas forças militares foi contra as condições sanitárias, higiênicas e a fome durante a guerra e não contra o inimigo paraguaio. O foco central era então a sobrevivência. Tal hipótese procede, pois grande parte da documentação disponível nos arquivos públicos, no Brasil e no exterior, possibilita a investigação sobre os numerosos hospitais e enfermarias bem como, na falta deles, era o atendimento aos soldados feridos e doentes. As correspondências pessoais também possibilitam informações precisas sobre as

²²⁸ ARQUIVO DA MARINHA. **Relatório do Ministério e Secretaria de Estado da Marinha**, 1870.

difíceis condições de saúde pelos quais os soldados passavam. Em 11 de abril de 1867, Benjamin Constant, em suas *Cartas da Guerra*, registrou, entre muitas outras situações, as precárias condições de vida dos soldados:

Excetuando aqueles poucos que são camaradas de oficiais, ou empregados, a maior parte dessa pobre gente não tem uma barraca que lhe sirva de abrigo, dormem ao relento expostos ao sereno e às chuvas, muitos sem mantas, sem capotes; por também a peste tem dado aqui com muito maior intensidade ²²⁹.

Em outra correspondência, do dia 16 de janeiro de 1869, do Marechal Câmara para sua esposa Maria Rita ele expôs a sua condição de saúde: “tenho bastante fastio e febre, desconfio que as intermitentes me visitam, dificilmente posso me conservar de outra forma que não seja deitado ou a cavalo”²³⁰. Relatos que demonstram que o Governo Imperial não estava preparado para um conflito longo, proporcionando para os seus combatentes condições de saúde inadequadas e imaginando que em vez de cinco anos e quatro meses necessários para derrotar o inimigo, a guerra não duraria mais que seis meses. Na realidade não existia um exército na concepção própria da palavra. Ele era pequeno e despreparado, com tudo por organizar. De fato, tal situação era reflexo da organização escravista da sociedade, que, marginalizando a população livre não proprietária, dificultava a formação de um exército com senso de responsabilidade, disciplina e patriotismo. Além disso, o serviço militar era visto como um castigo sempre a ser evitado, o recrutamento arbitrário e violento, sendo um problema desde o período colonial.

O despreparo militar brasileiro, na época com apenas alguns batalhões incompletos, mal armados e disseminados por um vasto território, era particularmente grave no sul de Mato Grosso. As tropas utilizadas até então nas intervenções feitas na região do Prata eram constituídas basicamente pelos contingentes armados de chefes políticos gaúchos e por alguns efetivos da Guarda Nacional. A infantaria brasileira que lutou na guerra não era formada por soldados profissionais, mas pelos chamados Voluntários da Pátria, cidadãos entre 18 e 50 anos de idade, inicialmente por livre vontade e mais tarde como “involuntários da pátria”²³¹, que se apresentavam para lutar atendendo a um decreto do Imperador II em 7 de janeiro de 1865. Foram ao todo 57 batalhões, integrados por pessoas de diversas camadas sociais, imbuídos de cargas culturais diferentes, desde membros da classe média, até homens livres e pobres, muitos eram negros alforriados enviados por fazendeiros, chamados pelos paraguaios de *los camba*, ou seja, *negros* em guarani.

²²⁹ LEMOS, op.cit. p. 154.

²³⁰ CÂMARA, op.cit. p. 276.

²³¹ RODRIGUES, M. S. **O (in)voluntários da Pátria: a Bahia na Guerra do Paraguai**. UFBA. Dissertação de Mestrado, 2001.

A guerra também promoveu uma equiparação entre as diversas categorias sociais, uma vez que negros, brancos, pardos e índios se tornaram simplesmente “*patriotas*.” Eram motivados pelas recompensas prometidas pelo Império: soldo normal dos soldados das forças regulares, de 500 mil réis diários, um prêmio de 300 mil réis ao final da guerra e um pedaço de terra de 49.500 metros quadrados - nas colônias militares e agrícolas existentes em diversos pontos do Brasil, promessas nem sempre cumpridas, o que desencadeou grande insatisfação. Ao voluntário garantiam-se, também, promoções por bravura, meio soldo se ficasse inválido, e, em caso de morte, pensão nesse valor para herdeiro indicado, mas o que eles não prometiam eram as condições adequadas com as quais os soldados pudessem contar durante o desenrolar da guerra. Seis meses depois de iniciada a luta, o Império do Brasil ainda não tinha conseguido começar a defensiva e em 21 de maio de 1866, portanto, há mais de um ano em que o General Osório comandava as tropas aliadas, as doenças ainda eram as responsáveis pela maioria das mortes dos soldados cujas perdas somavam 10.400 homens²³².

Reconheço que há um grande numero de doentes. Isto porem, se explica pela natureza insalubre do clima, e das circunstancias do nosso Exercito exposto muitas vezes ás intempéries atmosfericas e ás duras fadigas da guerra. Digo a V.Ex. que si nos demorarmos muitos mezes entre tantos pântanos sem água potável e no meio de tantos animaes mortos, o numero de doentes será indeterminado, sem que a grande solicitude de V. Ex. e os esforços dos medicos possam pôr termo a isto²³³.

Osório preocupava-se também com os direitos das famílias dos oficiais e praças de pret que combateram na guerra. Assim é que, pela Ordem do Dia nº99, ordenou que cada oficial e, especificamente, os comandantes dos Corpos remetessem diretamente ao seu Quartel General a fim de ser enviada ao Governo Imperial, uma lista com a declaração dos nomes da esposa de cada um, e filhos, assim como do lugar de sua residência, devendo os que não fossem casados ou não tivessem filhos legitimados, fazer igual declaração a respeito de suas mães e irmãs viúvas ou solteiras que vivessem às suas expensas.²³⁴

Mas a partir da administração do exército pelo General Caxias, em 1867, houve um cuidado mais acentuado na hospitalização, ambulâncias e higiene na alimentação, vestuário apropriado, abrigo da tropa e asseio dos acampamentos. A morte por afogamentos²³⁵, suicídios²³⁶, doenças venéreas, pneumonia, lepra e raios,²³⁷ epidemias de varíola, sarampo, impaludismo, diarreia, disenteria, tifo, cólera, sífilis, beribéri, tuberculose, insolação e febres

²³² OSÓRIO; OSÓRIOFILHO, op. cit. p. 254.

²³³ Ibid., p. 255.

²³⁴ Ibid., p.124. Ver também a esse respeito Cap. 3: “Viúvas e descendentes dos combatentes”, p.101/109, Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: a presença feminina na Guerra do Paraguai.

²³⁵ Ibid. op. cit., p. 79.

²³⁶ TAUNAY, op.cit., 1927.p.139.

²³⁷ OSÓRIO; OSÓRIO FILHO, op. cit. p. 360.

malignas rapidamente disseminada durante a guerra devido ao deslocamento de soldados, migrações de populações refugiadas e aos estupros da população feminina, ocasionaram uma mortandade nunca vista antes em campos de batalha e *causavam mais mortes que a metralha paraguaia*.²³⁸ Não há estimativa unânime entre os pesquisadores que quantifique o número de mortos no fim da guerra, da população civil e militar, assim como não há consenso sobre o número de mortos por doenças epidêmicas e por ferimentos recebidos nas batalhas. Os soldados desmobilizados e enviados de volta ao Brasil para tratamento médico, devido às doenças crônicas ou mutilações de seus membros inferiores e superiores, tornaram-se um problema social, grave, para ser resolvida pela administração pública. Eles ficaram conhecidos como os “inválidos da pátria.”²³⁹

As variações climáticas determinavam, em grande parte, a movimentação do exército e a vida em um acampamento militar, montado geralmente perto de rios e densas florestas, onde a umidade era grande. O frio glacial noturno ou o calor sufocante diurno, excessivos no Paraguai,²⁴⁰ os vendavais e as chuvas copiosas, golpeavam com grande intensidade todo o efetivo militar e também o batalhão de pessoas que gravitavam ao seu redor. Ninguém se livrava de tais agonias que tornavam difícil despachar correspondência, fazer exercícios de qualquer espécie, cobrir as trincheiras e, sobretudo, descansar das fadigas cotidianas. Em muitas regiões, o sol era escaldante de dia, e à noite a temperatura abaixava abruptamente, no inverno com maior intensidade, porém na primavera e no outono também se registravam variações climáticas significativas, provocando a morte:

[...] os batalhões de voluntários procedentes das nossas províncias do Norte, transportados no rigor do inverno para o Rio da Prata, dissolviam-se pela morte pouco tempo depois de chegarem aos nossos acampamentos, um batalhão de belos caboclos do Pará, na maior parte adolescentes, que chegara a Montevideu com quatrocentos praças, achava-se quase extinto no fim de um mês²⁴¹.

Rebouças relatou que um dia amanheceu com febre e agravando-se o seu estado, foi examinado por uma junta médica sendo constatada uma inflamação pulmonar tendo sido enviado para tratamento em Corrientes. Alguns dias depois houve um surto de febre e pneumonia que atacavam constantemente o exército aliado logo após o desembarque no Paraguai²⁴². O sol produzia um calor intenso e ar abafado tornando impossíveis as marchas para os soldados que suavam, desidratavam e morriam de insolação. Havia dias em que os

²³⁸ CERQUEIRA, op. cit., p. 46.

²³⁹ GOMES, M. A. M. op.cit. p. 04.

²⁴⁰ OSÓRIO; OSÓRIO FILHO, op. cit. p. 140.

²⁴¹ MOTA, A.S. **Reminiscência da guerra do Paraguai**. 2.ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1982. p. 152.

²⁴² REDOUÇAS, op.cit. p. 13.

mosquitos muito nos atormentavam, outros não. Quase sempre, porém, “piuns” e “polvoras”, durante sol fóra²⁴³. No acampamento o calor era excessivo, sufocante, quase insuportável, pela praga de moscas e mosquitos não deixando ninguém ler, comer, dormir, tanto que em seu Diário de Campanha, o Coronel Leon de Palleja, que lutou pelo exército uruguaio, morto em combate ainda no início do conflito, fez algumas interessantes anotações sobre as condições climáticas:

Si calor hizo ayer, mas há hecho hoy, el termómetro desde muy temprano se conservo em 39 grados centrigados, las moscas estan insuportable; es una aluvion que nos há venido á anonodar, desde dos dias a esta parte no se trata de poder dormir de dia, si no poder vivir, y de noche los mosquitos; ambas plagas hacen um servicio muy bien arreglado, se revelan com la mayor precision los unos á los otros²⁴⁴.

O frio intenso tinha um efeito devastador entre os soldados, mesmo aqueles oriundos de regiões frias, que tinham os membros congelados, o que dificultava a circulação, provocando gangrena e amputação e consequente morte. As trovoadas muito pesadas, as chuvas torrenciais, frequentes e copiosas, molhavam tudo, apodrecendo barracas, adoecendo os soldados e transformando o campo num lamaçal imenso que cada vez atolava mais, pelo trânsito incessante de soldados, cavaleiros, cargueiros e veículos de todo gênero, extenso barreiro onde se enterravam as pernas até os joelhos. As chuvas intensas impediam o movimento dos aliados, detendo-os e tornando impossível qualquer ação bélica e propiciava o aparecimento de doenças:

A soldadesca andava coberta de lodo e obrigada a caminhar descalça. Á noute muitos não dormiam atacados pela tosse. Muitos soldados adoecem e vários doentes morrem nos hospitais. O furacão arrebatou as barracas, o campo nada em agua. Continua a chuva até a manhã do dia 2. Seguem morrendo soldados de diarreia e sarampo. Faz frio nas noutes de 2 e 3²⁴⁵.

As marchas sob a chuva tornavam-se penosas e efetuadas com grande dificuldade pelo número crescente de doentes, pelos campos que se transformavam em imensos pantanais, pelos riachos e rios caudalosos, fazendo as cargas ficarem mais pesadas e deteriorando os víveres. Depois de grandes aguaceiros, as águas aumentavam formando enxurradas que enchiam as valetas das barracas dos mais espertos e invadiam o recinto, molhando os *pelegos*. Além da natureza física do terreno encharcada em sua maior parte, havia grande perda de boiada e cavallhada, mortos de *pestes*, a terrível epizootia, que matava cavalos e mulas às centenas, como consequência dos excessivos calores e da grande quantidade de parasitas e vermes do campo. Os cavalos sofriam também com a má qualidade dos arreios, que se

²⁴³ TAUNAY, op.cit., 1927. p. 35.

²⁴⁴ OSÓRIO; OSÓRIO FILHO, op. cit. p.158.

²⁴⁵ Ibid., p. 125,126.

distribuíam entre as forças da cavalaria e artilharia.²⁴⁶ Taunay descreveu os sofrimentos pelos quais passaram os soldados que enfrentavam enchentes e mosquitos transmissores de doenças:

Ora, o maior perigo e mais serio obstáculo de todo aquelle empreendimento era, não a preseça do inimigo, porém sim a inundação de toda essa larga paragem recanto dos vastíssimos pantanaes conhecidos por lagoa Xarayes e com essa denominação indicada, vaga e indeterminadamente, nos mappas da enorme Província de Matto Grosso²⁴⁷.

A margem do rio Negro, encontramos aquella corrente quasi a transbordar, rolando águas sujas, sombrias, terrificas, ao passo que as bordas, em distancia considerável, empantanadas, lodacentas e resolvidas, bem mostravam os effeitos ainda recentes de um desses temidos transvasamentos. Tivemos, pois, que passar a noute, trepados nas arvores mais corpulentas e sujeitos às ferroadas de nuvens e nuvens de mosquitos pernlongos²⁴⁸.

Aliás, Alfredo Taunay escreveu com riqueza de detalhes, o dia a dia dos soldados; ele não estava imune às doenças, informando os seus próprios padecimentos, contraídos durante a Campanha e que no futuro o levariam à morte:

No Coxim, assaltou-me cruel endocardite, acompanhada de dores, por vezes atrozes, lancinantes, pontadas finas e batidellas irregulares. A principio julguei-me perdido. O certo é que eu padecia ferozmente, entregue a mais cruel melancolia, suppondo que ficaria seppultado naquelle ermo, sem o consolo da família, sem poder mais ver e abraçar meus bons paes²⁴⁹.

3.1 HIGIENE

Sem dúvida nenhuma as condições sanitárias e higiênicas encontradas em todos os exércitos e navios foram responsáveis em grande parte pela maioria das doenças e mortes que vitimaram os soldados em campanha. Todas as fontes analisadas comprovam essa assertiva. Essas condições eram mais graves em alguns períodos da guerra quando o exército e a marinha ficavam estacionados por muito tempo numa mesma região ou quando havia uma grande batalha com milhares de mortos. Devido ao deslocamento das tropas para outro lugar, o campo abandonado apresentava o seguinte aspecto:

A hygiene no acampamento não se recommendára muito a principio. As coisas eram feitas demasiado á la gaúcha. Os urubus e caranchos encarregavam-se da limpeza, devorando os restos, que ficavam da carneação, expostos ao sol e á chuva e nos incommandando com o cheiro nauseabundo, quando lhes ficávamos á sotavento. Mais

²⁴⁶ OSÓRIO; OSÓRIO FILHO, op. Cit. p.136.

²⁴⁷ TAUNAY, op.cit., 1927. p. 42.

²⁴⁸ Ibid., p. 49.

²⁴⁹ TAUNAY, op.cit., 1927.p. 35.

*tarde entrou tudo nos eixos e era agradável percorrer os nossos arraiais varridos e limpos*²⁵⁰.

No ataque a Curupaiti, em que houve milhares de mortos, a preocupação era de qual destino seria dado a eles, pois era preciso enterrá-los, tarefa impossível em sua totalidade, o que comprova Centurión: “apenas um dos batalhões encarregados desse trabalho, o de número 36, enterrou e jogou no rio mais de dois mil cadáveres”²⁵¹. É possível imaginar a contaminação que se processou na água com milhares de cadáveres em estado de putrefação, gerando muitas doenças ao longo dos acampamentos estacionados perto dos rios. A ordem dada pelo Conde D’Eu era “para enterrar sem demora tudo quanto morre, mas as ferramentas não são em numero suficiente para este trabalho”²⁵², demonstrando que havia uma percepção e intenção de se resolverem os problemas do cotidiano da guerra, mas na hora de sua execução verificou-se que era impossível, devido a falta de material necessário, o que quer dizer teoria e prática eram bastante diferentes.

Nos acampamentos militares e nos navios da armada imperial, onde conviviam milhares de homens, mulheres e crianças, tornou-se indispensável adotar medidas que garantissem as mínimas condições higiênicas. Muitos documentos indicam a preocupação das autoridades com a falta de asseio, demonstrando que já havia a percepção e o conhecimento que ligavam as condições sanitárias e as doenças, alertando para a limpeza dos respectivos acampamentos e navios. Determinavam a necessidade de enterrar diariamente a uma distância conveniente os resíduos e outros materiais suscetíveis de infecção e transmissão de inúmeras doenças, bem como a queima de todo o material usado pelos doentes coléricos, principalmente na estação quente quando as doenças eram mais aceleradas pela ação do calor:

Commando em Chefe de todas as forças brasileiras em operações na República do Paraguay. Quartel General em Tuipi-cue, 4 de setembro de 1867. Ordem do Dia N. 121. A despeito das repetidas recomendações que tem sido feitas acerca do asseio do acampamento continua elle a não estar convenientemente limpo, existindo por enterrar muitos animaes mortos. Manda chamar de novo a attenção dos encarregados deste ramo de serviço, que torna-se urgentíssimo, attenta a estação calorosa em que entramos e as enfermidades que podem originar-se dessa falta de asseio.

O Coronel João de Souza Fonseca Costa. Chefe do Estado Maior arquivo do Exercito²⁵³.

Expeça V.Ex. as necessárias ordens para que os Srs. commandantes dos navios de guerra, logo que se dê a bordo o fallecimento de qualquer praça affetada do cholera morbus, mandem consumir os colchões, roupas e utensílios de que se tiverem ellas servido, procedendo-se immediatamente á desinfecção possível, a qual se completará com todos os meios que aconselha a sciencia, assim que o navio fundeie. Affonso

²⁵⁰ CERQUEIRA, op.cit.p. 157.

²⁵¹ CENTURION, J. C. **Memórias o reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1929.p.222- 225.

²⁵² CENTURION, op.cit. p. 227.

²⁵³ OSÓRIO; OSÓRIO FILHO, op. cit., p. 320.

Celso de Assis Figueiredo. Sr. Chefe da Esquadra encarregado do Quartel Geral da Marinha²⁵⁴.

De fato, orientados pelo conhecimento científico da época e sabedores que a bactéria causadora da infecção intestinal era eliminada pela diarreia no meio ambiente, contaminando a água e alimentos ingeridos pelos soldados e fazendo com que a doença se alastrasse, os comandantes dos vários exércitos e navios emitiam ordens do dia determinando procedimentos para efetuar a limpeza de acampamentos e navios militares. Tarefa difícil de executar diante do número de soldados confinados em navios, acampamentos insalubres, da rapidez da contaminação, diagnóstico e consequente morte, pois o contato de pés e mãos com objetos ou substâncias contaminadas pelas bactérias e a relação próxima dessas mãos com a de outros soldados e com alimentos levados à boca provocavam rapidamente a diarreia. O modo preferencial de transmissão se fazia através de ingestão de água ou alimentos contaminados por fezes ou vômitos de doente.

O General Mitre, presidente da Argentina e um dos chefes da Tríplice Aliança, afirmou que o problema mais grave e perigoso de contrair enfermidades provinha da carneada e de seus odores. Provavelmente sabedor da teoria dos miasmas, estava temeroso dos *vapores prejudiciais e tóxicos*, que exalavam das carnes que não eram imediatamente consumidas. Ele determinou que a carneada deveria ser feita em lugares distantes dos acampamentos e dentro de currais ou cercado, realizada por oficiais mais jovens e com menos antiguidade, cuidando para que a *“las panzas sean abiertas como um medio para que no se haga sentir la putrefacción que es consiguiente en campamento que debe durar algunos dias, cuando no se tiene en él el mayor cuidado para conserva la limpieza”*²⁵⁵. Outra questão considerada muito séria pelos argentinos no aspecto da transmissão das doenças era com relação às *precarias letrinas*, preocupação essa que não consegui detectar pela análise das fontes nacionais e cuja regulamentação mereceu também sucessivas e determinantes ordens gerais nos acampamentos de Ensenaditas, Ensenada, Tuyutí e Tuyú Cué:

*Las letrinas son um foco de infección, se componen de um espacio circular cerrado por troncos de palmeras, y cada uno se va acomodando como puede, con el peligro de quemarse y presenciando los estragos intestinales de los malos alimentos, de la carne flaca y cansada y del exceso de conservas*²⁵⁶.

A inquietação do exército argentino com a contaminação dos acampamentos é constante em inúmeras fontes. De Marco cita muitas delas, constatando que as moscas,

²⁵⁴ ARQUIVO DA MARINHA. **Compilação das Ordens Gerais 1866-1868**. Ordem Geral nº2, vol.5.

²⁵⁵ DE MARCO, op.cit. p. 253.

²⁵⁶ Ibid., p. 254.

mosquitos e todo tipo de insetos contribuíram para piorar a higiene, disseminando doenças e torturando os militares sem distinção de hierarquia:

Nuestro tormento constante son las moscas. Hay tantas que quando sopla el viento, se elevan en nubes semejantes a las mangas de langostas de San Juan. En la noche descansamos por fin de tal molestia, escribe el capitán Sarmiento."

Ratifica Canard: "somos víctimas de las moscas que nos crucifican. Pican con más fuerza que los mosquitos e son millones las que hay. No nos dejan vivir. El alumuerzo es... no quiero decirle. Agrega Pellegrine: "Nubes interminables de moscas hacían insoportable la vida en las horas del día, y, al caerla noche, mangas de mosquitos zancudos, de grillos, de vinchucas, hacían oír sus zumbidos y chirridos irritantes, com que parecían llamarse e invitarse al festín de sangre. Y Seeber: Las moscas, las pulgas, los piojos y las hormigas tienen proporciones enormes, las hormigas construyen aquí y en Corrientes grandes promontorios donde se alojan, porque en la arena no podrían construir sus ingeniosas moradas, y para defenderse de las inundaciones de los pasajes anegadizos. Los mosquitos y zancudas, que también son bravos, no nos molestan mucho, porque el humo de los fogones los ahuyenta ²⁵⁷.

Os cuidados com a higiene e o saneamento eram expressos em alguns povos da Antiguidade como os etruscos, primeiros habitantes da Península Itálica, que davam importância à saúde pública, realizando a drenagem dos pântanos e o suprimento de água limpa e potável. Os pântanos eram relacionados ao surgimento de doenças infecciosas, as famosas febres, o que os tornava as localidades pestilentas. Evitavam-se construções de cidades próximas a esses locais e, posteriormente, iniciaram-se a drenagem e o aterro dos pântanos ao redor das cidades. Para os habitantes da Roma Imperial era indiscutível que as febres desapareciam graças às medidas destinadas a evitar o mau ar dos pântanos.

Essa relação de causa e efeito reforçava, culturalmente, a importância de água limpa e higiene para a população. As ruas eram limpas sob fiscalização, cabendo aos moradores a responsabilidade de remover as sujeiras ali encontradas. Os mercados eram vigiados, incluindo os bens de consumo. Alimentos também passavam por rigorosa inspeção, o que evitava a compra de produtos estragados e contaminados. Os funerais eram proibidos dentro da cidade, restringindo-se às localidades além de seus muros, comuns na Via Ápia. Posteriormente, passou-se ao hábito de cremação.

A importância de consumir água potável obtida em poços surgiu nessa época remota, em que se evitava a ingestão de água do Rio Tibre e se construiu o primeiro aqueduto — Água Ápia- no final do século IV a.C., obra do censor Ápio Cláudio Crasso. Foram construídos 14 aquedutos que forneciam água limpa e potável para a população. No percurso dessas construções, havia bacias que funcionavam como piscinas para a sedimentação das impurezas, o que tornava a água ainda mais limpa. A população romana recebia 40 milhões de galões de água por dia, cerca de 40 galões por pessoa.

²⁵⁷ DE MARCO, op.cit. p. 254.

Além de dispor de água limpa para o consumo, Roma tinha uma rede eficaz de esgotos. Existiam mais de 150 latrinas públicas em toda a cidade, que encaminhavam adequadamente os dejetos para um sistema de esgoto subterrâneo, e a Cloaca Máxima foi o maior exemplo disso até hoje. As bactérias causadoras de diarreia entram no organismo desse modo, e os romanos correram um risco muito pequeno de enfrentar epidemias desse mal. Mesmo desconhecendo as bactérias, eles construíram uma rede de abastecimento de água potável e um sistema de esgoto responsável pela profilaxia de diarreias. É curioso que esse sistema eficaz e todo esse conhecimento tenham sido construídos há dois mil anos em Roma e, após a decadência do Império, não tenha sido adotado nos séculos seguintes, mas apenas no século XIX e, assim mesmo, de forma precária. Pelo contrário, as cidades medievais não dispunham de sistema de esgotos, os dejetos acumulavam-se próximo aos muros e fluíam para os rios, de onde a população muitas vezes retirava a água que ingeria²⁵⁸.

A água foi fonte de constantes problemas durante a época da Guerra do Paraguai, tanto na Corte como em toda a região em que se desenvolveram os conflitos, pois não havia um controle eficaz sobre sua qualidade. A que era fornecida na maioria das vezes não era água potável, provocando enfermidades no aparelho gastrointestinal. Os soldados recrutados, de modo geral, que chegavam aos campos de batalhas, logo experimentavam os seus efeitos, sendo atingidos por diarreias e disenterias, comuns durante toda a campanha o que pode ser constatado cotidianamente em ordens do dia, diários e correspondências trocadas entre os militares. A primeira suspeita recaía sobre a cólera, mas não posso perder de vista que muitas outras doenças também tinham como sintomas diarreias e disenterias, e em muitos casos a morte era tão rápida que não era possível fazer o diagnóstico e nem tentar o tratamento. Nos navios da esquadra imperial, havia a tentativa de melhorar a qualidade da água, da seguinte maneira:

Nos navios da Esquadra procurava-se ministrar-se a influência perniciosa delas, e preparavam-se sacos de lona, onde depositavam-na, ou conservavam-na em tanques, para depois fazerem dela uso, desembaraçando-se desse modo alguns corpos estranhos que pudessem conter, tornando-se então menos turva²⁵⁹.

Observações sobre as condições sanitárias das embarcações, ou dos perigos relacionados com a falta de asseio, principalmente nos transportes, são encontradas nas correspondências entre D. Pedro II e seus ministros, acreditando-se que eles eram responsáveis em potencial pela disseminação das epidemias, já que o embarque e

²⁵⁸ UJVARI, op. cit. p. 25, 26.

²⁵⁹ AZEVEDO, C. F. S. X. p.137, In: GOMES, M.A.M. **A espuma das províncias: um estudo sobre os inválidos da pátria e o asilo dos inválidos da pátria, na corte (1864-1930)**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

desembarque de passageiros entre a Corte, portos do Paraguai, Argentina e Uruguai eram frequentes. Os cuidados higiênicos, principalmente com a água, preconizados pelo Império Romano não chegaram até o século XIX, infelizmente para milhares de soldados que pereceram vítimas da falta de higiene e consequentes doenças relacionadas a ela. Somente na década de 1870 seriam construídos os aquedutos da Lapa, no Rio de Janeiro, para o consumo de água potável. Constava que o Marquês Caxias bebia água da Carioca, que lhe mandavam do Rio de Janeiro em pipas²⁶⁰.

A desorganização de um acampamento militar era tão grande que, em muitos casos, ao se cavar um buraco procurando água, encontravam-se cadáveres de soldados, em grande número e mortos em batalhas anteriores. Quando era impossível o enterro de todos, eram amontoados em grande pilha e cremados. As fontes disponíveis indicam inúmeros casos de doenças diretamente relacionadas com a cólera. Acredito que os soldados continuavam a beber água dos rios e das cacimbas rasas, portanto, não potável, cavada no areal, águas poluídas pela vizinhança de cadáveres, amarelenta e grossa e proveniente dos rios contaminados pelos dejetos humanos. Além de má e repugnante, a água era quente²⁶¹. Para refrescá-la cavavam buracos nas barracas e nas ramadas, onde enterravam os garrafões cheios. Dionísio Cerqueira, em suas *Reminiscencias* descreveu a contaminação da água em frequentes passagens sobre o cotidiano das tropas nos acampamentos, entre elas quando pediu para abrirem um buraco em sua barraca: “Mal tinha o camarada chegado a um palmo de fundo, sentimos o cheiro característico da morte. Mais uma enxadada e apareceu um crânio carcomido. Entupiu o buraco e cavou outro adiante”²⁶².

Jose Luiz Rodrigues da Silva recordou o sofrimento dos soldados, fazendo graves denúncias contra o Governo Imperial “os melhores esforços do soldado brasileiro, sempre menoscabado pelos governos da nefasta monarchia, que, sem contradição, detestava o exercito, só tolerando-o por necessidade palpitante da sua existência criminosa”. Descreveu as condições impróprias dos transportes de carga e de soldados, fonte da propagação das inúmeras doenças, já que eles faziam escalas nos portos situados nas províncias do Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, transitando também em Buenos Aires e Montevideo. Muito utilizadas durante o período da guerra, as embarcações praticamente levavam de tudo ao Paraguai, desde tropas para a linha de frente,

²⁶⁰ CERQUEIRA, op. cit. p. 167

²⁶¹ Ibid., p. 167.

²⁶² Ibid., p. 167.

correspondências, civis, prisioneiros, doentes e inválidos. Esses navios, mesmo sem ter as mínimas condições higiênicas para transportar pessoas, transitavam de um lado para outro:

[...] levavam cadetes em numero extraordinário, tinham dificuldade de transitar, o asseio do compartimento de refeições, camarotes e mais dependências não correspondia às exigências hygienicas. Os transportes encalhavam seguidamente, dous e tres dias no rio Uruguay. Então, o mal estar de todos incremmentava-se, ultrapassando os limites traçados á resignação. Esse era, em miniatura, o bello prenuncio do que haveriamos de experimentar nas plagas que serviriam de tumulto a mais de 100.000 brasileiros patriotas²⁶³.

Nunca houve uma política de educação sanitária séria e eficiente para conscientizar e prevenir os soldados a favor de um controle higiênico adequado nos acampamentos e navios. As leis e regulamentos existiam e eram transmitidos através das ordens do dia, mas eram pouco obedecidas. Por um lado devido aos oficiais que não tinham voz de comando e firmeza para serem respeitados e obedecidos e, por outro, o fato de que a maioria de soldados provinha de regiões de condições socioeconômicas precárias e que não tinham conhecimento de uma política de controle sanitário adequado, muitos deles inclusive buscavam a cura na flora nacional e em rituais religiosos, não associando doença e condições higiênicas.

Por ocasião da epidemia da cólera em Fortaleza, na segunda metade do século XIX, o jornal O Commercial publicou um artigo em que dizia que a doença é atribuída à reação de Deus aos comportamentos humanos que somente através das orações poderia haver qualquer possibilidade de salvação, uma vez que: “a razão nos diz que pela liberdade criou Deus o homem sujeito ao prêmio a ao castigo e a história nos ensina que os povos tem florescido por suas virtudes e sofrido grandes calamidades pelos seus vícios seja qual for a sua religião”²⁶⁴.

Quanto ao tema saúde e doença, os jornais do Ceará frequentemente lançavam artigos, entre os anos de 1850 e 1880, artigos e crônicas escritos por médicos e redatores em que criticavam a inércia das autoridades quanto à adoção de medidas preventivas capazes de conter a invasão da doença.²⁶⁵ Também no Recife, em 1856, o redator, com tom alarmante, escreveu: “Se a peste ainda não invadiu a nossa cidade, a Providência divina, e somente a ela, o devemos, porque [sic] as autoridades, de sua parte, têm feito o que podem para apressar a sua vinda”²⁶⁶.

As medidas profiláticas fundamentais para o caso da epidemia da cólera seriam a adoção de regras higiênicas com respeito a alimentação e habitação, e no caso dos doentes,

²⁶³ SILVA, op.cit. p.22.

²⁶⁴ BARBOSA, F. C. J. **As doenças viram notícia**: Imprensa e epidemias na segunda metade do século XIX, In Uma história brasileira das doenças, v. I, p. 84.

²⁶⁵ Ibid., p.76

²⁶⁶ BARBOSA, op.cit. p.79.

uma rápida e eficiente intervenção médica, neste caso hidratação e o isolamento necessário para a não transmissão da doença. Essas medidas profiláticas, detectadas em alguns documentos, já eram conhecidas pelos médicos que escreviam artigos publicados em revistas militares.

Analisando um desses ensaios (Anexo 2) verifico que todos os problemas enfrentados pelos soldados poderiam ser evitados se fossem seguidas as recomendações médicas, por exemplo, do Dr. Lemos, que esclareceu que as inúmeras condições de insalubridade de um acampamento e de um navio eram propícias às moléstias contagiosas que surgiam quando encontravam um meio favorável para a sua disseminação como: habitações em lugares úmidos expostas às intempéries, as fadigas, a aglomeração das praças, as privações de um modo geral, as emoções do combate e a fome. Infelizmente para os soldados elas não foram postas em práticas, com raras exceções e ficaram só na teoria.

É importante ressaltar o efeito devastador que as doenças infecciosas, tais como a cólera e inúmeras outras causaram na saúde física e mental de todos os soldados em luta, que viviam em condições miseráveis sem um mínimo de higiene ou alimentação adequada. E não obstante o fato de as ordens dadas pelos comandantes sobre a higiene e condições sanitárias de campos e navios não serem obedecidas, era óbvio que muitas doenças acometiam os soldados mais pobres e em número muito maior do que os oficiais de maior patente.

3.2 EPIDEMIAS

Muitas epidemias dessa época, como a peste, não chegaram a ser suficientemente descritas em termos de sintomas para que se saiba exatamente que tipo de infecção lhes deu origem e por isso eram definidas como um grande mal infeccioso ou febres. Outras, referidas com mais detalhes, podem ser apenas presumidas. Em certas condições, uma doença pode se disseminar explosivamente, dando origem àquilo que a humanidade conhece e há longo tempo teme, a epidemia, que é a ocorrência de casos de uma doença em número superior ao esperado e se espalha de uma forma aparentemente sem controle, e atingem grandes grupos populacionais, causando pânico, dor e morte em número elevado. Com seu poder devastador, as epidemias ceifavam vidas, sem que as vítimas em alguns casos soubessem a causa disso e nem como evitá-las. A disenteria, flagelo de todos os exércitos em campanha grassava

intensamente e atingia todo o efetivo da Tríplice Aliança e do Paraguai, fazendo milhares de vítimas²⁶⁷.

Desde o período colonial, o Brasil tem sido palco para a manifestação de diversos surtos epidêmicos. O Barão de Studart, no livro *Climatologia, Epidemias e Endemias do Ceará*, relata a ocorrência de várias epidemias — como a da varíola no ano de 1642 — que dizimaram os índios no Brasil. No século XVIII, ocorreram, alternadamente, surtos de bexiga, febre palustre e outros que, associados ao fenômeno da seca, “quase consumiram todos esses povos”²⁶⁸.

No século XIX, enquanto a Europa vivia as suas primeiras epidemias generalizadas (pandemias) de cólera, com os profissionais da área de saúde discutindo as teorias de aquisição das infecções, as cidades brasileiras acumulavam condições propícias para o surgimento de epidemias. Com um imenso território virgem, escassamente povoado, o Brasil tinha um pouco mais de três milhões de habitantes, ou seja, menos de 2% de sua população atual, onde de cada três brasileiros, um era escravo. Na primeira metade do século XIX, o Rio de Janeiro recebeu uma população considerável de imigrantes dos portos portugueses gerando uma explosão populacional devido à descoberta de ouro e diamantes no final do século XVII.

A corrida para as áreas de mineração que incluíam Vila Rica (atual Ouro Preto) e Tijuco, em Minas Gerais, e Cuiabá, em Mato Grosso produziu a primeira onda migratória da Europa para o interior brasileiro²⁶⁹. A população de homens livres passou de 20 mil no início do século para 46 mil em 1821.²⁷⁰ Desenvolveu-se e progrediu com consequente aglomeração humana, tornando-se escala obrigatória de embarcações procedentes do Atlântico Norte e do Pacífico, inclusive dos navios a vapor, mais velozes e com chegadas precisas. Todas as mercadorias passavam pelos portos do Rio de Janeiro, de onde eram distribuídas aos diversos territórios do Império e, junto com elas, as doenças eram disseminadas.²⁷¹

Em virtude da ilegalidade do tráfico, agora as condições dos negros eram muito piores que antes. Navios não apropriados eram utilizados para burlar o constante patrulhamento britânico das costas brasileiras e maiores aglomerados de escravos eram vistos nos navios negreiros, uma vez que era preciso transportar “carga” máxima de cativo em embarcações menores. Em alguns casos, para não levantar suspeitas, muitos negros eram

²⁶⁷ CERQUEIRA, op.cit. p. 24.

²⁶⁸ NASCIMENTO; MAUL; MARQUES, op. cit., p. 37.

²⁶⁹ 1808, p.123.

²⁷⁰ ALENCASTRO, L. F. (Org.). **História da vida privada no Brasil-Império:** a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 89.

²⁷¹ UJVARI, op.cit. p. 187.

encerrados em porões de navios e impedidos de subir ao convés. O número de escravos por navio era de mais ou menos 500 numa caravela, 700 num navio maior, numa viagem que demorava de 35 a 50 dias a partir de Angola até Recife, Bahia ou Rio de Janeiro, numa viagem normal. Calmarias ou correntes adversas podiam prolongar a travessia até cinco ou mesmo seis meses, espremidos uns contra os outros, em lugares deficientes em iluminação e ventilação, vomitando e defecando, não oferecendo condições mínimas de higiene e conforto, o que favorecia a propagação de epidemias. A má alimentação, a sujeira, o desconforto e a morte eram companheiros de viagem dos negros.²⁷²

Até 1810, os escravos que chegavam ao Rio de Janeiro permaneciam na Ilha de Jesus, para então serem concentrados nos mercados da Rua Valongo, onde eram expostos nus para o comércio. Com a instituição da ilegalidade do comércio de escravos, essas medidas sanitárias foram suspensas e houve consequente aumento das epidemias na cidade, disseminadas pelos negros que eram descarregados no litoral da província clandestinamente.

Em 1830 ocorreu nova investida, objetivando o fim do tráfico, o que causou uma redução no ingresso de escravos. Na primeira metade daquele ano, desembarcaram cerca de 30 mil negros. Com isso diminuíram os surtos de varíola na cidade. Novamente sendo ineficaz a proibição, o tráfico negreiro eclodiu, e nunca antes o Brasil recebera tantos cativos. Entre 1831 e 1855 entraram no Brasil cerca de 700 mil — 20% de todos os escravos trazidos em 300 anos e com eles chegaram as epidemias. A cidade ficava exposta à entrada de novos agentes infecciosos, mas ainda mais assustador era o crescente aglomerado humano que propiciava o alastramento de epidemias — principalmente imaginando-se a maioria dos pobres, que viviam em piores condições de higiene. Entre 1821 e 1849, o Rio de Janeiro tornou-se uma verdadeira cidade africana, apresentando a maior concentração de escravos urbanos desde a época do Império Romano. Dos 266 mil habitantes que se aglomeravam, 110 mil eram escravos; 1 habitante para cada 3 havia nascido na África. Em 1850, o núcleo urbano continha 79 mil habitantes do total de 206 mil habitantes. Apesar de a Bahia também ter população africana considerável, a aglomeração populacional era bem menos intensa — 80 mil em 1855.

A minha preocupação é investigar por que as epidemias ceifavam tantas vítimas. Se já naquela época era conhecida a vacinação, no caso da varíola por que a maioria dos soldados não era vacinada? Por que esses cuidados não eram tomados num acampamento militar e nos navios da Armada Imperial? Se os meios profiláticos da quinina já eram usados para combater

²⁷² COSTA, op.cit. p. 306.

a malária, por que todo esse conhecimento não chegou aos campos de batalha? Por que os insistentes pedidos para que os soldados viessem vacinados não eram atendidos? Por que as ordens (isoladas) para limpeza dos acampamentos e enterro dos mortos não eram cumpridas? Por que o atendimento médico-hospitalar era tão deficiente e demorado?

De todas as enfermidades disseminadas durante o conflito, as que foram mais comuns nos anos de guerra, e em todos os exércitos envolvidos, a cólera e a varíola foram as que causaram mais mortes e as mais difíceis de evitar e controlar. O cruzamento da pesquisa documental, cotejando com as memórias dos veteranos em campanha e com cartas particulares trazem revelações instigantes e curiosas e são mencionadas de forma constante e com grande intensidade.

3.2.1 Cólera

O Pará foi a primeira província brasileira a conhecer a cólera, ano? disseminada através da galera *Defensora*, procedente da cidade do Porto, em Portugal, que desembarcou doentes coléricos e chegando rapidamente a duas cidades — Salvador e Rio de Janeiro. Na Bahia, havia povoados em condições tão precárias que morriam oito a dez pessoas por dia, aumentando o pânico da população, onde se improvisaram estabelecimentos para atender e tratar os doentes. A Faculdade de Medicina suspendeu suas atividades para que médicos e alunos auxiliassem os enfermos durante a calamidade. Além de hospitais públicos e militares, incluíram-se sobrados e casas de aluguel no esforço de “guerra” para o tratamento, e até igrejas se transformaram em hospitais. Em todos os lugares por onde a epidemia passou quem mais sofreu foi a população pobre, a maioria negros e mulatos que viviam em condições insalubres, em casas pequenas, úmidas, mal construídas e separadas por ruas mal ventiladas, apresentando taxa de mortalidade maior.²⁷³ A província da Bahia perdeu em torno de 3,6% de sua população calculada em cerca de um milhão de habitantes. Foi acometido também um grande número de lavadeiras que trabalhavam em riachos e rios contaminados, lidando com roupas que continham dejetos humanos. O Nordeste foi castigado: a Paraíba perdeu 10% da população; Salvador 18%; Belém 4%; e Pernambuco, cerca de 37 mil habitantes. A cidade do Rio de Janeiro aonde a cólera chegou em julho de 1855 enterrou 4.800 vítimas, metades delas, escravos. Nessa época o Rio de Janeiro recebia cada vez mais embarcações internacionais. Os

²⁷³ PIMENTA, T. S. **Doses infinitesimais contra a epidemia de cólera em 1855**. In: Uma história brasileira das doenças, v. 1, p.31/51.

navios a vapor tornavam a viagem mais rápida, o que permitia o desembarque de passageiros que ainda estavam no período de incubação das doenças, isto é, sem sintomas. Assim, não eram detectados casos infecciosos e, muitas vezes, deixavam de ser adotadas medidas preventivas como a quarentena. Nos navios europeus chegavam artigos de luxo para as classes abastadas. Inauguraram-se em 1850 as linhas de paquetes a vapor, que saíam do Porto de Liverpool com destino ao Rio de Janeiro e seguiam para o rio da Prata, numa viagem de 28 dias. Ainda sem o canal de Panamá, o acesso se fazia por embarcações que contornavam a América do Sul, com escalas na Bahia e no Rio de Janeiro. O risco de estarem transportando agentes infecciosos das Ilhas do Caribe aumentava particularmente o da febre amarela, cuja epidemia se desenvolveu em 1849-1850. Durante o período Imperial todo o Brasil viu-se assolado e despreparado para enfrentar as epidemias de varíola, febre amarela e cólera-morbo, entre outras de menor intensidade:

Quando no segundo quartel da centúria, nos últimos meses de 1849, registrou-se no Rio de Janeiro intenso surto de varíola, logo seguido de terríveis e devastadoras epidemias de febre amarela e de cólerar-morbo que acometeram cerca de 10.000 habitantes, dos quais 4.000 faleceram, a municipalidade estava inteiramente desarmada para enfrentar a grave acusação. Não possuíam nem ela e nem o Governo Imperial, nenhum estabelecimento hospitalar para assistir os doentes pobres da comunidade e receber os infectados dos navios em quarentena no porto, e os que adoeciam em terra que, por contagiantes não podiam ser internados nos raros nosocômios de iniciativa privada em funcionamento ²⁷⁴.

A primeira epidemia de cólera no Rio de Janeiro, rápida e devastadora, revela uma interrogação instigante, que é o fato de que já nessa época havia a Junta Central de Higiene Pública, órgão do Governo Imperial encarregado de diagnosticar os problemas e sugerir políticas na área de saúde pública como profilaxia e prevenção, evitando que as epidemias fossem tão devastadoras. De fato, estabelecida para conter a febre amarela foi formada a Comissão Central de Saúde Pública, com membros da Academia Imperial de Medicina e por professores da Faculdade de Medicina, sendo presidida pelo médico sanitarista Dr. Francisco de Paula Candido. Poucos meses depois, em 14 de fevereiro de 1850, foi criada a Junta de Higiene Pública, que deveria zelar pela melhoria do estado sanitário da cidade do Rio de Janeiro e “de outras povoações do Império” ²⁷⁵ Mas a forma de como deveria funcionar só foi detalhada pelo regulamento de setembro de 1851, a partir do qual passou a ser denominada Junta Central de Saúde Pública ²⁷⁶. Em 6 de agosto de 1855 o Dr. Paula Candido divulgou sua Instrução para médicos encarregados das vítimas preventivas:

²⁷⁴ ARAÚJO, A. R. **A assistência médico hospitalar no Rio de Janeiro no século XIX**. Rio de Janeiro: Atlas, 1992, p. 21.

²⁷⁵ BRASIL. Coleção de Leis. Decreto de 14 de setembro de 1850.

²⁷⁶ BRASIL - Coleção de Leis. Decreto de 29 de setembro de 1851.

Sendo reconhecido que o cólera-morbo raramente se manifesta de improviso, o que ao contrário na genialidade dos casos semelhantes padecimentos se faz anunciar por sintomas precursores mais ou menos pronunciados, a Comissão Central de Saúde Pública, considerando que as medidas preventivas, a exemplo do que se há observado em outros países muito podem concorrer para atalhar o progresso do mal, por isso especialmente as recomenda. Os sintomas da enfermidade que primeiramente se declaram consistem em perturbações das funções digestivas, sendo porém a diarreia segundo a observação geral, a mais constantes desses sintomas, e que procede quase sempre a cólera (...)²⁷⁷

Na epidemia de cólera de 1855, eram encontrados mortos por todas as partes, e essa epidemia assumiu tais proporções que o governo, preocupado e pressionado, tomou medidas para sufocá-la. Em correspondência mantida entre D. Pedro II e o Barão de Cotegipe, Wanderley Pinho, Ministro da Fazenda no gabinete Paraná, verifiquei a preocupação do monarca com a epidemia e algumas de suas sugestões para evitá-la:

Sn. Wanderley

Consta-me que tem havido casos da moléstia reinante em Villegaignon, depois dos que me referiu, e que ainda a noite passada morreu um Imperial Marinheiro, com todos os symptomas do cholera, segundo a opinião do cirurgião, que lá está, em visitá a gente da Fortaleza, não seria pois bem avisado remover os Corpos que ahi se achão para outro lugar, ou repartir as suas praças pelos navios?²⁷⁸

No meio rural, o governo aconselhou aos fazendeiros o maior desvelo quanto a habitação, vestuários e tratamento dos negros. Decretou a quarentena de escravos provindos de lugares suspeitos de infestação, chegando mesmo a proibir expressamente a sua entrada. Aconselhava-se, nessa ocasião, aos fazendeiros, que lhes fornecessem cada semana uma muda de roupa limpa, estimulassem os banhos diários nos rios ou ribeirões, dessem-lhes nutrição mais abundante do que a habitual, diminuíssem as horas de serviço, prolongando o intervalo destinado às refeições. Recomendava-se, em particular, que, durante o verão, se desse aos escravos, nas horas de maior calor, uma ração de aguardente de cana de mistura com açúcar, limão azedo ou laranja, impedindo-lhes de beber água, quando transpirassem. Aconselhava-se que não se construíssem, junto a habitações dos escravos, galinheiros, chiqueiros ou depósitos de alimentos. As senzalas, devendo abrigar o mínimo possível de *trastes*, seriam conservadas limpas, o terreiro várias vezes varrido, às águas paradas se daria vazão, e os pântanos seriam aterrados. Os fazendeiros deveriam acudir os escravos ao menor sintoma de doenças para que rapidamente se providenciassem medidas sanitárias que contivessem a propagação das enfermidades.²⁷⁹

²⁷⁷ BRASIL. Coleção de Leis. Decreto de 6 de agosto de 1855.

²⁷⁸ PINHO, op.cit. p. 14.

²⁷⁹ COSTA, op. cit., p. 309.

A população ficou dividida entre as diversas teorias para explicar a epidemia que matava tão rapidamente, sendo as mais aceitas: os miasmas, o castigo divino e uma arte diabólica de brancos para acabar com a gente de cor²⁸⁰. Os médicos não conseguiam agir para obter o controle da doença e o número de óbitos crescia a cada dia. Hoje sabemos que a higienização sistemática era essencial para o controle da epidemia e que a população não seguia as recomendações médicas. Os corpos eram recolhidos em carroças ou carros; sem lugar para enterros em igrejas, e dado o pavor da transmissão, eram levados para cemitérios. O cemitério de Campo Santo entrou em plena operação, recebendo o maior número de mortos. As covas coletivas e as valas comuns, destinadas até então aos suicidas, criminosos, indigentes e escravos, passaram a abrigar as vítimas da doença. Em consequência do medo de manipular o cadáver, muitos corpos foram cremados ou abandonados em terrenos e rios.

A cólera, cólera-morbo ou mordexim é uma doença infecciosa intestinal aguda, contagiosa, em geral epidêmica, cujas manifestações clínicas variam, desde as formas inaparentes passando por quadros caracterizados por diarreia abundante, aquosa e profusa com aspecto de água de arroz, vômitos, dor abdominal, prostração extrema até casos graves, com fortes câimbras nas pernas, costas e braços, cólicas intestinais, suores frios, com náuseas e vômitos, febre, dor de cabeça, muita sede, cianose (rosto, lábios e unhas azulados), algidez, colapso periférico, coma e morte. Há também casos leves que se manifestam com poucos sintomas, além da diarreia. Como a diarreia é intensa, ocorrendo um grande número de evacuações líquidas por dia, pode-se imaginar como apenas um caso nos acampamentos e navios desencadearia a epidemia. Esse quadro, quando não tratado prontamente, pode evoluir para desidratação, acidose, colapso circulatório, com choque hipovolêmico e insuficiência renal.²⁸¹ Taunay descreveu a morte do chefe Juvêncio Cabral de Meneses, pois não houve como trata-lo por falta de medicamento e *regimen*, pois apresentava quadro clínico com grandes vômitos, câimbras, desfigurado, a ponta do nariz fina, puxada para baixo pelos dedos da morte, olhos encovados com grandes círculos roxos, cianóticos, e foi medicado com uns “papeisinhos de sub-nitrato de bismutho”²⁸².

O lugar de origem da cólera é a Índia, sobretudo o delta do rio Ganges. Desse foco a doença fez incursões a várias outras regiões do globo, causando pandemias com milhares de

²⁸⁰ DINIZ, A. S. **As artes de curar nos tempos de cólera**. In: CHALHOUB, S. As artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. p.335-385

²⁸¹ BALBACH, A. **A flora nacional da medicina doméstica**. São Paulo: Edições a Edificação do Lar, 1969, v. I, p. 329.

²⁸² TAUNAY, op.cit., 1927. p.139.

mortos. Era mais terrível do que milheiros de Lopez²⁸³ e dizimou os batalhões de soldados, ceifando vidas aos montões. Foi a doença que mais causou vítimas entre os combatentes da Guerra do Paraguai. Embora decorridos dez anos da terrível epidemia de cólera na Bahia de onde provinha boa parte dos soldados, a burocracia e a medicina ainda não haviam alcançado avanços significativos que pudessem curar a doença ou minimizar os sofrimentos dos soldados infectados e mesmo deter a marcha das epidemias nos acampamentos²⁸⁴. Nesse contexto epidêmico urbano, os soldados que saíam das várias regiões do Brasil para combater na guerra e sem uma política de prevenção e meio eficazes para isolar os doentes, espalhavam as doenças em todo o cenário da guerra.

A terapêutica hoje é fundamentalmente dirigida contra a desidratação e se fundamenta na reposição rápida e completa da água e dos eletrólitos perdidos pelas fezes e vômitos. Os líquidos devem ser administrados por via oral ou parenteral, conforme o estado do paciente. As advertências preconizadas indicam que a água de beber deve ser fervida assim como todos os alimentos e utensílios usados na cozinha, não comer nada que tenha estado exposto às moscas, lavar sempre as mãos com bastante água e sabão.²⁸⁵

No caso da cólera, o mais grave é que alguns doentes tornaram-se portadores crônicos, eliminando o vibrião colérico (agente causador da doença) de forma intermitente por meses e até anos²⁸⁶. A profilaxia (conjunto de medidas empregadas para evitar determinada doença infecciosa) da doença já era conhecida naquela época, mas nunca conseguiu ser implantada nas zonas de guerra e consistia em:

1º) rápido diagnóstico, isolamento dos doentes e desinfecção de objetos de seu uso e de fezes e vômitos;

2º) purificação da água, combate às moscas e demais medidas necessárias à higienização de alimentos;

3º) quarentena de navios.

Taunay registrou que as experiências científicas por ocasião da epidemia de cólera que chegou à Europa em 1892 mostraram que o ácido cítrico era um dos mais poderosos e fáceis meios de combatê-la e com certeza vencê-la. Somente após 30 anos os franceses descobriram que o ácido cítrico, encontrado em abundância na casca da laranja, era o melhor

²⁸³ CERQUEIRA, op. cit. p. 192.

²⁸⁴ DAVID, O. R. **O inimigo invisível: a epidemia de cólera na Bahia em 1855-56**. Dissertação (mestrado). UFBA, 1994.

²⁸⁵ BALBACH, op.cit. p. 330.

²⁸⁶ BRASIL. Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, op. cit., p. 162.

antídoto para a cólera-morbo, causando um efeito surpreendente sobre os coléricos, diminuindo o seu sofrimento e auxiliando o processo de cura.

Quando o General Caxias se achava vivamente empenhado na preparação e melhoria do exército para novas operações, surgiu entre as tropas e se alastrou rapidamente a epidemia de cólera. Ao que tudo indica a doença apareceu pela primeira vez no *Vapor Teixeira de Freitas*, que zarpara do Rio de Janeiro em fins de fevereiro, com 200 novos soldados. Em Rosário o primeiro caso apareceu em 15 de março de 1867, e no dia 26 chegou a Itapiru. Em Corrientes, que não apresentava boas condições higiênicas, apareceu no dia 29, assim favorecendo a contaminação e a disseminação da doença, espalhando-se por todo o exército aliado e para a tropa na frente de batalha. A epidemia chegou a Buenos Aires e a população abatida e doente, deixava alguns cadáveres sem enterrar, o que agravava a propagação da doença, que acabou por matar o próprio vice-presidente Marcos Paz, em janeiro de 1868.²⁸⁷ A epidemia era tão devastadora que não havia tempo e nem pessoal para enterrar os cadáveres que se amontoavam por dias e dias.²⁸⁸ Não se deve esquecer que durante os anos de guerra eram quase que semanais os desembarques de passageiros no porto do Rio de Janeiro, provenientes do Paraguai, Uruguai e Argentina. A epidemia, na sua fase mais devastadora, durou cerca de um mês e meio; em 20 de abril começou a declinar; em princípio de maio, estava quase extinta. No Relatório do Ministro da Guerra, em 1867, consta que:

De todas as medidas zombou o colera dos hospitais propagou-se ao exército, e, em menos de 10 dias, só no 2º Corpo, onde mostrou-se mais violento, prostrou a mais da terça parte da força, e lançou na sepultura perto de mil cadáveres, sendo acometidos de preferência aqueles indivíduos já por outras moléstias com baixa nos hospitais. Foram postas em prática as medidas aconselhadas pela ciência: dobrou-se a ração do café e aguardente à tropa, afim de ser distribuída de manhã, antes do alarme, e, à noite, antes de recolher; construíram-se galpões nas proximidades dos acampamentos, em lugares onde se presumia mais puro o ar, e neles foram tratados os coléricos, evitando-se dêste modo, o seu transporte para hospitais distantes, pois quase metade a êstes chegava em termos de morrer; deve-se seguramente a esta medida a salvação de muitos atacados. Fez-se enfim tudo quanto humanamente era possível para debelar tão cruel calamidade, que, tendo até 20 de abril diminuído nos hospitais de Corrientes, Cerrito e Itapiri, havia recrudescido com força nos dois corpos de exército, especialmente no 2º, subindo até aquela data o número de vítimas a 1500, inclusive muitos oficiais, elevando-se depois este algarismo a mais de 2000, de 4000 mil atacados pelo mal. As freqüentes e sucessivas chuvas, além de inundarem os campos, muito contribuíram para o aumento das epidemias, e continuando, após isso, e sem diminuição, às febres intermitentes²⁸⁹.

Sir Richard Burton, em suas Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai, mencionou a epidemia de cólera, na carta X, referindo-se ao colega, Mr. Thomas Hutchinson, cônsul de

²⁸⁷ DE MARCO, op. cit., p. 180

²⁸⁸ CERQUEIRA, op. cit., p. 166.

²⁸⁹ OSÓRIO; OSÓRIO FILHO, op. cit. p.354.

Sua Majestade Britânica que prestara serviços heroicos durante a terrível epidemia de cólera que devastou Rosário, de março a maio de 1867 e de dezembro a fevereiro de 1867-68. Num único mês em, abril de 1867, 492 vítimas foram enterradas nos fundos das igrejas. A maioria das pessoas fugia dos doentes e até dos que sofriam da *benigna colerina* — uma epidemia que surgia quase anualmente na época de calor intenso e das chuvas de outono. Relatou também que os médicos locais medicavam com tratamentos de sangria, mandando inúmeras pessoas para a sepultura. Compraziam-se em jogar lama num colega que curou muitos e muitos pacientes com clorofórmio, clorodina e com massagens de conhaque e solução de terebentina. Foi recompensado, entretanto, com uma medalha com a inscrição “*In Memória do los Tavajos Practicados por la Log. Cap. Union, durante El Cólera de 1867. Rosário, 1867*”²⁹⁰.

As cartas de Burton são fontes históricas, esclarecedoras em alguns aspectos, desafiantes em outros, e de certa maneira mais próxima da história cultural do que da história militar propriamente dita, porém, conforme ensinou Marc Bloch (1886-1944), “o espetáculo da investigação, com seus sucessos e os seus reveses, raramente enfastia”²⁹¹.

A cólera — que já grassava na Europa e nos Estados Unidos — por ser transmitida através do contacto direto com as fezes ou por alimentos e água contaminados, era uma ameaça ainda maior em razão das más condições de higiene da população, decorrentes do crescimento desorganizado nas cidades. Da mesma forma a febre amarela endêmica na América Central era uma grande ameaça pela quantidade de mosquitos que proliferavam nas chuvas de verão. Na zona urbana não havia sistema de esgotos, e na ausência de latrinas, os dejetos humanos eram, à noite, levados por escravos, “*os tigreiros,*” em recipientes até as praias e aos córregos onde eram descarregados.²⁹² Os escravos eram obrigados a andar descalços, o que favorecia o contacto direto com dejetos humanos. No verão, com as chuvas, começavam as doenças febris epidêmicas ou diarreicas, levando parte da população abastada do Rio de Janeiro a passar férias em cidades afastadas como Petrópolis. A família de D. Pedro II perdeu dois herdeiros em consequência de doenças infecciosas, das quais conseguiram recuperar-se o imperador e a princesa Isabel. O número de enterros aumentava com o calor do verão, sendo as crianças as principais vítimas. A água consumida provinha dos riachos e poços contaminados que causavam as doenças diarreicas. As condições sanitárias da cidade, especialmente esgotos, mereceram comentários e críticas de José Pereira Rego, futuro Barão

²⁹⁰ BURTON, op.cit.p. 217.

²⁹¹ LEONZO, N. **As cartas de Burton**. Campo Grande: Correio do Estado, 3 de fevereiro, 2000.

²⁹² COSTA, op. cit. p. 279.

de Lavradio, figura proeminente das políticas e ações de saúde pública no Brasil do século XIX:

Em conclusão direi: que as nossas valas de esgotos nunca ou quase nunca eram limpas; que constituíam o receptáculo de todas as imundícies das localidades por onde circularam, e tornavam-se focos perenes de infecção miasmática mais ou menos profunda, contribuindo poderosamente para a insalubridade dessa capital. (...) Quem viu esses batalhões de carregadores, atravessando a passo acelerado por certas ruas, como as da Guarda Velha, Ajuda, Ouvidor, Rosário e outras, compostos em sua maior parte de escravos, ou pretos libertos já velhos, estropiados e bêbados, que encontravam neste trabalho um meio mais lucrativo do que outros, (...) ²⁹³.

Ele publicou em 1872 o trabalho *Esboços históricos das epidemias que tem grassado no Rio de Janeiro desde 1830 até 1870* e sobre a cólera afirmou o seguinte: “Nada foi mais mortífera do que esta epidemia. Nada foi mais pestilenta do que esta doença. Nada foi mais terrível do que este flagelo. A cronologia nosológica brasileira marcou esta epidemia com o apellido de peste” ²⁹⁴. A afirmação parece se referir aos campos de batalha e navios na Guerra do Paraguai, situações que não ficavam, certamente, restritas ao espaço urbano e acampamentos dos brasileiros. Era uma situação comum em todas as cidades de origem dos exércitos envolvidos nas operações de guerra e comprovados por Juan Crisóstomo Centurión, que descreveu as doenças do exército paraguaio:

Las enfermedades reinantes en el ejército desde el principio hasta el fin, con más o menos intensidad, eran la diarrea y la disenteria. Ellas eran debidas al cambio de alimentación y de las águas.

Pero la que causó mayor estrago en Humaitá, meses antes de nuestro regreso, fué el sarampión acompañado de diarrea. El ejercito, cuando el mal llegó a su mayor desarrollo, no se ocupaba de outra cosa que de enterrar los muertos. Sin embargo, cuando nosotros vinimos de Corrientes, y ala epidemia había declinado ²⁹⁵.

George Thompson, participante da guerra do lado paraguaio, afirmou que a cólera teve um papel terrível na guerra e as tropas paraguaias como as tropas aliadas sofreram grandes baixas, principalmente com a diarreia. Em fins de 1865 já eram 52 mil homens. Para ele, boa parte dos mortos resultou não de combates, mas de doenças originadas por má alimentação e péssimas condições de higiene nos acampamentos. ²⁹⁶ Outros autores corroboram essa afirmação:

En Uruguayana se perdieron como 10.000 hombres. Y en los hospitales de Humaitá, Cerro Leon y Paso Pacu murieron como 40.000 hombres, de disenteria y otras enfermedades. De suerte que em el primer año de la guerra, 1865, habá perdido su

²⁹³ RIBEIRO, L. *O barão de lavradio e a higiene do rio de janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Itatiaia Limitada, 1992. p.147,148.

²⁹⁴ PEDROSA, M. X. V. *A cólera-morbo e a ordem da rosa*. Anais do Congresso de História do Segundo Reinado, Rio de Janeiro, 1984, p. 143.

²⁹⁵ CENTURIÓN, J. C. *Memorias: reminiscencias historicas sobre la Guerra del Paraguay*. Assunção: El Lector, 1987, vol. II, p. 8.

²⁹⁶ THOMPSON, op.cit. p.156.

*primer gran ejército de 64.000 hombres, antes de que los enemigos atacasen al Paraguay*²⁹⁷.

3.2.2 Varíola

Após a invasão e ocupação paraguaia na província de Mato Grosso, em dezembro de 1864, tornou-se necessário aos brasileiros reagir contra essa atitude agressiva. O representante do Império no Paraguai, Cezar Sauvan Viana de Lima, só pôde deixar Assunção em 29 de novembro, após intervenção dos Estados Unidos. Teria dito: “tenho a impressão de que o Brasil inteiro se erguerá para lavar esta afronta”²⁹⁸. Para isso, organizou-se a Coluna Expedicionária de Mato Grosso que, partindo do Rio de Janeiro em abril de 1865, chegou a Uberaba no mês de julho desse mesmo ano, logrando se organizar nesse local, com um efetivo de aproximadamente 3.000 homens provenientes das províncias de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Passando por Campinas, onde permaneceu inativa por dois meses, foi vitimada pela varíola, morrendo seis soldados. Portanto, muito tempo antes das ações bélicas, as epidemias já ceifavam muitas vítimas, demonstrando que em todo o caminho percorrido pelos soldados, desde o local de origem até os acampamentos e campos de batalha, com momentos de maior e menor intensidade as doenças levavam à morte milhares de combatentes.

Dentre as várias enfermidades que assolavam os campos de batalha e navios nenhuma delas causou mais temor que a varíola, perseguindo os soldados durante toda a campanha contra o Paraguai. Quase não havia uma política de prevenção e vacinação que se mostrasse eficiente e capaz de evitá-las, situação extremamente difícil de resolver porque em um exército em constante movimento saber onde houve a contaminação era quase impossível. Ressaltando que numa epidemia um único caso pode se alastrar, contaminando milhares de pessoas, e que o período de incubação de determinada doença pode variar em vários dias.

Iniciado o processo de recrutamento das forças a serem enviadas à província mato-grossense, em 1865, o vice-presidente da província de Goiás, João Bonifácio Gomes de Siqueira (dezembro/64 a abril/65), dirigiu-se ao Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, delegado do cirurgião-mor do exército, para que aprontasse uma ambulância devidamente acondicionada para a marcha do Batalhão de Caçadores até a capital daquela província.²⁹⁹ Com a intenção de prestar a necessária assistência médica aos componentes do batalhão, foi

²⁹⁷ LÓPEZ, M. F. S. *Publicación de la Junta Patriótica*. 1926. p. 49.

²⁹⁸ DORATIOTO, op.cit., 2002. p.62.

²⁹⁹ MARTINS, Z. I. O. **A participação de Goiás na guerra do Paraguai: 1864 – 1870**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, 1983, p. 69.

enviado o único médico disponível, o segundo-cirurgião Dr. Candido Manuel de Oliveira. Ainda na gestão do presidente Siqueira, em 18 de fevereiro do mesmo ano, ficou pronta uma segunda ambulância, essa com destino ao destacamento do porto de Coxim, composto de 22 praças. O presidente Augusto Ferreira França (abril/65 a abril/67) solicitou ao diretor do Instituto Vacínico da Corte, tubos e lâminas com pus vacínico, no que foi atendido pelo Dr. Balbino de Moraes Pinheiro, Juiz de Termo de Uberaba, em 26 de maio de 1866. Todos os praças do Batalhão de Caçadores e da companhia de Voluntários da Pátria, e os do esquadrão de cavalaria foram vacinados antes da partida³⁰⁰, o que era raro.

No Brasil, a vacinação antivariólica foi feita, durante muito tempo, com vacina mantida de braço a braço, desde que, em 1808, o vírus vacínico foi trazido de Portugal, por iniciativa do Marques de Barbacena, nos braços de seis escravos. Nesse mesmo ano, o príncipe regente D. João reinava em nome de sua mãe, D. Maria I, declarada insana e incapaz de governar, e vivia isolada no Palácio de Queluz, a cerca de dez quilômetros de Lisboa. Segundo filho da rainha, D. João não tinha sido educado para dirigir os destinos do país. Seu irmão mais velho e herdeiro natural do trono, D. José, faleceu de varíola em 1788, aos 27 anos. Na época em que D. José morreu a vacina contra a varíola já era aplicada em vários países europeus e a doença sempre foi um mal temida pelas famílias reais, pois era a principal causa da mortalidade infantil, obrigando muitos a se felicitarem não com o nascimento dos filhos, mas quando eles sobreviviam à doença³⁰¹. A rainha Maria I, porém, não autorizou que o filho mais velho e herdeiro do trono fosse vacinado, “por escrúpulos religiosos”³⁰². Mais tarde, já sob a regência de D. João, foi criada a Junta de Instituição Vacínica, por alvará em, 4 de abril de 1811, e toda a família imperial recebeu a vacina.³⁰³ Apesar do projeto ambicioso de D. João no sentido da difusão da vacina antivariólica, a atuação da Junta foi muito inexpressiva diante da magnitude dos problemas decorrentes da doença tanto na capital como nas demais províncias,³⁰⁴ o que foi constantemente ressaltado nas publicações oficiais. Por ocasião da retomada de Corumbá, o presidente da província de Mato Grosso, J.V. Couto de Magalhães, em carta ao ministro da guerra J.L. da Cunha Paranaçuá, datada de 24 de junho de 1867, escreveu que: “*malheureusement, la petite vérole desole toute cette contrée.*” E fez

³⁰⁰ MARTINS, op.cit. p.70.

³⁰¹ UJVARI, op.cit. p.130.

³⁰² CALMON, P. **O rei do Brasil**, vida de D. João VI. 1943, p. 34.

³⁰³ GOMES, L. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo:Planeta do Brasil, 2007. p. 353.

³⁰⁴ FERNANDES, T. M. Vacina antivariólica: seu primeiro século no Brasil (da vacina jenneriana à animal). **Revista História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 6, n. 1, mar/julho, p.29-51, 1999. NASCIMENTO; CARVALHO, op.cit., 2004.p. 211-228,

uma outra declaração extremamente elucidativa: “*Parmi les soldats, il n’y a que ceux des autres provinces qui soient vaccinés*”³⁰⁵.

Por longos períodos e por vários motivos houve resistência à vacina, perdurando até o século XX, por ocasião da divulgação do projeto de regulamentação da lei que tornara obrigatória a vacinação e que transformou a cidade do Rio de Janeiro em praça de guerra, em novembro de 1905, com a conhecida Revolta da Vacina. Embora a vacinação tenha obtido repercussão mundial, espalhando-se pela Europa, a resistência a ela foi muito grande: o método utilizado poderia, entre alguns casos, causar o desenvolvimento da doença em pessoas que a recebiam precipitando o surgimento de epidemias, levando à morte por erisipelas, pois as lesões que ocorriam no braço inoculados eram grandes e profundas e, muitas vezes infectavam. Só em 1887 é que foi introduzida a vacina animal, importada pelo Barão Pedro de Afonso Franco, fundador do primeiro Instituto Vacinogênico do país, no Rio de Janeiro.

Em 18 de junho de 1866, foram enviados medicamentos às forças em operações no sul de Mato Grosso, então comandadas pelo tenente-coronel Joaquim Mendes Guimarães, uma vez que o estado sanitário delas, segundo esse militar, era o pior possível, observado o número crescente de doentes e a carência de remédios. Ainda segundo o comandante das forças, grande parte das ambulâncias foi deixada por falta de animais para sua condução. No entanto, a falta de medicação obrigou o coronel Carlos de Moraes Camisão a enviar à capital de Goiás o capitão do Batalhão 20º de Infantaria, Luiz Cândido Gonzaga, para sua obtenção, isso em fevereiro de 1867. E, em 24 de abril desse ano, foi-lhe remetida uma ambulância contendo os medicamentos solicitados, conforme a relação abaixo:

- no ano de 1866. 48 pares de lâminas e 20 tubos capilares com pus vacínico nos meses de março a agosto,
- no ano de 1865. 2 caixas contendo lâminas e tubos compus vacínico,
- no ano de 1867. 4 lâminas com fluido vacínico, 2 caixas com 20 pares de lâminas e 5 tubos com pus vacínico, 5 tubos com pus vacínico, um tubo e uma lâmina com fluido vacínico, 24 pares de lâminas e 5 tubos capilares com fluído vacínico. 2 caixas de remédios, uma caixa com 24 lâminas e 6 tubos capilares com fluido vacinico, e uma caixa com 24 lâminas e 5 tubos capilares,
- no ano de 1868. uma caixa com lâminas e pus vacínico.³⁰⁶

É interessante observar, apesar da análise de uma única relação, o pedido bastante reduzido e a entrega rápida do *pus vacínico* enviados em três anos consecutivos havendo um ligeiro aumento no ano de 1867. Isso demonstrava o acréscimo de doentes varicosos, que nos leva a acreditar que não havia vacina suficiente para milhares de soldados que partiam constantemente dos inúmeros portos dos três países envolvidos na guerra. Uma hipótese poderia ser que, diante da urgência da vacinação, os órgãos responsáveis pela saúde em

³⁰⁵ GALLICA. Disponível em < <http://gallica.bnf.fr/>> Acesso em fevereiro de 2009.

³⁰⁶ Ibid.,

diversos portos não estavam preparados para enfrentar uma epidemia com tão grande intensidade e tão avassaladora como a de varíola.

Partindo de Montevideo no dia 27 de maio de 1865, o General Osório desembarcou em São Francisco no dia 30, no acampamento do exército brasileiro. A epidemia de varíola grassava nos batalhões, e mais intensamente nos Voluntários da Pátria, paisanos armados à última hora no Brasil, que, vindos do clima cálido das províncias, e estranhavam no sul o rigoroso inverno com frio intenso, cruelíssimo, quase insuportável, a alimentação e ainda por este lado muito sofriam³⁰⁷. Argumentou o general em ofício do mês de julho de 1865, ao Ministro de Guerra Ferraz:

Estamos a 9 e à 1 hora da tarde a má estação destes últimos dias tem augmentado as enfermidades. Faz sete dias que mandei crear uma enfermaria no acampamento (Juquery) e já conta 600 doentes. A varíola continua ceifando, principalmente nos três batalhões por ultimo chegados. É indispensável que no ponto em que se começa a reunir as tropas que vem para o Exercito se vá logo procedendo á vacinação³⁰⁸.

A longa permanência num mesmo local facilitava a disseminação de doenças, como foi o caso ocorrido em Tuyuty, em que a tropa ficou estacionada durante 14 meses sofrendo diariamente a contaminação do vibrião colérico, devido à água poluída, em alto grau, pelas infiltrações dos mortos, sepultados em torno das cacimbas³⁰⁹.

A varíola (do inglês small-pox), vulgarmente conhecida como bexiga ou febre eruptiva, constituiu outrora uma das mais temíveis pestes que assolaram a humanidade, devido a sua extrema contagiosidade e alta letalidade. Em latim, a palavra *vari* significa “irrupção de botões”; *varius* são “indivíduos com o rosto recoberto de manchas”. Os acometidos tinham a face com aspecto salpicado – bariolado, variolado pela doença³¹⁰. Sendo sua origem obscura, os maiores indícios a apontam como doença originária do Oriente, principalmente da China³¹¹.

A introdução da varíola em território brasileiro ocorreu com os primeiros colonizadores e escravos no século XVI, e a primeira epidemia registrada data de 1563, na ilha de Itaparica, na Bahia, de onde se disseminou para o resto do país.³¹² A doença inicia-se bruscamente, após um período de incubação de 10-14 dias, com febre elevada, dores nas costas, cefaléia intensa, calafrios e vômitos; 3 a 4 dias depois, sobrevém o exantema

³⁰⁷ OSORIO; OSORIO FILHO, op. cit. p.67.

³⁰⁸ Ibid., p. 93.

³⁰⁹ CERQUEIRA, op. cit. p. 145.

³¹⁰ UJVARI, op.cit. p. 129.

³¹¹ Ibid., p. 129.

³¹² BRASIL, Fundação Nacional de Saúde. **Guia de Vigilância epidemiológica**. 5. ed. Brasília: FUNASA, 2002, p.857.

característico ou erupção de pústulas na pele, de distribuição centrífuga (mais abundante na face e nos membros que no tronco), inicialmente cheias de um líquido aquoso, depois purulento, que passa sucessivamente pelas fases de mácula, pápula, vesícula e pústula, podendo culminar com o falecimento do enfermo ao fim da primeira ou segunda semana.³¹³

No cenário da guerra os doentes eram levados aos hospitais em carretas cobertas de couro, deitados sobre pele de carneiros. Contaminados de pus varioloso, ficavam disformes com a doença, o rosto enorme inchado e cheios de pústulas denegridas, que exalavam cheiro nauseabundo. Os doentes “bexiguentos” cresciam em número, tanto pelo frio como pela disseminação de outras doenças como o sarampo, que foi importado pelas forças vindas da Corte. Osório solicitou a remessa de mais médicos e lembrou ao Ministro da Guerra a conveniência de virem os soldados vacinados da Corte ou das suas províncias.³¹⁴ São raros os documentos relatando a preocupação com a vacinação. O seguinte é quase uma exceção:

Quartel General do Commando em Chefe do Exercito em operações, acampamento junto a Lagoa Brava, em 9 de Janeiro de 1866. Ordem do Dia N.116. O Exmo. Sr. General Commandante em Chefe, manda louvar e agradecer o relevante serviço que prestou ao Exercito, o Sr. Major Manoel Ignácio da Silva, commandante do 1º Corpo Provisório de Cavallaria da Guarda Nacional, o qual mostrou tal interesse e solicitude pela saúde e conservação de seus comandados que, por sua expontanea deligencia alcançou o púz vaccínico, com que não só vaccinou grande numero de seus praças, que ainda o precisavão, como o que nas mesmas circunstancias se achavão em todos os outros corpos de Cavallaria e d’ alguns de Infantaria, sendo a elle sómente devida a semente de que dispomos para a vaccinação dos poucos praças dos corpos ultimamente chegados, que precisão ainda do mesmo preservativo. O mesmo Exmo. Sr. General, informado do interesse humanitário e zelo com que se tem desenvolvido o Sr. 2ºCirurgião Dr. Firmino José Dona, não só no serviço de Infantaria a seu cargo, como na vaccinação dos praças do exercito ainda não garantidas por este preservativo, da peste de varíola, manda igualmente louval-o por tão importante serviço. Innocencio Velloso Pederneiras Tenente-Coronel.³¹⁵

Grassando a bexiga no Vapor Princesa, determinou o Almirante que fossem conduzidos a Buenos Aires os doentes no Vapor Imperatriz, acompanhados pelo médico do Exército, que de cima vinha vindo, no mesmo vapor.³¹⁶

O que me interessa fundamentalmente nesse contexto é entender por que apesar dos pedidos das autoridades para que se efetuasse a vacinação dos soldados ela só ocorreu de forma esporádica. Sidney Chalhoub esclareceu muitos pontos importantes para o entendimento dessa tese, como por exemplo, a rejeição da população à vacina, pois sentiam verdadeiro horror³¹⁷, enfatizados por artigos em jornais que afirmavam haver o risco de transmissão da sífilis e outras doenças através da vacinação. Ele esclarece, em sua análise, que

³¹³ BALBACH, op.cit. p. 557.

³¹⁴ Ibid., p. 61.

³¹⁵ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. **Ordens do dia**. Ordem nº 116 - Osório 2º. p. 18.

³¹⁶ ROCHA, M. C. **Diário da campanha naval do Paraguai, 1866**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da marinha, 1999. p. 90.

³¹⁷ CHALHOUB, S. **Cidade febril: cortiço e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 113.

“a vacina não garantia imunização permanente já que havia muitos casos da ocorrência de varíola em vacinados”³¹⁸. O método de vacinação efetuado nessa época, braço a braço, e a forma como o serviço estava estruturado na Corte foram responsáveis pela resistência da população e certamente muitos soldados se negavam a tomá-la apesar de existir uma ordem para se vacinarem. Os próprios vacinadores, não obedeciam ou questionavam para irem até os quartéis vacinar os recrutas que estavam de partida para o Paraguai.³¹⁹

No Brasil, a campanha de vacinação era agravada pela falta de recursos; as pústulas saíam caro porque eram importadas da Europa. A dificuldade de transportes para províncias distantes e o fato de a vacina não garantir a completa imunização despertaram um alto índice de desconfiança por parte da população, que não acreditava nela, produzindo estratégias para fugir das autoridades do governo³²⁰. De fato, milhares de soldados foram para a guerra sem serem vacinados o que ocasionou uma mortandade nunca vista nos campos de batalha e navios da armada imperial.

A história do Paraguai registra que o bloqueio dos rios teve muitas consequências negativas, entre elas, impediu que chegassem ao país vacinas contra a varíola, que dizimou os soldados e a população de um modo geral, juntamente com outras pestes, como o sarampo e a cólera³²¹.

3.2.3 Malária

Outra doença que causou muitas vítimas entre os combatentes foi a malária, que é uma doença infecciosa febril aguda, causada pelo agente *Plasmodium*, caracterizada por febre alta acompanhada de calafrios, suores e cefaleia, que ocorrem em padrões cíclicos, a depender da espécie do parasito infectante. Era também conhecida por febre intermitente, febre palustre, febres, maleita ou maleitas, paludismo ou impaludismo, sezão ou sezões, sezonismo, batedeira, tremedeira, carneirada.³²² Os soldados pagaram um preço elevado por entrar em terrenos alagados e não habitados pelo homem, onde tiveram contato com o agente infeccioso, terrenos estes presentes nas regiões desconhecidas do Paraguai. Doença milenar conhecida

³¹⁸ CHALHOUB, op.cit. p. 118.

³¹⁹ VOLPATO, L. R. R. **Cativos de sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá (1850-1888)**. São Paulo: Marco Zero, 1993, pp.72-81.

³²⁰ SOUSA, J. L. P. **Campanha da vacinação contra a varíola durante a guerra contra o Paraguai, 1865-1870**. ANPUH, 2009. p. 325,

³²¹ ALCALA, G. R. **Residentas, destinadas y traidoras**, p. 8

³²² BALBACH, op.cit. p.450.

por todos os exércitos do mundo, dizimou particularmente os soldados por ocasião do episódio conhecido como *A Retirada da Laguna*, cujas baixas chegaram a *quase quatrocentas por dia*,³²³ pois a maior parte do trajeto percorrido pelos soldados era constituída por terrenos onde proliferavam os mosquitos transmissores da doença. O modo de transmissão se faz através da picada do mosquito *Anopheles*, infectada pelo *plasmodium*, ou seja, o parasita causador da malária reproduz-se em mosquito, e o homem a adquire ao ser picado por esses insetos, que inoculam o agente no sangue, e não há transmissão direta da de pessoa a pessoa. Como o mosquito prolifera em regiões alagadas, a doença era muito comum em tais locais e nos pântanos.

Existem três espécies principais de *Plasmodium*: o *vivax*, o *falciparum* e o *malariae*. O *Plasmodium falciparum* é responsável pela malária mais grave, conhecida como febre quartã, dado o seu ciclo de reprodução a cada 72 horas, originando a febre a cada intervalo do ciclo. O agente invade as células vermelhas do sangue, ocasionando a sua destruição, com consequente anemia. A doença caracteriza-se por febre muito elevada e dores pelo corpo. O acometimento dos vasos sanguíneos leva à obstrução da passagem do sangue, com perda da função do rim e lesão cerebral, que podem evoluir para coma e morte.

A África sempre foi o berço da malária, e desde a Antiguidade embarcações que dali partiam com pessoas doentes ou mosquitos levavam epidemias para os países do Mediterrâneo. Com o aumento da população europeia e o desenvolvimento das cidades, os aterros das áreas alagadas do Mediterrâneo livraram essa região da malária, acabando com as condições de multiplicação dos mosquitos. Foi da África, pelas navegações realizadas para o tráfico negreiro, que o agente causador da malária seguiu para os países da América, onde a doença permanece até hoje de forma endêmica. No Brasil, a existência da malária é registrada de forma esporádica pelo menos desde 1587. Os mosquitos que a transmitem existem em número abundante nas florestas tropicais, proliferando nas épocas de chuva.

Com o Descobrimento da América, os europeus entraram em contacto com uma nova vegetação e receberam dos indígenas ensinamentos medicinais sobre a flora da região. A medicina nas colônias americanas era deficiente. As drogas terapêuticas eram enviadas da Europa de modo esporádico e sofriam constante deterioração pelo longo tempo da travessia marítima. Assim, dada a escassez dos medicamentos, os que se conservavam próprios para o consumo tinham custo elevado. Os médicos nas colônias da América Portuguesa eram raros em consequência dos baixos salários. Numa colônia com poucos médicos e medicação

³²³ SOUZA, L. C. *A medicina na Guerra do Paraguai*, p.68.

européia em quantidade insuficiente, disseminaram-se as tradições indígenas das plantas medicinais. Os jesuítas exerceram o papel de médicos filantrópicos desde a sua chegada à América, onde fundaram a Santa Casa de Misericórdia na cidade do Rio de Janeiro, entre 1567 e 1582. A instituição atendia os enfermos e a arte de curar era praticada pelos jesuítas, que aperfeiçoavam seus conhecimentos com a cultura indígena. Assim, foram os principais divulgadores das plantas, ervas e raízes utilizadas pelos índios no tratamento de doenças. Mantinham um intercâmbio de informações sobre as plantas medicinais nas colônias portuguesas. Publicaram, em 1766, uma farmacopeia jesuíta das espécies do Brasil, Macau e Índia. As plantas eram tão famosas que, em 1795, o Brasil enviava a Portugal, 432 arrobas da raiz da erva ipecacuanha para tratamento de diarreia.

Foram os jesuítas que introduziram na Europa, em 1632, a substância eficaz contra a malária contida na casca de quina, árvore presente no Peru. A droga eficaz contra as febres se difundiu rapidamente pela Europa em forma de pó, diluída em líquidos e em pílulas. A substância da quinina, presente na cinchona, tem efeito realmente eficaz contra a malária: destrói o *Plasmodium*, o agente infeccioso, e promove a cura. Em relação ao *Plasmodium falciparum*, a forma mais grave da doença, a quinina adquiriu certa resistência. Isso gerou controvérsias quanto a sua eficácia. A região do Chaco era predileta da malária e os soldados tomavam colheres de sopa de sulfato de quinino, porém em muitos casos a febre não passava e eles diziam que o remédio era falsificado: vinha do Rio de Janeiro, misturado com polvilho.

³²⁴ Na colonização dos territórios africanos recém - conquistados, o surgimento da profilaxia da malária com quinina, em 1860, a taxa da mortalidade pela doença caiu de 63 para uma morte em cada mil imigrantes. A quinina, usada para diminuir a ocorrência de baixa entre os militares enviados às áreas tropicais, permitiu uma redução de 61% no número de mortos pela malária de soldados franceses na Argélia, de 60% de ingleses no território indiano e de 90% de ingleses instalados em algumas ilhas do Caribe. Na correspondência trocada entre Taunay e seu pai mostrava-se a preocupação com as doenças e com o modo de tratá-la:

Não faltava também e nisso ia a prova de sua constante solicitude e dos íntimos receios que o dominavam de incluir um embrulhinho fino, encerrado em papel-paquete, delicadamente feito, de excelente sulfato de quinino e, de gramma em gramma, tão amiadadas foram as remessas, enchi até a boca de uma garrafinha, não de todo pequena. Aliás, só me servi do precioso febrifugo uma vez, cortando violenta febre; mas não poucas doses administrei a outros, companheiros, índios e camaradas, sempre com efficacia me “maleitas” “sezões” e “febres palustres”³²⁵.

³²⁴ CERQUEIRA, op. cit. p. 198.

³²⁵ TAUNAY, op.cit., 1927. p. 88.

3.3 CORPO MÉDICO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Quando o General Caxias assumiu provisoriamente o comando-em-chefe, aliado a força brasileira estava desfalcada pelos combates e doenças em um terço do efetivo com o qual contava ao transpor o rio Paraná. Para cuidar de tantos soldados doentes, havia 11 hospitais brasileiros: dois na República Oriental (Uruguai), 2 em Buenos Aires (os quatro foram fundidos em 1 só em Montevideú, transferindo todo o pessoal e material respectivo), 3 em Corrientes, 1 em Cerrito, 1 em Itapiru, outro no Passo da Pátria, e 1 em Tuiuti.³²⁶ Caxias ficou impressionado com o número de soldados enfermos e nomeou uma comissão de saúde chefiada pelo Dr. Francisco Pinheiro Guimarães, médico e coronel dos Voluntários da Pátria, para inspecionar os internos nos hospitais. O objetivo era dispensar os soldados já curados, mas que permaneciam internados com a cumplicidade dos médicos. Em 15 dias, 2000 falsos doentes, aptos para o serviço militar, foram despachados para o acampamento em Tuiuti.³²⁷

Não havia, ao começar a Guerra do Paraguai, instrumental médico, hospitalar e cirúrgico, nem ambulâncias. O pessoal médico não tinha experiência suficiente com respeito ao tratamento de feridas e a técnicas cirúrgicas, que se reduziam a extrair balas, amputar braços e pernas procedimentos realizados pelos médicos veteranos e alunos de medicina.³²⁸ O serviço de saúde do exército brasileiro durante a guerra era “*escandalosamente deficiente*.” A falta de assepsia fez com que raramente escapasse da morte quem tivesse que amputar um braço ou uma perna.³²⁹

A província de Mato Grosso, em 1864, contava com uma população de 75 mil habitantes numa imensa área territorial e uma fronteira de 400 léguas. Sua guarnição, conforme quadro demonstrativo do Barão do Rio Branco, ilustrando a obra de *Louis Schneider*, contava com um efetivo militar de 875 homens. Dessa força estavam doentes 150, presos por sentenciar 88, sentenciados 6, total 244. Restaram 631 praças, mas destes, 41 estavam ausentes com licenças no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Goiás e Pernambuco ou em marcha fora da província. Ficavam, pois, apenas 590 homens, incluso todos os oficiais e até 147 empregados nas secretarias, arsenal, condução de malas de correio, camaradas, etc. Restavam tão somente 442 homens prontos. Com um total de cinco distritos, o Corpo de

³²⁶ FRAGOSO, op. cit., p. 193.

³²⁷ DUARTE, P. Q. **Os voluntários da pátria na guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988. V. 3, t. III. p. 116.

³²⁸ GOMES, M. A. M. **A espuma das províncias**: um estudo sobre os inválidos da pátria e o asilo dos inválidos da pátria, na corte (1864 -1930), 2006. p. 245-294.

³²⁹ SILVA, op. cit. p.113.

Saúde estava distribuído nos Distrito Militar da Cidade de Cuiabá, Distrito Militar da Vila Miranda, Distrito Militar de Vila Maria, Distrito Militar na Cidade de Mato Grosso e Distrito Militar do Baixo Paraguai, totalizando sete responsáveis pela assistência médico-cirúrgica. Havia, também, a enfermaria da Armada, que atendia os militares do Corpo de Imperiais Marinheiros e operários do Arsenal de Marinha da Província de Cuiabá. Essas zonas eram longínquas e de difícil comunicação³³⁰.

Os meios terapêuticos para evitar os riscos de afecções agudas eram reduzidos e poucos eficazes. Para tudo se aplicavam as difundidas sangrias e os purgantes, com a ideia de que purificavam o sangue. A sangria, procedimento largamente utilizado desde o século XVI, inicialmente pelos jesuítas e depois também pelos boticários e cirurgiões, é assim relatada:

A sangria ou sanguilexia, foi a panacéia universal dos séculos passados. Por meio dela retirava-se a cauda da doença, retirava-se o humor vicioso, o humor podre, o humor colérico, o humor fleumático, o humor melancólico, e até mesmo o excesso do próprio humor sanguíneo. Sangrar e purgar tal foi, em resumo, a orientação terapêutica, seguido por todos, em quase todas as doenças, notadamente contra as febres. (...) E segundo os preceitos hipocráticos, sangraram sempre os mais próximo do loco dolenti – local³³¹.

Ficava-se sabendo através do Dicionário da Medicina Popular que as sangrias eram realizadas através das sanguessugas ou das “bichas” como eram popularmente conhecidas-deviam aderir a qualquer parte do corpo, à exceção das plantas dos pés e das palmas das mãos. Nas mulheres, recomendava-se não aplicar nas partes visíveis do corpo (pescoço, parte superior do peito, antebraços e costas da mão): eram indicadas as membranas mucosas facilmente acessíveis, tais como a gengiva, a vagina ou o colo do útero.³³² Os mesmos medicamentos eram receitados para doenças diferentes, medicavam-se com o mesmo remédio os apopléticos, para curar o tifo e a disenteria. Também eram usados uma dose de sal amargo e de vinho do Porto no caso de perda de muito sangue³³³. Dr. João Severiano da Fonseca, cirurgião do regimento, ao atender um ferimento na cabeça, cheirou a ferida e afirmou não ser de bala porque não cheirava a chamusco³³⁴.

O Corpo de Saúde, escandalosamente deficiente, contava até com estudantes do 1º ano das escolas de medicina, que seguiam para a campanha contratados, às vezes, com salários superiores aos dos médicos antigos do quadro, e desempenhavam trabalhos de alta

³³⁰ SCHNEIDER, L. *A Guerra da Tríplice Aliança contra o governo da República do Paraguai*. Rio de Janeiro: Cultura, 1875. V. I, p. 168.

³³¹ SANTOS FILHO, L. *História Geral da Medicina Brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1977. V. I, p. 229.

³³² GUIMARÃES, M. R. C. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. *Revista História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 12, n. 2, p.4-9, Rio de Janeiro, mai/ag. 2005.

³³³ CERQUEIRA, op. cit. p. 52.

³³⁴ Ibid., p. 110.

cirurgia, “empunhando um ferro com a maior semcerimonia, cortando, retalhando a carne humana, desalmadamente”³³⁵. Os profissionais médicos, poucos para atenderem milhares, não estavam capacitados para enfrentar as situações que se apresentaram durante a campanha. Lutavam contra a falta de recursos materiais, a falta de conhecimento de algumas doenças, o seu próprio despreparo devido à inexperiência no tratamento de ferimentos e epidemias e a falta de qualificação de seus ajudantes. Em trecho de uma carta do Dr. José Ribeiro de Souza Fontes, chefe de Repartição de Saúde, ao General Osório, ele demonstrou a sua preocupação com os hospitais e a saúde dos doentes. Como o exército não tinha enfermeiros, como uma das alternativas, o General lançou mão de Zuavos da Bahia, compostos exclusivamente de homens negros escolhidos. Anfrísio Fialho, distinto oficial, que serviu no Exército Brasileiro, publicou um conjunto de episódios e fatos de sua vida sob o título de *Recordações*, e fez referências ao citado Batalhão de Zuavos:

[...] o aspecto dessa gente causou-me uma tal impressão, direi mesmo um tal entusiasmo, que fui imediatamente ao Quartel-General pedir ao General Osório que me encarregasse de instruí-los na esgrima de baioneta e consentisse que os comandasse na primeira ação em que tivéssemos de entrar. O General atendeu ao meu pedido; mas, esse batalhão, que tanto prometia, depois de receber apenas duas lições de esgrima de baioneta, foi dispensado do serviço das armas para empregar-se no dos hospitais, onde só se empregavam soldados menos aptos para as fadigas do serviço ativo. Ainda hoje ignoro o motivo dessa deliberação do General em Chefe. O motivo era óbvio. De alguma parte havia o General de tirar os enfermeiros, e justamente por ser o de Zuavos um batalhão de pessoal escolhido e apto para tão árdua empresa nas enfermarias foi por isso preferido para esse serviço³³⁶.

De fato, o General Osório dissolveu a companhia de Zuavos baianos, distribuindo seus soldados entre outros batalhões e enviando muitos deles para trabalharem de serventes nos hospitais. Pelo relato de Cerqueira tudo leva a crer que quando se dissolviam os batalhões por vários motivos, os remanescentes eram enviados para lugares onde mais se precisava de mãos de obra. Ele os descreveu como gente forte e brava:

Havia entre os voluntários, um corpo, de uniforme estranho – largas bombachas vermelhas presas por polainas que chegavam á curva da perna, jaqueta azul, aberta, com bordados de tranças amarellas, guarda-peito do mesmo panno, o pescoço limpo sem collarinho nem gravata e um fez na cabeças. Eram todos negros e chamavam-se – Zuavos bahianos. Os officiaes também eram negros. Passados poucos dias, foi dissolvido e as praças distribuídas por outros batalhões. Muitos passaram a serventes dos hospitais. O General Osório teria podido tirar grande partido daquella gente forte e brava; mas não o fez, por não se lembrar talvez, naquelle momento, do heroísmo e altos feitos com que os immortaes terços de Henrique Dias, o heróico capitão negro, illustraram a historia patria³³⁷.

³³⁵ SILVA, op.cit. p. 114.

³³⁶ OSORIO; OSORIO, op. cit. p.81.

³³⁷ CERQUEIRA, op.cit. p.72,73.

Sobre a perplexidade dos médicos, diante de tantas epidemias, narrou Taunay: “os médicos, alias, bastante ignorantes, mostravam-se atônitos e não ousavam decidir, receitando as tontas e com incoerência e falta de lógica dignas de lástimas”³³⁸. Era a opinião de seu pai, quando ele manifestou desejo de seguir a profissão médica:

Não há profissão mais dependente, o médico está à mercê dos clientes, nem sequer tem direito ao sono. Pertence a todo mundo, sobretudo a quem paga largamente. Na Áustria faz parte da criadagem, nem mais nem menos. Ainda fui do tempo em que os cirurgiões militares arrancavam os dentes e cortavam o cabelo dos soldados! Uma indignidade³³⁹.

Num documento *reservado*, do dia 8 de junho de 1866, foi comunicado ao Gabinete do Ministro que os abusos dos médicos eram cometidos com frequência e denunciados:

Constatou-se que no Hospital de Saladeiro se dão enormes abusos, que longe de aliviar, aggravam as circunstâncias dos infelizes que no serviço da Pátria sacrificavam sua saúde e se acham em tratamento em semelhante hospital. Constatou-se mesmo que a falta de caridade tem chegado a ponto de o Dr. Francisco Mendes de Amorim castigar com bolas, e mandar carregar com armas e sacas d’areia as praças enfermas³⁴⁰.

No Arquivo Histórico do Museu Imperial, encontra-se a Coleção da Família do Conde de Prados, um dos últimos a serem incorporados ao acervo, em 2001, cujo titular Dr. Camilo Maria Ferreira Armond, Conde de Prados, formou-se em Medicina pela Academia de Medicina de Paris, em 1837, no ano seguinte, regressou ao Brasil e dedicou-se à clínica até 1851. Foi diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, fundador e benfeitor do Hospital da Misericórdia em Barbacena. Na documentação há referências significativas para a compreensão de certas práticas e hábitos adotados pela população. Os trabalhadores rurais e seus familiares, que eram a maioria da população brasileira, viviam afastados dos centros urbanos e eram extremamente carentes de médicos com formação acadêmica. Mesmo com a consolidação dos cursos de Medicina e Cirurgia, no Rio de Janeiro e Salvador, na década de 30 do século XIX, a situação indicava a baixa frequência de profissionais, especialmente em outras regiões como a província de Minas Gerais. Ao longo dos três primeiros séculos de sua história, o Brasil somente conheceu médicos formados vindos do estrangeiro, cujo número parece nunca ter excedido a uns poucos indivíduos, que se ocupavam de cargos ligados à administração colonial e nunca iam além dos principais povoamentos³⁴¹.

³³⁸ TAUNAY, op.cit., 1946. p. 208.

³³⁹ Ibid., p.69.

³⁴⁰ ARQUIVO NACIONAL. **Cartas Particulares**, cx. 813, pac. 3.

³⁴¹ SANTOS FILHO, op.cit., p. 433/434.

No início do século XX o quadro permaneceu igual, isto é, o número de médicos era insuficiente para o cuidado da população, conforme podemos apreender das cartas de Cecília (sinhá Velha) dirigidas ao irmão Balhazar, sobrinhos do Conde de Prados:

Envio-te estas receitas que são minhas companheiras inseparáveis e que me valem muito quando José adoecer, principalmente quando não tenho médico... e como em fazenda as vezes tem- se mesmo que tratar de muitos doentes e talvez não tenhas Chernoviz é bom te-las guardadas á mão³⁴².

Ela se refere ao médico polonês Dr. Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, nome abasileirado de Piotr Czerniewicz, que veio para o Brasil em 1840 e morreu em Passy, na França em 1881. Autor do Dicionário da Medicina Popular e do Formulário ou Guia Médico, entre outras publicações indicadas para as populações, teve grande sucesso e repercussão como teria ocorrido como nenhuma outras obras. O primeiro voltado especialmente para os locais onde não havia médicos, uma espécie de medicina doméstica, e o segundo, um livro de apoio aos boticários e farmacêuticos. Segundo Betânia Gonçalves Figueiredo, autora de “O doutor da capa preta: Chernoviz e a medicina no Brasil do século XIX”:

Ao constatar as dificuldades de toda ordem que tinham os moradores das pequenas cidades, das fazendas, dos lugarejos e vilas para recorrer aos médicos da Capital, nascia a idéia de produzir um manual de primeiros socorros, explicações sobre o quadro nosológico, indicações de procedimentos básicos, manipulações das receitas que pudessem orientar leigos e acadêmicos nos atendimentos corriqueiros, na tentativa de realizar um primeiro diagnóstico. A novidade é que o texto seria todo em português e, na medida do possível adaptado à realidade brasileira. O Doutor Chernoviz foi o profissional que soube avaliar bem a demanda e elaborar um manual que atendesse às necessidades mais específicas da população brasileira, especialmente aquela afastada dos centros urbanos³⁴³. A população, independentemente das condições financeiras para arcar com os honorários médicos, preferia a medicina popular à medicina acadêmica³⁴⁴.

Voltando à correspondência, a menção à falta de médicos e à consulta ao Chernoviz aparece com frequência “[...] tenho tratado de muitas creanças. Ao menos nos casos muito graves enquanto não se tem medico sabe-se o que fazer” [...] “procurei salva aqui e José me disse que ahi tem muita. É calmante talvez mais poderosa do que a herba cidreira, vê no Chernoviz”³⁴⁵.

Graças à carência de médicos nas áreas por onde se dispersava a maioria da população, os livros de Chernoviz foram presenças mais evidentes do que o contato com os médicos e ao longo dos séculos, a população se acostumou a procurar outras práticas de cura: herbaristas, parteiras, curandeiras, benzedeiras, pessoas curiosas. Todas elas faziam parte do

³⁴² ARQUIVO NACIONAL. **Cartas Particulares**. cartas de Cecília (sinhá Velha) dirigidas ao irmão Balhazar, sobrinhos do Conde de Prados

³⁴³ FIGUEIREDO, B. G. < http://www.fafich.ufmg.br/~scientia/art_beta2.htm> acessado em 1/3/2008, p. 3.

³⁴⁴ Ibid., p.3.

³⁴⁵ FIGUEIREDO, op.cit. p. 2

universo cultural da população e que foi fundamental para entender o porquê da rejeição que os soldados tinham no aspecto da vacinação. Portanto, diversos grupos sociais articulavam suas práticas de tratamento das doenças utilizando chás, ervas, unguentos, benzeduras, amuletos, entre outros, utilizados numa época em que não havia antibióticos, as vacinas eram rejeitadas de um modo geral e faltava infraestrutura sanitária. No século XIX, a medicina que hoje se conhece era apenas uma entre diversas formas de curar, a medicina acadêmica daquela época, não tinha, pois, prerrogativas sobre as demais, sendo considerada pela maioria da população a última alternativa antes da morte.

Com poucas alternativas para tratamento, os médicos aconselhavam o álcool como profilático, um mau costume daquela época, quando muitos se tornavam alcoólatras, porque se acreditava na profilaxia do álcool contra as febres palustres e outras enfermidades.³⁴⁶ Taunay em suas Memórias descrevendo as agruras por que passaram os soldados na A Retirada da Laguna, traz um trecho que resume bem a situação, com poucos e inexperientes médicos e sem remédios. Algum médico mais experiente pouco podia fazer para tratar os soldados diante da escassez dos medicamentos:

Que comissão médica tocou em partilha àquela desventurada força colocar!! Com exceção do Dr. Serafim de Abreu, moço, ativo, o melhor de todos eles, Gesteira, inteligente, mas descuidado, Quintana um tanto estudioso e pesquisador lá a seu modo, ainda que não muito inteligente, os mais primavam pela ignorância e a indiferença em assuntos da especialidade. Quanto não fosse tratar de sezões e maleitas, receitar um sudorífero, um purgante e depois duas ou três gramas de sulfato de quinino, tudo os desnorreava logo. Ao acharem-se as forças, na travessia, e depois da travessia, dos tremendos pantanais entre Coxim e Miranda, a braços com terríveis e mortíferas enfermidades e epidemias, foi que se verificou quanta inépcia, quanto descuido dominavam a comissão médica, dirigida, desde a partida do Dr. Jesus, por chefe tão mal preparado quanto inerte e indolente, que só aspirava poder obter a reforma para viver sossegado com a mulher e os filhos³⁴⁷.

Na mesma obra, registrou também, que as mulheres, mesmo diante das doenças, não tinham direito a cuidados, remédios e, muito menos abrigo: “Nesse mesmo dia 28 morreram algumas mulheres, mais desamparadas ainda do que os outros doentes, mais despidas de qualquer socorro e, por causa de sua natural fraqueza, mais assinaladas com o estigma da última miséria”³⁴⁸.

Em outra ocasião, estando o exército acampado em Galeguay-Chico, Osório visitou o hospital ambulante quando viu, no dia 31 de agosto de 1865, alguns doentes atirados ao descuido; socorreu-os imediatamente dirigindo palavras de censura a mais de um médico, dos encarregados de serviço, chamando-os de “aliados de López”. Vários médicos, julgando-se

³⁴⁶ CERQUEIRA, op. cit. p. 304

³⁴⁷ TAUNAY, op. cit., 1946p. 137.

³⁴⁸ TAUNAY, op.cit., 1959, p.50.

ofendidos, murmuravam entre si queixas contra o general, mas admitiam que era necessária a energia e como ele se interessava pelo bom tratamento dos enfermos.³⁴⁹

Em casos de inspeções, alguns médicos faziam relatórios alarmantes e acusações gravíssimas. O Dr. Luiz Álvares dos Santos relatou que “e nesse ziguezague de desculpas, morre o soldado brasileiro, vítima da incúria do médico e da relaxação do enfermeiro”³⁵⁰. Continuando o relato reclamou da falta frequente de pessoal habilitado para cuidar dos doentes e feridos e que era impossível atender a todos devido ao pequeno número de auxiliares.

De um modo geral nos exércitos aliados e paraguaios havia os mesmos problemas com falta de médicos, enfermeiros e medicamentos, porém, do lado paraguaio, a situação ficou muito mais difícil devido ao embargo das forças aliadas aos rios por onde eram abastecidos os exércitos em luta. O Coronel Bray descreveu em sua obra um quadro muito semelhante às condições sanitárias brasileiras em que a disenteria, o tifo e a malária faziam centenas de vítimas e que depois de Piribebuy e Acosta Nu “*no había un sólo médico en todo el ejército. Atienden a los pacientes unos pocos enfermeros y practicantes formados en los hospitales por los médicos extranjeros contratados, de los cuales no queda ya ni uno*”³⁵¹.

3.4 HOSPITAIS DE SANGUE

Os chamados hospitais de sangue, espaços tristes, sombrios e fúnebres, nada mais eram que pobres ranchos, cobertos de palha, sempre cheios de feridos, que chegavam estropiados, ensanguentados, em doloroso desalinho; uns sozinhos; outros se apoiando em camaradas com ferimentos menos graves; a maior parte carregada no ombro, em redes feitas de capotes e mantas.³⁵² Rodrigues da Silva, veterano da guerra, referiu-se muitas vezes ao que viu, no hospital central do exército: barraquinhas mal armadas, de porta aberta, soldados doentes deitados em puro e frio chão, desapiedadamente.³⁵³ Um dos primeiros serviços determinados para Dionísio Cerqueira foi o *Dia ao Hospital*, que era levar os soldados doentes ao hospital para tratamento e sobre isso ele narrou sua repulsa e horror:

³⁴⁹ OSORIO; OSORIO FILHO, op. cit. p. 113.

³⁵⁰ Ibid., p. 55.

³⁵¹ BRAY, A. **Solano López**. Soldado de la gloria y del infortunio. Buenos Aires: Guillermo Kraft Ltda, 1945.

³⁵² OSORIO; OSORIO FILHO, op. cit. p.290.

³⁵³ SILVA, op.cit. p. 114.

Impressionou-me mal o cheiro nauseabundo que exhalava aquelle estabelecimento sanitário improvisado. Haviam-no colocado num saladero, onde se abatiam grande numero de rezes e preparava-se charque. Não sei porque, sempre tivemos pronunciada predilecção pelos lugares insalubres para quartéis e hospitaes. Hajd vista o Quartel typo e o Hospital Central, ambos edificados em terrenos alagadiços, sendo que o ultimo foi pintado se azul, côr que dizem ser a preferida pelas anophelês³⁵⁴.

Em Curuzú, foi montada uma enfermaria de coléricos, geralmente galpões cobertos de palha, que diariamente se enchiam e esvaziavam para os cemitérios da Campanha, para as fossas dispostas nas imediações dos hospitais e enfermarias e nas vilas próximas à rota que ligava o teatro de operações com a Corte. Os enfermos pouco resistiam. Houve muitos casos fulminantes, devido ao período de incubação de algumas horas a cinco dias, na maioria dos casos, dois a três dias.³⁵⁵ As padiolas eram feitas de varas, atadas com cipós, forradas de mantas e cobertas de pequenos ramos.³⁵⁶ Nos hospitais militares, emanava das salas lotadas de moribundos um odor pútrido, fétido proveniente dos tecidos necróticos e infectados, muitas vezes pelas técnicas cirúrgicas empregadas sem a menor noção de assepsia. A água para os curativos com algumas gotas de ácido fênico, muito vermelho, vinha em uma bacia de ferro, que passava por centenas de feridos, até de gangrenosos.

Até 26 de maio, os hospitais brasileiros em Corrientes e o *Transporte Isabel* transformado em hospital de sangue, receberam 1500 feridos que, acrescido ao número de doentes, totalizaram a lotação de 4500 homens para 12 médicos.³⁵⁷ André Rebouças, testemunha ocular, disse, em 16 de julho de 1891, quando escreveu seu Diário: “o Transporte Isabel, ainda hoje guardo a impressão de horror”³⁵⁸. Em seu diário seu tom é bastante crítico, contendo frequentes denúncias da falta de visão e dos erros dos chefes militares, da desorganização geral das tropas, das deficiências de material técnico e da improvisação das operações estratégicas. Narrou as dificuldades de transporte do exército, a desorganização do abastecimento, a fome, a falta de animais de carga, as epidemias e os precários e ineficientes hospitais e, de um modo geral, as dificuldades sofridas pelos soldados.

Esses hospitais estavam localizados em edifícios e navios impróprios e insalubres, contavam com poucos médicos e farmacêuticos e careciam de comida adequada aos

³⁵⁴ CERQUEIRA, op.cit. p. 16.

³⁵⁵ BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. **Aids/Hepatites Virais**. Brasília: Funasa, 2002. V.1, p. 161.

³⁵⁶ OSORIO; OSORIO FILHO, op. cit. p. 188.

³⁵⁷ REDOUÇAS, A. **Diário: a guerra do Paraguai** (1866). São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1973. p. 142.

³⁵⁸ Ibid., p. 142.

pacientes, que morriam em grande quantidade. Alguns soldados preferiam mil vezes as violentas refregas dos dias de batalha do que as agonias das enfermarias em marcha³⁵⁹.

Tentando suprir as carências de médicos, equipamentos e espaços adequados para acolher os soldados feridos e doentes, foram improvisados hospitais com o objetivo de atender o vasto número de pessoas atingidas pelas epidemias e ferimentos de batalha. O serviço de saúde do exército brasileiro era bastante deficiente; a falta de assepsia fazia com que raramente escapasse da morte quem tivesse que amputar um braço ou uma perna.

Nos hospitais eram mal atendidos, num lamentável descaso, desapparelhados de tudo, mórmente de abundante pessoal de enfermeiros com o necessário preparo, de bom arsenal cirúrgico, de utensílios indispensáveis, emfim, daquillo que concerne ao conforto relativo, inspiravam em geral entranhada repulsa, horror mesmo, subindo de ponto, quanto aos feridoos em combate. Os instrumentos de operação, talvez por força de circunstancias, gosavam de fama funesta, ou peça sua má qualidade, ou por não os sugeitarem a uma assepcia completa, perfeita. Mui raramente escapava das garras da morte quem se via na obrigação de amputar um braço ou uma perna, sem fallar em outra interneções de cirurgia³⁶⁰.

O exército do General Osório, o 1º Corpo, contava com cerca de 30 mil homens, afora um número considerável de doentes, cuja maior parte estava sendo tratada em Corrientes, onde foi alugado para hospital um “Saladero”, enquanto não ficavam prontos os barracões de madeira que foram mandados construir³⁶¹. Nesse hospital “os micróbios daninhos deviam ter grandes domínios e exercer as suas devastações, estavam prontos para efetuar a sua passagem”³⁶². Em alguns casos os soldados eram enviados para serem tratados em casa:

Commando em chefe do Exercito em operações na Província de 5, Pedro do Sul
Quartel General em frente a Villa de Uruguaiana 29 de agosto de 1865 Ordem do
Dia N. 6. S. Ex. permite que o Sr. Capitão Gaspar Xavier Teixeira do Corpo de
Guardas Nacionais do Passo Fundo vá tratar-se em sua casa do ferimento que
recebeu no ataque de 26 de junho último, visto ter sido em inspecção de saude
julgado incapaz do serviço. Alexandre G. de Argollo Ferrão Coronel Deputado do
Ajudante General³⁶³.

O abastecimento de gêneros nos hospitais e enfermarias era também irregular, muito comprometido por falta de planejamento das autoridades ou por quebra de contrato dos fornecedores, afetando também os internos ou não em hospitais, onde os enfermeiros trocavam a alimentação dos doentes,³⁶⁴ provavelmente devido falta de gêneros necessários a

³⁵⁹ CERQUEIRA, op. cit. p. 54.

³⁶⁰ SILVA, op.cit. p. 113.

³⁶¹ OSORIO; OSORIO FILHO, op. cit. p.136.

³⁶² CERQUEIRA, op. cit. p. 96.

³⁶³ SOUZA M. **Ordens do dia**, guerra do Paraguai. Arquivo Histórico do Exército, livro I, p. 24.

³⁶⁴ ARQUIVO NACIONAL. Correspondência sobre a Guerra do Paraguai, Livro VI, código 547.

uma dieta alimentar (alimentação especial servida nos hospitais militares). O General Osório costumava visitá-los recebendo suas queixas, como foi o caso de um deles que denunciou:

[...] estar recebendo um mingau de farinha misturada com assucar sendo que estava prescrita uma dieta de mingau de araruta. Procurando o medico da enfermaria fui informado que era o Dr--- que até aquella hora, á uma hora e meia da tarde, não tinha passado a sua visita, e pelo medico do dia fui mais informado que a botica não tinha os remédios precisos e que outros estavam deteriorados. Desta falta grave resulta descrédito para os médicos que acreditando receitar medicamentos apropriados, dão água aos doentes dificultando-lhes a cura ou agravando-lhes a enfermidade contra a própria intenção. V. S. está a frente de uma importante Repartição e por isso, não pode declinar a responsabilidade que lhe toca; portanto, convem que promptamente proceda ao exame necessário para remover já e já o mal que resulta em todos referidos medicamentos como a ausência do medico³⁶⁵.

Na correspondência do Ministro da Fazenda do Brasil:

13 de novembro de 1866

[...] tenho recebido do diretor do hospital de Itapiru repetidas representações contra as irregularidades com que é feito o fornecimento de gallinhas, manteiga e carne verde para as dietas dos doentes, não se tendo mesmo distribuído este ultimo gênero nos dias 11 e 12 do corrente. Dr. José Carlos de Carvalho.³⁶⁶

17 de novembro de 1866

[...] comunico a Vossa Exelencia que o Assistente da 1ª Divisão acaba de representar que o fornecedor não teve gêneros seccos e agoardente, a fim de distribuir hoje para o consumo de amanhã e depois. Ilmoº Sr. Coronel João Baptista de Figueiredo. Digno Chefe de Repartição Fiscal³⁶⁷.

21 de novembro de 1866

[...] comunico a V. Exelencia que até este momento (3 horas da tarde) ainda não foi fornecido a carne para as dietas dos doentes deste hospital. Tenente Coronel Dr. Jose Carlos de Carvalho³⁶⁸.

Procurando saber qual a origem de todas essas dificuldades, o General Osório descobriu que o fornecimento de gêneros chegava tarde ao hospital e oficiando ao fornecedor cobrou: “Snr. A despeito do que lhe tinha dito sobre o fornecimento ao Hospital, continúa elle a ser feito tarde, ao ponto de prejudicar as horas dos medicamentos. Principalmente o pão chega ao estabelecimento às 10 horas da manhã. Deus guarde a V.S”³⁶⁹. Também para os doentes foi necessária a improvisação, procurando no meio ambiente algo que os nutrisse, como fez o operoso e caritativo, Major Alves, comandante do 6º de Infantaria, que fabricou uma espécie de farinha de fibra do âmago do coqueiro, conhecida por farinha de pau, em algumas situações intragável e repugnante³⁷⁰.

³⁶⁵ OSORIO; OSORIO FILHO, op. cit. p. 46.

³⁶⁶ ARQUIVO NACIONAL. **Cartas Particulares**. Caixa 813. Pacote 5.

³⁶⁷ ARQUIVO NACIONAL. **Cartas Particulares**. Caixa 813. Pacote 5.

³⁶⁸ Ibid.

³⁶⁹ OSORIO; OSORIO FILHO, op.cit. p. 46.

³⁷⁰ SILVA, op.cit.p.85.

35 CUIDADORAS E IRMÃS DE CARIDADE

A Guerra da Crimeia foi responsável por inovações na participação de enfermeiras no tratamento de soldados feridos. Quando as tropas francesas e inglesas desembarcaram na Ásia Menor para sitiá-las as bases navais dos russos no Mar Negro, foram acometidas por epidemias de tifo, cólera e disenterias. Enquanto os franceses contraíam tifo, os britânicos morriam pelas doenças infecciosas intestinais, as disenterias. Com a participação, pela primeira vez em uma guerra, de correspondentes de noticiários, os jornais ingleses publicaram a morte de 50% dos militares internados nos hospitais.

O governo inglês enviou à região um grupo de enfermeiras chefiado por Florence Nightingale, para auxiliar nos hospitais dos acampamentos. Florence coordenou a reforma no superlotado hospital britânico improvisado em Escutári, no Estreito de Bósforo. Montou duas cozinhas para a preparação dos alimentos e também instituiu talheres, pratos e bandejas para as refeições, que anteriormente eram feitas com as mãos. A limpeza no hospital foi iniciada com a utilização de escovas, os doentes passaram a ter roupas hospitalares limpas com a criação de uma lavanderia, o banho tornou-se obrigatório e providenciou-se o desentupimento dos esgotos.

A limpeza que Florence impôs com tamanha dedicação causou enorme redução no índice de mortalidade hospitalar: de 427 para 22 óbitos em cada mil pacientes. Ela foi homenageada após seu retorno à Inglaterra e recebeu grande reconhecimento no meio médico. Seus ensinamentos foram preciosos e seguidos pelo mundo, seu exemplo inspirou muitas brasileiras, como foi o caso de Ana Justina Ferreira Néri, uma das únicas brasileiras que estiveram na Guerra do Paraguai e ficaram conhecidas nacionalmente. Uma personagem muito festejada, mas pouco conhecida.

Ana Néri, senhora da elite, que teve direito a nomes e sobrenomes, por ser viúva de um homem de projeção da época, o oficial da marinha capitão-de-fragata Isidoro Antonio Néri, falecido em 1844, a bordo do brigue Três de Maio, no Maranhão. Quando irrompeu a Guerra do Paraguai, Ana morava em Salvador, com os filhos Isidoro, Antonio Pedro e Justiniano. Ela ofereceu seus serviços às autoridades, alegando dois motivos: atenuar o sofrimento dos que lutavam pela defesa da pátria e estar junto aos filhos que já se achavam na frente de batalha. Teria adquirido experiência como enfermeira junto às Irmãs de Caridade São Vicente de Paula, no Rio Grande do Sul e em Salto, na Argentina.

A enfermagem não tinha um caráter técnico ou científico e era exercida por pessoas em caráter humanitário ou religioso. Ana tratou dos feridos e doentes, nos hospitais

de sangue e também nos campos de batalha, perdendo um filho e um sobrinho nesse período. Recebeu ainda em vida, e mesmo depois de sua morte, um reconhecimento raras vezes dado a uma mulher brasileira, sendo seu nome dado a várias escolas brasileiras. Foi presenteada, em 6 de fevereiro de 1870, por uma comissão de senhoras baianas residentes na capital, com uma coroa de ouro onde estava gravado “à heroína da caridade, as baianas agradecidas.” Conhecida como “Mãe dos Brasileiros” denominação dada pelo exército na Campanha do Paraguai, todos os seus biógrafos ressaltam o importante trabalho desenvolvido como enfermeira, tanto junto aos feridos brasileiros e aliados quanto aos paraguaios.³⁷¹ Benjamin Constant referiu-se a ela, em cartas a sua mulher como “uma respeitável senhora brasileira e muito minha amiga”³⁷².

Azevedo Pimentel que, como dizia Deodoro, participou da guerra “de fio a pavio”³⁷³, e testemunha ocular, lembrou-se de uma mulher esquecida e invisível:

Quem no exercito não conheceu a intrépida soldada que no 29º Corpo de Voluntários da Pátria armava-se com a carabina do primeiro homem que era ferido, e entrava em seu lugar na fileira, sustentado o combate até o fim da luta, largando então a arma agressiva, para tomar as da caridade, e dirigir-se aos hospitais de sangue? Quem não se recorda dos atos de heroísmo dessa dedicada mulher que, devendo fugir de uma morte certa, ao contrário, chegou certo dia a dizer a um homem, que – tomasse suas saias e lhe entregasse as armas – e isto no mais encarniçado do ataque malogrado de Curupaíti, a 22 de setembro de 1866? Sempre nos hospitais de sangue marcava seu lugar à cabeceira dos doentes. Ela adotou o uniforme de vivandeira militar; único, com que a vimos durante todo o nosso tirocínio de cinco anos de guerra. E...com mágoa o diremos: outras passaram por heroínas, cantadas em romances e poesias variadas. E ela...nem uma simples menção viu figurar seu nome!³⁷⁴

A necessidade de enfermeiros era muito grande e para suprir essa falta as acompanhantes dos soldados, *as seguidoras do exército*, eram solicitadas com bastante rigidez e ameaçadas de expulsão se não cumprissem as ordens, como se pode observar na Ordem do Dia nº 7:

Relacionar todas as mulheres existentes no acampamento, segundo os corpos a que pertencerem, afim de que se proceda à inspecção, logo que para isso houver ordem; providenciando para que nos dias de combate concorão ellas aos hospitais de sangue para serem incumbidas dos serviços em que possam ser aproveitadas, conforme já se acha estabelecido, e cumprindo que dirija immediatamente participação das que se recusarem aquelles serviços, para serem expelidas do acampamento³⁷⁵.

No exército paraguaio, quando faltava de tudo, as mulheres que acompanhavam seus maridos, pais, filhos e irmãos, tratavam-nos com precários meios: “*recorriendo a tisanas*,

³⁷¹ Revista Ilustrada. Rio de Janeiro, em 22 de maio de 1868.

³⁷² LEMOS, op.cit. p. 121.

³⁷³ PIMENTEL, op.cit.p. 5.

³⁷⁴ PIMENTEL, op.cit. p. 19.

³⁷⁵ JORDÃO P. F. Q. **Arquivo Histórico do Exercito**. Ordem do dia nº 7, 28 de novembro de 1866, p.339.

bálsamos y emplastos con productos de nuestra flora” ³⁷⁶. Os doentes eram cuidados pelas Irmãs de Caridade, com sua habitual dedicação à causa da humanidade sofredora:

[...] quatro irmãs de caridade francezas se prestaram prontamente a ir consagrar nelles, aos nossos soldados marinheiros, doentes, os santos cuidados da profissão a que se dedicavam. Muitas senhoras brasileiras, orientaes e argentinas visitaram-nos e offereceram fios de linho para o curativo, procedimento que bastante nos penhorou ³⁷⁷.

³⁷⁶ OSORIO; OSORIO FILHO, op.cit. p.17.

³⁷⁷ ARQUIVO DA MARINHA Compilação das Ordens Gerais, vol. IV, p. 182.

4 CRIMES E PUNIÇÕES

Após o apresamento do navio de bandeira brasileira *Marquês de Olinda*, em 12 de novembro de 1864, no Paraguai, e a invasão nas províncias de Mato Grosso no mesmo ano; na zona de disputa entre colonos e seus respectivos governos há mais de duzentos anos e na do Rio Grande do Sul, em 1865, o Governo Imperial, percebendo a necessidade de reorganização de uma força armada forte, mobilizou seus efetivos espalhados pelo País e incapazes de enfrentar o exército paraguaio, pois era uma tropa insuficiente para travar uma guerra de tamanha envergadura.

Tratando imediatamente de estabelecer medidas urgentes e necessárias para a defesa do território, o Governo Imperial, que até então, só havia travado guerras de pequena expressão, não possuía nem um exército suficientemente numeroso, armado e treinado, nem uma administração militar que congregasse material técnico, econômico e humano. Tudo naquele contexto era improvisado, os soldados não estavam capacitados para enfrentar as situações que se apresentaram durante a campanha, devido à total falta de experiência e se houve um aprimoramento em como lidar com os problemas constantes no acampamento, o aperfeiçoamento ocorreu na prática diária consolidada nos mais de cinco anos que durou a guerra. Eram obrigados a buscar soluções ao seu alcance para resolverem os problemas que se apresentavam cotidianamente, isto é, lutando contra a falta de recursos materiais e humanos e em alguns casos contra a falta de qualificação e experiência de seus comandantes que, com raras exceções, tinham grandes dificuldades em lidar com os infindáveis problemas que se apresentavam no dia a dia de um acampamento militar e em um navio da armada imperial. Portanto, a improvisação era frequente como no caso da falta de alimentos, remédios e armas, elementos essenciais para o desenrolar de uma guerra, provavelmente obrigando os soldados a recolherem o armamento dos mortos e feridos, roubando ou se alimentando do que encontravam na natureza e dedicando-se ao sistemático saque nos campos de batalha e de pequenas vilas brasileiras e paraguaias.

Ao longo de quase cinco anos de sucessivos acampamentos em que se instalou o exército brasileiro – geralmente próximo aos ocupados pelos aliados argentinos e uruguaios – esses acampamentos foram o habitat de milhares de homens e mulheres de distintas classes sociais, profissionais, igualados pelas privações, pelos padecimentos da guerra e obrigados a se acostumar com a vida áspera e rude de campanha. Nos exércitos da época era um hábito que as famílias dos soldados, crianças, simples companheiras ou legítimas esposas, além de

prostitutas, comerciantes e aventureiras civis, acompanhassem as tropas que marchavam para a guerra.³⁷⁸ Tratava-se de simples acampamentos, barracas e muitas vezes choupanas cobertas de capim, onde as tropas passavam dias, meses e até anos, às vezes tendo como abrigo somente capotes, chapéus e a sombra das árvores. Viviam sob indispensáveis regras disciplinares, muitas vezes quebradas, se desenvolvia uma vida complexa e variada. Eram acampamentos quase sempre afastados das cidades, montados em terrenos abertos ou rodeados de vegetação frondosa e mata fechada, próxima quando era possível, a cursos de água. Desenvolvia-se uma cotidiana instrução militar, a desafinadas bandas, a encontros junto ao fogo, aos jogos de azar, às longas conversações íntimas, às bebidas, aos amores confessados ou não, aos soldados com suas mulheres, casados ou não, movidos entre toques de clarim e sinais de alerta, às discussões políticas, literárias e artísticas, aos sonhos de glória de jovens oficiais, que muitas vezes se aborreciam com o passo lento do desenrolar da guerra e, alguns, com horror das batalhas.

A concentração de grande massa de combatentes e não combatentes exigiu a necessidade de garantir a ordem e a disciplina nos acampamentos do exército e nos navios da armada imperial. A ética tem regulado a conduta dos homens através de sua evolução histórica por meio de regras, normas e valores, estabelecendo estreito vínculo entre os conceitos morais e a realidade humana. Os chefes militares precisavam contar, a qualquer hora e em qualquer situação, com um grupo de soldados disciplinados e em condições de guerrear, sob um regime férreo, conscientes das graves sanções, algumas de aplicação imediata, a que estariam sujeitos, em caso de descumprimento dos seus regulamentos. Isso porque, diante de um inimigo, colocando em risco a própria vida e a de seus companheiros, tornou-se imperioso para os chefes militares que tivessem total controle sobre os seus exércitos. A soldadesca sempre original, cantarolava baixinho, enquanto marchava:

Oh! Tu, que estás de guarda,
Não te faças de amarelo,
Que aí vem o sargento
Com a vara de marmelo³⁷⁹.

A questão que se coloca ao historiador, que tem por objetivo a reconstituição dos crimes e das práticas punitivas ocorridas nos acampamentos do exército e nas esquadras imperiais, é a de compreender por que havia um número significativo de casos de transgressões por parte tanto de simples soldados quanto de oficiais; por que muitos eram perdoados, não sendo punidos apesar das faltas cometidas, por que a justiça delineada através

³⁷⁸ DOURADO, op.cit., 2004.

³⁷⁹ QUEIRÓZ, op.cit. p. 81.

de artigos de guerra, decretos e leis não chegava de forma total aos campos de batalha e por que para um mesmo crime havia punições tão diferentes. O que desejo apontar e destacar é que as três forças armadas oficiais que atuaram na Guerra do Paraguai, quais sejam: exércitos de linha, guardas nacionais e voluntários da pátria, tinham origens em sua maior parte, em elementos não dotados de disciplina e ordem, oriundos de uma estrutura social não condizente com normas e regras tendo grandes dificuldades em se adaptar ao cotidiano do regime militar. Apesar de a Guarda Nacional ser considerada tropa de elite não se admitiu de forma passiva a liderança do exército, criando inúmeros empecilhos ao recrutamento mesmo durante os anos da guerra, devido às divergências entre autoridades civis (políticos) e militares prejudicando e retardando o combate ao invasor paraguaio.

A vida de um acampamento militar era regida por ordens do dia (enviadas através do caderno de ordem), escalas e toques de corneta, que recordavam funções, transmitiam ordens, convocavam ao trabalho, aos exercícios e ao descanso e anunciavam a esperada hora do magro, porém indispensável rancho. As escalas podiam ser para a faxina de lenha, prontidões e muitas outras atividades desenvolvidas no acampamento. Naquela época a corneta noticiava a vontade do chefe e os corneteiros (podiam ser corneta-mor) eram agentes de ligação. Os toques de corneta eram: toque do silêncio, de sentido, de parada, de recolher, de avançar, de acelerado, de carga, sargentos, alvorada, tirar bonés, ensarilhar, carneação, trindade, marcha batida, chamada ligeira, reunir, general em chefe sentido, atiradores avançar acelerado, atiradores avançar fogo, alto, atiradores o inimigo é cavalaria, e algumas mais específicas como, por exemplo, ajudante do 16º retirar e muitas outras. O descumprimento dessas ordens causou ao longo de cinco anos de guerra as sentenças punitivas de vários tipos como: alguns dias de guarda da frente, anotações na fé de ofício, prisão na sua própria barraca, punições com espada de prancha, expulsão, morte, e muitas outras, legisladas através dos artigos de guerra.

Portanto, diante do árduo trabalho de instruir e disciplinar as instruções eram dadas de forma rigorosa e criteriosa na tentativa de organização do acampamento militar, mas a documentação analisada contesta essas versões, pois muitas vezes essas ordens e a própria legislação não eram obedecidas e cumpridas, consideradas *letra morta*, o que gerava grandes desentendimentos internos e externos ao longo dos cinco anos que durou a guerra. Do lado argentino também não era diferente. Ser oficial implicava optar por uma existência cheia de privações e sacrifícios, então, formar:

cuerpos de línea como soldados constituía uno de los castigos más graves e insoportables para los hijos del país. Com excepción de unos pocos voluntários estimulados por el amor hacia la carrera de las armas o decididos a buscar el olvido

*de malos pasos y frustraciones mediante una existencia dura, la mayor parte de la tropa ubicada en la frontera o en las guarniciones había sido arreada por los jueces de paz y los comandantes militares en injustas levas*³⁸⁰.

De fato, já em 1865, portanto, no início da guerra, o General Osório narrou que “todos os batalhões que se formaram depois da declaração da guerra, foram de homens que não conheciam a disciplina militar; n’este estado iam reunir-se ao exercito”³⁸¹. Situação que continuou a perdurar nos anos seguintes. Em carta de 20 de julho de 1866, de Corrientes escreveu o Conselheiro Otaviano ao General Osório que: “organizar, instruir e disciplinar um grande Exército, composto em sua quase totalidade de homens alheios à profissão das armas...”³⁸² eram tarefas quase impossíveis. A noção de obediência passiva, fundamento da disciplina e da hierarquia nas organizações militares foi um ideal perseguido durante toda a guerra, principalmente por Caxias, que simbolizava o oficial disciplinado e disciplinador e cujo nome serviu de exemplo num dicionário nacional que a ele assim se refere “diz-se de, ou pessoa que, no exercício de sua função, exige dos subordinados o máximo rendimento no trabalho e extremado respeito às leis e aos regulamentos”³⁸³. Situações como essa levavam a uma outra: os crimes ocorridos durante a Guerra do Paraguai em acampamentos militares e navios da Armada estariam diretamente relacionados com a composição humana formada na maioria das vezes de forma compulsória.

No primeiro ano da guerra, noto através das fontes que, para organizar o exército, foi preciso começar desde as regras mais básicas e simples, com tudo por fazer. Um general em chefe que deveria ter a cabeça livre e descansada para pensar em planos de batalha e como vencer o inimigo, era obrigado a *ocupar-se de coisinhas, de bagatelas, por falta de quem os auxilie*,³⁸⁴ como a organização da ordem de marcha. Assim é que, em 2 de setembro de 1865, o General Manuel Luís Osório elaborou e mandou publicar as seguintes instruções sobre o modo de como deveriam ser feitas as marchas:

Ordem de marcha

O toque da alvorada é o de aprontar. A esse toque, desarmam-se as barracas, colocam-se os bois e cavalos nos diversos veículos e na artilharia, ensilham-se os cavalos e cargueiros, e os Quartéis-Mestres reúnem as bagagens e mulheres. As guardas do campo e ordenanças de infantaria e os piquetes recolhem-se a seus corpos, menos as guardas da Pagadoria e Principal. Esta marcha a retaguarda da última bateria. A bagagem marcha no flanco reverso da coluna, a distancia de 50 a 80 passos, se o terreno permitir, e nos passos e desfiladeiros passa a retaguarda das Brigadas a que pertençam. As cavalcadas marcharão ainda no flanco da bagagem a distância maior de

³⁸⁰ DE MARCO, op.cit. p. 68.

³⁸¹ OSORIO; OSORIO FILHO, op.cit. p. 45.

³⁸² Ibid., p. 267.

³⁸³ HOUAISS, Antônio. **Pequeno dicionário enciclopédico**. Rio de Janeiro: Larousse do Brasil, 1980, p. 178.

³⁸⁴ OSORIO; OSORIO FILHO, op.cit. p. 108.

100 passos, e tocados de maneira que não se juntem tanto aos cavalos, que se estropeem. Os Corpos e Brigadas guardam uns aos outros a distância de 24 passos, além da que deve ocupar a sua primeira facção. As Divisões guardam 100 passos de distância entre si, na marcha. O transporte segue a cauda da coluna e em primeiro lugar as carretas de munições de infantaria, tão reunido como o permitir a estrada. Seguir-se-a o Hospital; ficando para trás da Guarda da retaguarda o Commercio, que não se permitirá passar nenhum desfiladeiro sem que todo o Exercito o tenha passado³⁸⁵.

E sabedor do tipo de composição humana reunida sob o seu comando, Osório, metódico, precavido e, na tentativa de manter a ordem e a disciplina, determinou e firmou algumas regras de conduta em Ordem do Dia:

Os Srs. Commandantes dos Corpos de Infantaria passem revista de armamento, empregando todo o cuidado para que as armas se conservem em estado de entrar a qualquer momento em combate. Ficam prohibidas as licenças para fóra do acampamento. Nenhum official ou praça de préter poderá apartar-se do acampamento, senão até onde possa ouvir o toque de corneta ou de caixa de seu respectivo corpo. É inteiramente prohibido andar no acampamento á cavallo, salvo em objecto de serviço. Á noute nenhum Sr. official ou praça de pret poderá sahir do recinto de seu Corpo sob qualquer pretexto que seja; de maneira que o Exercito, quer de dia, quer de noute, se ache em estado de receber o inimigo e fazer a resistencia de que é capaz. O cuidado com as munições de guerra e do armamento, a disciplina em geral, e sobretudo a prompta e fiel execução das ordens superiores, são objetos que devem merecer toda a solitudine dos Srs. Commandantes de Divisões e de Brigadas, cumprindo-se velar para que os soldados novos adquiram o gráo de instrucção precisa para que possam entrar em linha de combate. O facto de ter o Exercito feito um trajecto penoso, embarcando e desembarcando 6 vezes com máo tempo, não pode deixar de ter, de alguma maneira, afouxado os elos de disciplina e as regras do serviço, que cumpre sejam de prompto restabelecidas³⁸⁶.

As narrativas clássicas de natureza memorialista, escritas para a posteridade e comprometidas com outras conjunturas nacionais, possibilitam informações preciosas sobre o cotidiano de um acampamento militar nas suas mais variadas vertentes. Apesar de alguns exageros em seus escritos, na visão do General Evangelista de Castro Dionísio Cerqueira, que combateu na guerra por cinco anos, a força militar no começo da guerra “era um exército de um povo descuidado, e constituído de soldados bisonhos”³⁸⁷. Declaração semelhante foi dada pelo General Osório que dizia, com abundância de fundamentos, que um exército bisonho, sem instrução, embora valente, numeroso, lançado ao inimigo sem critério nenhum, além de uma desgraça colossal para o País, representava verdadeira desumanidade, senão crime hediondo³⁸⁸. Também a esse respeito o General Caxias escreveu ao Ministro da Guerra, João Lustosa de Cunha, Marquês de Paranaguá, referindo-se aos anos anteriores à guerra, que, “por

³⁸⁵ OSORIO; OSORIO FILHO, op.cit. p.113.

³⁸⁶ Ibid., p. 83.

³⁸⁷ CERQUEIRA, op.cit.p.21.

³⁸⁸ SILVA, op.cit.p. 21.

um conjunto de circunstâncias deploráveis, o nosso Exército contava sempre em suas fileiras grandes maioria de homens que a sociedade repudiava por suas péssimas qualidades.”³⁸⁹

O Conde D’Eu, nomeado comandante em chefe de todas as forças brasileiras em operação contra o governo do Paraguai, por decreto em 22 de março de 1869, substituindo o General Caxias, convocou o jovem oficial Alfredo Taunay na qualidade de membro da comissão de engenheiros e incumbido especialmente da redação do diário do exército, a partir daquela data até abril de 1870. Sua Alteza, assim chamado em todo o diário, fiscalizava com frequência a Justiça Militar recebendo frequentemente mapas dos presos que ainda não tinham processos formais e mapas de deserções e apresentações, mas não foi possível saber se sob a sua administração a justiça foi aplicada de forma mais rápida e segundo a legislação militar vigente.

Em 28 de abril de 1869, Alfredo d’Escragnolle Taunay, em Diário do Exército, descreveu um panorama geral da situação dos soldados presos nos acampamentos militares: na região fronteira à barranca de Humaitá, existiam 230 presos dos quais 90 tinham respondido a um Conselho de Investigação, 46, ao Conselho de Guerra, 9, sentenciados à morte esperavam o resultado do último apelo previsto na lei, 1 expulso do exército que não podia ser solto pela necessidade da restituição de certa soma, provavelmente acusado de roubo e, finalmente, 92 presos estavam à espera da instauração dos processos que, ou se haviam extraviados ou nunca tinham sido instaurados. Entre estes últimos, ou seja, os 92 soldados presos deu-se o maior número de solturas, porque, acusados de crimes graves, como mortes, ferimentos, etc., estavam sem processo formal, e foram entregues à guarda do exército para que se procurassem, por informações nos Corpos, meios de regularizar o andamento dos papéis de acusação. Entretanto as dissoluções de muitos batalhões e as frequentes transferências de praças de um para outro Corpo, tornaram impossível tal resultado. Os acusados foram soltos, pelo princípio básico que não pode haver pena aquele cuja culpabilidade não poderia ser provada³⁹⁰.

Havia um enorme descompasso entre o que era fixado nas leis, o modo como os processos eram efetivamente encaminhados e as penalidades aplicadas. Muitas vezes, os oficiais que conduziam os processos conheciam a legislação militar de forma precária e terminavam por agir de forma parcial, o que comprometia o próprio princípio de justiça. Pela data citada posso concluir que ainda no final da guerra a justiça era lenta, precária e ineficiente, pois infratores que se achavam sob ação do Conselho de Guerra e do Conselho de

³⁸⁹ DORATIOTO, op.cit.p. 111.

³⁹⁰ TAUNAY, op.cit., 1958. p. 29.

Investigação, esperavam a sua longa deliberação, sendo dada uma ordem para que se procedesse com a maior urgência, trabalhando constantemente dois Conselhos, um com a presença do auditor formado, outro para os crimes leves, sem aquela autoridade. Essa situação gerava uma outra, que foi a forma e o local onde os presos aguardavam os julgamentos. A esse respeito, Taunay esclareceu:

Sua Alteza oficiou ao General Polidoro acêrca de queixas, que têm chegado ao seu conhecimento, feitas por indivíduos que estiveram presos na guarda do exército de Assunção sobre o mau trato que aí receberam, ficando em muitos casos até expostos à cruel sêde pela maneira brutal com que se os tratara. Recomendado àquele general sindicância a tal respeito, renova as ordens anteriores para a formação e rápido andamento dos conselhos de guerra, cuja demora traz como consequência a acumulação de presos no pontão e na guarda, com prejuízo dos princípios da mais simples humanidade³⁹¹.

A História da Justiça Militar no Brasil iniciou-se com a chegada da Família Real, em 1808, quando a cidade do Rio de Janeiro passou a ser sede da Coroa Portuguesa. A situação do país, de simples colônia, ainda que intitulada Vice-Reino, alterou-se profundamente e, por consequência direta dessas mudanças, fez-se necessária a mais completa reorganização do País. O Conselho Supremo Militar e de Justiça era o órgão máximo da justiça criado pelo príncipe regente, D. João, que julgava tanto os problemas administrativos da marinha e do exército (promoções, transferências, etc.) como infrações e crimes tipicamente militares (deserções, insubordinações, abandono de serviço, etc.) Ele era dividido em duas secções, o Conselho Supremo Militar e o Conselho de Justiça. O primeiro deles dava continuidade à tradição do antigo Conselho de Guerra de Lisboa, sendo regulado, dentre outros documentos, pelo Regimento de 22 de dezembro de 1643. Já o Conselho Supremo seguia uma tradição mais recente, fundado por D. Maria I, com decretos de 1777. Mas, além do Conselho Supremo Militar e de Justiça, a justiça militar da época era integrada por outras instituições: os conselhos de guerra, as juntas de justiça militar e as comissões militares.³⁹² A Constituição do Império do Brasil, outorgada em 25 de março de 1824, por D. Pedro I, estabelecia em seu artigo 102, capítulo II, atribuição XV, que cabia ao Imperador “*prover de tudo, que for concernente à segurança interna, e externa do Estado*”. A defesa do Estado estava também prevista no Código Criminal do Império de 1830, mas não havia um código ou uma lei especialmente dedicada ao tema. Somente com a Constituição de 1934 a Justiça Militar foi vinculada ao Poder Judiciário

³⁹¹ TAUNAY, op.cit., 1958. p. 197.

³⁹² SEIXAS, A. M. **A justiça militar no Brasil**. Estrutura e funções. Dissertação de (Mestrado). Campinas, SP, 2002, p. 35.

O Código Criminal do Império, de 16 de dezembro de 1830, ressaltava em seu artigo 308: “Este Código não compreende: 2º - os crimes puramente militares, os quais serão punidos na forma da lei respectiva”³⁹³. Por isso, diante da necessidade de se criarem leis que atendessem a um estado de guerra que o país enfrentava, foram criados ainda no Império os Conselhos de Disciplina para verificar as deserções dos praças de pré; os Conselhos de Investigação para analisar atos criminosos em geral e deserção de oficiais de patentes, os Conselhos de Guerra, para julgar em primeira instância os crimes militares; o Conselho Supremo Militar, tribunal de segunda instância para julgamento dos referidos crimes, e as Juntas de Justiça Militar e os Conselhos para faltas disciplinares³⁹⁴.

Observa-se bastante indulgência por parte do imperador D. Pedro II que interferia nos processos, mandando, talvez porque soubesse da precariedade no cumprimento da lei, por exemplo, soltar 51 presos, em 28 de abril de 1869, no Pontão Ana, no acampamento de Humaitá e mais 12 de Assunção. Todos eles estavam detidos sem haver possibilidade de se instaurar processo, pois não tinham culpas formadas e que, para o Imperador, os crimes eram de pouca importância e o tempo de prisão era castigo suficiente, pois alguns se achavam detidos desde 26 de janeiro, 25 de agosto e 15 de setembro de 1867.³⁹⁵ Portanto, não poucas vezes a decisão imperial substituiu os tribunais militares e a possibilidade de revisão das sentenças o que, para Michel Foucault, filósofo e historiador francês e um precioso analista do poder que afirma onde há poder e saber há resistência, o Imperador deveria ser aquele que pune, mas jamais o que age sob o signo da vingança³⁹⁶.

Inúmeras dificuldades envolviam o pleno funcionamento da Justiça durante a guerra, como por exemplo: o deslocamento dos acusados ao local de julgamento e as formalidades jurídicas que regiam o processo como no caso de não haver no Código Militar punição para alguns crimes. O Decreto 3499, de 8 de julho de 1865, criou provisoriamente duas Juntas de Justiça Militar, uma na Província de São Pedro, do Rio Grande do Sul e outra na de Mato Grosso que:

[...] funcionarão no lugar que pelo governo será designado, cada uma dessas Juntas será composta de 1 Presidente, que será o Presidente da respectiva Província e de 6 membros, sendo 3 militares e 3 magistrados ou bacharéis formados em direito designado pelo governo e interinamente pelo respectivo Presidente, os membros militares poderão ser oficiais generaes ou superiores de qualquer das classes do exercito³⁹⁷.

³⁹³ BRASIL. Código Criminal do Império, 1830.

³⁹⁴ ROMEIRO, J. **Um velho advogado na justiça militar**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1962, p.12.

³⁹⁵ TAUNAY, op.cit., 1958. p. 29.

³⁹⁶ FOUCALT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

³⁹⁷ BRAISL. *Collecção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1865. Tomo XXV, parte 1, p.309.

Uma carta de Inocêncio Velozo Pederneiras ao Almirante Visconde de Tamandaré, datada de 3 de dezembro de 1876, imediatamente depois de terminada a guerra, mas que traduz a continuação das dificuldades encontradas em se punirem alguns casos, critica o sistema militar de julgamento de faltosos, referindo-se ao caso de seu ajudante de ordens que cometeu “indisciplina e desobediência” às ordens, tendo que responder ao código criminal ordinário³⁹⁸. Uma das medidas postas em prática para resolver esses obstáculos, foi a decisão do Governo Imperial criar, em 1866, uma Junta de Justiça Militar que passaria a funcionar diretamente no teatro de operações, junto ao exército quando se estabeleceu pela primeira vez um órgão da Justiça Militar especial para atuar fora do território brasileiro. Ainda assim, as faltas cometidas pelos militares durante a guerra nem sempre eram levadas à instância jurídica. Muitas delas eram resolvidas no próprio local em que eram cometidas e aplicadas as penalidades, segundo o arbítrio do comandante do infrator. Portanto, a administração da justiça estava confiada à Junta de Justiça Militar que decidia, em segunda e última instância, as sentenças dos Conselhos de Guerra, exceto nos casos de pena de morte e estava baseadas nos Códigos do Conde de Lippe, os conhecidos e famosos Artigos de Guerra,³⁹⁹ título de um dos capítulos dos Regulamentos de Infantaria e cavalaria. Foi a primeira legislação penal militar brasileira, do ano de 1763 e formulada pelo oficial alemão, Wilhelm Schaumburg-Lippe, a pedido do Marquês de Pombal, no governo de D. José I, de Portugal, tendo por objetivo a reestruturação do exército português e adotado no Brasil no século XVIII. As disposições contidas nesses artigos constituíram, até a publicação do novo código de justiça militar em 1870, a mais importante das leis penais do nosso exército.

Extremamente rigorosos são os Artigos de Guerra (anexo 3). Destacam-se 13 deles, portanto 44,82% em um total de 29, penalidades que levavam à morte, sendo o mais rigoroso e temido o artigo o 5º, pois o autor do delito aí prescrito seria punido com a execução imediata, sem qualquer julgamento, pela espada do oficial mais próximo. Mas segundo as fontes analisadas, em nenhum caso foi constatada a aplicação desse artigo da lei. A obediência e respeito a todos os oficiais é um elemento intrínseco na carreira militar, reforçada no Código apenas para que se buscasse a ideia de um exército uno, mesmo que na época houvesse oficiais de diversas nacionalidades.

Sob o aspecto discricionário, observo que o Código deixava uma larga possibilidade de atuação a quem fosse aplicar a lei, na medida em que permitia que o militar se queixasse,

³⁹⁸ ARQUIVO DA MARINHA. **Arquivo do Almirante Tamandaré**. Livro IX, doc. 838, p. 46.

³⁹⁹ CENTRO DE ESTUDOS DE DIREITO MILITAR. **Revista Direito Militar**, Santa Catarina, v. 52, p. 28-30, mar./abr., 2005. Disponível em <<http://www.Cesdim.org.br>> Acessado em abril de 2009.

mas não estabelecia qualquer atitude que o administrador teria que tomar em relação a essa reclamação. Por outro lado, punia severamente quem se recusasse a obedecer às ordens de seus superiores. No que se referia a obediência, os Artigos de Guerra propiciavam ao administrador os meios para que fossem cumpridos todos os tipos de ordens, pois mitigava o questionamento e impedia qualquer forma autônoma de interpretação, visto que as penas eram duríssimas se o superior entendesse que estava sendo desobedecido. Não sobrava ao militar qualquer margem para questionamento das ordens, mesmo que parecessem absurdas ou que pudessem trazer-lhe qualquer perigo de vida. Acrescentamos a isso a previsão do Art. 16º, que punia com trabalho nas fortificações "falar mal do superior", tornando ainda mais difícil qualquer questionamento, pois, caso o militar fosse discutir uma ordem com outra pessoa, o superior poderia entender como "fofoca" e o enquadraria no regulamento.

Os artigos 2º, 3º e 14º referiam-se a situações de guerra e puniam severamente aqueles que dessem falsa informação; deslocassem-se de seu posto em combate; mostrassem uma fraqueza perante o inimigo; cometesse atos que pudessem intimidar o moral da tropa; e que desertassem. Essas situações eram complexas para serem resolvidas por um Regulamento Disciplinar e foram novamente discutidas com a criação de um Código Penal Militar, visto que a maioria das penas era a morte e deixava ao militar apenas a opção de morrer em combate, caso ele não fosse morto pelo primeiro oficial que o escutasse, durante uma batalha, pronunciar frases como: "o inimigo nos tem cercado"; "quem puder escapar-se escape-se"; "ou qualquer palavra semelhante" (art.5º).

Os artigos 6º e 10º determinavam as previsões de respeito às sentinelas, nos quais eram descritas penas de castigos rigorosos e arcabuzamento a quem desrespeitasse um militar de serviço ou causasse desordens próximo a uma guarda, à noite. A previsão do regulamento fazia com que, no caso concreto, o administrador aplicasse diretamente a pena, conforme o seu entendimento do fato ocorrido.

No artigo 8º havia a proibição de brigas entre os soldados e no caso de uma luta, na qual um atacasse o outro a traição, a pena seria o carrinho perpétuo (argolas de ferros que se adaptavam à perna do militar) ou a morte, conforme a circunstância. Nesse caso, a lei deixava nas mãos do administrador uma sentença de vida e morte sobre o ato do subordinado.

Os Artigos 11º 12º e 24º referiam-se a atos praticados por militares bêbados e aplicavam penas que iriam desde 50 pancadas com espada de prancha até o arcabuzamento (em tempo de guerra). No artigo 24º novamente surgia o termo "conforme a circunstância" para a aplicação de pena dobrada ao caso concreto e deixava novamente ao juízo discricionário do administrador a aplicação de um castigo com a agravante da bebedeira. O

artigo 17º previa que o soldado devia contentar-se com o seu pagamento e seu uniforme, qualificando-o e castigando-o como amotinador caso viesse a reclamar de algum desses itens. A própria lei descrevia castigo para quem reclamasse do salário e nada falava sobre um pagamento digno ou uniformes em condições de uso, o que deixava ao comando do administrador a possibilidade de utilizar-se desses recursos para cobrir gastos imediatos, propiciando constantes atrasos nos pagamentos e relatos de uniformes antigos sendo usados pela tropa.

Quanto às questões de furtos, extorsão, fazer passaporte falso ou usar mal sua habilidade, o código previa pena de prisão rigorosa e até a morte, conforme as circunstâncias (Artigos 18º e 22º). O artigo 21º previa que o soldado só poderia contrair dívidas com autorização de seu oficial, mas deixava que o oficial decidisse discricionariamente sobre se devia ou não permitir a dívida, nada falando sobre a possibilidade de o oficial ser fiador do subordinado. O artigo 25º impedia que qualquer soldado emprestasse dinheiro a outro, deixando poucas possibilidades ao militar de conseguir recursos para seu sustento.

O artigo 27º concedia ao comandante do militar o poder de permitir ou não o seu casamento. Por fim, o Artigo 29º ressaltava a necessidade de execução exata das ordens que fossem prescritas aos militares e orientava que estes deveriam regular seus costumes pelas regras da virtude, da candura e da probidade, temendo a Deus e amando seu Rei. A regulação dos costumes dos militares seguia regras totalmente abertas, pois os costumes eram analisados discricionariamente, conforme o entendimento do oficial superior do local, que poderia determinar uma mudança no comportamento de seus subordinados, sob pena de desobediência⁴⁰⁰.

4.1 O RECRUTAMENTO

No início do ano de 1865, diante da necessidade de recrutar soldados para lutar na guerra, o Brasil foi sacudido por sentimentos de patriotismo e nacionalismo, unindo o País de todas as regiões de norte a sul, homens e mulheres de todas as classes, credo e cor, mas que amorteciam o senso crítico, pois as pessoas queriam participar de uma luta cujo sentido passava longe de sua vida cotidiana. Parte significativa das análises sobre a Guerra do Paraguai confere grande importância ao tema recrutamento, mas a maior parte delas fala sobre

⁴⁰⁰ ALMEIDA, J. C. S. **Os famigerados “artigos de guerra”**. Disponível em <<http://www.jurid.com.br/new/jengine.exe/cpag?p=jornaldetalhedoutrina&ID=7839>> Acesso em abril de 2009.

a violência e na truculência dos recrutadores, deixando de lado o clima patriótico do início da guerra. De fato, a preocupação em denunciar a coerção tem predominado em estudos sobre as pessoas que se apresentaram para lutar, mas é preciso distinguir os vários momentos da guerra. A reação pública contra a invasão paraguaia foi praticamente unânime em todo o País. De início não houve obstáculos à mobilização decretada, sentiu-se pela primeira vez que o Brasil inteiro tinha os mesmos propósitos, sendo grande o clamor contra o que se considerava ato traiçoeiro e injustificado do presidente paraguaio Francisco Solano López. Durante a fase inicial da guerra o entusiasmo dos voluntários surpreendeu as autoridades e era matéria constante de todos os jornais brasileiros que destacavam a invasão do território sem uma declaração de guerra formal, gerando revoltas e alimentando demonstrações patrióticas em muitas regiões do Império. Descrições das partidas dos batalhões de Voluntários da Pátria indicavam tudo, menos coerção. Os exemplos de patriotismo multiplicaram-se pelas diversas províncias, sendo comum que o cidadão se apresentasse, trazendo protegidos, agregados e parentes para alistarem-se junto aos Corpos recém-criados de Voluntários da Pátria. No meio do entusiasmo geral se produziam cenas de injustiça lembradas por Dionísio Cerqueira, e que revelaram também o clima de disputa política que durou todos os anos da guerra:

Lembro-me de uma, porque echoou na minha alma. Um primo carnal, o major da Guarda Nacional João Evangelista de Castro Tanajura, moço rico, organizou formoso corpo de gente escolhida no sertão, vestiu-o, alimentou-o e transportou-o, até a capital, onde foi aquartelado afim de seguir para o sul. Não pode, porem, o malgrado realizar o desejo ardente de sua alma patriótica, porque morreu de uma febre cerebral, causada, de certo, pela decepção amarga de ver seu batalhão dado ao commando de outro, influencia política do partido dominante⁴⁰¹.

Porém, uma outra situação contrastante com o clima patriótico se verificou e foi relatada pelo General Osório ao Ministro de Guerra, Ferraz, em 22 de julho de 1866, “a respeito de oficiais que se recolhem à Corte, alguns realmente doentes, outros, não em pequeno numero, levados por fraqueza de espírito, por não poderem supportar as fadigas da guerra, pedem sua demissão”⁴⁰². Estratégia muito usada em tempo de guerra para fugir do serviço, foi pretextar doenças para ser dispensado da frente de combate. Num hospital estabelecido no Salto, praças e oficiais davam parte de doenças, e apesar de sãos, ali se acumulavam, provavelmente com a cumplicidade de médicos amigos que atestavam doenças inexistentes. O comandante do hospital recebeu do General Osório um ofício enérgico e veemente, que dizia:

⁴⁰¹ CERQUEIRA, op.it.p. 14.

⁴⁰² OSORIO; OSORIO FILHO, op.cit. p. 265.

V.S. parece que não compreendeu as minhas ordens. Em contrario a ellas, consta-me que n'esta Villa se conservam praças em completa vadiação, e até cadetes que vivem cantando modinhas pelas casas, o que depõe contra o interesse que ahi deve haver no fiel e exacto cumprimento das obrigações. Fique V.S. na dilligencia que o Exercito, não está no Salto. Ahi só devem estar doentes e empregados. Nenhuma tolerância deve haver com passeadores e madraços que, por falta de brio, abandonam o seu posto na fileira⁴⁰³.

O início da guerra colocou em destaque o papel das elites, dos políticos e dos formadores de opinião como os escritores que mobilizaram o ódio ao inimigo, o espírito de cruzada e a missão que cabia a cada brasileiro: desempenhar seu papel para a salvação nacional e luta contra a barbárie⁴⁰⁴. Os que faziam a guerra usavam dos símbolos e das palavras como pátria ou liberdade como chamariz para convencer o povo da importância da guerra. Assim, Peter Gay, afirma que no início de um conflito o predomínio do sentimento nacional mobilizava e revelava os “insuspeitados reservatórios de ódio” no alistamento de voluntários e nas manifestações patrióticas que acusavam o Paraguai de traidor e bárbaro.⁴⁰⁵

A guerra foi um evento importante para a trajetória e formação do escritor Machado de Assis, que, com suas influentes crônicas e com muita habilidade, soube manipular os temas da civilização contra a barbárie e pretendeu empolgar o patriotismo das mulheres para enviar seus filhos à guerra e, principalmente, o dos futuros soldados. O termo civilização, forjado na época da guerra, era interpretado como sinônimo de modernidade e se contrapunha aos bárbaros chefiados por Solano Lopes. O crítico Raimundo de Magalhães Júnior, analisando os princípios da obra machadiana, escreveu: “É bem verdade que ele não foi um combatente. Mas, como poeta, como jornalista, como escritor, ajudou a criar o ambiente de vibração patriótica, o clima de confiança, a atmosfera moral necessária à continuação da guerra”⁴⁰⁶.

Nesse contexto, Machado de Assis era de fundamental “importância para o espírito de guerra, e literalmente formou opiniões, agindo como legitimador do espírito bélico. Esse é um dos raros momentos em que a ‘função social’ do escritor é claríssima, quando manipula habilmente os temas da civilização contra a barbárie.”⁴⁰⁷ Ele dá a impressão de escrever essas crônicas sob “reações emocionais”, causadas pelo grande impacto que sobre ele teriam exercido os acontecimentos que levaram à guerra. Essas reações seriam a causa, não raramente “patética”, de uma delas, escrita para o jornal a Semana Ilustrada, em 7 de fevereiro

⁴⁰³ OSORIO; OSORIO FILHO, op.cit. p.108.

⁴⁰⁴ PEREIRA, B. **Pelo Brasil maior**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

⁴⁰⁵ GAY, op.cit.p.516.

⁴⁰⁶ MAGALHÃES, R. *apud* ALAMBERT, F. **Civilização e barbárie, história e cultura**: representações culturais e Projeções da “Guerra do Paraguai” nas crises do Segundo Reinado e da Primeira República. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, 1999. p.16.

⁴⁰⁷ Ibid., p.15.

de 1865, em que ele se posiciona contra a participação das mulheres nos campos de batalha, empunhando armas:

Não nascestes para a guerra da pólvora e da espingarda. Nascestes para outra guerra, em que a mais inábil e menos valente, vale por dois Aquiles. Mas, nos momentos supremos da pátria, não sois das últimas. De qualquer modo ajudais os homens. Uma como, mãe espartana, arma o filho e o manda para a batalha; outras bordam uma bandeira e a entregam aos soldados, outras costuram as fardas dos valentes; outras dilaceram as próprias saias para encher cartuchos; outras preparam os fios para os hospitais; outras juncam de flores os caminhos dos bravos. Voltará aquele filho antes da desafronta da pátria? Deixarão os soldados que lhe arranquem aquela bandeira? Entregarão as fardas que os vestem? Sentirão os ferimentos quando aqueles fios os hão de curar? A par da santa idéia da pátria agravada, vai na imaginação dos heróis a idéia da dedicação feminina, das flores que os aguardam, das orações que os recomendam de longe⁴⁰⁸.

E mais: “Não tendes uma espada, tendes uma agulha, não comandais um regimento, formais coragens, não fazeis um assalto, fazeis uma oração, não distribuis medalhas, espalhai flores, e estas, podeis estar certas, hão de lembrar, mesmo quando o forem secas, os feitos do passado e as vitórias do País”⁴⁰⁹.

Dionísio Cerqueira também acompanhou a lógica patriótica disseminada, de forma magistral, por Machado de Assis, e registrou, em suas *Reminiscências*, de modo bastante claro, aquela época de empolgação pela pátria, que foi absorvida por algumas mulheres, como D. Rosa Maria Paulina da Fonseca, senhora alagoana que ofertou seus sete filhos à causa brasileira:

Havia um official do regimento, que então nos fazia inveja – o Severiano da Fonseca, que foi depois marechal e barão de Alagôas, um dos sete illustres filhos da veneranda D. Rosa, cuja casa modesta e placida era um quartel general e lar amigo a todos os militares;- da grande velhinha, que soube inflamar a alma dos seus filhos com a chamma de amor á patria, que lhe abraçava o coração de brasileira⁴¹⁰.

Um outro filho, Manuel Deodoro, futuramente seria aquele Marechal Deodoro da Fonseca, o proclamador da República. O *Semana Ilustrada* publicou um soneto de D. Rosa em homenagem aos futuros heróis da guerra, que vinha acompanhado de uma ilustração dela com os sete filhos, também publicado em Cerqueira:

Cala-te amor de mãe! quando o inimigo
Pisa da nossa terra o chão sagrado
Amor de pátria, vívido, elevado,
Só tu na solidão serás comigo!

O dever é maior que o perigo:
Pede-te a pátria, cidadão honrado,
Vai, meu filho, e nas lides do soldado

⁴⁰⁸ ASSIS, M. *Crônicas, em obras completas*. Rio de Janeiro: W.M. Jackson, 1957.

⁴⁰⁹ Ibid.

⁴¹⁰ CERQUEIRA, op.cit. p.74.

Minha lembrança viverá contigo!

És o sétimo, o último. Minh' alma
Vai toda aí, convosco repartida
E eu dou-a de olhos secos, fria e calma

Oh! Não te assuste o horror da márcia lida;
Colhe no vasto campo a melhor palma;
Ou morte honrada ou gloriosa vida⁴¹¹.

Com o tempo, descobriu-se que os versos eram de autoria do próprio Machado de Assis e que a mãe alagoana havia-lhe inspirado numa nova tentativa de envolver as mulheres na guerra e, através delas, convocar mais homens para a luta.⁴¹² Também com referência a D. Rosa, um exemplo para a época, que era mãe de vários militares que atuaram na guerra, e que poderia ter direito a uma pensão, ao pesquisar, no Arquivo Histórico do Exército, descobri que seu requerimento, maço 8, pasta 175, foi excluído, conforme publicação em Boletim Interno nº2, de 23 de maio 75, sendo, portanto, impossível saber o final desse processo e por que foi suprimido. O Brasil todo foi percorrido por um clima de indignação contra a opressão paraguaia. Também no Rio Grande do Sul, surgiram mulheres patriotas que procuravam incentivar os soldados a lutar pela pátria invadida, o que é sintetizado no poema:

Exulta, oh minha lyra, um canto entôa!
Não temas aplaudir de perto a gloria;
Que é merito maior a voz humilde
Unir-se aos grandes hymnos da victoria.
Um canto, pois, aos bravos que vencêrão,
Aos valentes do sul honra e luzeiro,
Que prostrão qual leões na lucha o forte,
Amparando no triumpho o prisioneiro!
A elles, sim! um brado augusto e santo!
A elles, glória d' esta livre terra,
Que adormecem sorrindo ao som do hymnos,
E despertão cantando á voz da guerra!
O troar dos canhões que lhes importa?!
Que lhes importa o ruído da metralha?!
Si morrerem, mausoléus dá-lhes a história,
E a saudade da patria os amortalha!
A vós todos, soldados que vencestes,
Que o Brasil com seus feitos apregôa;
A vós todos, que bravos pelejastes,
Esta humilde, patriótica corôa!
Honra e glória á patria que desperta,
Tão nobre emulação de seus guerreiros!
Honra e gloria aos filhos desta terra!
Honra a gloria aos soldados brasileiros!
Exulta, oh minha lyra, um canto entôa!
Não temas aplaudir de perto a gloria,

⁴¹¹ CERQUEIRA, op.cit. p.75.

⁴¹² MAGALHÃES, R. **Ao redor de Machado de Assis**. Apud ALAMBERT, F. **Civilização e barbárie, história e cultura**: representações culturais e Projeções da “Guerra do Paraguai” nas crises do Segundo Reinado e da Primeira República. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, 1999. p. 87.

Que é merito maior a voz humilde
Unir-se aos grandes hymnos da victoria!
Porto Alegre, Março de 1865⁴¹³.

Outro exemplo de patriotismo foi o de Ana Justina Ferreira Néri, uma das únicas mulheres que estiveram na Guerra do Paraguai e que ficaram conhecidas nacionalmente. Senhora de elite, viúva de um homem de projeção na época, o oficial de marinha capitão-de-fragata Isidoro Antonio Néri, e que faleceu em 1844, a bordo do brigue Três de Maio, no Maranhão. Ela foi uma voluntária e, recrutada, acompanhou e cuidou dos três filhos combatentes, seguindo com o 40º Batalhão de Voluntários da Pátria, comandado por seu irmão, Joaquim Maurício Ferreira. Durante a guerra, Ana Néri residiu em Corrientes, Humaitá e Assunção, tratou de doentes em hospitais, perdendo um filho e um sobrinho nesse período. Ela foi lembrada, entre outros, nas cartas de Benjamin Constant à sua mulher referindo-se à enfermeira como “uma respeitável senhora brasileira” e “muito minha amiga”.⁴¹⁴ Em outra carta encontro mais referências a ela, sempre com ligações à Guerra do Paraguai e de modo elogioso:

Com Tibúrcio, comemorou o aniversário de Maria Joaquina, na casa de Ana Néri, mãe de três oficiais brasileiros e uma das pioneiras da enfermagem no Brasil, que fixou residência perto do campo de operações para atender aos feridos, o que lhe valeu o apelido de mãe dos brasileiros⁴¹⁵.

Muitos anos após sua morte teria seu nome dado à escola de enfermagem instalada no Brasil. No início da Guerra do Paraguai, os jornais, que funcionaram como instrumento para incentivar o sentimento de nacionalidade e entusiasmo patriótico da população, transmitiam a muitos jovens brasileiros o amor pela pátria e a vontade de “*servir ao Brasil*”. O caso mais conhecido de alistamento de Voluntários da Pátria foi bastante registrado pela imprensa da época e por Taunay, que atribuiu a uma mulher um papel significativo na guerra. Apesar de irônico e preconceituoso, constatou que houve até mulheres soldadas como a Sargenta Jovita:

Chegaram os retratos do Viegas, o meu antigo inspetor, e da interessante Jovita que me pareceu muito engraçada nos seus trajes de primeira Sargenta. Entretanto Polidoro, como homem de muito juízo e bom censo, fez muito bem não consentindo na partida daquela patriota como soldado. O papel de enfermeira para a mulher que queira dedicar-se é o mais elevado e nobre possível; concilia a dedicação e a conveniência, a abnegação e a dignidade. A piauiense devia considerar tudo isso e em lugar de seus instintos belicosos, lembrar-se de que para uma mulher é mais nobre sanar feridas do que as abrir.⁴¹⁶

⁴¹³ POR UMA SENHORA RIO GRANDENSE. Uma coroa aos soldados brasileiros bazar volante. Rio de Janeiro, v.2, n.32, p.2 e 3, 30 de abril de 1865. Obras Raras.

⁴¹⁴ LEMOS, op.cit. p.121.

⁴¹⁵ Ibid., p.121.

⁴¹⁶ TAUNAY, A. **Cartas da Campanha de Matto Grosso: 1865 a 1866**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1944. p.119.

Jovita Alves Feitosa, de dezessete anos, uma jovem piauiense de família simples, vestida orgulhosamente de homem, cortou os cabelos e apresentou-se, incógnita, ao exército. Mas foi logo descoberta, virou notícia, e a sua história chegou aos jornais, sendo retratada pelo *Diario Liga e Progreso*, em 1865.⁴¹⁷ Na época, começaram a surgir, com frequência, reportagens sobre a jovem voluntária, que rompeu com os padrões estabelecidos para uma época em que a mulher desempenhava apenas funções domésticas e permanecia à margem das regras impostas pela sociedade patriarcal. Sua figura despertou controvérsias, nas quais uns defendiam a imagem da mulher soldado e outros a criticavam. No dia 27 de agosto de 1865, o *Jornal do Comércio* publicou o comentário de um autor que usava o pseudônimo de “O Admirado”, que se referia ao fato de uma mulher estar dando o exemplo ao se alistar para os serviços de guerra:

Será possível que o belo sexo de algumas províncias esteja dando o exemplo, oferecendo-se para o serviço de guerra e alguns Srs. Oficiais do efectivo serviço ainda empregados nas fortalezas e comissões outra, que podem ser substituídos pelos reformados!!!⁴¹⁸

Um outro anônimo, J.M.C., em 14 de setembro do mesmo ano, criticou o presidente da província do Piauí, Franklin Dória, por aceitar o pedido de alistamento de Jovita. Segundo o autor do artigo, as mulheres deveriam acompanhar os homens, exercendo as mesmas funções que praticavam em casa:

A ofensa mais grave à dignidade dos homens que se prezam e à daqueles que militarão é sem dúvida a presença da jovem Jovita Alves Feitosa nas fileiras do segundo batalhão de voluntários do Piauí.... a mulher poderá servir quando muito para fornecer um ou outro cartucho um ou outro cantil d água... mas não poderá jamais lançar mão de um sabre e bater-se quando se apresentam as ocasiões⁴¹⁹.

No dia seguinte, outro artigo no mesmo jornal, também escrito por um anônimo, que se nomeava “O Justo”, criticou o artigo anterior, rebatendo a crítica e o preconceito demonstrado e elogiando o presidente da Província do Piauí e a iniciativa da jovem Jovita: “[...] que mal vem à terra em que se aceite para a guerra a uma casta e interessante jovem que outro impulso não teve em seu coração senão o do amor pátrio?”⁴²⁰

É interessante observar que essa discussão foi feita somente através de anônimos, o que leva a duas interpretações diferentes: a primeira, que os autores dos artigos eram pessoas

⁴¹⁷ CUARTEROLO, M. A. *Soldados de la Memoria: imágenes y hombres de la guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Planeta Argentina, 2000. p.147.

⁴¹⁸ MATOS, K. **Jovita Feitosa**. Fortaleza: Edições Democrático Rocha, 2001. p.20.

⁴¹⁹ *Ibid.*, p.22.

⁴²⁰ *Ibid.*, p.22.

do próprio jornal, que tinham o propósito de acirrar opiniões para vender mais jornais; e a segunda, que os autores eram realmente eleitores, mas tinham receio de expressar opiniões em assuntos tão polêmicos. É preciso considerar, também, que a imagem de Jovita foi utilizada pelos jornais como um trunfo, vendida como a imagem de coragem, quando muitos homens fugiam, para não participar da guerra. Foi aceita devido à necessidade de mulheres na frente de combate para o serviço de enfermagem, passou a usar farda com saiote, sendo destinada a um hospital militar.⁴²¹ Sua popularidade cresceu de tal maneira, que um cronista do diário *Liga e Progreso* escreveu: “*Todos corrían para verla. Las fotografías se reproducen todos los dias y era raro quien no tuviera un retrato de la voluntaria do Piauí*”⁴²².

De fato, o *Jornal do Comércio*, além de utilizar a imagem de Jovita como elemento de propaganda para a guerra, também comercializava os seus retratos, como pude observar:

Annuncios.

Retrato da Voluntária da Pátria Jovita

Vende-se hoje e também se distribue grátis aos assignantes da Revista Fluminense e a quem assignar desde o 1º número deste periódico; na Rua de Santo Antonio nº26 A, typographia dos Srs.Brito & Irmão⁴²³.

Famosa por pouco tempo, teve sua história envolta em mistérios, assim como sua morte, em 1867. Uma versão conta que se suicidou em 9 de outubro daquele ano, ao ver-se esquecida, depois de ter recebido presentes e homenagens de presidentes de províncias e de populares, ao regressar dos combates. Outra versão afirma que ela embarcou para o Paraguai, no vapor Jaguaribe e acabou morrendo na batalha de Acusta Ñu. Não sei se ela realmente combateu na guerra ou se foi somente uma das ajudantes de Ana Néri, pois não encontrei nenhum trabalho científico sobre ela e que elucidasse algumas questões sobre a sua atuação na guerra. Hoje é nome de rua, no Recife (PE), e em Fortaleza (CE).

A mobilização para a guerra é sempre uma questão espinhosa e difícil, implicando um aumento da intervenção governamental, através de decretos e leis, e a invasão de prerrogativas regionais dominada por autoridades locais. Durante as campanhas militares contra o Paraguai, o Governo Imperial teve que enfrentar em várias ocasiões diversas questões como: quais grupos sociais contribuiriam para o esforço da guerra e como enfrentar as relações de poder regional tão arraigada na cultura brasileira, já que a questão central do recrutamento foi a transferência de forças locais para os campos de batalha e sua submissão a

⁴²¹ DORATIOTO, op.cit. p.116.

⁴²² CUARTEROLO, op.cit. p.147.

⁴²³ MATOS, op.cit. p.40.

um Exército centralizado.⁴²⁴ Muitos desses problemas foram agravados porque o exército nacional não tinha sido essencial para o processo de construção do Estado Nacional. De fato, na década de 1860, a sociedade brasileira não contava com um exército nacional de grande porte, dependendo da cooperação das milícias organizadas nas localidades para a manutenção da ordem e da defesa do território. Consequentemente, essa intervenção entrou em choque com as lideranças locais que controlavam o processo de recrutamento.

Em geral, as três instituições oficiais lançaram mão do recrutamento forçado, buscando Guardas Nacionais fugados e nas camadas populares, os soldados necessários para o desenrolar da guerra entre os indivíduos classificados como vadios ou desordeiros, pobres migrantes, mendigos, em suma, aqueles que não gozavam algum tipo de proteção, entendidos como ameaças à ordem. Ainda que houvesse outras formas de alistamento, como o voluntariado, o grande provedor de homens para serem transformados em soldados foi o alistamento compulsório. Considerando que esse alistamento destinava-se aos indivíduos marginalizados, sejam forros, homens livres pobres e outros considerados perigosos, principalmente por estarem excluídos do que era considerado o mundo da ordem, cabe questionar qual o sentido político do recrutamento, ou seja, quais as intenções dos recrutadores ao admitir indivíduos oriundos justamente das camadas sociais que deveriam conter. Existiu um duplo sentido do recrutamento: além da necessidade de homens para preencher os quadros das instituições, que foi um problema constante ao longo dos cinco anos da guerra, havia a precisão de conter essa população marginalizada que parecia tão perigosa aos olhos da elite imperial, conter e disciplinar o “mundo da desordem”. Através de Michel Foucault, posso apreender algumas referências essenciais, pois ele visualiza, na época moderna, a ideia do processo disciplinar que age sobre o corpo e sobre as estruturas cotidianas, sendo inclusive citada a ideia de “fabricação do soldado” através da disciplina. Além disso, conceitos como “saber-poder”, isto é, o conjunto de conhecimentos que norteia e delimita as relações do poder, bem como a ideia do poder como uma “teia” é bastante relevante. Também é relevante o conceito de “dominação” e “disciplina” de Max Weber (1991), segundo o qual a disciplina é o treinamento cotidiano na obediência, que se relaciona com a dominação fundadora do Estado.

Em todo o território nacional havia o recrutamento de presos, que permaneciam nas cadeias até que fossem conduzidos, acorrentados, aos quartéis. As autoridades policiais, igualmente, recrutavam todos os indivíduos considerados perigosos, acusados de vadiagem.

⁴²⁴ IZECKSOHN, V. Resistência ao recrutamento para o exército durante as guerras civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos na década de 1860. **Revista Estudos Históricos**, v.1, n. 27, 2001.

Estes eram recolhidos e obrigados a prestar serviço militar e enfrentavam também os castigos corporais que sempre existiram no exército e namarinha brasileiros. Muitos voluntários foram recrutados contra sua vontade, negros libertos seguiram para a guerra acreditando numa nova vida, muitos homens lutaram, pegaram em armas entusiasmados pelas promessas do Governo Imperial. As gratificações, os soldos vitalícios e as terras prometidas eram razões que levaram esses homens aos campos de batalha, além do sentimento patriótico de alguns, de dar a vida pela Nação. De fato, o soldado imperial arrolado comumente à força para combater no Paraguai, não correspondia em definitivo à imagem ideal construída pelos oficiais superiores e pelo País. As cadeias se esvaziavam de criminosos transformados em soldados incumbidos de defender os brios e a honra da Nação. Junto a esses criminosos vinham os negros alforriados por seus proprietários, que juntos formavam uma composição humana extremamente heterogênea e conflituosa. Por outro lado seria necessário conter a arbitrariedade e a crueldade frequentes daqueles que possuíam o comando.

É de desconhecimento quase total pela história a presença de crianças na Marinha de Guerra do Brasil e que participaram do conflito com o Paraguai. Como o Governo Imperial não estava preparado para uma guerra longa, acreditou-se que a luta não passaria de mais de seis meses. Mas com o tempo ela foi se alongando e precisando aumentar seus contingentes, a Marinha do Brasil começou a enviar, então, os meninos da Companhia de Aprendizes para os batalhões navais. De fato, sem treinamento algum, os meninos embarcados como grumetes, trabalhavam na cozinha, preparando ou salgando alimentos, cuidavam dos animais, como vacas, galinhas e carneiros que eram levados a bordo e serviam de alimentos frescos para a tripulação, faziam faxina e nos momentos de conflito levavam os armamentos para os canhões e para as demais armas de fogo, operação difícil e perigosa. Eram crianças de 9 a 11 anos, disciplinadas com a chibata e sofriam violências sexuais dos marinheiros. Para efetivar esse processo de alistamento foi sancionado o artigo 6º da lei de 8 de julho de 1865, que não podia ser mais explícito: “ O Governo é autorizado a preencher por merecimento, durante a guerra, todas as vagas nos corpos da Armada e classes anexas, dispensando as regras estabelecidas na legislação”⁴²⁵.

Do lado paraguaio a história registra com grande frequência a presença de meninos, cuja participação foi bastante acentuada durante as batalhas finais da guerra, principalmente quando o contingente de soldados foi diminuindo. Cerqueira, sensibilizado, descreveu cenas dramáticas que presenciou:

⁴²⁵ VENANCIO, op.cit. p. 192-203.

Foi uma derrota completa. O campo ficou cheio de mortos e feridos do inimigo, entre os quais causava-nos grande pena, pelo avultado numero, os soldadinhos cobertos de sangue, com as perninhas quebradas, não tendo alguns ainda atingido á puberdade. (...) os nossos soldados diziam que não dava gosto á gente brigar com tanta criança⁴²⁶.

A questão a saber, é se os problemas relacionados com a violência dos recrutadores, subtendendo-se à obrigatoriedade de se pegar em armas, afetaram de modo significativo a sua atuação nos campos de batalhas, gerando revolta e indisciplina. Para atingir meu objetivo analiso alguns fatos, selecionados dentre todos aqueles que julgo os mais importantes. O primeiro deles está intimamente ligado ao recrutamento para a guerra: a necessidade de convocar grandes contingentes, em curto espaço de tempo, para integrar o exército na luta contra o Paraguai, exigiu a inclusão de grupos até então marginalizados da sociedade. A estrutura militar até então vigente, que congregava também mercenários, abriu espaço para todos esses segmentos: aos negros, mestiços, aos homens pobres da cidade e do campo, vadios e perigosos, ao presidiário, “recrutados das camadas mais baixas da sociedade.”⁴²⁷ Isso significava oferecer a possibilidade de cidadania aos excluídos. Tudo leva a crer que os soldados acreditavam nessa possibilidade, pois, por um lado a inclusão nas fileiras das forças militares acenava para o negro escravo com a perspectiva de liberdade, e a legislação que a regra exigia a alforria como condição prévia para o engajamento de escravos. Os dados fornecidos pelo General Paulo de Queiroz Duarte falam de uns 4.000 libertos em um total de cerca de 135.000 combatentes, isto é, 3% da tropa⁴²⁸.

Por outro lado muitos soldados lutaram acreditando nas promessas do Governo Imperial que oferecia gratificações, soldos vitalícios e terras. José Murilo de Carvalho advertiu sobre a confusão da história oficial ao não distinguir negro, escravo e liberto. Alguns autores como Francisco Doratioto em *Maldita Guerra*, se referem à participação de “escravos libertos” no conflito, Carvalho afirma que é preciso esclarecer que liberto não é escravo, foi escravo. Jorge Prata de Souza, em *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai* se referiu a participação de “negros forros” na guerra, mas a maior parte do livro destaca os libertos e não os escravos⁴²⁹. José Murilo de Carvalho esclareceu o seguinte:

A participação de negros, pardo, mulatos e caboclos, embora impossível de calcular, era naturalmente muito maior, fato que deu origem à campanha racista dos paraguaios contra os “macacos brasileiros”. Os poucos escravos que foram à guerra o fizeram por terem enganados os oficiais de recrutamento apresentando-se como libertos ou livres.

⁴²⁶ CERQUEIRA, op.cit.p.340.

⁴²⁷ Ibid., p.5.

⁴²⁸ DUARTE, P. Q. **os voluntários da pátria na guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

⁴²⁹ CARVALHO, J. M. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahahr, 2005.p. 190.

Foram esses que alguns proprietários gananciosos tentaram reaver após a guerra. Isto significa que não houve combatentes escravos⁴³⁰.

A Constituição de 1824, que definiu quem era cidadão brasileiro, afastou totalmente a grande maioria do povo. Essa Carta, de caráter excludente, condicionou o direito eleitoral a certos níveis de renda, que a maior parte da população não tinha (voto censitário). Para votar, a pessoa precisava ter renda anual de, pelo menos, 100 mil réis. Para ser candidato a deputado, a renda anual deveria ser de 400 mil réis, para senador deveria ser maior ou igual a 800 mil réis, ou seja, só os ricos poderiam votar e serem eleitos.

Pautadas basicamente no caráter obrigatório e uso sistemático de violência, as ações de recrutamento durante o Império cumpriam um duplo papel: além de forjar soldados que servissem nas forças de defesa do Estado Imperial, buscavam neutralizar a ação de indivíduos excluídos, entendidos, então, como ameaças ao estabelecimento da ordem urbana e social. Ao utilizar-se do recrutamento forçado, impunha-se a necessidade de disciplina rígida para com os recrutados, que encontravam dificuldade de adaptação às normas militares, pois uma força militar em época de guerra precisava ser unida, forte, disciplinada, organizada e treinada.

Sob o mesmo uniforme e enfrentando a hierarquia, o medo, a fome, as doenças, esse grupo dividia o mesmo espaço de um acampamento militar e de um navio da armada imperial, facilmente detectados pela iconografia da época, quando se observam as cores dos uniformes, sem distinção de condição social.⁴³¹ Sem dúvida, à medida que o conflito se prolongava, reduzia-se o entusiasmo e surgiam resistências aumentando, em consequência, o recrutamento forçado. Depois dos primeiros dois anos da guerra, somados às desilusões de uma campanha difícil, com encontros e desencontros dos comandantes em chefes aliados, epidemias que dizimavam aos milhares, fome, insegurança e falta de impulso nas operações militares, dividiu-se a opinião brasileira influenciada pela nascente propaganda republicana e antimonarquista. Em algumas situações, a posição ideológica de alguns políticos e jornais superou o sentimento nacional e patriótico, como se a guerra fosse apenas uma oportunidade para depreciar o regime de governo monárquico.

⁴³⁰ CARVALHO, op.cit. p. 190.

⁴³¹ SALLES, R. **Guerra do Paraguai**: memórias & imagens. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003.

4.2 O EXÉRCITO NACIONAL

O Exército Nacional ou Imperial, existente no Brasil em 1821, era dividido em três categorias: o de primeira Linha, que era o exército de fato e integrado em sua maior parte por militares portugueses; o de segunda Linha, formado pelas antigas milícias herdadas dos tempos coloniais e por brasileiros em sua quase totalidade, distribuídos em todo o território e o de terceira Linha ou ordenanças, uma espécie de guarda territorial, que tinha seu emprego previsto apenas nos casos de emergência. Com a recusa das tropas militares portuguesas das províncias da Bahia, Maranhão, Pará e Cisplatina de aderirem à independência o imperador D. Pedro I as reorganizou a sua disposição para o conflito iminente. A maior parte dos militares sediados no país permaneceu leal ao monarca, que pode dispor de tropas, equipamentos e bases para as operações de guerra. A força terrestre combateu eficazmente no norte e no sul do Brasil, derrotando as tropas leais a Portugal. O fato de que a independência do Brasil se tenha verificado sem grandes lutas e sem grande mobilização militar da população permitiu que se preservasse a estrutura do exército português.

Após a independência do Brasil, em 1822, o exército passou a ser considerado pelas autoridades imperiais como uma ameaça à estabilidade política do novo sistema de governo, devido à presença de portugueses junto ao oficialato e à indisciplina dos soldados, que participavam de motins, arruaças e tumultos no período regencial. Tais aspectos eram causadores de profundas desconfianças junto à sociedade política, que temia a restauração do antigo regime. Por isso, desde essa época se desenvolveu a ideia de diluir o exército de Linha e reduzi-lo ao máximo, pensando-se em substituí-lo por uma instituição como medida de pacificação⁴³².

Em 1863, quando o efetivo do exército era de aproximadamente 18.000 soldados, o jornal recifense *O Progressista*, de 6 de abril, desenhou uma situação militar caótica: não havia tropa suficiente para guarnecer sequer o Rio de Janeiro, a Bahia e Pernambuco, nem marinha para entrar em combate. Considerava os soldados inúteis e mal pagos, responsáveis pela vastidão do território que tinha suas fronteiras desguarnecidas, e enfrentando a mentalidades dos governantes, “principalmente D. Pedro II que não tinha o gosto pelas coisas militares”⁴³³. Segundo Joaquim Nabuco, para o Imperador, o militar era “aos olhos de estudioso insaciável da ciência, senão uma futura inutilidade, uma necessidade que ele quisera

⁴³² O debate sobre a minimização do papel do exército no Brasil desde o período regencial é feito por John Schulz em *Exército na Política: origens da intervenção militar 1859-1894*, (1994:23-52).

⁴³³ PEDROSA, J. F. M. **A catástrofe dos erros: razões e emoções na guerra contra o Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004. p. 229.

utilizar melhor, em vez de um militar, um matemático, um astrônomo, um engenheiro.”⁴³⁴ Dizia-se, não se sabe se jocosamente, que o Imperador fazia restrições aos militares porque eram “carniceiros a serviço da lei” ou “assassinos legais” e que pertenciam àquela espécie de gente destinada ao completo desaparecimento⁴³⁵.

A maioria dos que estavam em condições de servir naquela época considerava o serviço militar um castigo, sem atrativo nenhum, seja em salários, seja pelas más condições de vida nos quartéis onde eram comuns os castigos corporais. Como diz Werneck Sodré, “a caserna continuava a ser refúgio de desocupados, de desqualificados, de malfeitores, - uma espécie de castigo.”⁴³⁶ Contudo, parece que uma das maiores razões, provavelmente a maior delas, para a falta de voluntários continuava sendo o uso de castigos corporais em homens livres. Cândido da Fonseca Galvão, o famoso Príncipe Oba II da África, um dos Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai, anos depois reforçou a legião dos que apontavam os castigos corporais como maior problema para o alistamento militar. Para ele, “homens livres não eram escravos para serem castigados”, situação que, nas palavras do biógrafo do príncipe, deveria causar “consternação entre libertos e homens livres de cor, ao reencontrarem tal punição nas regras disciplinares das Forças Armadas em que haviam se alistado”⁴³⁷. Tudo indica que o uso dos castigos provocava a repugnância da população masculina, pois a extinção desse tipo de punição provocou algum impacto sobre o voluntariado⁴³⁸.

Era constante a chegada de novos soldados aos campos de batalha “bisonhos, baldos de toda instrução militar, não sabiam manejar as armas, nem formar fileiras, não inspiravam confiança”⁴³⁹, formando uma composição humana heterogênea e conflituosa que provocava nos acampamentos do exército brasileiro todo o tipo de infrações, e onde recebiam instrução, munições, armamentos. Um ajudante de campo relatou a desorganização geral com comandantes tão inexperientes como seus soldados, assim justificando a dificuldade para manter a disciplina:

Os paisanos desembarcando e cada contingente com muitos officiaes commissionados no Brasil, sem pratica de guerra e alguns sem aptidão; uns até inválidos, outros completamente inexperientes e muitíssimos d’elles conduzindo cartas de recommendação para o General escriptas pelos próprios Ministros e Grandes do Império que assim protegiam seus afilhados, amigos e parentes, recommendando-os como patriotas exaltados! Esses officiaes commissionados, em geral, não sabiam

⁴³⁴ NABUCO, J. **Queda dos progressistas (1966-1868)**: começo da situação conservadora (1868-1872. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 98.

⁴³⁵ PEDROSA, op.cit. p. 186.

⁴³⁶ SODRÉ, p. 137.

⁴³⁷ SILVA, E. **Dom Oba II D’África, o príncipe do povo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 147.

⁴³⁸ BEATTIE, P. M. **A lei do sorteio militar em 1874 previa o fim dos castigos corporais**. Porém, no cotidiano da vida militar esse tipo de punição continuava a ser utilizada por oficiais.p.67.

⁴³⁹ OSORIO; OSORIO FILHO, op.cit. p. 140.

instruir as praças que commandavam; eram tão recrutas como os próprios soldados. Embarços para o General Osório.”⁴⁴⁰

As desavenças e incertezas chegavam com frequência ao comando central:

Não estavam os Generaes de accordo sobre o ponto preferivel para a invasão. Sustentava o Almirante Tamandaré que era o Passo da Patria porque o Exercito teria nessa posição todo o apoio da Esquadra, que lhe asseguraria feliz êxito em tão arriscado commettimento. Flores inclinava-se a esta opinião; mas os Generaes Mitre e Osório desejavam passar por Itati afim de evitar-se o objectivo de Humayta. Itati era o ponto intermédio entre Passo da Pátria e Itapúa, mas lá só poderiam chegar os mais pequenos vasos da esquadra⁴⁴¹.

Já nas primeiras semanas da guerra se constatou a precariedade das forças brasileiras no que dizia respeito ao armamento utilizado:

Ia esse Exercito bater praças de guerra, mas, não levava artilharia para isso, porque a de que dispunha era artilharia Lahitte calibre 4 e Paixans calibre 6! Não levava um engenheiro que podesse dirigir a abertura de um fosso e a construção de um parapeito em que se abrigassem os artilheiros! Não levava na sua bagagem uma machadinha, um só dos instrumentos necessarios para romper cercas, abrir portas e escalar muralhas! O pouco armamento era mau:- o soldado que levava carabina não tinha outra arma; o que tinha espada ou lança estava no mesmo caso. Cada peça de artilharia levava somente 70 tiros. A maior parte dos cavallos de que dispunha os Regimentos era de chucros. Só bons cavalleiros podiam montal-os⁴⁴².

Para a maior parte dos homens livres, fosse ela rica ou pobre, o serviço militar do exército regular não era lugar de pessoas honradas, cidadãos e trabalhadoras. Para lá deveriam ser enviados aqueles que haviam de ser punidos, que representavam um verdadeiro ônus social, enfim, “os vagabundos e réus de polícia.”⁴⁴³ Analisando a forma como se dava o recrutamento durante o Império, Nelson Werneck Sodré destacou que ele atingia principalmente “essa gente flutuante, que se aglomera nas áreas urbanas, sem se integrar nas atividades que definem tais áreas e lhes dão fisionomia específica”. Tais elementos, “arrebanhados como animais e à força, na regra dos casos, constituíram as fileiras militares, em terra e mar”⁴⁴⁴. Assim sendo, para aqueles que não tinham alguma proteção de pessoas influentes junto ao Estado ou que haviam cometido alguma contravenção ou crime, restava o recrutamento nas forças militares. Menores que vagavam pelas ruas, ébrios, arruaceiros, valentes, ladrões, ao serem presos poderiam ser enviados automaticamente para as Forças

⁴⁴⁰ OSORIO; OSORIO FILHO, op.cit. p. 140.

⁴⁴¹ Ibid., p. 162.

⁴⁴² Ibid., p. 8-10.

⁴⁴³ KRAAY, H. **Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial**. Diálogos. Maringá: DHI/UEM, 1999. V. 3. p. 127.

⁴⁴⁴ SODRE, N. W. **Formação histórica do Brasil**. 5.e.d São Paulo: Brasiliense, 1968. p.70.

Armadas como recrutas, ou como trabalhadores para as obras do Estado. Nada, pois, de atrativo para que alguém tivesse gosto de alistar-se ou que prestasse o serviço militar.

Alguns documentos são bastante esclarecedores e merecem ser citados, como a carta enviado pelo Chefe de Polícia ao Capitão do Porto sobre um indivíduo enviado para servir na marinha, onde percebo que o recrutamento era visto como uma escola de disciplinarização dos desordeiros e onde se pretendia sujeitá-los à dura disciplina militar, podar os maus instintos, os vícios da ociosidade e do crime. De fato, as autoridades policiais recrutavam todos os indivíduos considerados perigosos, pois, como soldados, podiam ser controlados melhor:

Ilmo. Sr. Este indivíduo que tenho a honra de remeter a V. Sa., escoltado por 3 Guardas Nacionais, é um vagabundo, vadio sem ocupação alguma, desordeiro, que nesta povoação (São João de Montenegro) vive continuamente perturbando o sossego público, armado sempre com facas, ameaçando quem encontra e até tem espancado crianças, tentando arrombar casas e furtado o que encontra, tirando cavalos...bêbado, enfim, um homem perdido que se tem tornado o terror das pessoas pacíficas. Tem sido admoestado por vezes, do que tem zombado. Ainda ontem, na ocasião da prisão, lhe foi tomada uma lança com que resistia⁴⁴⁵.

Mas, se a força militar brasileira antes da guerra não tinha relevância para o Império, ocupando lugar dos mais secundários e absolutamente destituídos de significado na sociedade e não concedendo ao militar nenhum lugar de destaque, foi através dela e imediatamente após seu final que os militares foram recebidos pela sociedade como heróis e conseguiram uma posição de destaque que nunca tiveram anteriormente.

Parece ter sido consensual a ideia de que grandes organizações militares, dotadas de poder e influência, não faziam parte dos planos das elites do Brasil. Marco Antonio Cunha assinalou que no Brasil, nação ainda em andamento, não havia cultura de soldado, o exército profissional era malvisto pelos barões do Império, para os políticos, desprestigiado e disperso. A constatação de que o Estado Imperial encontrou obstáculos profundos no início da guerra, para reunir forças para a organização do exército, forma um contraste instigante com a observação de que na lógica patriótica deveriam prevalecer, em grande parte, todos os problemas de qualquer origem. Bem ao contrário, pela documentação disponível nos arquivos particulares dos Generais Caxias, Osório e Câmara, em particular, as correspondências trocadas, como cartas e ofícios (reservados), com os Ministros de Guerra, que é possível a investigação e análise sobre as dificuldades e obstáculos criados em função da formação do exército para enfrentar o Paraguai. Essa correspondência é bastante elucidativa, nos aspectos

⁴⁴⁵ OLIVEIRA, M. L. **Diário**. Polícia, delegacia de polícia, respectivamente maços 32, 28,7,28,4. AHRs. Edições EST, Porto Alegre, 1997. p.16.

dos desentendimentos internos, externos e lutas políticas. Uma outra das dificuldades enfrentadas para a formação do exército e, principalmente, com a urgência que o governo queria, foi o alistamento do elemento humano que fugia do recrutamento, “muita gente tem-se ocultado no matto, muitos outros passados para o Estado Oriental.”⁴⁴⁶

Pelas reformas de 1850, em especial pelo decreto 585, o exército teve sensível avanço na qualidade dos oficiais que passaram a ser classificados pelos políticos como figuras de oposição porque desenvolveram pensamentos abolicionistas e consideravam a escravidão parte do “sistema político corrupto do Império”⁴⁴⁷⁴⁴⁸.

Já no início da guerra, a nomeação do chefe que deveria substituir o Marechal João Propício no comando em chefe do exército imperial foi assunto que muito preocupou o governo. Do Rio da Prata o Ministro Paranhos indicou o Duque de Caxias. O Ministro da Guerra, Beaurepaire Rohan, tinha também essa opinião. Caxias aceitou o cargo, desde que lhe dessem também o de presidente da província do Rio Grande do Sul a fim de poder melhor atender à organização do exército, no que foi atendido por Rohan. Levando a indicação do nome de Caxias a conferência ministerial, todos os ministros foram unânimes em que se o nomeasse comandante em chefe, mas não Presidente da Província porque essa última nomeação iria prejudicar a política liberal, pois Caxias era conservador. Entrando em divergência com os colegas, Rohan retirou-se do Ministério sendo substituído pelo Visconde de Camamú, inimigo pessoal de Caxias. O Chefe de Gabinete, Conselheiro Furtado, procurou Caxias e o convidou a aceitar o Comando do Exército apesar de saber de suas desavenças com o Visconde de Camamú, declarando-lhe que não as considerava motivo suficiente para impedi-lo de servir sob suas ordens. Caxias recusou e por isso não foi nomeado. Mandou então, o Governo, que o Brigadeiro Manoel Luis Osório assumisse interinamente o comando até se resolver definitivamente a respeito. Essa interinidade, prejudicial e enfraquecedora foi alvo de reações enérgicas em jornais como o Jornal do Commercio do Rio de Janeiro. Em 23

⁴⁴⁶ OSÓRIO; OSÓRIO FILHO, op.cit. p. 296.

⁴⁴⁷ CUNHA, M. A. **A chama da nacionalidade**: ecos da guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000. p.27,28.

⁴⁴⁸ O Brasil Monárquico, tomo II, de História Geral da Civilização Brasileira, 5.ed., 1995. p. 27-28. Capítulo “O Exército e o Império”, p. 235 em diante, direção de Sérgio Buarque de Holanda, há uma exposição detalhada desses antagonismos entre a “aristocracia brasileira de cultivadores”, que nunca desenvolveu tradições militares dignas de nota, e a “classe militar”. Sobre as atitudes da elite nacional, ver Sergio Buarque de Holanda, O Brasil monárquico-Declínio e queda do Império, n.4, p. 243-250. Citação de Pedro Calmon, adiante, está em A Vida de D. Pedro II-O Rei Filósofo, p.128. As reformas militares anteriores à guerra estão estudadas por João Batista Magalhães em Evolução Militar do Brasil, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998. Amplo material sobre o assunto pode ser encontrado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Anais do Primeiro Congresso Internacional de História da América – v.VII, 1928, sob o título de “Formação do Exército Brasileiro e sua Evolução no século XIX”, tese do historiador militar Capitão Nilo Val, citado no livro de J.B.Magalhães.

de fevereiro de 1865, escrito por Dr. Gaspar da Silveira Martins, que então se ocultava sob a assinatura de Um Rio-Grandense, num artigo questionou a resolução do governo enaltecendo as qualidades militares de Osório com longos anos de serviço, merecimento e capacidade. Enfim, ele foi efetivado em 1º de março de 1865⁴⁴⁹.

Também os jornais da província do Rio Grande do Sul como o Diário do Rio Grande escreviam largamente contra a organização do 3ºCorpo do Exército, matérias escritas pelo bacharel Henrique Bernardino Marques Canarin, sendo o tom dos artigos do mesmo teor. Continham declarações vagas sobre o governo, que a província estava exausta de forças, que se queria fazer a guerra só com gente do Rio Grande; e repetiam que o intuito era abater a Província afastando os seus filhos mais ilustres como Osório, Tamandaré, Porto Alegre, etc., e outras reclamações que seriam banais se não fossem de um efeito moral terrível. Foi preciso que o presidente da província, Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, fizesse um apelo aos seus sentimentos patrióticos e a sua responsabilidade de cidadão para cessar essa atitude antinacional que só daria resultado no prolongamento da luta, o que foi aceito, retirando-se qualquer oposição à organização do 3ºCorpo do exército. O presidente, entretanto, estava armado da Lei nº 602, de 19 de setembro de 1850, denominada Lei Corta Cabeça, para fazer cessar em quaisquer obstáculos nesse sentido, como suspender a imprensa, etc.⁴⁵⁰.

Mesmo depois do final da guerra, as críticas e os confrontos políticos perduraram por muitos anos fazendo com que, da tribuna do senado, o já então senador Duque de Caxias, em 15 de julho de 1870, proferisse um discurso defendendo todos aqueles que atuaram nos campos de batalha:

[...] Senhores, nada mais fácil, depois dos fatos consumados, e conhecidos o terreno, a força e a manobras do inimigo, do que, de longe e com toda a calma e sangue frio, à vista das partes oficiais, criticar operações e indicar planos mais vantajosos. Não acontece o mesmo, porém, a quem se acha no teatro das operações caminhando nas trevas, em país inteiramente desconhecido, inçado de dificuldades naturais (apoiados). É preciso que os nobres senadores se convençam de que a guerra do Paraguai, desde o seu começo, foi feita às apalpadelas (apoiados). Não havia mapas no país por onde nos pudéssemos guiar, sem práticos de confiança. Só conhecíamos o terreno que pisávamos. Era preciso ir fazendo reconhecimentos e explorações para se poder dar um passo [...] ⁴⁵¹.

O armamento pouco e deficiente, era um dos graves problemas enfrentados no decorrer da guerra. Em ofício o General Osório determinou ao Coronel Felipe Nery, encarregado da força brasileira em Montevideo, que procedesse ao engajamento de indivíduos

⁴⁴⁹ OSÓRIO; OSÓRIO FILHO, op.cit.p. 33-37.

⁴⁵⁰ Ibid., p. 310.

⁴⁵¹ SCHNEIDER, op.cit.p. 53.

para o serviço dos Corpos e os fosse enviando para o exército, depois de fardados e equipados, avisando também que o armamento estava incompleto e que deveria oficiar ao Ministro da Guerra, pedindo urgência na remessa, pois “...vieram essas armas, da Corte sem os cinturões, cartuxeiros, e espoleteiras, e até sem bainha para as bayonetas e sabres bayonetas!”⁴⁵²

É preciso enfatizar que, apesar das estatísticas indicarem que o número de soldados, em 1869, suplantou o número de inimigos, essa quantidade não primava pela qualidade e eficiência, o que tornava cada vez mais difícil o desenrolar da guerra. De fato, as constantes transgressões como consequência dos maus tratos, fome e epidemias desvalorizavam aquela guerra, no dizer do Barão de Cotegipe quando escreveu ao Barão de Penedo, então Ministro, residente em Londres, que aquela maldita guerra atrasa-nos meio século.

4.3 A GUARDA NACIONAL

A política regencial praticamente dissolveu o exército de Linha, com virtual desmobilização de suas tropas, fechando o recrutamento, reformando dezenas de oficiais com temor de possíveis atitudes restauradoras que, na ausência de um poder real abriram caminho para uma série de revoltas e levantes que tentavam ir contra o governo. Com dificuldades financeiras em manter uma força terrestre profissional, o governo da Regência Trina Permanente do Ministro da Justiça Diogo Antonio Feijó, criou em 1831, por inspiração do Partido Liberal, a Guarda Nacional, que era “quase totalmente auto financiada e constituía-se num baratíssimo mecanismo de controle da população e, no final, dava até lucro através de venda de patentes de oficiais”⁴⁵³. Portanto, “é essa força que será empregada no combate as revoltas populares da primeira fase da regência, tornando-se rapidamente uma forma de controle das classes populares urbanas e da ordem escravista”.⁴⁵⁴

Até 1850, conforme a lei de criação, suas corporações deveriam ser organizadas e subordinadas a autoridades locais, sendo que as patentes inferiores eram preenchidas mediante eleições controladas pelo juiz de paz, e os comandos superiores eram de nomeação do governo central. Mas a partir dessa data a nomeação de todos os comandos passou a

⁴⁵² OSORIO; OSORIO FILHO, o.cit. p. 116.

⁴⁵³ CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Revista dos Tribunais. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1988, p. 39.

⁴⁵⁴ COSTA, W. P. **A espada de Dâmocles: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do império**. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1996. p. 51.

depender do governo central quando ao mesmo tempo se extinguíram os Corpos da Milícia, Guardas Municipais e Ordenanças. A sua formação teve inspiração na “Garde Nationale” francesa, que atendia à tradição do cidadão-soldado e deveria atender aos interesses políticos da burguesia⁴⁵⁵, inspiração que a meu ver contradizia a sociedade brasileira da época em que a cidadania não era condição de todos, mas privilégios de alguns.

No caso do Brasil, a Guarda Nacional simbolizava a manutenção dos interesses políticos e econômicos dos grandes proprietários de terra. Não por acaso, a maioria das funções de comando dessa instituição militar era ocupada por indivíduos provenientes das elites proprietárias de terra, comerciantes, políticos e potentados locais, costumeiramente chamados de “coronéis”, em suma, “uma força de elite.” Todavia, a Guarda Nacional, principalmente após sua reorganização, em 1850, encontrou-se presente em todos os conflitos do Império, pois a lei que a regia declarava que era sua competência “defender a Constituição, a Liberdade, a Independência e integridade do império, para manter a obediência as Leis, conservar ou estabelecer a ordem e a tranqüilidade pública, e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas”⁴⁵⁶.

Os efetivos da Guarda Nacional, em um curto período de tempo, estavam presentes em quase todo o território brasileiro, porém com o passar do tempo, a função pública e mantenedora da ordem, que justificou a criação desse novo elemento, teve suas funções desvirtuadas. Ao longo de sua trajetória, as forças da Guarda Nacional foram sistematicamente ativadas para que os grandes proprietários de terra tivessem seus interesses assegurados, sendo que as milícias se transformaram em instrumento de coerção política utilizado com fins particulares pelos seus coronéis. Segundo a análise de João Batista Magalhães,

Na realidade, foram mais motivos de política interna que externa, que sugeriram a criação da Guarda Nacional. Ela tomou assim um cunho essencialmente político, o que no futuro vai ser causa de sua degenerescência escandalosa, pelo abuso que os políticos fizeram dela, para as suas manobras eleitorais, em disputa do poder. De fato, o que evidentemente ditou a criação da Guarda Nacional foi o interesse político partidário e não o da defesa nacional. E, por isto, ela não desempenhou em toda parte, como no sul, seu eficiente papel militar. Revestiu-se, mesmo no sul, é fato, de nuanças que malbaratarem sua eficiência militar⁴⁵⁷.

Complementando, Maria Isaura Pereira de Queiroz concluiu:

[...] era uma arma fortíssima nas mãos dos senhores rurais, não só porque legalmente se tornavam chefes militares, como porque em suas mãos estava mandar este ou

⁴⁵⁵ CASTRO, Jeane Berrance. A milícia cidadã: a guarda nacional de 1831 a 1850. São Paulo: Nacional, p. 76.

⁴⁵⁶ BRASIL, Lei de 18 de agosto de 1831, artigo 1º. Coleção Leis do Império 1830 -1831, p. 50.

⁴⁵⁷ MAGALHÃES, J. B. **A evolução militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1998. p. 269.

aquele servir no Exército; com a Guarda Nacional eram ameaçados os revoltosos contra o mandão local, os adversários⁴⁵⁸.

Já no início da guerra, precisando aumentar seus efetivos, o Governo Imperial, em 21 de janeiro de 1865,⁴⁵⁹ lançou um decreto convocando 14.796 Guardas Nacionais para complementar o exército, considerados seus auxiliares em casos de guerra, mas eram despreparados para o combate, pois desempenhavam apenas funções mantenedoras da ordem interna. Longe de ser uma força complementar ao exército, a Guarda Nacional foi criada para neutralizar o exército profissional e permaneceu durante a sua existência como um obstáculo a sua consolidação e sempre se revelou incapaz de desempenhar um papel militar de relevo.⁴⁶⁰

A criação de uma milícia da Guarda Nacional era realizada de forma local e o alistamento para as suas fileiras era obrigatório a todo cidadão que tivesse direito ao voto nos municípios, com exceção dos militares de terra e mar da ativa, senadores, deputados, conselheiros de estado, clérigos, carcereiros, oficiais da Justiça e da Polícia, maiores de 50 anos, reformados da marinha e do exército, empregados postais e inaptos para o serviço.⁴⁶¹ Abrangia homens maiores de 18 anos que tivessem renda superior a 200 mil réis nas grandes cidades e 100 réis nas demais regiões. O recrutamento era feito:

[...] na base dos cidadãos em condições de serem alistados eleitores, correspondia a premeditada e rigorosa seleção por cima, de vez que o eleitorado era constituído à base da renda e a restrição da área eleitoral era dos traços definidores do domínio daquela classe. Tratava-se, pois, de força constituída por elementos de posse⁴⁶².

Em suma, essa milícia civil seria formada por homens livres destinados a manter a ordem interna, organizadas por distrito e seus comandantes e oficiais locais eram escolhidos por eleições diretas e secretas. Cabe ressaltar que os que não quisessem fazer parte dessa força militar poderiam indicar substitutos, o que não foi incomum, pelo contrário, tornou-se bastante comum quando foram convocados para lutar na guerra. Era uma prática regulamentada pelo artigo I do decreto, que dizia que: “[...] o cidadão da Guarda Nacional, que por si apresentar outra pessoa para o serviço do Exercito, por tempo de 9 anos, com idoneidade regulada por Leis Militares, ficará isento não só do recrutamento, senão também do serviço da Guarda Nacional”⁴⁶³.

⁴⁵⁸ QUEIROZ, op.cit.

⁴⁵⁹ BRASIL. Decreto-Lei n. 3383, de 21 de janeiro de 1865. p. 45.

⁴⁶⁰ COSTA, op.cit. p. 51.

⁴⁶¹ SODRÉ, N.W. **Formação histórica do Brasil**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.p.118

⁴⁶² Ibid.p.118.

⁴⁶³ BRAISL. Decreto-Lei N. 3513, de 12 de setembro de 1865. p. 336.

Viável para os que tivessem recursos financeiros, a substituição era legalizada por meio de contratos que custavam em alguns casos cerca de 300 mil réis.⁴⁶⁴ Caso o substituto já houvesse feito o serviço militar, o mencionado período ficaria reduzido a seis anos. Pelo citado decreto, toda pessoa que apresentasse um substituto seria por ele responsável, durante um ano, em caso de deserção. Transcrevo dois contratos firmados entre um Guarda Nacional e o seu substituto:

Eu abaixo assignado Franz Herleing declaro que tenho contractado com o Senhor Mathias Schons, Guarda Nacional do Corpo de Cavalaria nº11, e morador da Picada Nova de por elle servir como seu substituto não só na marcha que vai fazer o dito Corpo nº11 para a Campanha como ainda depois de sua volta, e finalmente pr. todo o tempo a que for obrigado o mmo Senhor Mathias Schons a servir na Guarda Nacional, e isso mediante uma qta. entre nos ajustada e que já recebi, e por isso me obrigo ao cumprimento deste contracto, conforme esta nelle declarado. Em firmeza do que mandei passar o presente, que a assigno.Freguezia de Sant,'Anna, 7 de agosto de 1865 (ass) Franz Herling. O Ten. Cor. AntonioJosé da Rocha Jr.Comm. Do 12 Corpo de Cav. Da G. N. de São Leopoldo etc. Dispensa da marcha e reunião do Corpo durante a guerra actual com os Paraguaiois o guarda Jacó Reinheimer da 2ª Comp. Por ter dado em seu lugar como seu substituto a J. Hemsing, o qual o substituirá durante toda a guerra actual. Ficando portanto dispensado de todo o serviço e deve apresentar este a seu respectivo Comm. de Companhia para nottar .Quartel do Commando em Acampamento da Estancia Nova 22 de setembro de 1865”⁴⁶⁵ (ass) Antonio José da Rocha Jr.

Como posso observar, quem não quisesse marchar, procurava um substituto na vizinhança e estabelecia com ele as condições, que eram no início bastante compensadoras para quem desejasse ser substituído. Posteriormente, os substitutos exigiram quantias maiores, pois, como a procura ultrapassava a oferta, subiam os preços. Johann Schenck, de Porto Alegre, aproveitou o negócio e abriu uma agência de substitutos, colocando até anúncios em jornais da época. No jornal “*Deutsche Zeitung*,” de 29 de julho de 1865, por exemplo, colocou um com os seguintes dizeres: “Substitutos O abaixo assinado se oferece para indicar, em troca de uma boa gratificação, substitutos para a Guarda Nacional etc. Johann Schenck Rua da Praia, 19”⁴⁶⁶.

Na realidade, ninguém era obrigado a servir no exército; mas todos eram forçados a servir na Guarda Nacional e o fato de um cidadão não ser inserido em suas listas representava um problema, pois a partir daquele momento ele poderia ser recrutado para o exército, que era mais uma instituição vista pela sociedade, como um aparelho disciplinador para desajustados sociais. Em 1851, um mercenário alemão a serviço do Brasil que participou da campanha contra Oribe e Rosas, fez a seguinte descrição do exército brasileiro:

⁴⁶⁴ BECKER, K. **Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul na guerra do Paraguai**. Canoas: Hilgert, 1968.p. 12.

⁴⁶⁵ Ibid., p. 22,23.

⁴⁶⁶ Ibid., p. 24.

A constituição do Império obriga a todo brasileiro servir nas fileiras do exército, para a defesa do país. Na realidade, essa obrigação limita-se ao serviço da Guarda Nacional, ao passo que nas fileiras do exército permanente [...] notam-se principalmente negros livres, mulatos e índios, alistados, ou antes, recrutados. [...] A disciplina interna do exército é das mais severas que existem, e pode tanto mais facilmente ser mantida porquanto, dada a constituição da tropa, as relações entre oficiais e soldados não são diferentes das entre senhores e escravos⁴⁶⁷.

Entre as muitas razões que a Guarda Nacional apresentava para não servir no exército, sem dúvida nenhuma, a disciplina severa foi uma delas e, sendo obrigada por força de lei, criou vários subterfúgios para fugir da convocação como aposentadorias, matrimônios, deserções e doenças. Tinha que se submeter às leis do exército, com seus castigos físicos e rigor muito maior a que estavam acostumados, o que contrastava com as normas penais estabelecidas pela Guarda Nacional, muito mais amenas e que analiso através dos artigos “das penas a que fica sujeita a Guarda Nacional em serviço ordinário, e de destacamento” de 1850 (anexo 3): em todos os artigos as penalidades impostas para todos os tipos de crimes eram a prisão, a repreensão, dobrar sentinelas e baixa de posto aos oficiais, o que contrastava com os artigos de guerra utilizados em muitos casos e em que a morte era uma penalidade constante para diversos tipos de crimes.

Uma das questões que se colocam aqui e que foi um problema grave durante toda a Guerra do Paraguai foi a reação da Guarda Nacional ao ser submetida ao comando do exército nacional e como se comportou durante a campanha, pois muitos consideravam essa submissão uma invasão de prerrogativas locais a partir de autoridades distantes, gerando no futuro toda uma série de transgressões a normas e consequentes penalidades. Grandes foram as dificuldades enfrentadas pelo Governo Imperial no que diz respeito ao recrutamento de guardas nacionais para o exército em operações, pois a necessidade que havia de se recrutarem homens para o front interferiu de maneira determinante na capacidade do poder local de gerir o recrutamento de guardas. Não se podiam mais deixar os “protegidos” fora das “garras” do recrutamento. Nesse sentido, a intervenção do poder central para extração de recrutas se deu contra a vontade das lideranças locais, que tradicionalmente “controlavam” esse processo.⁴⁶⁸

Para quem quiser analisar a questão das dificuldades encontradas em todos os anos de guerra, tendo por objetivo a questão do não cumprimento da lei, as correspondências

⁴⁶⁷ COSTA, W. P. **A espada de Dâmocles**: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do império. São Paulo: HUCITEC, 1996.p. 58,59.

⁴⁶⁸ GOLDONI, A. C. **Conflito e negociação**: as dificuldades de realização de recrutamento de Guardas Nacionais durante a Guerra do Paraguai na província do Rio de Janeiro. XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.

particulares e oficiais dos comandantes em chefes são consultas obrigatórias, seguindo a ordem de sucessão: no começo da guerra, pelo presidente argentino Bartolomeu Mitre, depois, pelo General Osório (Manuel Luis Osório, Marquês de Herval), pelo Marquês de Caxias (Luis Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias) e no último ano da guerra, pelo príncipe Conde d'Eu. Seguindo essa linha de procedimento, posso sustentar que a Guerra do Paraguai desde o início foi uma somatória de erros que resultaram em sérios prejuízos para o desenvolvimento da guerra em todos os anos que ela durou e, nesse caso em particular em que a “Guarda Nacional não estava preparada para conceber a dominação através da mediação do Estado”⁴⁶⁹. Considero um erro estratégico bastante evidente naqueles anos difíceis o fato de a Guarda Nacional, contrariando a própria lei de sua criação e suas prioridades, ter sido enviada obrigada aos campos de batalha, não sem resistência, junto ao exército e sob suas ordens, não tendo prática para uma guerra de vulto gigantesco, como a Guerra do Paraguai. Não era uma tropa instruída e organizada, apresentando ao exército soldados militarmente despreparados, com exceção da Cavalaria do Rio Grande, de apreciável desempenho.

É digna de nota a perspicácia do General Osório relativa aos problemas enfrentados com a Guarda Nacional, pois muitos preferiam a reforma e os atestados de saúde para se afastarem dos campos de batalha e não se submeterem ao comando do exército. “A Junta de Saúde da Capital nenhuma confiança merecia, sendo que dava pareceres contradictorios sobre o mesmo individuo, declarando-o pessoa inspeccionada incapaz por molestia incurável e menos de um mez depois declarando-o apto para todo o serviço!”⁴⁷⁰ Em 5 de dezembro de 1866, Osório oficiava ao Ministro da Guerra, Conselheiro Paranaguá, explicando as dificuldades com que lutava:

[...] infelizmente não tenho encontrado nos que occupam as posições officiaes, principalmente na Guarda Nacional, o apoio e a coadjuvação que as circumstancias do paiz exigem de todos os Brasileiros. Dizendo-se meus adversários políticos, salvas algumas e honrosas excepções; procuram pôr embaraços às reuniões de gente para o Exercito, já deixando de empregar as diligencias que os deveres de suas posições lhes impõem, já patrocinando individuos que estão no caso de servir e dissuadindo outros. Desejando obviar estes inconvenientes, foi meu primeiro cuidado pedir o concurso de todos, dirigindo-me às pessoas importantes sem distincção de partido, mas não tenho sido bem correspondido n'estes sentimentos e uma opposição systematica, bem que disfarçada, neutralisa os meus esforços. Não é que o vice-presidente, que reputo bem intencionado, mas pouco enérgico, tenha deixado de expedir as ordens necessárias para a reunião da Guarda Nacional, mas alguns commandantes superiores, e, á exemplo destes, muitos officiaes, que deviam cumprir essas ordens, não se interessam pela execução, contempando-se em transmittil-as aso seus subordinados, sobre os quaes nenhuma fiscalização exercem, o que, tem feito que, estes relaxem o cumprimento dos deveres, ou se furtem a elle, dando parte de doentes. Os que assim estão me contrariando, obsecados pela paixão política, não se lembrem de que, não se trata de negocio meu e sim do Paiz, e de que as fatais consequências da prolongação

⁴⁶⁹ CARVALHO, J. M. **A construção da ordem** - a elite política imperial. Brasília: UnB, 1981. p.14.

⁴⁷⁰ OSORIO; OSORIO FILHO, op. cit. p. 293.

da guerra pezarão sobre todos nós, e especialmente sobre o Governo que lhes deu autoridade⁴⁷¹.

Nas correspondências oficiais dessa época são constantes as afirmações de que a oposição política sistemática dificultava de modo significativo a tentativa de composição de um exército numeroso capaz de enfrentar um agressor que naquele momento era muito maior e mais preparado. A esse respeito são bastante elucidativas as palavras do Tenente-Coronel Peixoto de Azevedo, político extremado e secretário do Marechal: “Alguns officiaes disseram que o espírito do partidatismo político naquella epocha muito exaltado, a pirraça, o simples desejo de aborrecer e de evitar a partilha de glorias.”⁴⁷² Vários gabinetes se sucederam durante a Guerra do Paraguai, mas tanto conservadores quanto liberais não tinham um plano para enfrentar a guerra e nem para se comunicar com o público interno brasileiro. O Império estava despreparado militarmente, havia investido pouco na defesa, principalmente no exército cujo armamento era obsoleto e contava com poucos e insalubres quartéis. Apreciando o estado precário de nossa preparação militar, escreveu Rio Branco:

Desde 1861 a oposição liberal pedia que se reduzissem as pequenas forças militares, não faltando quem sustentasse que não precisávamos nem de exército, nem de marinha. Rompendo a guerra, os liberais que então governavam, esqueceram as censuras que anteriormente faziam aos ministérios conservadores, e passaram a acusar seus adversários, por não terem seriamente cuidado do exército e da Marinha⁴⁷³.

Também são constantes os relatos da não obediência das ordens dadas pelos comandantes em chefes, pois elas eram sistematicamente desobedecidas com justificativas infundadas. Em 24 de dezembro do mesmo ano, Osório continuava relatando as dificuldades de encontrar pessoas que ocupassem posições oficiais, principalmente entre os oriundos da Guarda Nacional, que lhe dessem o apoio esperado:

São muitas as dificuldades que de toda parte surgem, como era de esperar, e que me esforço por vencer-as procurando conseguir que todos se esqueçam desses ódios e ressentimentos políticos, e que só ouçam nesta ocasião a voz da Nação. - A maior, porém, de todas essas dificuldades é a desmoralização que lavra, aliás, injustificável, resultantes de noticias exageradas, e apreciações mal feitas pela imprensa, dos recursos e poder militar do Paraguay. As dificuldades que temo são as que por fatalidade me são oppostas por aquelles, que deviam ser os maiores e melhores auxiliares do Governo para removerem as que existem, porque são os depositários de sua autoridade, e temo-as tanto mais quanto é certo que eu não podendo vencer-as, não poderia também continuar a ter sobre os meus hombros a responsabilidades de males que não foram por mim creados. Colloco na linha dessas dificuldades, a reforma do Tenente-Coronel Mauricio Roiz Gomes de Carvalho, commandante do Corpo 22 do Rio Pardo e já se anuncia que será também reformado o Tenente-Coronel Domingos Francisco dos Anjos, commandante do Corpo 21 deste Municipio-, único official

⁴⁷¹ OSORIO; OSORIO FILHO, op.cit.p. 294.

⁴⁷² Ibid., p. 13.

⁴⁷³ FRAGOSO, op.cit.p. 43.

superior da Guarda Nacional que esta me coadjuvando sinceramente n'esta cidade de Pelotas. Me impõe o dever de dizer-lhe o que sei desses officiaes, e o conceito que delles formo, affiançando a V. Ex. que no desempenho desta minha commissão o que menos eu posso ver são conseqüências políticas ou interesses de partidos⁴⁷⁴.

Os obstáculos e as dificuldades, a organização dos Corpos, as atitudes da imprensa, as isenções concedidas em ampla escala, a frouxa conduta e falta de energia de alguns comandantes que procuravam de todas as formas proteger os combatentes da Guarda Nacional, através de reformas e atestados de saúde, para que não fossem mandados para a frente de batalha eram alguns dos grandes problemas enfrentados pelos comandantes em chefe. As isenções eram concedidas em ampla escala. Mas a maior “dificuldade consistia na falta de apoio e coadjuvação da parte dos que occupavam as posições officiaes, principalmente da Guarda Nacional que por política adversa á de Osório oppunha embaraços a sua missão”⁴⁷⁵. Assim, fora da alçada militar, subordinada à autoridade política, a serviço direto dos interesses da classe dominante, a Guarda Nacional se reservava o direito de recrutar os elementos melhores da sociedade, e distribuía os comandos segundo a confiança dos senhores de terras. Era uma força de elite, por cima e por baixo, nos comandos e na tropa. Enquanto isso, o exército se obrigava a caçar os elementos marginalizados da sociedade para constituir a tropa enquanto recrutava nas camadas médias a oficialidade. E, se tal era, para manter disciplina no grupo, cuja constituição estava assim viciada, tornava-se necessário o tratamento pela violência. O castigo físico era outra tradição colonial, e os códigos são copiosos em informações a esse respeito.”⁴⁷⁶

Mas a Guarda Nacional quando convocada pelos decretos, não podia por força de lei, ultrapassar os limites da fronteira. Por isso foi necessário um novo decreto, o de nº. 3.371, em cujo texto a Guarda ganhou a denominação de “Corpos Destacados ou Voluntários da Pátria”⁴⁷⁷. Essa mudança pôs fim ao Corpo de elite em que se transformara a Guarda Nacional, permitindo o nivelamento dos praças de pré do exército aos soldados da Guarda, tendo direitos e deveres iguais. Não é difícil imaginar essas tropas de elite, em sua maioria filhos de famílias abastadas, lutando lado a lado com todos os tipos de soldados oriundos de classes sociais tão diferentes. Tal situação conflituosa refletiu-se de modo significativo no desenrolar dos cinco anos que durou a Guerra do Paraguai, gerando revolta e não cumprimento das ordens recebidas e, conseqüentemente, desavenças e sistemáticas punições.

⁴⁷⁴ OSORIO; OSORIO FILHO, op. cit. p. 300.

⁴⁷⁵ Ibid., p. 292.

⁴⁷⁶ SODRE, op.cit. p. 132.

⁴⁷⁷ BRASIL. Decreto 3.371, de 7 de janeiro de 1865. In: Livro de Avisos, Circulares. IHGB, Lata 3114, Pasta I, p.4.

4.4 VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA

A elite, representada pela Guarda Nacional, resistiu a ir para a guerra e criou sérios obstáculos para se submeter ao comando do exército. Ela não proporcionou um grande número de soldados de combate, exceto no Rio Grande do Sul e fracassou na tarefa de prover as forças armadas com os contingentes necessários para enfrentar campanhas de longa duração. Precisando rapidamente mobilizar grandes recursos, materiais e humanos e com a finalidade de engrossar o contingente que seguiria para os campos de batalha, o Império tomou uma medida para o recrutamento de não oficiais, qual seja, a criação dos Corpos de Voluntários da Pátria, em 7 de janeiro de 1865, pelo decreto 3.371. Pretendendo fazer aflorar o patriotismo da população, o governo ofereceu uma série de atrativos,⁴⁷⁸ tais como: além do soldo comum aos praças, aumento de salário de 500 mil réis diários, menores termos de serviço, pensões e terras para os veteranos nas colônias militares e agrícolas. Os homens que se alistassem nos batalhões de Voluntários da Pátria teriam sua baixa assegurada tão logo a guerra tivesse terminado, recebendo a gratificação de 300 mil réis. Todas as promoções por bravura, invalidez e pensão de meio soldo seriam extensivos aos familiares e herdeiros indicados. Esses incentivos atraíram às fileiras milhares de homens que, nas condições anteriores, não aceitaram o chamado do recrutamento. Ao contrário da Guarda Nacional, no setor mais simples da população houve entusiasmo patriótico para preencher os corpos de Voluntários da Pátria, cuja legislação que regulamentou prescrevia, entre outros:

Art. 1º- São criados, extraordinariamente, Corpos para o serviço de guerra, compostos de todos os cidadãos maiores de 18 anos e menores de 50 anos, que voluntariamente se quiserem alistar, sob as condições e vantagens declaradas.

Art. 2º- Os voluntários que não forem Guardas Nacionais receberão, além do soldo que recebem os voluntários do exército, mais 300 reis diários e a gratificação de 300\$000, quando derem baixa e prazo de terra de 22 500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas, além de outras honrarias militares e pensão por invalidez ou morte. [...]

Art. 9º- Os voluntários terão direito aos empregos públicos, de preferência, em igualdade de habilitações, a quaisquer outros indivíduos⁴⁷⁹.

Visando à necessidade do País, o Império também decretou, no dia 4 de agosto de 1865, a equiparação dos Corpos de Voluntários da Pátria aos Corpos de Voluntários da Guarda Nacional. O Decreto nº. 3505 determinou o seguinte:

Artigo Único. Os corpos da Guarda Nacional, que com a sua organização atual, com os seus oficiais e praças voluntariamente se prestarem para o serviço de guerra, serão

⁴⁷⁸ BRASIL. Coleção das Leis do Império de 1865. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865 Decreto 3371, p. 36-39.

⁴⁷⁹ BRASIL. Decreto n. 3371, de 7 de janeiro de 1865. In: Leis do Brasil, 1865, p. 3. Biblos, Rio Grande, 17: 121-130, 2005. p. 130

equiparados aos Corpos de Voluntários da Pátria e gozarão de todas as vantagens que a estes são concedidas.

Portanto, a supracitada legislação incentivava a participação de todos os brasileiros na guerra, e muitos indivíduos atenderam à conclamação do governo com entusiasmo. Surgiram soldados de todos os cantos do País, dispostos a defender sua pátria e obter uma melhor condição econômica. Porém, com o desenrolar da guerra, esses voluntários passaram a se tornarem cada vez mais escassos, levando o governo a iniciar o recrutamento coercitivo junto à sociedade brasileira, para manter o front abastecido de combatentes.

Essa situação contrastava com a dos recrutas regulares, cujos termos de serviço poderiam chegar até nove anos. Para tal, fundamentava-se na Constituição Política do Império do Brasil, em seu capítulo 8º, artigo 145 – Da Força Militar –que divulgava: “todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a independência e integridade do Império, e defendê-lo dos seus inimigos externos ou internos.”⁴⁸⁰ Determinou aos seus representantes, aos presidentes provinciais e seus auxiliares, a promoção do recrutamento, a organização dos Corpos de Voluntários e que, em obediência ao Decreto nº 3.383, assinado em 21 de janeiro de 1865, colocasse a disposição do governo central o número de Guardas Nacionais de cada província requeridos. Esse decreto estipulava cotas para as províncias de enviados para a guerra, num total de 14.796 Guardas Nacionais.⁴⁸¹

Inicialmente o referido decreto mobilizou um grande contingente de reais voluntários, mas posteriormente, com a guerra tornando-se impopular pela sua longa duração, os verdadeiros voluntários tornaram-se escassos. O decreto que fazia menção aos Corpos de Voluntários da Pátria sofreu modificações – não em sua jurisprudência – mas em sua aplicação prática. Em certos momentos os voluntários seriam chamados de “voluntários de pau e corda,”⁴⁸² tamanha a violência exercida pelos agentes de recrutamento. Segundo Sodré: “o recrutamento tratava-se mais de processo policial do que de norma militar, e as crônicas da época estão cheias de lamentações e de protestos contra os desmandos dos recrutadores.”⁴⁸³ Todavia, o decreto não mencionava a possibilidade de substituição e outras isenções, pois estas não seriam necessárias num corpo de voluntariado, mas no final de 1865, os que eram parte do “voluntariado forçado” receberam permissão formal para pagar 600\$000 para não

⁴⁸⁰ Disponível em <<http://brasilimperial.org.br/arquivos.htm>> Acesso em 31 de janeiro de 2008.

⁴⁸¹ BRASIL. Coleção das Leis do Império de 1865. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865. Decreto 3371, p. 36-39.

⁴⁸² SILVA, E. **Dom Obá II D'África, o príncipe do povo:** vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 42.

⁴⁸³ SODRÉ, op.cit.p. 137.

terem que servir.⁴⁸⁴ Entretanto, nem o Império, nem as províncias, esperavam por uma resistência tão grande por parte de populares e da Guarda Nacional no momento do alistamento.

No dia 16 de maio de 1865, o presidente da província do Rio Grande do Sul, João Marcelino de Souza Gonzaga, autorizou a formação de um batalhão de voluntários nos municípios de Porto Alegre e São Leopoldo, incumbindo o Marechal Luís Manoel de Lima e Silva de organizá-lo no prazo de três meses. O artigo 3º do respectivo decreto mencionava expressamente que também os estrangeiros podiam alistar-se, aceitando-se voluntários de 18 até 50 anos de idade.⁴⁸⁵ Duas semanas após o edital, Carlos Von Koseritz comentou no “*Deutsche Zeitung*” a morosidade na formação do batalhão e o impasse criado pelo fato de existirem muitos candidatos para os postos de oficiais, mas poucos para a categoria de praças.⁴⁸⁶ Apesar das vantagens iniciais: passagem, uniforme e manutenção, o afluxo de voluntários não foi o esperado. Além disso, o soldado era mal pago. Na infantaria, por exemplo, recebia o soldo de 90 réis por dia, na artilharia e cavalaria, 100 réis, o pontoneiro, 130 réis, remuneração essa oriunda de uma tabela elaborada no ano de 1825, quando a moeda valia o dobro, em relação à de 1865. Eis algumas das razões para o elevado número de deserções, dizia Von Koseritz. Como cada soldado só recebia uma refeição por dia, não admiraria que ele com tais vencimentos minguados, não pudesse subsistir. Mas não era só isso, as acomodações nos quartéis eram péssimas, o armamento antiquado e de má qualidade.

Não há dúvida que o brasileiro é um bom soldado, corajoso, paciente e persistente, que resistia firme a quaisquer fadigas e que sob tratamento mais condizente e melhores condições do serviço militar, se tornaria um ótimo defensor do País, concluiu Von Koseritz. Ao perceber a gravidade da situação, o Governo Imperial foi progressivamente sancionando leis que procuravam contornar a falta de planejamento das Forças Armadas.

O próprio General Osório, em carta a Fernando Luis Osório, em 30 de setembro de 1867, reclamou dos atrasos constantes e dos baixos salários “vou fazer 43 annos de serviço e eis o que tenho ganho e a razão por que não quero que meus filhos sejam soldados.”⁴⁸⁷ Em 1864, seu filho tinha 16 anos e cursava os preparatórios para a Faculdade de Direito, em São Paulo. Quando estourou a guerra foi um dos cento e tantos estudantes que se apresentaram voluntariamente ao governo, dispostos a marchar para o “teatro dos acontecimentos, já

⁴⁸⁴ KRAAY, H. *Escravidão, cidadania e serviço militar na mobilização brasileira para a Guerra do Paraguai*. Estudos Afro Asiáticos n.º. 33. Rio de Janeiro, 1988. p. 119.

⁴⁸⁵ BECKER, op.cit. p.44.

⁴⁸⁶ Ibid., p.44.

⁴⁸⁷ OSORIO; OSORIO FILHO, op. cit. p. 280.

instruindo-se em exercícios militares” mas precisavam do consentimento paterno para se alistar, o que não conseguiram.⁴⁸⁸ Essencialmente envolvido pelo clima de patriotismo e pela febre anti-López, que se disseminava entre os brasileiros como elemento de mobilização nacional, outro jovem também menor de idade e que precisava de consentimento paterno foi Marciano Augusto Botelho de Magalhães, irmão de Benjamin Constant, que “depois de algum tempo de alheamento, acabou por aderir e, em carta ao irmão, de cuja autorização dependia por ser menor de idade, anunciou sua decisão de tornar-se um brasileiro e embarcar para o sul”⁴⁸⁹.

Estando o General Osório, acampado com o Exército Imperial em Dayman, em 22 de junho de 1865, recebeu um ofício do Coronel Fidelis Paes da Silva, comandante do 16º Batalhão de Voluntários da Pátria, em que este registrou o estado do armamento:

Tenho a honra de representar a V. Ex. que achando-me com o Batalhão sob o meu commando prompto para marchar á campanha, este tem todavia um armamento que para nada serve, estando a maior parte a desmanchar-se, e sendo completamente inútil. Peço, pois a V. Ex. que se digne mandar trocal-o por outro que possa prestar serviço na actual guerra⁴⁹⁰.

4.5 DESERÇÕES

Ainda não houve guerra em toda a história da humanidade sem deserções e na Guerra do Paraguai não foi diferente, muitas vezes alcançando proporções alarmantes em todos os aparatos militares que compunham a Tríplice Aliança e obrigando o Governo Imperial a encontrar novas alternativas que não fossem tão rígidas para esse crime. De fato, ao se observarem os crimes dos imperiais marinheiros, marinhagem e batalhão naval, julgados pelo Conselho Militar de Justiça, no Brasil, a estatística demonstra a alta incidência de deserções, em alguns casos, seis vezes cometidas pelo mesmo soldado, principalmente nos dois primeiros anos do conflito:

⁴⁸⁸ OSORIO; OSORIO FILHO, op. Cit. p. 9.

⁴⁸⁹ LEMOS, op.cit. p. 14.

⁴⁹⁰ OSORIO; OSORIO FILHO, op.cit. p. 81.

Tabela 2- Mapa estatístico em resumo pela auditoria geral, acerca dos crimes cometidos pelas pessoas alistadas na armada nacional e imperial, e julgados até a última instância durante o ano de 1865.

PRAÇAS	Nacionalidade	Estado	Idades	Crimes								Condenações				
	Brasileiros			1ª Deserção agravada	2ª Deserção dita	3ª Deserção Simples	4ª Deserção dita	5ª Deserção dita	6ª Deserção agravada	Ferimentos	Insubordinação	Prisão Simples	Ditas com Trabalho	Gales Temporárias	Gales perpétuas	TOTAL
Imperiais Marinheiros	15	15	15	2	2	4	1	1	1	1	3	11	1	3		16
Marinhagem	1	1	1							1			1			2
Batalhão Naval	3	3	3	2	1								1		2	3
SOMMA	19	19	19	4	3	4	1	1	1	2	3	11	3	3	2	19

Analisando documentos navais e o mapa acima descrito, segundo a Auditoria Geral da Marinha, de 26 de fevereiro de 1866, tendo como auditor Viriato Bandeira Duarte, observo que não vão incluídos dois oficiais de patente, um acusado por crime de faltar ao cumprimento de seus deveres; e o outro por perda da corveta Imperial Marinheiro, visto ter sido o primeiro condenado, na primeira instancia, à privação do comando, e a ser preterido nas promoções futuras por um ano; e na segunda a um ano de suspensão de qualquer comando, e ter sido perdoado do resto da pena por decreto de 6 de julho de 1865; e o segundo absolvido em ambas as instâncias. Também não vão incluídos um comissário, um guardião e um sargento do corpo de imperiais marinheiros, o primeiro acusado por crime de irregular comportamento, o segundo por insubordinação e o terceiro por ministrar uma baixa falsa, por haverem sido o primeiro e o terceiro absolvidos em ambas as instâncias e o segundo condenado na primeira instancia a um mês de prisão, e na segunda absolvido. Da mesma forma nove praças do batalhão naval e quatro do corpo de imperiais marinheiros por terem sido perdoados por crimes de deserção, por decretos de diferentes datas, antes de responderem a conselhos de guerra e, finalmente 41 praças do corpo de imperiais marinheiros por terem um processo e castigos especiais, segundo recomenda o artigo 65 do decreto nº. 411 A, de 5 de junho de 1845; sendo todos solteiros, um voluntário e os mais recrutados, regulando a sua

idade de 18 a 23 anos. Também não vai relacionado um do batalhão naval, por ter tido igualmente um processo e castigo especiais na hipótese do art. 27 do decreto nº 106, de 24 de novembro de 1852, sendo solteiro, recrutado e com idade de 26 anos.⁴⁹¹

É interessante observar que, mesmo numa única tabela do ano de 1865 e somente avaliando os imperiais marinheiros, ainda assim revela-se muito: que os crimes cometidos em sua maior parte era a deserção e as penalidades variavam de prisão simples, com trabalho e galés temporárias e perpétuas. Em nenhum caso foi verificada a sentença de morte, apesar de entre os artigos de guerra, a de número 14 determinasse a execução do soldado no caso de deserção. Provavelmente se ele fosse cumprido com muito rigor o efetivo militar iria diminuir muito, desfalcando os batalhões. Também é interessante a não inclusão de determinados soldados na lista, provavelmente por serem oficiais e seus exemplos poderiam ser seguidos pela soldadesca.

No Diário do Exército, de abril de 1869, observo os constantes mapas das deserções, apreensões e apresentações de desertores, que demonstram a grande frequência sem a qual ocorriam e os poucos casos de capturados.⁴⁹²

Tabela 2- Mapa das deserções, apreensões e apresentações de desertores, abril de 1869.

		Diferença nos Corpos				
		Desertaram	Foram Capturados	Apresentaram-se	Para mais	Para menos
Corpos afetos ao comando em chefe	Batalhão de engenheiros.....	11	1			10
	Brigada de Artilharia, Corpo de transporte					
Soma		11	1			10
1º Corpo de exército	Cavalaria.....	4	1	2	1	3
	Infantaria.....	24				21
Soma		28	3	1		24
2º Corpo de exército	Cavalaria.....	2	1	7	1	3
	Infantaria.....	42			2	33
Soma		44	8	3		33
Soma Total		83	12	4		67

Fonte: Diário do Exército; Taunay, abril de 1869.

⁴⁹¹ TAUNAY, op.cit., 1958.

⁴⁹² Ibid., p. 32.

A terceira coluna desse mapa permite a comparação entre os soldados da infantaria, observando-se que eram em número muito maior, provavelmente por serem recém-recrutados, muito jovens e não treinados em obedecer a ordens, enquanto a cavalaria era constituída em sua maior parte por oficiais mais comprometidos com ordem e disciplina. Os gráficos também demonstram que, mesmo no começo das operações de guerra, a evasão era um fato significativo. Expressava a insatisfação com a lei e atrapalhava os esforços dos recrutadores que se desdobravam em conseguir mais soldados para substituir os desertores. Leon de Palleja, coronel uruguaio e chefe do Batalhão Florida, afirmou: “A pior das enfermidades que atacam as forças aliadas, principalmente a uruguaia, não são as físicas e, sim, o verme roedor do exército: a deserção.”⁴⁹³ A história argentina também relata muitos casos de deserção e os castigos aplicados para assegurar a disciplina: “los delitos contra la vida y la deserción en tiempo de guerra podían ser penados con la muerte.”⁴⁹⁴ No exército paraguaio, também a pena para a deserção era a morte. Na parte final dos autos do processo de condenação e execução de desertores, verifico que:

Em cumprimento da suprema sentença acima exarada, o soldado Norberto Ruy Díaz, desertor do 14º Batalhão, foi fuzilado; e em testemunho do que aponho minha assinatura, devolvendo este processo fechado e selado. González. Acampamento de Pikysry, 2 de outubro de 1868⁴⁹⁵.

De fato, pressionado pelas condições reinantes nos acampamentos militares, o soldado fugia, atitude justificada diante da fome, dos castigos físicos e do medo da morte que as epidemias provocavam aos milhares. Um relato do Padre Gay, testemunha ocular da invasão paraguaia nos dá um ideia da situação de desespero em que se encontravam os soldados e o que provocava a fuga:

Os padecimentos tornavam as sentinelas menos ativas e menos vigilantes e o instinto da conservação da vida os impelia a desertarem se lhes proporcionasse ocasião oportuna. Um soldado que conseguiu poder desertar na tarde do dia 15 de setembro se apresentou no Corpo de Guarda Nacional ao Tenente-Coronel Bento Martins, a quem contou os sofrimentos de seus patrícios dentro da vila, concluindo por lhe declarar que naquela noite às 8 horas eles iam efetuar a sua fuga embarcados, etc.⁴⁹⁶.

O Decreto nº1, de 26 de maio de 1835, prescreveu as penas que deviam ser impostas aos oficiais de exército e da armada que cometessem deserção, mas não há artigos que determinam a pena de morte:

⁴⁹³ PALLEJA, op.cit. p. 192.

⁴⁹⁴ DE MARCO, op.cit.p. 197.

⁴⁹⁵ THOMPON, op.cit. p. 278.

⁴⁹⁶ GAY, op.cit.p. 130.

A Regência em nome do Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo tem sancionado e manda que se execute a seguinte resolução da Assembléia Geral Legislativa: Artigo 1º - Os Officiaes de Patente, e do Exercito e da Armada (exceto os reformados desempregados) que, sem ordem ou licença, se ausentarem de seu quartel, corpo ou guarnição por tempo de um mez, ou excederem a licença por tempo de dous mezes; ou que, estando de licença, não se recolherem della quando assim lhes for ordenado, serão punidos pela maneira seguinte: § 1º os que commetterem a deserção simples serão expulsos do serviço. § 2º se a deserção for praticada em tempo de guerra, terão apenas de dous annos de prisão, além de expulsão do serviço⁴⁹⁷.

Os decretos se sucediam tendo por objetivo evitar e atenuar os crimes de deserção como o de nº. 4110 de 29 de fevereiro de 1868, que alterava as penalidades a que estavam sujeitas os praças do Batalhão Naval:

Usando a autorização dada pelo § 3º do artigo 8º da Lei nº. 4523 de 28 de setembro do anno passado, Hei por bem decretar o seguinte: as praças de pret do Batalhão Naval, que desertarem em tempo de guerra, serão punidas, sendo inferiores, de conformidade com o artigo 50 dos de guerra da Armada, e sendo soldados, segundo a 4ª parte do artigo 54, ficando todas sujeitas ao art. 37, se a deserção for para o inimigo, pirata ou rebelde. Fica assim alterado o artigo 27 do decreto nº 4067 de novembro de 1852.

As deserções eram frequentes e diretamente relacionadas às infrutíferas reuniões do comando que tentavam de todas as formas possíveis reunir os soldados necessários para o desenrolar da guerra. Era tão elevado o número de desertores que, para proceder-se à reunião entre a Guarda Nacional e o exército, pareceu a Osório conveniente ordenar que os desertores que se apresentassem espontaneamente ficassem isentos de castigos: “No Estado Oriental existiam foragidos de 3 a 4 mil desertores nossos e na Província havia precisamente esse numero.”⁴⁹⁸ Em 6 de janeiro de 1867, Osório oficiava a Caxias, revelando que pediu permissão ao General Flores, para mandar reunir no Estado Oriental o grande número de Guardas Nacionais que fugiram para lá ao pressentirem as ordens de reunião.⁴⁹⁹

Com a invasão paraguaia, Mato Grosso ficou à revelia da própria sorte pela impossibilidade de socorros imediatos. A primeira reação brasileira para combater os invasores foi formar uma Coluna Expedicionária e enviar para aquela longínqua província tropas oriundas de Goiás, São Paulo e Minas Gerais, num total de 2.780 homens. O ponto de encontro seria a Vila de Uberaba, e de lá marchariam para Cuiabá. A primeira parada da Coluna foi em Campinas, onde foi vítima da varíola, sofrendo 159 deserções, principalmente de praças do Corpo Policial de São Paulo e da Companhia de Cavalaria da Guarnição de São Paulo.⁵⁰⁰ Em Uberaba desertaram 96 soldados, dos quais 20 mineiros, e outros 13 faleceram. Para evitar novas deserções, outros 25 praças mineiros convocados para a guerra foram

⁴⁹⁷ BRASIL. Decreto nº1, de 26 de maio de 1835.

⁴⁹⁸ OSÓRIO; OSÓRIO FILHO, op.cit. p. 293.

⁴⁹⁹ Ibid., p. 302.

⁵⁰⁰ SOUZA, op.cit. p. 49.

colocados em regime de prisão, mas ainda assim fugiram para o campo. Reafirmava-se, desse modo, o ditado muito em voga na época, ante a perspectiva de ir à guerra: “Deus é grande, mas o mato é ainda maior.”⁵⁰¹ A primeira narrativa brasileira do esforço para rechaçar o invasor foi o livro de caráter épico escrito por Taunay, que escreve profusamente em grande parte de sua obra sobre a fome e as doenças e consequentes deserções.⁵⁰² Analisando a documentação verifico, que os assuntos urgentes e sempre constantes eram os mesmos citados por Taunay. Em todas as comunicações constantes em ofícios do ano de 1865 (dias 8, 12, 13, 18, 19 e 24 de março), que o General Osório recebeu do chefe de cavalaria, em Santa Luzia, os assuntos relatados eram: fome, doenças, falta de uniformes, de animais, de remédios, de alimentos e fugas:

24 de março - As deserções continuam. Ainda hontem foram-se 5 do 8º corpo, que se achavam empregados nas cavahadas, porque, não podendo elles sahir do acampamento pelos exercícios, revistas, etc., vão os que se achão fóra, e assim iram todos, uns após outros, por ter necessidade de ir substituindo os que fogem. José Luis Menna Barreto⁵⁰³.

Soldados cansados e debilitados, muitos com pés esfolados e sangrando, devido às longas caminhadas, eram obrigados pelos oficiais de espada em punho a transportar os doentes, mas contestavam as autoridades, aumentando a indisciplina entre eles e influenciando na desorganização hierárquica, situação que chegou ao extremo de se abandonarem os colegas atacados de cólera-morbo. De acordo com a narrativa de Taunay, em *A Retirada da Laguna*, bastante usada pela história da guerra,

Multiplicaram-se durante tôda a tarde os casos epidêmicos a ponto de se tornar impossível imaginar como poderíamos avançar. Novo arranjo imaginado pelo comandante, para as padiolas, levou ao desespero o descontentamento dos soldados, que nêle enxergaram um aumento de carga e de fadiga. Chegamos a pressentir que entre eles se gerava a idéia de geral “salve-se quem puder”. Metendo-nos no mato, diziam, “ao menos alguns de nós chegarão a Nioac; em todo o caso deixaremos de ser escravos de moribundos, pela mor parte desvairados”⁵⁰⁴.

Como desvairado, ordenou, então, o Coronel que, à luz de fachos imediatamente na mata vizinha se abrisse uma clareira, para onde seriam os coléricos transportados e abandonados. Ordem terrível de dar, terrível de executar; mas que, no entanto (forçoso é confessá-lo), não provocou um único reparo, um único dissentimento. Puseram os soldados, logo, mãos a obra como se obedecessem a uma ordem comezinha; e – tão facilmente cede o senso moral ante a pressão da necessidade – colocaram no bosque, com a espontaneidade do egoísmo, todos estes inocentes condenados, os desventurados coléricos, muitos dêles companheiros de longo tempo, alguns até amigos provocados por comuns padecimentos⁵⁰⁵.

⁵⁰¹ TAUNAY, op. cit., 1946. p. 133.

⁵⁰² Ibid., p. 171.

⁵⁰³ OSÓRIO; OSÓRIO FILHO, op. cit., p. 41.

⁵⁰⁴ TAUNAY, op. cit., 1959. p. 111.

⁵⁰⁵ Ibid., p. 113.

Em francês, primeira língua do oficial de engenheiros e filho de franceses, Alfredo d'Escagnolle Taunay, escreveu o clássico *A Retirada da Laguna*, a partir de 1868, editado em 1871 em gráfica brasileira e traduzido em 1874, por ordens do Visconde do Rio Branco, então Ministro da Guerra. O livro narra as agruras que atingiram a expedição brasileira e sua heroica luta contra o inimigo guarani, contra a fome e as doenças, numa região fronteira entre Mato Grosso e o Paraguai. Narrativa de cunho memorialista, porém escrita com um rigor geográfico e uma emotividade cativante, tornou-se para muitos uma das mais significativas obras do fim do Romantismo e do início do Realismo..

Havia casos de oficiais que eram responsabilizados pelos soldados que abandonavam seus postos, provocando a desmoralização de seus batalhões:

Tendo chegado ao conhecimento do Exmo.Sr.General Barão de Porto Alegre, Commandante em Chefe do Exercito; o grande numero de deserções que nestes últimos dias, se tem dado em alguns corpos d'este Exercito; e tornando-se notável que no 17º corpo provisório, commandado pelo Sr. Tenente Coronel Bento Martins de Menezes, essas deserções se tenham feito em massa, sem encontrarem o menor obstáculo, o que prova senão a connivencia do referido Sr. Commandante, o mais completo abandono de seus deveres, como a culpável indiferença dos Srs. Officiaes do mesmo corpo; e considerando S.Exc. que, numa corporação que tem a desgraça de ver partir de entre si um exemplo que não só lhe marca os brios, como envergonha o Exercito a que pertence, não deve haver mais parte do mesmo exercito determina S. Exc. que seja dissolvido e suas praças distribuídas por outros corpos da mesma arma; e que o Sr. Tenente-coronel Bento Martins de Menezes se recolha preso a esta villa, para responder o Conselho de investigação, depois ao de guerra, afim de justificar o seu procedimento numa desagradável emergência. José Antonio da Silva Lopes. Tenente Coronel Deputado do Ajudante General.⁵⁰⁶

Para estimular os sucessivos esforços de guerra, o Imperador, em 31 de maio de 1865, concedeu anistia a todos os soldados da tropa de linha e da Guarda Nacional, que desertaram uma ou duas vezes e que se apresentassem dentro de dois meses.⁵⁰⁷ Por mais de uma vez D. Pedro interferiu na questão das deserções, que se acentuaram de modo significativo nos cinco anos que durou a Guerra do Paraguai. Pode-se afirmar que, embora as deserções fossem sangrias constantes em todo o contingente de soldados da Tríplice Aliança, o Governo Imperial sancionou vários decretos perdoadando os faltosos, mas estava longe de evitar as fugas, expressando a dificuldade do Estado em mobilizar os cidadãos para a guerra, na ausência de instrumentos que garantiam a sua permanência nas fileiras dos contingentes militares. Já no final da guerra, em julho de 1869, o Conde d'Eu, nomeado comandante chefe de todas as forças brasileiras e sucessor do General Caxias, remeteu ao Ministro da Guerra duas petições de soldados, apelando a D. Pedro sobre a pena de morte a que haviam sido

⁵⁰⁶ ARQUIVO HISTÓRIO DO EXÉRCITO. Ordem do dia n.24, p.131. 13 de outubro de 1865.

⁵⁰⁷ BECKER, op. cit. p. 46.

julgados por crime de deserção e condenados em Conselho de Guerra, com definitivo julgamento da Junta Militar de Justiça. A questão era idêntica a muitas outras já apresentadas à consideração do Governo Imperial, derivada dos trâmites legais a que estavam sujeitos os desertores, mas em outros casos era bastante o castigo corporal de 50 pancadas de espada de prancha, contrariando as normas dos artigos de guerra, cujo artigo 14 legislava pena de morte para desertores. Ponderava Sua Alteza a injustiça de tais casos e alertava para o risco de haver penalidades diferentes para o mesmo crime⁵⁰⁸.

Em carta do General Osório ao Dr. Homem de Mello, de Pirahysinho, em 2 de fevereiro de 1867, verificou-se:

Por Decreto de 12 de dezembro de 1866, Sua Majestade, o Imperador houve por bem perdoar as penas em que incorreram as praças existentes na província do Rio Grande do Sul que commetteram o crime de deserção nos termos indicados no referido Decreto; com tanto que a deserção não tenha sido effectuada para território, ou forças inimigas, e se apresentem no praso de 30 dias da publicação do referido Decreto nos districtos de sua residência, e sirvam effectivamente o tempo marcado pela Lei como praça nos corpos que fazem parte do Exercito em Operações fora do Império⁵⁰⁹.

O Brigadeiro Soares de Andréa, comandante de parte das tropas estacionadas em Santa Luzia, oficiou ao General Osório, participando a deserção de 34 praças do 1º e 2º Corpos das Guardas Nacionais e, procurando justificativa para o fato, alegou que os soldados fugiram devido a vontade de voltarem aos lares e porque tinham mal tratamento nos acampamentos sofrendo por falta de barracas e enfermidades constantes. O General respondeu, cobrando providências de prisão tanto dos praças como dos oficiais de serviço no dia da fuga, por três dias, porque se eles estivessem vigilantes os praças não levariam armamento e arreamento do quartel. Quanto às causas das fugas, segundo o General, o dever da Guarda Nacional em destacamento era “estar onde o governo manda”. Osório continuou afirmando que as barracas só se usa recentemente e o exército tinha feito muitas campanhas no inverno e no verão dentro e fora do País. Pondera também que as enfermidades não são novas e nem privativas do acampamento de Santa Luzia, se o tratamento for mal cada comandante deve tomar as providências para que ele melhore. Por isso cada comando tinha ordem de alugar casas, contratar médico e obter autorização para pedir os medicamentos necessários. Como havia carretas de transporte e boiada, o oficial deveria mandar, a tempo, providências a fim de irem cobertos para o hospital e, se precisasse de transporte poderia comprar nem que fossem pequenas carretas para a condução dos doentes; também havia mato e palha para a construção de ranchos. O que falta é um desenvolvimento conveniente,

⁵⁰⁸ TAUNAY, op.cit.,1958. p. 93.

⁵⁰⁹ OSORIO; OSORIO FILHO, op.cit. p. 293.

avaliava o General Osório. Conclui, também, em seu ofício, que as deserções tinham a sua maior origem no costume e nas más doutrinas de muitos oficiais que cometiam a imprudência de se lamentarem à vista dos soldados desejando mesmo alguns que eles desertassem, para voltarem todos as suas casas. E que o exército do Brasil, em 1823, combatia todos os dias quase nu e que duas libras de carne magra eram a ração do soldado, o calçado era de pelego, o soldo pagava-se de 15 em 15 dias. “Comparado com o exército de hoje não há motivo para horror e histórias que desmoralizem a tropa”⁵¹⁰.

Em ofício do Tenente-Coronel Antonio José da Rocha Junior, Comandante do 12º Corpo de Cavalaria de Guardas Nacionais, datado de 12 de fevereiro de 1866 e expedido no acampamento em marcha no Paço do Umbu, documento encontrado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, segundo Becker consta uma relação nominal dos soldados daquele corpo que desertaram desde 2 de julho de 1865 até 31 de janeiro de 1866. Ela se compõe de 104 nomes, dos quais 55 são de origem alemã e em grande maioria de soldados rasos. Percebo nessa relação, única encontrada, a preocupação em colocar a grafia certa de cada nome, o que era incomum em outros documentos que só relatavam o número de desertores sem especificar seus nomes⁵¹¹.

Devido às deserções, fugas efetivadas através de todo o cenário da guerra, que não prejudicavam somente a diminuição nos contingentes, também havia o contágio e a disseminação de inúmeras doenças,⁵¹² as péssimas condições de vida que os combatentes enfrentavam, o número de soldados era frequentemente insuficiente para o desenvolvimento da guerra, que já durava mais de dois anos, o que foi fonte de preocupação constante no alto comando. Assim é que, na tentativa de aumentar o número de soldados, foi expedida a seguinte circular:

Província de São Pedro do Rio Grande do Sul
Palácio do Governo em Porto Alegre, 18 de fevereiro de 1867

III^m. Sr.

Cumpra que, em relação á designação da G. Nacional para o serviço de guerra, V.S. fique na intelligencia do seguinte: Todos os cidadãos Brasileiros, qualificados G. Nacionaes, são obrigados á defesa do paiz, cujo fim podem ser designados. Exceptuam-se unicamente os que se acharem inhabilitados por moléstia, e os que não tiverem a altura do estalão que se houver estabelecido. Para a designação deve observar-se a seguinte ordem: 1º Os solteiros; 2º Os viúvos sem filhos; 3º Os casados sem filhos; 4º Os casados com filhos; 5º Os viúvos com filhos. Nenhuma dessas classes, porém, está isenta do serviço de Corpos destacados, com excepção única dos que se acharem comprehendidos nos arts. 14 e 15 da lei n. 602 de 19 de setembro de 1850.(procurar essa lei)O irmão mais velho de orfãos menores de pae e mãe, o filho único ou o mais velho dos filhos ou dos netos de uma viúva, os de um cego, aleijado ou sexagenário (quando lhe servirem de amparo) entrarão na classe dos casados com

⁵¹⁰ OSORIO; OSORIO FILHO, op. cit. p. 47.

⁵¹¹ BECKER, op.cit. p. 179.

⁵¹² SCHNEIDER, L. **A guerra da tríplice aliança contra o Paraguai**. São Paulo: Cultura, 1945.p. 37.

filhos (art. 123 da referida Lei). A Lei apenas estabeleceu a gradação que se deve observar na designação, e que cumpre ser respeitada. A inhabilitação para o serviço de corpos destacados só se prova por inspecção da junta de saúde no Quartel General, não bastando para comproval-a e produzir effeito legal quaesquer attestações passadas por pessoas que não estejam revestidas d aquelle character. Neste sentido deve V. S. proceder, sem embargo de quaesquer considerações em contrário, ficando sem effeito a circular da Presidência de 19 de dezembro de 1866, a qual fica por esta explicada e substituída. V. S. fará muito restrictamente observar esta ordem, cujo exacto cumprimento lhe tenho por muito recommendado, sob a responsabilidade de seu cargo. Deus Guarde á V.S. Sr. Commandante Superior da G. Nacional do Município de--- F. I.M. Homem de Mello, Presidente da Província. João José do Monte Junior, Secretario da Presidência⁵¹³.

O esforço da guerra forçou um número expressivo de agregados e protegidos para dentro das fileiras do exército. Isso muitas vezes era feito contra a vontade de seus protetores, causando grandes constrangimentos em várias regiões do País. O resultado imediato foi um aumento espantoso do número de deserções que, pelo final de 1866, tornou-se um fenômeno nacional.

4.6 COVARDIA FRENTE AO INIMIGO

Em todo o exército aliado desde os primeiros momentos da guerra se produziram cenas de covardia, medo e fuga diante do inimigo. Benjamin Constant, em carta a seu pai, relatou um episódio que presenciou, fazendo graves críticas aos: “Oficiais que se escondem atrás dos paus e até fazem buracos no chão para esconder-se nos dias de combates e bombardeios (temos muitos aqui entre nós, Drago, por exemplo) outros que nem vem cá.”⁵¹⁴ O Tenente Fernando Veiga, da artilharia D’Estado Maior de 2ª classe, em texto publicado na Revista do Exercito, fez um relato expressando a sua indignação, porém não especificou se houve penalidades:

[...] a galera ficou inteiramente inutilizada, vi quando a abandonava e fugia o seu condutor. Foi a primeira vez que vi um homem fugir do combate; não lhe dei um tiro na cabeça por não ter-me lembrado d’isso ou talvez por não ter na occasião um revolver⁵¹⁵.

[...] alguém mandou tocar retirada e isso nos causou mal, porque aquelles que nos protegiam retiravam em debandada e nós, a artilharia, nos vimos abandonados inteiramente⁵¹⁶.

⁵¹³ OSORIO; OSORIO FILHO, op.cit. p. 315.

⁵¹⁴ CONSTANT, B. Arquivo Nacional. Cartas particulares. p. 92.

⁵¹⁵ VEIGA, F. O combate de 1º de outubro de 1868. **Revista do Exercito Brasileiro**, Ano V, p. 150-155. Rio de Janeiro: Biblioteca nacional, 1886.

⁵¹⁶ Ibid. p.151.

O General Mitre, narrando uma ocorrência de covardia, em carta de 19 de junho de 1865, ao General Gelly y Obes, disse que o 1º de Voluntários, ao aproximar-se do inimigo, fugiu covardemente sem combater, deixando no campo de batalha a bandeira:

Em seguida ao primeiro contato com o inimigo, o 1º de Voluntários da Pátria perdeu a formatura e recuou desordenadamente. O Coronel Mena Barreto, então, de revólver em punho, dando tiros para o ar e censurando asperamente esse procedimento, conseguiu, com notável energia e extraordinário esforço, restabelecer a ordem e voltar para o combate, recuando, em seguida, para dentro da vila, para melhor resistir. Essa manobra levou o inimigo à desconfiança de contarem os defensores com maiores recursos e então desistiu do combate, retirando-se para o Passo, onde permaneceu, na expectativa, até o dia 12⁵¹⁷.

Mas o mesmo autor que relatou esses fatos, defendeu os soldados, afirmando que:

Infelizmente, porém, os soldados do 1º Batalhão de Voluntários da Pátria se achavam extenuados de fadiga, pois, sem comer, tinham caminhados 2 léguas a pé a marche-marche naquele dia, carregando sua bagagem, e quase todos eles eram recrutas que, pela primeira vez, viam o fogo do inimigo; não se podia, e nem se devia esperar que esse batalhão fizesse, naquela ocasião, o que teria feito um batalhão descansado, veterano e aguerrido⁵¹⁸.

Num processo instaurado contra alguns imperiais marinheiros acusados de covardia e descumprimento de ordens, constava as faltas no Auto de Investigação, assinado por Melcíades Augusto de Azevedo Pedra, Auditor de Guerra do Exército (servindo interinamente na Marinha), que procedeu à inquisição de testemunhas e interrogatórios, referentes à abordagem que sofreu a canhoneira “Parnaíba” em combate naval de 11 de junho de 1865, do qual resultou a culpabilidade de falta de cumprimento de ordens e a covardia de alguns oficiais. O Conselho de Investigação absolveu o comandante e oficiais por falta de provas em 2 de setembro de 1867⁵¹⁹.

Cerqueira descreveu muitos casos de covardia que para os artigos de guerra deveriam receber a penalidade máxima. Houve o caso de um tenente que tinha a habilidade de se eclipsar nos dias de combate, “jamais tinha tomado parte em ação de guerra. Davam-lhe náuseas e febre o troar do canhão e o crepitar da fuzilada, causavam-lhe vertigens o reluzir das baionetas e o coriscar das lanças.”⁵²⁰ Alguns comandantes eram demasiadamente prudentes, tinham medo de provocar o inimigo, atitude que aos olhos da soldadesca era sinal de covardia⁵²¹. “Vi acorrido atrás de uma casa de cupim um tenente, escondido da linha de

⁵¹⁷ GAY, op.cit. p. 50.

⁵¹⁸ Ibid. p. 50.

⁵¹⁹ ARQUIVO DA MARINHA. **Arquivo do Almirante Tamandaré**. Livro IX. Doc. 769 e 770, p. 2-3.

⁵²⁰ CERQUEIRA, op. cit. p. 158.

⁵²¹ Ibid., p. 164.

fogo”⁵²². Comentando essas situações, Cerqueira citou o amigo Fernando Machado, que dizia: “Medo, todos, mais ou menos, tem – mas quem tem brio, não o mostra a ninguém.”⁵²³

A crer nas Ordens do Dia e demais fontes, a covardia frente ao inimigo provocava além de prisão, demissão e citação na fé de ofício dos combatentes. Naquela época era uma desonra ficando, os que assim procediam marcados para o resto da vida:

Determina, outro sim. S. Exc., que seja preso por espaço de quinze dias e demetido do posto que exercia, o Sr. Tenente do 12º Corpo provisório de cavallaria Arnaldo José de Oliveira, por ter-se portado com covardia na qualidade de commandante do piquete, que, no dia 1º do corrente, fez a descoberta no acampamento das forças destacada no Chaco⁵²⁴.

Em outra Ordem do Dia, de 6 de dezembro de 1867, foi publicada a exoneração do posto de alferes do voluntário da pátria Luís da França Bezerra Cavalcanti Maracujá, comandante de uma força de emboscada, em razão de uma patrulha malsucedida, o qual demonstrou que não tinha as habilidades necessárias para desempenhar os deveres inerentes ao posto:

O General Barão de Herval, havendo mandar emboscar, a duas quadras adiante das linhas de vedetas, uma pequena força, com o fim de apreender uns “bombeiros” do inimigo que consta costumarem aparecer por ali, foi durante a noite passada surpreendida a mesma força por uma partida inimiga, que conseguiu dispersa-la, ferindo a dois soldados e levando prisioneiros a outros dois. Este fato, que denunciou muita incúria e desleixo da parte do comandante da citada força e das 8 praças que a compunha, todos do 38º Corpo de Voluntários, fez com que fosse por S. Exa., o Sr. General Comandante-em-Chefe, mandado relaxar do posto de alferes que exercia em comissão o comandante da patrulha e castigar rigorosamente as praças citadas⁵²⁵.

Impossível citar todas as Ordens do Dia que demonstram covardia frente ao inimigo, pois são inúmeros documentos em vários arquivos pesquisados. No próximo caso que vou citar, a penalidade foi a extinção do batalhão, recurso muitas vezes utilizado, possivelmente na tentativa de separar os mais fracos e uni-los a batalhões de comprovada valentia. Em um dos inúmeros combates travados, o 5º Batalhão de Infantaria, do Major Joaquim José de Magalhães, da 7ª Brigada, em pânico, debandou frente ao inimigo. Mas a pronta entrada em ação dos três restantes Batalhões da Brigada (os 31º, 35º e 39º Corpos de Voluntários) restabeleceu a situação, investindo novamente contra os paraguaios, que acabaram sendo repelidos e postos em fuga desordenada:

O Barão do Triunfo, ao relatar o combate ao Comandante-em-Chefe, referiu-se ao mau procedimento do 5º Batalhão de linha, de São Luis do Maranhão, e mandou

⁵²² CERQUEIRA, op. cit. p. 336.

⁵²³ Ibid., p.111.

⁵²⁴ ARQUIVO DO EXERCITO. Ordem do Dia nº189, p.13.

⁵²⁵ DUARTE, op.cit. p. 219.

prender seu Comandante, o Major Joaquim José de Magalhães. O encarregado do inquérito, Coronel Corrêa da Câmara, concluiu que o Batalhão se portara mal, retrocedendo sobre a ponte, ocasionando assim confusão e desordem na testa da coluna que avançava sobre o inimigo, sem que seu Comandante, que, aliás, se portara bem, pudesse conter seus homens. Como solução, Caxias ordenou a extinção sumária do 5º Batalhão de Infantaria, sendo seu efetivo distribuído pelas demais Unidades do 3º Corpo do Exército⁵²⁶.

O Major Comandante foi posto em liberdade e agregado a um Batalhão até que pelo seu procedimento futuro pudesse dar provas inequívocas da energia que lhe faltou na ocasião necessária. A oportunidade dada ao Comandante do 5º de linha não se fez esperar e o Major Joaquim José de Magalhães reabilitou-se plenamente na batalha do Avaí, comandando o 14º Batalhão de Infantaria da Bahia.

Em Itororó e Avaí, o General Caxias relatou ao Ministro da Guerra, Muritiba, que assistiu a “muitos atos vergonhosos”, e foi necessário “que eu abandonasse minha posição de General em Chefe para conduzir ao fogo e a carga batalhões inteiros, e Corpos de cavalaria, que ainda assim nem todos chegaram às fileiras inimigas”. Muitos soldados brasileiros perderam a vida em decorrência da “indisciplina, tibieza dos Corpos que comandavam”⁵²⁷. Foi preciso que Caxias, que parecia ter recuperado a energia e o fogo dos vinte anos, ao passar pela tropa que resistia a combater, desse voz “de firme” e se arrojasse sobre aquela posição, exclamando, de espada desembainhada, “sigam-me os que forem brasileiros”⁵²⁸.

4.7 PENA DE MORTE

Aplicada em quase todas as civilizações ao longo da história da humanidade, tanto em tempo de paz como de guerra, a pena de morte, também chamada pena capital, foi instalada no Império em uma decisão de 1843 e era pronunciada contra os militares, segundo as determinações dos Regulamentos de Infantaria e Artilharia, de 1763, e de Cavalaria, de 1764. Em 1851, o Imperador sancionou a lei nº 631 que reforçou a pena de morte em caso de guerra externa, e que passou a ser aplicada a espíões e ao militar que incentivassem outros a desertar ou a se colocar contra o governo. D. Pedro II era contra a pena de morte, e comutou entre outubro de 1867 e julho de 1870, 30 das 35 condenações à morte, tanto para oficiais como para praças. Essas seguidas comutações reduziram a eficácia de um instrumento com que o General Caxias esperava contar para impor a disciplina da tropa em situações de

⁵²⁶ DUARTE, op.cit. p. 25.

⁵²⁷ DORATIOTO, op.cit.p. 366.

⁵²⁸ CERQUEIRA, op.cit.p. 274

combate.⁵²⁹ Ele chegou a reclamar com o Ministro da Guerra dessas resoluções concedidas por D. Pedro II a militares que receberam condenações por parte do Conselho de Guerra e da Junta Militar de Justiça.⁵³⁰ Deploro, escreveu Caxias, a comutação da pena de morte para o “maior dos crimes”, a deserção, e a extensão desse perdão “a réus convictos de haverem covarde e traiçoeiramente assassinados oficiais seus superiores e algumas vezes seus benfeitores.”⁵³¹

Qualquer sentença que impusesse a pena ao condenado, fosse crime militar ou não, tinha que ser confirmada pelo imperador, que possuía o direito constitucional tal como perdendo e moderando as penas impostas aos réus condenados por sentença através do artigo 101 8º capítulo 1 – Do Poder Moderador - Diferentes transgressões de oficiais e praças eram punidas, legisladas através dos artigos de guerra, mas não aplicadas frequentemente, com a pena capital, por enforcamento ou fuzilamento. Entre elas a deserção em tempo de guerra, a covardia diante do inimigo, atacar sentinelas, dormir ou se embriagar quando estivesse em guarda em tempo de guerra, encabeçar motim ou traição, furtar ou deixar furtar material bélico (inclusive cavalos), desobedecer às ordens superiores, usando armas ou ameaçar e ferir à traição ou matar camarada.⁵³²

Lembro a correspondência trocada entre Luis Gabriel de Paiva, sua mãe e o Barão de Herval, onde posso acompanhar, analisar e interpretar os trâmites em que um soldado combatente foi condenado à morte. Em 26 de agosto de 1867, o Alferes Paiva comandava um piquete de 30 praças do 4º Corpo de Caçadores a cavalo, quando foram acommettidos por forças superiores, que conseguiram de surpresa matar 2 praças e ferir 3, rapidamente obedecendo às ordens do Alferes. Foi condenado à morte, pelo Conselho de Guerra, como incurso no artigo 3º dos referentes a guerra, e a Junta de Justiça Militar confirmou a sentença, mandando que se executasse, guardado o preceito da lei quanto ao recurso de graça.⁵³³ Interessante observar que o Alferes escreveu uma carta a sua mãe, Anna Delphina de Farias Paiva, relatando o facto e a injustiça e se defendendo das acusações, dizendo que na verdade, os 30 homens eram recrutas e creanças e não poderiam enfrentar uma força atacante de 60 a 70 homens e por isso determinou a retirada. Como consequência foi preso, julgado e condenado à morte por fuzilamento. Relatou também que fez uma petição ao Imperador,

⁵²⁹ RIBEIRO, J. L. A. **A lei de 10 de junho de 1835: os escravos e a pena de morte no Império do Brasil; 1822-1889.** Dissertação (Mestrado). UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.p.172.

⁵³⁰ DORATIOTO, op.cit.p. 368.

⁵³¹ Ibid., p. 370.

⁵³² REVISTA DIREITO MILITAR. Centro de Estudos de Direito Militar. Santa Catarina, v. 52, p. 28/30, mar./abri., 2005. Disponível em <[http:// www.Cesdim.org.br](http://www.Cesdim.org.br)> Acesso em abril de 2009.

⁵³³ OSORIO; OSORIO FILHO, op.cit. p. 381.

recurso bastante utilizado naquela época, o pae da nossa Pátria, que não deixará de atender, perdoando-me. Pedia à mãe que fosse até o Imperador, proste-se de joelhos e implore o meu perdão. Outra carta, esta da mãe aflita para o Barão de Herval, em que pedia a sua influência junto ao General Caxias e outros amigos para interceder e pedindo clemência para o seu filho. A mãe, dirigindo uma petição às autoridades competentes, provavelmente recorreu à interferência de pessoas conhecedoras da lei, já que a maioria da população daquela época era analfabeta. Como resposta, em menos de um mês, bastante rápida por sinal, foi atendida em seu pedido, esclarecendo que Caxias declarou que “aquella sentença ia ser modificada, segundo os motivos que para isso concorriam,”⁵³⁴ e concluiu informando quais os motivos que levaram o alferes a receber o perdão:

Seu filho não pertencia ao Corpo de Exercito do meu commando quando se deu o facto por que foi accusado. Elle era recruta na guerra, os poucos soldados que commandava recrutas tambem. Pela primeira vez viam tiros e inimigos, todos montados em cavallos que mal andavam por magros e cançados, e neste estado foi colocado o piquete em lugar arriscado; pois não extranho o que se deu, e nem sei quem deva ser o verdadeiro responsável⁵³⁵.

A troca de correspondência, que considero bastante profusa, era muito rara e posso concluir a força que tinha uma mãe desesperada para salvar um filho da morte e que razão particular tinha o interesse dos comandantes por esse oficial, conforme se verifica pelos documentos transcritos, que não explicaram a razão desse interesse não ficando clara a rapidez desse processo e solução do caso, a favor do soldado, já que, entre 27 de julho de 1867 e 7 de julho de 1868 passaram-se 11 meses. Essas cartas foram um dos caminhos percorridos para se conhecer uma face do cotidiano da guerra: o desespero de um homem diante da morte e as soluções empregadas por ele para se livrar da pena, ou seja, pedir clemência ao Imperador, reforçada pelos caminhos que a mãe percorreu na tentativa de salvá-lo. O Imperador, ouvida a secção de guerra e marinha do Conselho de Estado, houve por bem comutar essa pena com prisão em trabalho por toda a vida, em 7 de julho de 1868.⁵³⁶

Os crimes sem solução eram frequentes nos campos de batalha. Assassinatos e roubos dificilmente eram solucionados devido à própria dinâmica de um acampamento militar, onde muitas vezes imperava a desorganização, com ordens desconstruídas e não cumpridas. Para exemplificar, cito Cerqueira: “o jovem e ilustre capitão João Dias Cardoso de Mello foi traicoeiramente assassinado por um aliado, á noite, no seu rancho em Tuyuty. O

⁵³⁴ OSORIO; OSORIO FILHO, op.cit. p. 382.

⁵³⁵ Ibid., p. 382.

⁵³⁶ Ibid., p. 381.

amigo Bormann contou-me o horroroso crime com detalhes de arrepiar.”⁵³⁷ O autor citou também o caso de outro oficial morto, este, por acidente, em que um soldado deixou cair a arma ao descer de seu posto, ferindo-o mortalmente. Em ambos os casos, Cerqueira não revelou as punições aplicadas e nem se foi instaurado inquérito.⁵³⁸ Outro caso semelhante foi conhecido através da carta de César Augusto Brandão ao General Osório do dia 30, de Tuyuty, que escreveu:

Vou dar a V. Ex. uma triste notícia: o bravo Tenente-Coronel Figueira de Mello, despachado a este posto ultimamente pelo Governo, morreu hontem ás 6 ½ horas da tarde, victima de um tiro de fusil disparado por um cadete do próprio batalhão, que estava de sentinella nas linhas avançadas em ocasião em que o infeliz Tenente-Coronel em companhia do Marechal Argollo e outros officiais percorriam as mesmas linhas, porém pela frente dellas, examinando umas picadas que se estavam fazendo além das mesmas linhas, e aonde foram sem terem tido a precaução de prevenir as avançadas⁵³⁹.

Taunay descreveu, mais uma vez, um caso ocorrido em 1º de novembro de 1865, quando estava na Vila das Dores do Rio Verde, vulgarmente chamada de Abóboras, por ocasião do assassinato de um capitão da polícia Alexandre Magno de Jesus, morto por um furriel, possivelmente por questões de mulher. O assassino, algemado, foi condenado à morte, conseguindo, entretanto, escapar em maio de 1867, portanto, dois anos depois do crime cometido⁵⁴⁰. Não só nos acampamentos ocorriam crimes de morte. Em 23 de junho de 1869, em Assunção, foi “assassinado o Tenente de cavalaria Quirino e, apesar das pesquisas imediatas, não se puderam descobrir os autores desse atentado.” Relatou Taunay, também que:

Naquela cidade mensalmente ocorre grande número de homens de todas as nacionalidades, cujos instintos de desordens a cada momento tendem a desenvolver-se, de maneira que se torna cada vez mais necessário o estabelecimento de uma polícia ativa, afeta a um governo provisório que não só vale pela conservação da ordem, como também mantenha os interesses da população paraguaia, a qual vai já avultando e procura estabelecer-se em suas moradas presentemente tomadas por gente que só apela pelo direito de primeiro ocupante, pagando muitas vezes mensalidades que não vão tocar aos legítimos proprietários⁵⁴¹.

Mas também contra a polícia, que deveria coibir os crimes, havia reclamações. Em 12 de julho de 1869, o Cônsul do Brasil em Assunção enviou ao comandante em chefe cópia do trecho de uma exposição que lhe fora dirigida pelo súdito francês Léon Caron, denunciando fatos de violência, desapropriações de casas e extorsões praticadas pela polícia

⁵³⁷ CERQUEIRA, op.cit.p. 114.

⁵³⁸ Ibid., p. 158.

⁵³⁹ Ibid., p. 284.

⁵⁴⁰ TAUNAY, op.cit., 1927. p.29.

⁵⁴¹ Ibid., p. 85.

brasileira em Assunção, pedindo providências para apuração dos fatos, bem como a demissão dos oficiais empregados na polícia. Apesar de os crimes serem constantes em acampamentos ou nas cidades maiores, muitos ficavam sem solução. As sentenças eram demoradas e muitas vezes não cumpridas. Mas, em alguns casos os crimes não eram perdoados. Nesse aspecto, as Ordens do Dia são prodigiosas em informações, como expulsões, dispensas e sentenças executadas:

Sentença executada

Que, tendo sido condenado à pena de morte por sentença do conselho de guerra, e confirmação da junta de justiça militar, como incurso na 2ª parte do art. 1º dos de guerra do regulamento de 1763, o réo Pedro Antonio José Dias, soldado do 52º corpo de voluntários, pelo crime de insubordinação e tentativa de morte na pessoa do tenente do mesmo corpo, Joaquim Monteiro da Rosa Lima, commandante do piquete das linhas avançadas da qual fazia parte, e havendo S. M. o Imperador, julgado que o mesmo réo não era digno de sua Imperial Clemência, foi essa sentença executada no acampamento do 2º corpo d'exercito em Tuyuty, a 6 do corrente, com todas as formalidades da lei⁵⁴².

Sentenças proferidas em processos de conselhos de guerra

Soldado Jose Pedro Alves Barbosa – haver assassinado a uma mulher de nome Delfina Maria da Conceição. Condenado pelo conselho de guerra à pena de morte, como incurso na 2ª parte do artigo 8º dos de guerra de 1763. A junta da justiça militar, em 16 de setembro, confirmou a sentença do conselho de guerra mas julgou o réo incurso no artigo 192 do código criminal grão maximo. Determinou outrossim, a mesma junta que a sobredita sentença se executasse, guardando-se as formalidades relativas ao recurso de graça. Mandou-se cumprir em 24 também do corrente⁵⁴³.

Dois outros casos de pena de morte foram registrados por Cerqueira e ocorreram em: em São Fernando, no Tebiquary e em Caraguatay, nas Cordilheiras. O primeiro foi aplicado a um praça de artilharia, que ousou puxar da espada contra o General Osório, que já era o comandante em chefe do exército; foi morto a “vergastada”, que era a morte através de açoites de uma vara fina. No segundo, um soldado apanhou até morrer por ter matado um velho paraguaio para roubar um carneirinho que ele criava. Cerqueira não registrou se houve inquéritos sobre esses crimes mas que os comandantes em chefe mandavam fazer essas execuções para dar exemplo à tropa. Aliás, não foram bons exemplos porque “logo os imitaram outros comandantes, que excederam muitas vezes o limite regulamentar do castigo corporal”⁵⁴⁴.

Mesmo depois de terminada a guerra, em 1º de março de 1870, a Justiça continuou atuando:

Em 22 de março de 1870, já terminada a guerra com o Paraguai, o conselho Superior Militar de Justiça reformou a sentença dada pelo Conselho de Guerra ao soldado João

⁵⁴² ARQUIVO HISTÓRICO DO EXERCITO. Ordem do Dia nº 200, 18 de maio de 1868, p. 226.

⁵⁴³ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXERCITO. Ordem do dia nº 250, 14 de setembro de 1868.

⁵⁴⁴ CERQUEIRA, op.cit. p. 61.

Pancrácio Luciano, do extinto 34º Corpo de Voluntários da Pátria, por haver assassinado ao seu camarada, soldado do 15º Batalhão de Infantaria, Faustino Rodrigues da Silva. O Conselho de Guerra o condenara à pena de carrinho perpétuo, como incurso no art. 8º, 2ª parte, hipótese 2ª, do Regulamento Interno de 1763, combinado com o art. 1º do Código Penal Civil § 4º, 6º e 10 e artigo 18 do mesmo Código, §6º, 8º e 10. A pena foi reformada para 20 anos com trabalho⁵⁴⁵.

A pena de morte era muito comum no exército paraguaio onde, por um simples delito, como perguntar pelo nome dos próprios oficiais, era crime.⁵⁴⁶ Fazer uma referência elogiosa e positiva em relação às forças aliadas, ou criticar de alguma forma o próprio exército poderia ser punido com a morte:

*Mi antiguo médico Sr. Torrens, alias Flexa, y cuando vió aparecer al inimigo no pudo contenerse de expresar su primera impresión de que era numeroso y bien equipado! La especie, que es una de las prohibidas por las ordenanzas, fué denunciada al Mariscal, y este sin más, y sin formación de causa, lo mando fusilar!...*⁵⁴⁷

No final da Guerra do Paraguai, em 26 de outubro de 1869, Taunay relatou que foi resgatado grande número de famílias brasileiras e paraguaias. Entre elas havia uma mulher de nome Donata Rodrigues, de origem paraguaia que esteve presa cinco meses e sujeita a mil vexames, depois de ter assistido ao lanceamento de suas irmãs, que haviam sido acusadas de desejar a vinda dos Aliados e de falar contra o governo em companhia da família Pereira, que foi toda morta⁵⁴⁸.

4.8 OUTROS DELITOS

Irregularidades no serviço, insubordinação, roubos e extravios, recusa para acompanhar o seu comandante, são termos comuns nos documentos analisados, não ficando claro em muitos casos o que se quis dizer e não especificando exatamente qual falta foi cometida pelos soldados, mas que sofreram penalidades como prisão na barraca, o assentamento na nota em sua fé de ofício e a expulsão das fileiras do exército.⁵⁴⁹ As controvérsias existentes entre os chefes eram constantes, conflitantes e prejudiciais. Várias vezes a ordem de um comandante era anulada por outro, não sendo em muitos casos aplicada penalidade nenhuma. Tudo leva a crer que muitas vezes os chefes não se baseavam nas leis, como os artigos de guerra, aplicando penalidades conforme a sua própria interpretação. Em

⁵⁴⁵ DUARTE, op.cit. p. 148.

⁵⁴⁶ GAY, op.cit. p. 32.

⁵⁴⁷ CENTURION, op.cit. p.82

⁵⁴⁸ TAUNAY, op.cit., 1927. p. 212.

⁵⁴⁹ Ibid., p. 24.

ofício do General Mitre ao Conde d'Eu o General comunica que mandou soltar alguns indivíduos acusados de roubo de couros, e como resposta teve a concordância que o castigo pelo tempo da prisão já lhe parecera com efeito suficiente para a culpa.⁵⁵⁰ O rigor da lei ficava muitas vezes só na teoria:

Acampamento no Lageado, três léguas distantes de Caçapava

Gabinete do Ministro da Guerra

Ilmo. Exmo. Sr. – Chegou ao conhecimento do Governo Imperial por um officio do General João Frederico Caldwell, dirigido ao presidente dessa província em 29 do mez ultimamente findo, que praças da 1º divisão ligeira, quando passarão pelas cazas de Pio de Almeida, Hortencio Alves Pereira, Ignácio de Almeida e outros, as saquearão: cumpre que V. Ex. proceda com toda energia, afim de descobrir os autores de tão revoltante facto para que não só sejam castigados com todo o rigor da lei, mas ainda para que semelhante facto não se reproduza mais. Deus Guarde à V. Ex., - Ângelo Muniz da Silva Ferraz – Sr. General Commandante em Chefe do Exercito em operações nesta província⁵⁵¹.

Provavelmente algumas medidas eram tomadas quando havia reclamação das pessoas lesadas. É preciso enfatizar que em tempo de guerra não só os soldados praticavam saques e roubos; a população, de um modo geral quando fugia do invasor, deixava suas casas abandonadas, sendo estas frequentemente saqueadas por moradores da região. O Padre Gay relatou casos de saques nas Vilas de Itaqui e São Borja, praticados por paraguaios, mas que era impossível dizer e saber quais foram os autores de tamanhas desordens.⁵⁵² Desertores, malfeitores e saqueadores brasileiros percorriam estâncias e casas abandonadas roubando e destruindo tudo que podiam e que foi deixado pelas forças paraguaias. Esclarece o Padre Gay, que foi determinado o saque de Itaqui, no dia 12 de junho de 1865 sendo feito unicamente pelo Frade Duarte, que lançava sua bênção à entrada das casas, para purificar as pisadas dos perros brasileiros e pelo Coronel Estigarribia, que recebeu instruções para entregar as vilas ao saque de seus soldados, devendo elas ser franqueadas aos oficiais e ao exército somente no dia 13, sendo preparadas umas 50 carretas para receber os objetos mais preciosos e que foram levados ao Paraguai⁵⁵³.

É interessante observar que, quando os soldados estavam em outro País, o saque, o roubo, a destruição e o vandalismo eram mais intensos e, de um modo geral, não eram coibidos, certamente não eram penalizados e posso afirmar até que eram aceitos como atos normais em situações bélicas. As cartas do Marechal Câmara a sua esposa, Maria Rita, dão uma ideia de que no território inimigo, quem achasse era dono e podia ser tomado à vontade. Numa delas, por exemplo, ele comunicou que vai enviar para ela um rosário que estava nas

⁵⁵⁰ TAUNAY, op.cit., 1927. p. 87.

⁵⁵¹ ARQUIVO DO EXERCITO. Ordens do Dia nº 4, 1 a 49-1865, Marques de Souza, tomo 3395.

⁵⁵² GAY, op.cit. p. 99.

⁵⁵³ Ibid., p. 73.

mãos de uma imagem de Santa Rita e, aos dois filhos Felipe e Alfredo, duas condecorações encontradas no carro do López.⁵⁵⁴ Noutra carta informou que “tenho um Menino Jesus, que encontrei no acampamento do Galeano, feito de madeira, muito pequenino, que guardarás para ti.”⁵⁵⁵ Numa última carta avisou que “o Juca leva-te uma peça de morim para camisas dos meninos e umas velas feitas de carvão de pedra, que pertenciam ao López, fabricadas em Assunção”⁵⁵⁶.

Pelo fato de não terem sido escritas para publicação, as cartas particulares compõem um conjunto de fontes que as singulariza em face às outras usadas na história tradicional sobre a guerra, como por exemplo documentos oficiais e, portanto escritas sem a preocupação de manter o sigilo.

A situação de apropriação de bens apreendidos por não terem sido denunciados se repete com grande constância como pode se ver no ofício seguinte. Sua Alteza Imperial, Conde D’Eu, quando chefe das forças brasileiras, oficiou ao Sr. General Castro, comandante da divisão oriental, sobre a necessidade de formar uma comissão com autoridades brasileiras e argentinas para “proceder o inventário dos objetos tomados do inimigo em Peribebuí e outros pontos, a fim de fazer-se a divisão daquelas prêsas entre as três nações aliadas.”⁵⁵⁷ Foi instaurada então uma comissão internacional incumbida da venda dos despojos dos inimigos, fiscalizando a saída de gêneros tirados de Assunção sem prévia licença da respectiva comissão e que tivesse sido provada a sua compra.⁵⁵⁸ Em Peribebuí, terceira capital de Lopez, foram encontrados, depois da tomada pelas forças aliadas de grandes depósitos de melado, polvilho, milho e erva mate, conservados cuidadosamente apesar de a guarnição estar fraca e passando fome. Também todos os arquivos da República, grande quantidade de prata cunhada e de igreja, livros, papéis, mobílias de Madame Lynch e muitos objetos interessantes que foram entregues a repartição fiscal, bem como tudo quanto pode ser subtraído ao saque⁵⁵⁹.

Dionísio Cerqueira deixou um rico relato de informações sobre as irregularidades cometidas pelos soldados, porém em alguns casos não especificou a punição: “[...] meus dois camaradas subjugavam dois soldados de artilharia, que andavam à pilhagem e foram apanhados em flagrante, roubando as imagens do oratório. Mandeí apresentá-los ao Felinto, que lhes deu boa lição”⁵⁶⁰.

⁵⁵⁴ CAMARA, op.cit. p. 276.

⁵⁵⁵ Ibid., p. 282.

⁵⁵⁶ Ibid., p. 327.

⁵⁵⁷ TAUNAY, op.cit., 1927. p. 182.

⁵⁵⁸ Ibid., p. 37.

⁵⁵⁹ Ibid., p. 130.

⁵⁶⁰ CERQUEIRA, op.cit.p. 307.

O próprio Cerqueira esclareceu sobre as prisões que sofreu durante os anos que permaneceu nos campos de batalha: na primeira, por ter demorado a voltar para o acampamento, detendo-se a conversar com os companheiros, foi recolhido na guarda de frente; na segunda, por ter mandado atacar nas avançadas uma força paraguaia, quando a ordem era para economizar munição e não atirar sem ver em quem. Foi preso, mas na mesma tarde foi posto em liberdade e sem nota;⁵⁶¹ na terceira, já como capitão, em 1872, na Escola Militar, por, à frente da 1ª Companhia de alunos ter errado de propósito uma manobra e desobedecido com escândalo ao superior do dia. Todas três ficaram sem efeito imediatamente e sem citações na sua fé de ofício.⁵⁶²

Para corroborar os registros de Dionísio Cerqueira, o alferes Francisco Pereira da Silva Barbosa relata os crimes e punições a que estavam sujeitos os combatentes na Guerra do Paraguai. Preso diversas vezes, ele registrou em seu Diário de Campanha, bastante irônico e crítico, a causa das prisões e suas consequências; na primeira vez, “porque, como sargenteante, levei para a formatura de parada um soldado sem a competente escovinha.” Achando injusta a ordem de prisão não se apresentou, o que resultou numa segunda ordem de prisão, acarretando “mais alguns dias de guarda da frente.” Na terceira e quarta vez foi preso por responder com “altivez” ao Major Fiscal e com “aspereza” ao Comandante da Companhia e, em várias outras vezes, por “faltar ao alarma das 4 da manhã” e outros delitos menores, que resultaram em prisões nas barracas e anulações pelo Conselho de Investigação.⁵⁶³ Em dois documentos distintos, podem-se observar esses casos comuns: “Dispensa do serviço do exercito. Do Sr. Capitão do 18º corpo provisório de cavallaria, Manoel do Amaral e Silva, por incapaz do mesmo serviço, e ser prejudicial à disciplina a sua estada nas fileiras do exercito; conforme informarão os seus chefes”⁵⁶⁴.

Um caso de expulsão foi relatado por José Luiz Rodrigues da Silva, mais um veterano brasileiro. Em suas Recordações fez observações sobre a aplicação da justiça. Alguns oficiais da Cavalaria da Guarda Nacional afastaram-se em demasia do acampamento, possivelmente tentando escapar, mas foram reconduzidos e expulsos, como indignos de pertencerem ao exército brasileiro, em operação no Paraguai. Apesar de ter havido o Conselho de Investigação, o Comandante em Chefe, Conde d’Eu, não admitiu as justificativas.⁵⁶⁵ O próprio Rodrigues da Silva, na qualidade de 1º Cadete e 2º Sargento do 4º Regimento de

⁵⁶¹ CERQUEIRA, op.cit. p.165.

⁵⁶² Ibid., p. 50.

⁵⁶³ FRANCISCO, Diário da Campanha, p. 4.

⁵⁶⁴ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Ordem do Dia nº184, 26 de janeiro de 1868, p.77.

⁵⁶⁵ SILVA, op.cit. p. 85.

Cavalaria ligeira, reclamou que o regulamento era implacável e, por ocasião da marcha para Paissandu, perdeu uma pistola e “não foi preso por um milagre”. Entretanto a perda dessa peça de armamento, facilmente desprendida da cintura ao galope do cavalo, constou na sua fé de ofício. Pelo extravio de qualquer peça de fardamento por parte dos combatentes do exército, além do desconto da quinta parte do soldo, eram castigados com pancadas de espada de prancha. Não se levava em conta o imprevisto da falta e nem mesmo se o soldado tinha conduta exemplar.⁵⁶⁶ Os casos de expulsão eram constantes já no início da guerra. Em 1865, o General Osório fiscalizava tudo e, na tentativa de organizar o exército, determinou a expulsão de um indivíduo das fileiras da 2ª Divisão: “Exmo. Sr. General Andréa . – Mande V.Ex. Excluir do estado effectivo do Batalhão 13ª de infantaria, o estrangeiro Francisco Ângelo que no mesmo Batalhão tem praça de corneta-mór, e que só serve de peso ao Exército, porque não sabe as suas obrigações; é ébrio e desordeiro”⁵⁶⁷.

Ao analisar as Ordens do Dia provenientes do Arquivo do Exército, vejo que elas são prodigiosas em informações sobre o cotidiano da guerra, especialmente no aspecto quando a disciplina era quebrada, mas em alguns casos o seu conteúdo não entra em detalhes para se fazer uma análise criteriosa, do princípio ao fim. Nesse caso específico não foi possível descobrir quais foram as penalidades e por que oficiais se recusaram a obedecer a uma ordem de seu comandante:

Relação dos officiaes que se recusarão acompanhar o seu commandante e camaradas para tomar parte com elles na tomada desta vila.

Do 4º Regimento

Sr. Capitão Clemente José de Araújo

Do 5º Regimento

Os Srs.: Capitães Antonio de Souza Severino e Francisco Olinto de Carvalho.

Tenente Germano José da Roza

Alferes João Luiz da Costa, Daniel de Lelis Godinho, Julio Cezar Carneiro da Fontoura e Messias José de Freitas.

José Antonio da Silva Lopes

Tenente-Coronel Deputado do Ajudante General.⁵⁶⁸

Muitos desses crimes eram efetivados quando os soldados estavam embriagados, pois nas Forças Armadas, substituindo o vinho português, a aguardente nacional – a cachaça – constava da ração que se fornecia diariamente aos soldados e marinheiros. Em pouco tempo, esse hábito tornou-se vício e o abuso da medida veio a se constituir na causa da maior parte dos atos de indisciplina que se produziam diariamente nos acampamentos e navios, chegando

⁵⁶⁶ SILVA, op.cit. p. 128.

⁵⁶⁷ OSORIO; OSORIO FILHO, op.cit. p.81.

⁵⁶⁸ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Ordem do dia 24, Arquivo do Exército, p.171.

por vezes a assumir a gravidade da desordem e da desobediência das leis: “Exoneração. Do Sr. Alferes do 51º corpo de voluntários, Bráulio Carlos Cezar, da comissão do posto que exercia, por entregar-se com frequência ao vício da embriaguez, conforme foi provado em conselho de inquérito”.

As noites frias impunham o uso do santo remédio para esquentar os nervos, a aguardente de cana, apelidada de gerebita, conhecida como o melhor remédio para todos os males, desde a “surdez crônica ao medo de morrer na mão de um paraguaio insolente e bárbaro”⁵⁶⁹. Inveterados alcoólatras eram mantidos nos quadros ativos da marinha, não só marinheiros e soldados, entre os quais o vício era generalizado, mas também graduados, mestres, guardiões, patrões etc., que, não raro, se embriagavam a bordo e até quando em serviço, sendo comum virem a terra nesse estado⁵⁷⁰. Cerqueira apresentou o caso de um soldado que ele encontrou bêbado, pois dera conta da garrafa inteira, e o castigo que lhe foi aplicado: “Apresenta este homem ao sargento; que o ponha de plantão em ordem de marcha, com pedras na mochila, até segunda ordem”⁵⁷¹. Soldados que lutavam bêbados não eram raros, possivelmente bebiam por medo, para se aquecerem e até para espantar a fome. Um subalterno do capitão Xavier da Câmara tomou de mais e foi aprisionado quando permaneceu no campo de batalha enquanto os outros combatentes se retiravam, mas foi resgatado são e salvo algumas semanas mais tarde⁵⁷².

Dionísio Cerqueira lembrou detalhadamente o caso de dois soldados brasileiros que foram castigados com espada de prancha, pelo assalto a um oficial argentino para roubar, crime para o qual estava prevista a pena capital no 18º artigo de guerra, e que não foram levados a julgamento pela Justiça Militar. Declarados mortos pelo médico, possivelmente na tentativa de salvá-los, reapareceram tempos depois para espanto de seus companheiros. O próprio Cerqueira justificou que os generais comandantes do Corpo do Exército, impedidos de aplicar a pena de morte, que era uma prerrogativa do Imperador, preferiam a punição imediata em lugar de deixar a questão a cargo do tribunal que se arrastava em longas discussões, alegando que a demora na aplicação da justiça enfraqueceria os princípios de autoridade, disciplina e respeito mútuo entre superiores e inferiores.

Para se ter uma vaga ideia dos intrincados problemas que envolviam o assunto, muitas memórias que os ex-combatentes descreveram esclarecem como a Justiça foi aplicada.

⁵⁶⁹ DUARTE, op.cit.p. 81.

⁵⁷⁰ GREEMHALGH, J. F. L. Presigangas e Calabouços ou prisões da marinha no século XIX. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1998. p. 17.

⁵⁷¹ CERQUEIRA, op.cit.p. 305.

⁵⁷² Ibid., p. 262.

De fato, vários castigos eram decididos pelo comandante quando ocorriam determinadas faltas, para evitar a morosidade dos julgamentos do Conselho de Guerra porém não respeitavam os regulamentos da Justiça Militar. Mas, ponderou Cerqueira que o castigo foi excessivo, nesse caso específico dos dois soldados brasileiros, 1500 pranchadas – punições com golpes de espada de prancha, sem ponta nem gume, - quando não se podia castigar com mais de 50 pancadas de espada e que a lei estava sendo violada.⁵⁷³

Naquele tempo, havia o castigo corporal, legitimado pelos regulamentos que ainda vigoravam⁵⁷⁴. O próprio General Osório, que punia com extrema severidade, em outras ocasiões era benévolo para os soldados a quem perdoava muitas faltas, pois quando se dirigia ao lugar onde se achavam os presos, à Guarda, assim chamada, havia alegria nos detidos, pois o general mandava logo soltar os de culpas leves, e os outros logo após ligeiro castigo ou sem ele⁵⁷⁵.

O clima de oposição foi frequente contra os brasileiros, constatado através de uma tentativa de extermínio contra a Brigada Netto. Os vendedores correntinos Pedro Galazza e Eloy Medina entraram no acampamento vendendo pão com vidro moído, o que acarretou graves doenças em todos os soldados que o comeram, sendo medicados pelo 2ºCirurgião da Brigada, Dr. Ulisses Pontes. Os comerciantes foram presos e enviados para Buenos Aires, sendo posteriormente soltos porque o Dr. Molina, cirurgião do exército argentino, declarou que tendo feito experiências não encontrou no pão apreendido nenhuma substância prejudicial à saúde. Entre a afirmação de um médico e a negativa de outro, salvaram-se os réus.⁵⁷⁶

Através do Livro de Socorros da Marinha, espécie de documentação relativa ao marinheiro, onde se registravam o recebimento do soldo, as baixas por doenças, as compras de uniforme, o recebimento de gratificações, a incorporação, os sinais característicos, etc., é possível investigar os crimes e as punições a que estavam sujeitos. Antonio José dos Santos recebeu 250 chibatadas por insubordinação, deserção e por ter “se armado de uma navalha de marinheiro quando o comandante ordenou tirar a camisa, sendo preciso ser amarrado para receber o castigo.”⁵⁷⁷ José Gouvêa da Silva foi “castigado em 25 de janeiro de 1865 com 25 chibatadas por prática de atos imorais.”⁵⁷⁸ Castigo mais severo pela mesma falta disciplinar recebeu Felio Lamiano Batalha Monteiro, que foi “castigado com 175 chibatadas por ser

⁵⁷³ CERQUEIRA, op.cit.p. 59.

⁵⁷⁴ Ibid. p. 12.

⁵⁷⁵ MAGALHÃES, J.B. **Osório**: síntese de seu perfil histórico. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978, p. 122.

⁵⁷⁶ OSORIO; OSORIO FILHO, op.cit. p. 108.

⁵⁷⁷ ARQUIVO NACIONAL. Livros de Entradas e Saídas dos Hospitais e Enfermarias durante a guerra do Paraguai. Livro de Socorros da Parnahyba, f. 121. Série Marinha – XVII-M 3.925.

⁵⁷⁸ Ibid., f. 115.

encontrado no porão com o grumete Benedicto Mauricio do Espírito Santo para atos imorais.” Além de recusar-se a tirar a camisa para receber o castigo.⁵⁷⁹ Dionizio Marcelino sofreu castigo duas vezes com chibata, por estar embriagado e levar aguardente para bordo.⁵⁸⁰ O Regulamento era rigoroso também quanto aos uniformes:

Em 22 de julho, o Tenente Luís José de Almeida Couto, do 31º, que fora absolvido pelo Conselho de Guerra no processo a que respondeu pelo fato de haver se apresentado em formatura de alarme de calça branca, contra ordens em vigor, e recusado recolher-se à guarda do acampamento, como lhe fora ordenado, teve confirmada a sentença pelo Conselho Superior Militar de Justiça, em 18 de maio de 1867 que mandou, em 22 de julho, cumprir a decisão em 22 de julho⁵⁸¹.

E quanto à falta de respeito aos Comandantes da Companhia:

Em 8 de junho de 1867, o Conselho Superior Militar de Justiça impunha pena de 10 anos de prisão, com trabalho, ao soldado do 32º Corpo de Voluntários Leonel Francisco Nunes. Havia o réu resistido a prisão, faltando com o respeito a seu Comandante de Companhia, empunhando na mesma ocasião um sabre-baineta. Sendo desarmado, desprende-se dos que o pegavam, foi a barraca e, armando-se com uma carabina, disparou-a em pontaria ao referido Comandante de Companhia, pelo que fora condenado como incurso nas penas dos artigos 1º e 24º dos de guerra⁵⁸².

Faltando à formatura:

Em janeiro de 1867, tomou o Exército conhecimento, pela Ordem do Dia do Comandante-em-Chefe, de que fora absolvido pelo Conselho de Guerra e confirmada a sentença pela Junta Militar de Justiça, o 2º Sargento José Augusto Martins, do 37º, no processo a que respondeu, por faltar continuamente às formaturas e declarar que não fazia serviço enquanto não fosse pago de seus vencimentos⁵⁸³.

Foram constantes na leitura de documentos casos de conduta que não condiziam com a Justiça Militar: a deserção, os homicídios, a embriaguez, as brigas, os atos de insubordinação, de revolta, de resistência, de desobediência, os roubos e saques, os atentados contra a propriedade, as violações, os atos imorais e outros delitos estavam longe de ser raros, muito pelo contrário, eram bastante frequentes e constam numa profusa documentação. O conflito que se iniciava multiplicaria os problemas, pois seria prolongado e se desenvolveria em terreno inóspito e longe do comando central. Também porque a composição humana do exército e da marinha: veteranos, prisioneiros,⁵⁸⁴ mercenários estrangeiros, presos, voluntários, involuntários⁵⁸⁵ e guardas nacionais afastados de suas ocupações tradicionais e

⁵⁷⁹ ARQUIVO NACIONAL. Livros de Entradas e Saídas dos Hospitais e Enfermarias durante a guerra do Paraguai. Livro de Socorros da Parnahyba f. 159.

⁵⁸⁰ Ibid., f. 70.

⁵⁸¹ DUARTE, op.cit.p. 8.

⁵⁸² Ibid., p. 49.

⁵⁸³ Ibid., p.203.

⁵⁸⁴ FRAGOSO, A. T. *História da guerra entre a tríplice aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958, v.III. p. 280.

⁵⁸⁵ RODRIGUES, M. S. *Os (In) voluntários da Pátria: a Bahia na Guerra do Paraguai*. Dissertação (Mestrado), UFBA, 2001.

lares – não era a mais apropriada o que tornava mais difícil ainda obedecer a severas normas disciplinares e estritos princípios hierárquicos que condicionavam toda a vida pessoal e profissional de um soldado.

4.9 UM ATENUANTE: O PODER DA FÉ

“Mil graças a Deus! Está finalmente terminada a guerra!” Foi assim que o Marechal Câmara anunciou em carta à sua esposa, Maria Rita, o término da luta de cinco anos, a maior e a mais sangrenta de toda a América, em 1º de março de 1870. Ele louvou como o salmista (Salmo 143 – Livro dos Salmos do Santo Profeta Davi), demonstrando um alto grau de religiosidade:

Bendito seja o Senhor, meu Rochedo,
Que adestrou minhas mãos para o combate,
E os meus dedos para a guerra,
Minha misericórdia e minha cidadela,
Meu baluarte e meu libertador,
Meu escudo e meu refúgio,
Que a mim submeteu os povos.”⁵⁸⁶

O reduzido serviço religioso do exército teve a seu cargo, a assistência espiritual de milhares de soldados brasileiros, das mulheres, como esposas ou companheiras de muitos deles e os filhos nascidos de tais uniões, que seguiram as marchas e vicissitudes das tropas.

Na Guerra do Paraguai a assistência religiosa foi prevista e tornou-se parte fundamental quando colocada em prática, provavelmente para o bom andamento e disciplina nos campos de batalha. Em 1º de março de 1865 assumiu o comando do exército brasileiro, o General Manuel Luis Osório e logo no dia seguinte tomou providências urgentes para reorganizar toda a estrutura militar. Entre elas solicitou ao Governo Imperial “um altar portátil para o serviço religioso”⁵⁸⁷, e deliberou que os serviços espirituais nas seções dos hospitais ficassem a cargo dos capelães dos Corpos das respectivas Divisões. No caso de um certo Frei Fidelis d’Avila, que não pertencia a Corpo algum foi determinado um batalhão para ele atuar.

⁵⁸⁸ O Reverendo missionário capuchinho italiano, junto com outros dois, acompanhava o exército, homens sérios e distintos, que se consagraram ao conforto espiritual de seus semelhantes, viviam exclusivamente para a religião e a prática do bem, respeitados por todos, desde o general em chefe até o último soldado.

⁵⁸⁶ CAMARA, op.cit. p. 420.

⁵⁸⁷ OSÓRIO; OSÓRIO FILHO, op.cit. p. 44.

⁵⁸⁸ Ibid., p.115.

De saúde e atividades prodigiosas, os sacerdotes não descansavam, não dormiam, por cama usavam capotes de infantaria. Nas marchas, em meio da toda sorte de dificuldades, cediam seus cavalos aos doentes, fazendo o trajeto a pé, de alpargatas, alegres e contentes. Recebiam um pequeno soldo, que distribuíam por completo entre os enfermos, nada reservando para si, pois comiam com os oficiais, gratuitamente. Frei Fidelis, lutava com os soldados no hospital para que eles não comessem carne na sexta-feira santa, no que muitas vezes não era atendido. Comprava dos soldados objetos roubados das igrejas e num domingo durante a missa disse: “Soldates, dá cá a custodia, eu reza por ti, eu te dá boliviano, sim soldates”⁵⁸⁹. Porém, em outras ocasiões verificava-se acentuado sentimento religioso, como em abril de 1867, “numa marcha e busca do inimigo na região do Apa, causou má impressão aos soldados lutarem nos dias da Semana Santa”⁵⁹⁰.

Acabada a guerra, de regresso ao Rio de Janeiro, Frei Fidelis foi alvo de homenagens populares, principalmente por parte do Imperador D. Pedro II, que o encheu de atenções e condecorações, promovendo-o a coronel honorário do Corpo Eclesiástico do Exército.⁵⁹¹ Mereceu também referência honrosa em Ordem do Dia, número 56, do General Osório; “o Reverendo missionário capuchinho Frei Fidelis d’Avila, é também credor de particular menção, pela caridosa dedicação, desvelo e zelo que tem sempre consagrado a nossos feridos e enfermos”⁵⁹². Outro sacerdote que mereceu destaque pela sua dedicação e amor ao próximo, foi o Padre Joaquim Lopes Rodrigues, vigário da paróquia de Jaguarão. Baiano, figura de alto relevo do clero rio-grandense, conservou-se no exército até o final da campanha e mereceu menções honrosas em Ordens do Dia. Por seu comportamento excepcional conquistou as condecorações dos hábitos de Cristo e da Rosa, e foi recebido em Jaguarão com as maiores honrarias e distinções⁵⁹³.

Além de acompanharem as tropas, os sacerdotes celebravam missas e procissões,⁵⁹⁴ solenidades de bênção à bandeira atuando nos hospitais, confortando feridos, doentes e ministrando os últimos sacramentos. A solenidade de bênção à bandeira era realizada por ocasião da partida dos batalhões para a guerra e finda a cerimônia era a bandeira entregue ao comandante interino designado⁵⁹⁵. Essas cerimônias produziam em alguns forte emoção, como posso observar nos relatos de Taunay: “Nesse acampamento assisti a uma missa

⁵⁸⁹ SILVA, op.cit. p. 117.

⁵⁹⁰ TAUNAY, op.cit., 1927, p. 119.

⁵⁹¹ SILVA, op.cit. p. 117.

⁵⁹² OSÓRIO; OSÓRIO FILHO, op.cit. p. 238.

⁵⁹³ Ibid., p.119.

⁵⁹⁴ PROCISSÃO NO ACAMPAMENTO EM TUIUTI. Autor desconhecido. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

⁵⁹⁵ MARTINS, op.cit. p. 65.

campal, que me produziu enorme impressão. Não pude reter as lágrimas, quando, ao elevar-se a hostia, romperam todas as musicas o hymno nacional e cornetas e tambores tocaram marcha batida em continência a general em chefe”⁵⁹⁶.

Em algumas ocasiões também atuavam como parlamentares. De certa feita, na tentativa de obter a rendição dos paraguaios que estavam sitiados, proposta feita pelos chefes aliados, General Rivas e Coronel Barros Falcão, e enviados dois parlamentares que foram repelidos à bala, ofereceu-se então o Padre Ignacio Esmerati, capelão da Esquadra, que erguendo a imagem santa do crucifixo, obteve ser ouvido e, falando-lhes a linguagem do Evangelho, convenceu-os que era inútil a bárbara e inútil resistência⁵⁹⁷.

A documentação nos hospitais, em particular os livros de entradas e saídas, tinha a preocupação de registrar se os doentes e feridos falecidos tinham ou não recebido os sacramentos⁵⁹⁸.

Era evidente para os sacerdotes responsáveis por toda a dinâmica da espiritualidade que suas novas funções exigiriam vigor físico e amor ao próximo. Como todos os componentes do exército também suportaram as inclemências do tempo, a fome que castigou duramente os soldados, as inúmeras doenças e os ferimentos presentes durante todo o desenrolar da guerra. Alguns sucumbiram às doenças como foi o caso do simpático alferes Capelão, Padre Tomás de Molina que, atingido pela beribéri, em menos de um dia de enfermidade entrou em agonia, e cuja morte causou sentimento geral. A morte do padre, registrado por Taunay, em um de seus inúmeros livros sobre a guerra, comoveu a todos:

[...] na vespera conversara commigo amavelmente, fallando-me de um prato saboroso, que dizia chamar-se “carne sem agua”, e, mal passadas umas 15 horas, vieram participar-me que estava entrando em agonia. Corri a ve-lo e achei-o com horrivel dyspinéa nos últimos transes, a expirar!⁵⁹⁹.

Além das carências materiais era preocupante a falta de religião de alguns soldados imbuídos de ideias anticlericais em voga na época, devido a valores referenciados na vida militar como lutas, violências e guerras. Na documentação disponível são constantes termos como “Deus guarde a V.S.” ou “Deus preserve Vossas Excelências por muitos anos”, tratamentos sempre presentes nas trocas de notas entre aliados e entre paraguaios durante todo o conflito.⁶⁰⁰ As práticas religiosas nos campos de batalha se realizavam em função da

⁵⁹⁶ TAUNAY, op.cit., 1927. p. 27.

⁵⁹⁷ OURO PRETO, op.cit. p. 383.

⁵⁹⁸ BELLO, A. **Diário**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Coleção Mário Barreto, caixa 10, pasta 280, 17 de novembro de 1866.

⁵⁹⁹ TAUNAY, op.cit., 1927. p. 105.

⁶⁰⁰ THOMPSON, op.cit. p. 97.

própria dinâmica da guerra e eram fortemente marcadas pela influência da Igreja Católica, através de orações, missas, procissões e bênçãos. Antes das batalhas, as bênçãos eram dadas em nome da Santíssima Trindade, figura simbólica da religião, feitas confissões e celebrações de missas, sempre realizadas ao ar livre, quando as tropas estavam estacionadas em alguma vila e se formavam diante das igrejas, que em muitos casos serviam também como hospitais. Entoava-se o Te-Deum em ação de graças, em capelas improvisadas ou nas vilas que tinham igrejas, quando as tropas permaneciam um longo tempo estacionadas num mesmo lugar. E sempre, nas vitórias alcançadas, como foi o caso de Uruguaiana,⁶⁰¹ nas festividades de Santo Antonio, em 13 de junho de 1868 e na procissão de Nossa Senhora da Conceição, em 30 de maio de 1868.⁶⁰² Certamente uma missa como cerimônia religiosa coletiva era a oportunidade que os soldados devotos tinham para se reunirem em orações e pedirem aos santos de sua devoção proteção nos momentos de grande aflição. Eram frequentes as Ordens do Dia impregnadas de sentimentos religiosos. Assim é que, no dia 15 de agosto, dia de Assunção de Nossa Senhora, o Almirante Ignácio hasteou as bandeiras da Tríplice Aliança, e com dez couraçados, passou pela bateria de Curupayty às 7:30 da manhã. Emitiu, antes, a seguinte Ordem: “Brasileiros! A Virgem Santíssima da Glória, a Senhora da Vitória, e Assunção da Mãe de Deus, são órgãos que a Igreja Santa faz presidir no dia 15 de agosto. É, pois, com a Glória e a Vitória que iremos a Assunção”⁶⁰³.

As almas dos soldados, crentes e religiosos, eram cuidadas por capelães militares, não sua maioria, abnegados sacerdotes que se chamavam muitas das vezes Fidelis, Salvador, Serafim e outros, verdadeiros discípulos de Cristo, pela caridade evangélica, pela bondade sem limites e pelo valor. Os bons sacerdotes que atendiam as tropas eram exceções, “em número bem insignificante”⁶⁰⁴. O General Tasso Fragoso também se referiu a eles com elogio: “os ministros do altar, com palavras da religião, fortaleciam o espírito dos que sucumbiam; todos foram incansáveis na prática das medidas e providências tendentes a tornar menos calamitosa a epidemia”⁶⁰⁵.

O frei capuchinho Salvador Maria de Nápoles, que acompanhava o exército brasileiro, em carta a seus superiores relata que tinha duas missões principais durante a guerra: salvar as mulheres de “vida fácil” que acompanhavam o exército e converter ao catolicismo os soldados alemães protestantes, vindos do Rio Grande do Sul, e outros

⁶⁰¹ OSÓRIO; OSÓRIO FILHO, op.cit. p. 121.

⁶⁰² SALLES, op.cit., 2003. p. 116-121.

⁶⁰³ THOMPSON, op.cit.p. 174.

⁶⁰⁴ SILVA, op.cit.p. 113.

⁶⁰⁵ FRAGOSO, op.cit. p. 202.

estrangeiros presentes nas fileiras aliadas.⁶⁰⁶ O serviço espiritual para a tropa era precário, poucos sacerdotes para milhares de soldados, sendo que o corpo eclesiástico efetivo do exército, na campanha, em alguns casos “nunca primou pela idoneidade; representava antes uma perfeita excrescência”.⁶⁰⁷ Alguns capelães deixavam soldados moribundos nos hospitais morrerem sem receber os sagrados sacramentos da religião ou, quando um ou outro padre comparecia para o cumprimento dos deveres do ministério, o fazia de forma o mais anticristão possível⁶⁰⁸.

Dentre os combatentes militares que estiveram nos campos de batalha da Guerra do Paraguai e legaram à posteridade a sua impressão sobre o conflito está Evangelista de Castro Dionísio Cerqueira, que redigiu sua obra já na maturidade, em 1910. Como é muito comum nessas memórias, registrou suas lembranças de acordo com aquilo que gostaria de preservar. Eram impressões preciosas sobre o cotidiano da guerra: o comércio, a alimentação, a estrutura do exército, a participação das mulheres, o atendimento médico e a religiosidade, devoção e fé dos soldados. Ele observou a atitude de alguns padres que não tinham caridade e amor pela profissão e, especificamente um que ao ser chamado no meio da noite para ministrar a extrema unção, a doentes e feridos, soldados com amor a Deus e a fé em outra vida, em vez de palavras amigas de conforto para a última viagem lançou, raivoso maldições: “vãe para as profundezas dos infernos, estava dormindo tão bem e esse diabo agora é que se lembrou de morrer”⁶⁰⁹. Cerqueira não quis identificá-lo, alegando que todo o exército o conhecia e se lembrava dele com desgosto.

A presença dos sacerdotes junto ao leito de morte é vista pela Igreja Católica como uma graça e uma necessidade que visava ajudar o moribundo a ter uma boa morte, e sua ausência como o pior dos infortúnios. De fato, alguns padres tinham consciência de sua responsabilidade nesse campo e a Igreja Católica, através dos séculos de sua história, sempre esteve atenta a essa obrigação religiosa, que tinha por objetivo a salvação da alma. Em 1653, Henri Arnould, bispo de Angers, dirige-se nos seguintes termos ao seu clero: “O que um vigário responderá a Deus no dia do Juízo, o que responderá a uma alma que, estando perdida para a eternidade o mais das vezes porque não foi assistida no fim da vida, pede a Deus, no meio das chamas eternas, justiça para quem tão desgraçadamente a abandonou?”⁶¹⁰

⁶⁰⁶ DORATIOTO, op.cit. p. 289.

⁶⁰⁷ SILVA, op.cit. p. 116.

⁶⁰⁸ Ibid. p. 116.

⁶⁰⁹ CERQUEIRA, op.cit. p.232.

⁶¹⁰ LEBRUN, F. **As reformas: devoções comunitárias e piedade pessoal**. In: ARIES, P. CHARTIER, R. (orgs.) História da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. V.3. p. 71-111.

Não resta dúvida de que o número crescente de mortos durante as epidemias que grassavam nos campos de batalha provocou modificações nos rituais fúnebres, pois muitas vítimas não puderam sequer ser sepultadas em cemitérios tradicionais. A maioria era enterrada em covas coletivas, sem cerimônias fúnebres, e sem a simbologia que envolvia a morte e os ritos que a cercavam normalmente realizadas pela igreja. Certamente, creio que, diante das epidemias e das grandes batalhas que provocavam milhares de mortes, esse ritual religioso foi obrigado a se modificar, pois a morte triunfou diante da precariedade sanitária, da impotência das autoridades, da falta de experiência dos médicos e da falta do serviço religioso.

Segundo a crença católica, a realização de todos os rituais seria de fundamental importância para garantir que a alma do finado alcançasse um bom lugar no Além, pois a morte ideal não deveria ser solitária. Logo após o falecimento, era fundamental a presença das pessoas ao redor do morto, protegendo-o com rezas e realizando os rituais que o levariam até o local da sepultura. Acreditava-se, portanto, que a assistência espiritual, como parte dos ritos fúnebres, garantiria ao falecido uma vida melhor em outro mundo⁶¹¹.

Rodrigues da Silva em suas *Reminiscências* registrou um capelão, o Padre Moura que, ao ser chamado para abençoar um soldado recém-falecido, cobriu-lhe de areia o rosto e o corpo nu dizendo com sarcasmo: “coitadinho, finou-se no verdor dos annos quando a existência lhe era tão feliz e risonha; está bom, carreguem o brejeiro, que está encomendado”⁶¹². A morte prematura, a falta de ritos fúnebres e sepulturas adequadas foram constantes em todos os cinco anos que durou a guerra.

Outro sacerdote, lembrado por Taunay em suas memórias, foi o Alferes Capelão Padre Antônio Augusto do Carmo, de Minas Gerais. Batalhador feroz, opinava com veemência para se prosseguir sempre até atingir Assunção, capital do Paraguai, mas adoeceu na Colônia de Miranda e não pôde, com extremo pesar acompanhar a Coluna quando seguiu para a região da fronteira do rio Apa. Uma vez restabelecido, acompanhou outra vez a Coluna e com um simples soldado, que o seguia morrendo de medo, atirou-se pela estrada afora armado de bom clavinote e com revólveres à cintura. Viajou sem novidades dois dias, no terceiro avistou a cavalaria paraguaia, começou sozinho a fazer fogo até que cercado e ferido, foi aprisionado e espancado. Tempos depois faleceu em Conceição, no Paraguai, para onde o

⁶¹¹ ARIES, P. **História da morte no ocidente**. Trad. Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

⁶¹² SILVA, op.cit. p. 114.

levaram como prisioneiro de guerra.⁶¹³ Acrescentou Taunay sobre o Padre Carmo: “Que juízo devemos fazer dele? De simples insensato ou ingênuo herói?”⁶¹⁴

O cônego francês João Pedro Gay, vigário da vila de São Borja, no Rio Grande do Sul, vinha, desde 1864 preocupado seriamente com a invasão paraguaia e dando expansão aos seus temores, escreveu alertando as autoridades militares, o presidente da província e os jornais. Testemunha da invasão no dia 12 de junho em território gaúcho, afirmou que os paraguaios, ainda governados pelo sistema jesuítico, veneravam muito os sacerdotes; penetraram, arrombaram e saquearam as propriedades brasileiras, inclusive a igreja matriz, por ordem do capelão da coluna, o Padre Duarte. Mas antes, os invasores se ajoelhavam diante das imagens dos santos e eram abençoados pelo padre “que dizia que era para purificar as pisadas dos perros brasileiros.”⁶¹⁵ O vigário Duarte, homem de toda a confiança do Marechal Solano Lopez, de quem passou por parente, representante e favorito, recebendo o título de El Vicário do exército, era obedecido por oficiais e soldados, trazia sempre consigo um revólver, além de uma comprida espada e uma grande vara que continuamente carregava na mão. O astuto Padre Duarte dava ordens aos soldados para venerarem e adorarem todas as imagens que encontrassem na vila, doutrina que era pregada pelos padres do Paraguai e que era obedecida cegamente. Dizia aos soldados, sempre com um espelho na mão, mostrando refletidas as suas imagens:

[...] brigai com valor, se morreres corajosamente na peleja, ireis imediatamente ressuscitar no Paraguai, da mesma forma que vos vedes reproduzidos neste espelho. Porém, se sois covardes, se recuais diante do inimigo, se desertais, sereis incontinentemente degolados, uns pelo inimigos, e outros por seus camaradas e, em vez de irdes ressuscitar em nossa querida pátria, caireis nas unhas do diabo no inferno, onde sereis eternamente açoitados e atormentados⁶¹⁶.

Um testemunho de oficial uruguaio, que fazia parte da coluna invasora, responsabilizou pelo estímulo ao saque o capelão e conselheiro do Tenente-Coronel Antônio de La Cruz Estigarribia, o Padre Duarte, “que tinha quase todos os vícios sem nenhuma das virtudes”⁶¹⁷.

No acampamento do exército ao toque de recolher, às oito horas da noite, todos os corpos se formavam. Depois da chamada, os sargentos conduziam as companhias para frente da bandeira, e rezava-se o terço. Alguns praças, entoavam com voz vibrante, sonora e cheia de sentimento, a velha oração do soldado brasileiro:

⁶¹³TAUNAY, op.cit., 1927. p. 135.

⁶¹⁴TAUNAY, op.cit., 1946. p. 243.

⁶¹⁵GAY, op.cit.p.73.

⁶¹⁶Ibid., p. 79.

⁶¹⁷DORATIOTO, op.cit. p. 174.

Oh, Virgem da Conceição, Maria Imaculada,
 Vós sois a advogada dos pecadores,
 E a todos encheis de graça com a vossa feliz grandeza.
 Vós sois dos céus princesa, e do Espírito Santo esposa,
 Maria, mãe de graça, mãe de misericórdia,
 Livrai-nos do inimigo e protegei-nos na hora da morte. Amén.

As músicas de quarenta batalhões acompanhavam aquelas grandes preces ao luar. Rezadas tão longe dos lares, a musicalidade servia para abrilhantar e criar atmosfera sonora das missas e procissões. Tocavam depois, ajoelhar corpos, e todos aqueles homens rudes e crentes, que se iam “bater como leões, no dia seguinte, caíram de joelhos, e, com as mãos musculosas, apertando os largos peitos valorosos, entoaram, cheios de contrição e de fé, ó Senhor Deus, misericórdia”.⁶¹⁸ As brigadas formavam-se às oito, os batalhões às sete, e as companhias as seis, ou antes, conforme o zelo de 1º sargento. Para a soldadesca que vivia a meio dia de folga na “Linha Negra”, que era uma posição de vigilância, e dobrando os afazeres, não deixava de ser fatigante essa formação, tanto tempo em pé.⁶¹⁹ Um soldado, o cabo Pio José Dias, dos sertões do rio São Francisco, não dava um tiro sem gritar: “Viva São Bom Jesus da Lapa.” Dizia que tinha assim mais fé na pontaria.⁶²⁰ Para ele, o simples fato da evocação de um santo poderia atuar na sua própria proteção e na certeza da sua pontaria. De fato, a prática de rezar para um santo permite conexão com uma força superior e ajuda a manter a fé.

O poder da imagem ajudou na construção da religiosidade e da devoção, sendo que o culto a Nossa Senhora é uma constante nos relatos analisados, pois na religião católica a Virgem Maria se enquadra perfeitamente na caracterização da Mãe bondosa, considerada a mais poderosa das mediadoras e era invocada contra toda espécie de doenças e em quaisquer circunstâncias, como posso observar na Ordem do Dia de 14 de agosto de 1867 quando o Almirante Joaquim José Inácio pediu proteção a Virgem Santíssima da Glória.⁶²¹ Apesar de a figura de Maria como virgem, esposa e mãe ser predominante entre os católicos, outras Marias se deixaram transparecer e se mesclaram entre os fiéis como Nossa Senhora Aparecida, mãe negra, revelando dessa forma que a imagem de Maria não é uma representação totalmente acabada ou definida. As famílias dos soldados também eram devotas fervorosas de Nossa Senhora, como relatou Cerqueira, ao ser ferido na cabeça que “mais tarde, foram sahindo esquirolas grandes e grossas, que minha mãe conservava numa caixa de

⁶¹⁸ CERQUEIRA, op.cit. p.134.

⁶¹⁹ Ibid., p.164.

⁶²⁰ Ibid., p.224.

⁶²¹ OSÓRIO; OSÓRIO FILHO, op.cit. p. 699.

ouro nos pés de Nossa Senhora da Piedade”⁶²² De fato, a figura da Virgem Maria tornou-se o maior elo entre a humanidade cristã e Deus. As reminiscências de Dionísio Cerqueira mostram, inclusive, um local de devoção construído por ordens superiores:

No alto da cochilha do “Potreiro Pires” construiu-se, por ordem superior, uma capelinha coberta de colmo e paredes de taipa de sebe. Todos os domingos a divisão inteira ia a missa. Era digno de ver o grandioso espetáculo d’aquella infantaria, formada em columnas contíguas, ajoelhar no campo, de cabeça descoberta, as armas em adoração e batendo no peito, quando o sacerdote levantava a hóstia e todas as cornetas tocavam marcha batida e todas as musicas hymno nacional e todas as bandeiras se abatiam até o chão. A ordem da divisão era para a missa às nove horas⁶²³.

Essa pequena casa de orações pegou fogo. Apesar de alguns soldados mais religiosos protestarem, nunca se descobriu o autor de tal ato. Através de algumas memórias iconográficas, fontes preciosas de informações, destacam-se soldados negros em formação.⁶²⁴ Certamente esses soldados de origem afro-brasileira tinham o seu modo peculiar de desenvolver práticas religiosas, marcando presença nos campos de batalha:

Humaitá, Humaitá
Ó Rei de Umbanda
Ogum já venceu demanda.
Foi lá no Humaitá
Onde Ogum guerreou
Foi lá em alto-mar
Que Iemanjá o coroou.
Beira-Mar...auê Beira-Mar
Beira-Mar...quem está de ronda é militar
Ogum já jurou Bandeira
Na porta de Humaitá
Ogum já venceu demanda
Vamos todos saravá⁶²⁵.

Mas o mais lembrado dos párocos em diários, reminiscências e pesquisas após a guerra, sem dúvida nenhuma, foi Frei Mariano de Bagnaia⁶²⁶, vigário de Miranda e representante do Bispo no Baixo-Paraguai. Por ocasião da invasão paraguaia, “tão querido dos brancos como dos índios, tentava restabelecer a paz, tão necessária naquellas tristes conjuncturas, não era ouvido e via-se desrespeitado”⁶²⁷, A história de Frei Mariano é lembrada nos dias atuais através do bloco As Sandálias de Frei Mariano, de Corumbá, em

⁶²² CERQUEIRA, op.cit. p.295.

⁶²³ Id., p.163.

⁶²⁴ SALLES, op.cit., 2003. p. 116-121.

⁶²⁵ GUIMARÃES, E.R.; LIMA, A. S. M. **Umbanda: sua codificação**. Rio de Janeiro: Erca Editora e Gráfica, 1993.

⁶²⁶ SGANZERLA, A. **A História de Frei Mariano de Bagnaia**. Campo Grande: FUCMAT, 1992.

⁶²⁷ TAUNAY, op.cit., 1927.p. 71.

Mato Grosso do Sul. Em 31 de janeiro de 2008, marcando a abertura da folia pantaneira, o bloco prometeu muita alegria e brilho nos desfiles das escolas de samba, atrativo da maior festa carnavalesca do Estado. Os corumbaenses, incluindo a Corte de Momo, sambaram até a Avenida General Rondon gritando “chispa, chispa, chispa”, ao som de uma banda de sopro. Se depender do bloco, formado por mais de 300 integrantes, e da autoestima resgatada pelo corumbaense, a praga de Frei Mariano está com seus dias contados. A letra do samba-enredo dá um “chispa” à maldição e ao azar, no linguajar pantaneiro, e um basta “ao chulé do padre” – vôte! –, e decreta: “Mas como praga de urubu/não mata cavalo/As sandálias de Frei Mariano/É carta fora do baralho”.

A lenda é cultivada há mais de 100 anos, embora o desenvolvimento de Corumbá tenha sofrido reveses por outros motivos, como o fim do comércio fluvial, após a Primeira Guerra Mundial; a chegada da ferrovia – que mudou o eixo econômico do velho Mato Grosso –; a dificuldade de acesso; a falta de investimentos públicos e privados e, ainda, o isolamento político com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul. “Estamos desmistificando essa coisa de maldição, de sandálias enterradas”, diz a diretora-presidente da Fundação de Cultura do Pantanal, Heloísa Helena Urt, que organizou o bloco com apoio do secretário-executivo de Turismo, Carlos Porto. “A lenda faz parte de nossa cultura, porém o problema de Corumbá não foi praga. O pior dos azares é o pessimismo daqueles que já foram poderosos”, diz ela.⁶²⁸ A lenda, a que ela se refere, é uma narrativa de caráter maravilhoso, em que fatos históricos são deformados pela imaginação popular.

Agora, quando a cidade e a região despontam no cenário estadual e regional com a perspectiva de transformar-se em polo de grandes indústrias siderúrgicas, retomando seu crescimento, a irreverência de seu povo se sobrepõe a uma antiga cisma ao padre italiano. Considerado herói da Guerra do Paraguai, Frei Mariano deixou a cidade no final do século XIX, irado com as calúnias contra a sua pessoa, uma delas de ser mau pagador. Foi preso e torturado, sobreviveu ao conflito e mandou levantar a Igreja Nossa Senhora da Candelária, em 1887. O que teria gerado sua insatisfação na cidade foi a fama de caloteiro por não pagar o construtor do relógio da matriz, um italiano, confiando na promessa de um político que garantiu o pagamento, mas não cumpriu⁶²⁹. O povo passou a boicotar os rituais religiosos. Uns dizem que Frei Mariano ao sair da cidade sacudiu o pó de suas sandálias, amaldiçoando Corumbá. Outros dizem que, ao embarcar, deixou cair as sandálias na água e, enquanto não

⁶²⁸ Disponível em <<http://www.corumba.ms.gov.br/modules/news/article.php?storyid=1032>> Acesso em 25 de janeiro de 2010.

⁶²⁹SGANZERLA, op.cit. p. 244.

fossem tiradas dali, Corumbá não desenvolveria. É possível entender melhor todo o enredo dessa questão através da leitura de seu diário, onde explicou que foi vítima de cruel injustiça e que a fama de mau pagador foi obra de alguns poucos jornais que recebendo vultosas somas lançaram calúnias e publicaram artigos contra ele ⁶³⁰.

Esse desconforto para a Igreja gerou sua transferência para São Paulo. Ao deixar Corumbá, pegando os chinelos, e batendo-os para tirar a poeira e disse: "desta cidade nem o pó levarei". Conta a lenda que ele enterrou as sandálias em um local desconhecido e que somente depois de encontrá-las a cidade iria crescer. Figura controvertida, vítima de surtos psicóticos, cometeu suicídio em uma aldeia no Paranapanema (SP), em 1888, aos 68 anos. Depois de cultivar por tanto tempo uma lenda que acabou se incorporando à cultura da cidade, o corumbaense finalmente se desprende de um fato noticiado na época e que também motivou um pessimismo em relação ao futuro da região, em processo de decadência a partir dos anos 1960.

A letra do samba-enredo é:
 A turma do diz que me diz que
 Diz/ que Frei Mariano
 Enterrou suas sandálias
 E azarou Corumbá – vôte!
 Mas como praga de urubu
 Não / mata cavalo
 As sandálias de Frei Mariano
 É carta fora do baralho
 Fora com o chulé do padre!
 Fora com o azar!
 Hoje eu quero é folia
 Hoje eu quero rosetar
 Vôte, vôte, vôte, vôte!
 Chispa, chispa, chispa!
 vôte, vôte, vôte, vôte!
 Chispa, chispa, chispa, VÔTE!

Observou-se que havia um forte predomínio da cultura religiosa entre os soldados, tanto oficiais como praças. A Igreja Católica, religião oficial do Governo Imperial, esteve presente nos campos de batalha, assim como as práticas religiosas de alguns soldados negros, perfeito sincretismo entre catolicismo e religiões de origem africana, quase nunca registradas em desenhos, pinturas e demais fontes sobre a guerra.

⁶³⁰ Ibid., p. 336.

5 CONCLUSÃO

É tempo de concluir.

Essa tese discutiu fatos fundamentais ocorridos durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), fatos como a fome, a doença e os crimes que os soldados enfrentaram durante todos os anos da guerra e que se tornaram comuns em detrimento aos problemas das lutas de um campo de batalha. É uma análise vista através da História Social e que procura dar visibilidade em grande parte aos soldados de pré e marinheiros imperiais, maioria absoluta dos contingentes do exército e marinha.

A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai foi uma catástrofe de erros, na qual recrutamentos, logística e suprimentos, entre outros problemas fundamentais para o desenvolvimento de uma guerra, tiveram que ser resolvidos com grande rapidez, constantes improvisações o que gerou uma grande quantidade de erros⁶³¹. De fato, se analisarmos a questão, veremos que em 1864 o Brasil não tinha um exército, na concepção própria da palavra, mas só corpos destacados em pequena força, num total de 14.796 homens, distribuídos por todo o país e que em abril de 1866 tinha, ao norte da Província de Corrientes, um exército de 33.000 mil homens, reunidos através de leis e decretos, com pouca instrução militar. Preparados e exercitados de modo precário no manejo de armas, os soldados, esperavam a hora da partida para a campanha, cabendo aos comandantes em chefes a tarefa quase impossível de prepará-los para as batalhas, e inculcar-lhes algum sentimento de disciplina, ordem e patriotismo. Diante disso podemos entender o gigantismo dessa operação e compreender todos os problemas inerentes a ele. Para muitos foi demorada essa organização e ineficiente em todos os anos que durou a guerra.

Entretanto, tudo estava por fazer, tendo no início das operações de guerra um general estrangeiro com opiniões contrárias às dos brasileiros, lutando contra mil dificuldades, a 300 léguas do oceano, com falta de meios de mobilidade em terra. Contavam, ainda, com a baixa das águas dos rios, vias de transportes mais utilizados, motivando o encalhe dos navios, com climas extremos, alimentos muitos diferentes aos que os soldados estavam acostumados em sua maior parte do norte do Brasil, incompatibilidade dos partidos políticos, total falta de mapas da região e com as sempre presentes epidemias. A quase intransponível questão da falta de mapas da região levou o exército a avançar lentamente, tornando-se necessária uma

⁶³¹ PEDROSO, op.cit.

calculada demora em todos os movimentos, criando grandes embaraços e esforços superiores aos preceitos militares, que aconselhavam segurança nas invasões.

No dia a dia um soldado, tanto do exército, da marinha, como os demais acompanhantes, conviviam com a comida imprópria e reduzida, o que certamente acarretou fome aos combatentes, e até mesmo perigosas e bruscas mudanças de dieta, provocadas por alimentos em conserva e por alimentos encontrados no meio ambiente, o que sempre resultava em males ao sistema digestivo. Além disso contavam com a falta de medicamentos e de pessoal médico habilitado e, muitas vezes com a saúde abalada e em péssimo estado físico, rumavam para as batalhas. Nas margens do Rio da Prata foram o frio, as moléstias mortíferas e a falta de socorros em marchas tão prolongadas em regiões distantes que ceifaram tantas vidas o que, a meu ver, poderia ser evitados. O Cônego João Pedro Gay, testemunha ocular da guerra, relatou a invasão paraguaia e os males que dela provinham:

Sofria de fome, porque passou bastante tempo sem farinha, sem erva-mate, sem fumo e várias vezes sem carne; e de frio e de nudez, porque por aquele tempo a estação invernal cresceu de intensidade, caíram chuvas em abundância, o frio fez-se sentir mais, e nossos soldados em geral não tinham recebido fardamento, nem soldos para comprar roupas com que se cobrir, chegando a desgraça de alguns, no campo raso em que estava nosso exército acampado, a terem somente uma enxerga velha que dobravam no chão para nele se sentar, afim de não se sentarem no meio do barro, e a se cobrirem com um couro fresco, que furavam ao meio para lhes servir de ponche, faltando-lhes absolutamente todo o vestuário, como ceroulas, calças, camisas e blusas”⁶³².

Portanto, o estudo sobre as epidemias permite entrar no campo das tensões sociais, dos choques culturais e da desorganização militar manifestados durante a guerra. Milhares foram os mortos, feridos e mutilados, entre civis e militares, na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), e é impossível de se saber até hoje o seu número exato. Nessa imensa lista de dizimação de impossível comprovação, penetro no campo da morte, e entre os milhares de vítimas, analiso a fome, as doenças e constato uma situação de fácil comprovação: que elas foram as mais temidas e maiores causadoras de mortes entre os protagonistas da ação bélica pesquisada. Constatação no mínimo interessante e instigante, já que numa guerra se espera que a morte e o maior número de vítimas acontecessem através de balas, granadas, baionetas, machados, metralhas e facas.

A guerra, porém, com a sua própria dinâmica, e neste caso específico atrelada à urgência, devido ao imprevisto do ataque das forças paraguaias, condicionou as autoridades a situações emergenciais, entre as quais nem sempre a vacinação e condições sanitárias eram as

⁶³² GAY, op.cit.p.119

prioritárias e como foi visto se tornaram uma das grandes causas de mortes em toda a população no cenário da guerra. Estudar esse tema é, na verdade, pesquisar outros assuntos, distintos da Guerra do Paraguai, mas intrinsecamente ligados a ela, contribuindo para o amadurecimento da reflexão sobre o assunto. O que, afinal, é o grande propósito de um trabalho científico. Apesar de tênues, as pesquisas sobre as mulheres na guerra ainda não garantiram que elas fossem retiradas de sua invisibilidade na produção historiográfica mas, convicta de sua presença, um dos meus objetivos foi mostrar que apesar da vasta produção acadêmica sobre a Guerra do Paraguai, posso afirmar que a maior preocupação da historiografia ainda se encontra em questões que pouco valorizam o cotidiano dos acampamentos e a presença das mulheres que, junto com os homens, sofreram e morreram de fome e doenças.

Hoje, porém, com a instituição da vacinação sistemática, a varíola foi praticamente eliminada e é considerada erradicada da face da Terra pela Organização Mundial de Saúde em 1980. A Guerra do Paraguai foi excessivamente longa, não porque faltassem aos aliados efetivos suficientes para vencer o exército do Marechal Francisco Solano Lopez, sobretudo tendo ele dispersado suas tropas em busca de objetivos secundários e divergentes, como os que o levaram a invadir e ocupar Mato Grosso, mas porque durante mais de dois anos, faltaram os navios de guerra adequados às operações contra fortificações poderosas. Os brasileiros eram de madeira, que obstruíam a navegação do rio Paraguai, eram destruídos com facilidade, inviabilizando a marcha ofensiva pelo território inimigo. Também porque o Brasil se encontrava desarmado, suas forças regulares dispersas pelo imenso território do País, a profissão militar em completo desprestígio, com uma Guarda Nacional em nível mais elevado do que o exército, porém incapaz e desorganizada, comandada por fazendeiros e barões com patentes compradas, subordinada a um ministério civil lotado de bacharéis e políticos das províncias, incompetentes para o comando. Mas podendo-se parafrasear o que a respeito do bloqueio dos Estados Confederados o Almirante David Porter, a quem o General Grant, nas suas *Memórias*, rende as mais altas homenagens pela relevante colaboração na campanha da Secessão Americana, dizia: “com meia dúzia de monitores couraçados de torres, a ousadia de Lopez teria sido esmagada em germen”⁶³³.

Por outro lado, a falta de planificação da guerra, cuja estratégia ainda era tema de discussão, o total desconhecimento do terreno, as péssimas condições de saúde dos soldados nos acampamentos, as doenças que causavam mais mortes que as batalhas, o desmazelo dos

⁶³³ TAVARES, R. A Marinha Brasileira na Guerra do Paraguai. **Revista do Instituto Histórico**, Biblioteca da Marinha, p. 562

soldados brasileiros, a desorganização do abastecimento, a fome, a falta de cavalos e outros animais, também uma desarmonia que existiu quase sempre entre os componentes do Grande Estado-Maior do Comando em Chefe, as hesitações, a frouxidão destes em levar por diante as operações, foram as causas incontestes da perda preciosa de tempo, que só redundava em vantagens para o inimigo, milhares de mortes e prolongamento da guerra, além de provocar constantemente atos de indisciplina entre os soldados do exército e os imperiais marinheiros. José Murilo de Carvalho esclarece:

Os comandantes navais brasileiros se recusavam a atacar Humaitá por desconfiança de que se tratasse de um stratagema de Mitre para destruir a esquadra imperial. Para muitos brasileiros e, certamente, para muitos argentinos, a aliança estava toda errada: Brasil e Argentina eram os dois principais inimigos⁶³⁴.

Erros que foram somando e se avolumando nos anos seguintes ao começo da guerra, agrupando homens de forças diferentes, enviando soldados doentes e sem vacinas para a região do conflito, confinados e transportados às centenas em navios impróprios, propagando doenças que já existiam nas regiões de origem. Adquirindo barracas francesas do mesmo modelo das utilizadas na Guerra da Criméia e inúteis para abrigar soldados na umidade e frio do pantanoso terreno da Bacia do Rio da Prata. Instalavam-se acampamentos nas baixadas os quais, após chuvas frequentes ficavam em estado lastimável, são situações relatadas em textos publicados depois do final da guerra, mas que nos dão uma dimensão da quantidade de erros estratégicos colossais em todos os aspectos de uma campanha militar: “os atoleiros que atravessávamos não eram somente vastos, eram tão profundos e em chão tão accidentado que muitas vezes as nossas peças desapareciam litteralmente, deixando apenas de fora uma parte dos cofrões dos armões”⁶³⁵.

Em Tuyuty, a 17 de fevereiro de 1867, o General Osório recebia do General Caxias um ofício com graves denúncias contra políticos e diplomatas:

Estes senhores, que ficam em suas casas, esperando as noticias de que nós outros fazemos nas campanhas, julgam que tudo é fácil, e que a guerra póde ser feita sem gente, sem dinheiro, sem armamento, e sem fardamento. Não há remédio sinão ter paciência, e carregar cada um a sua cruz. Antes de partir da Côrte, tratei com o Ministro que se expediriam logo as ordens á essa Província, não só para se suspenderem as eleições, como para que nenhum impedimento tivesse V. Ex. em reunir gente; mas voltei as costas, dormiram todos, e só foi a ordem para a suspensão das malditas eleições, depois os trabalhos eleitoraes e intrigas, á elles anexas, terem produzido o seu effeito; deixando na presidência da Província essa nulidade

⁶³⁴ CARVALHO, op.cit.p.189.

⁶³⁵ VEIGA, F. O combate de 1º de outubro de 1868. **Revista do Exercito Brasileiro**, Ano V, p.49, ,secção periódicos, Biblioteca Nacional.

administrativa, que a estava regendo, a reboque dos cabalistas, como vice-presidente. Assim vae tudo na nossa terra: e por isso é que estamos, há dois annos, a braços com uma guerra, que já estaria concluída, há muito, se as nossas coisas não tivessem, desde o começo desta campanha, sido tão mal dirigidas pelos chamados políticos e diplomatas⁶³⁶.

Também o General Osório, franco e sincero, se opunha aos desacertos tanto do governo como de seus comandados. Por ocasião de uma remessa de barracas e maletas impróprias ao uso, oficiou ao Ministro da Guerra:

Não apoio tolices, não convém o fornecimento; as maletas rompem-se logo e o óleo derretido pelo calor do sol arruína o fardamento. As barracas não podem ser conduzidas pelos soldados de infantaria por serem muito peizadas, especialmente estando molhada pelas chuvas⁶³⁷.

Em outra carta ao Ministro da Guerra, do Quartel General, em Tuyuty, a 25 de maio de 1866, dizia:

Combater é o menos, emquanto a fortuna ajuda; o difficil é depois accomadar os feridos, enterrar os mortos, reorganisar tudo, não tendo carretas ou outros meios de condução para trazer o necessário e levar de tão longe os doentes e até mesmo dar-lhes dieta no meio do campo, onde nada se tem. É uma verdadeira penúria e profundo desgosto para o General; ainda emcima alarma muito o dia⁶³⁸.

Rodrigues da Silva, veterano da guerra, deixou registradas as suas impressões e analisou de forma bastante crítica as improvisações, imprevidência e erros cometidos nos cinco anos que durou a guerra: batalhões de soldados chegavam às pressas comandados por cidadãos incompetentes, homens ineptos e sem instrução, não tendo noção dos preceitos militares e, certamente, com cargos conseguidos através de políticos e que nunca deveriam ter posições de inteira, absoluta e rigorosa responsabilidade. Assim que chegavam eram selecionados pelos generais na tentativa de confiar os comandos a poucos e raros oficiais competentes e responsáveis.

As guerras sempre foram violentas e a crueldade nelas existe como regra e a Guerra do Paraguai não foi exceção, devido ao fato, em parte pela nossa imprevisão de todo o procedimento do Marechal Lopez e pelo enfraquecimento do sistema militar do Império do Brasil.

⁶³⁶ OSORIO; OSORIO, p.322.

⁶³⁷ Ibid., p.48

⁶³⁸ Ibid., p.228.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, P. **História da morte no ocidente**. Trad. Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

ALCALA, G. R. **Residentas, destinadas e Traidoras**, p. 7.

ALCALA, G. R. **Residentas, destinadas y traidoras**, p. 8

ALMEIDA, J. C. S. **Os famigerados “artigos de guerra”**. Disponível em <<http://www.jurid.com.br/new/jengine.exe/cpag?p=jornaldetalhedoutrina&ID=7839>> Acesso em abril de 2009.

ALENCASTRO, L. F. (Org.). **História da vida privada no Brasil-Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 89.

ARAÚJO, A. R. **A assistência médico hospitalar no Rio de Janeiro no século XIX**. Rio de Janeiro: Atlas, 1992, p. 21.

ARQUIVO DA MARINHA. **Arquivo do Almirante Tamandaré**. Livro IX, doc. 117, 838, 769 e 770. 1866-1868.

____. **Arquivo do Almirante Tamandaré**. Livro VII, doc. 382, 479, 489, p.14.

____. **Compilação das Ordens Gerais 1866-1868**. Ordem Geral nº2- 4, vol.5.

____. **Relatório do Ministério e Secretaria de Estado da Marinha**, 1870.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXERCITO. **Marques de Souza**. Ordens do dia nº 4, 1 e 49, 189, 200, 1865. Tomo 3395.

____. **Osório**. Ordem do dia nº 116, 184, 250, 14 de setembro de 1868.

____. Ordem do dia n.24, 13 de outubro de 1865.

____. **Souza**. Ordens do dia, livro I, outubro de 1865.

ARQUIVO NACIONAL. **Cartas Particulares**. Caixa 813. Pacote 5.

____. **Correspondência sobre a Guerra do Paraguai**. Livro VI, código 547.

____. Cartas de D. Pedro II.

____. Livros de Entradas e Saídas dos Hospitais e Enfermarias durante a guerra do Paraguai. **Livro de Socorros da Parnahyba**, f. 121, 159. Série Marinha – XVII-M 3.925.

____. **Cartas Particulares**. cartas de Cecília (sinhã Velha) dirigidas ao irmão Balhazar, sobrinhos do Conde de Prados

ASSIS, M. **Crônicas, em obras completas**. Rio de Janeiro: W.M. Jackson, 1957.

BALBACH, A. **A flora nacional da medicina doméstica**. São Paulo: Edições a Edificação do Lar, 1969. Vol.I.

BARBOSA, F. C. J. **As doenças viram notícia**: Imprensa e epidemias na segunda metade do século XIX, In Uma história brasileira das doenças. In: Uma história brasileira das doenças. Vol. I.

BARBOSA, F. P. S. **Diário da Campanha do Paraguai**. 2000. Disponível em <<http://www.geocities.com/evidalb2000/vidacivil.html>> Acesso em abril de 2009.

BEATTIE, P. M. **A lei do sorteio militar em 1874 previa o fim dos castigos corporais**. Porém, no cotidiano da vida militar esse tipo de punição continuava a ser utilizada por oficiais.

BECKER, K. **Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul na guerra do Paraguai**. Canoas: Hilgert, 1968.

BELLO, A. **Diário**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Coleção Mário Barreto, caixa 10, pasta 280, 17 de novembro de 1866.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. **Aids/Hepatites Virais**. Brasília: Funasa, 2002. Vol.1.

____. Decreto n. 3371, de 7 de janeiro de 1865. In: Leis do Brasil, 1865, p. 3. Biblos, Rio Grande, 17: 121-130, 2005. p. 130

____. Código Criminal do Império, 1830.

____. Decreto de 29 de setembro de 1851.

____. Decreto-Lei N. 3513, de 12 de setembro de 1865.

____. Coleção das Leis do Império de 1865. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865. Decreto 3371, p. 36-39.

____. Coleção das Leis do Império de 1865. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865. Decreto 3371, p. 36-39.

____. Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865. Tomo XXV.

____. Decreto 3.371, de 7 de janeiro de 1865. In: Livro de Avisos, Circulares. IHGB, Lata 3114, Pasta I, p.4.

____. Decreto de 14 de setembro de 1850.

____. Decreto de 6 de agosto de 1855.

____. Decreto nº1, de 26 de maio de 1835.

____. Decreto-Lei n. 3383, de 21 de janeiro de 1865. p. 45.

____. Lei de 18 de agosto de 1831, artigo 1º. Coleção Leis do Império 1830 -1831, p. 50.

BRAY, A. **Solano López**. Soldado de la gloria y del infortunio. Buenos Aires: Guillermo Kraft Ltda, 1945.

BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

BURTON, R.F. **Cartas dos campos de batalha do Paraguai**. Trad. José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

CALMON, P. **O rei do Brasil**, vida de D. João VI. 1943.

CÂMARA DE DEPUTADOS. Sessão de 18 de março de 1864.

CÂMARA, R.P. **O marechal Câmara: sua vida militar**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1970.

CANCOGNI, M.; BORIS, I. **Solano Lopez**, o Napoleão do Prata. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem** - a elite política imperial. Brasília: UnB, 1981.

CARVALHO, J. M. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Revista dos Tribunais. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1988.

CASTRO, J. B. A milícia cidadã: a guarda nacional de 1831 a 1850. São Paulo: Nacional.

CENTRO DE ESTUDOS DE DIREITO MILITAR. **Revista Direito Militar**, Santa Catarina, v. 52, p. 28-30, mar./abril, 2005. Disponível em <<http://www.Cesdim.org.br>> Acessado em abril de 2009.

CENTURION, J. C. **Memórias o reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1929.p.222- 225.

CENTURIÓN, J. C. *Memorias: reminiscencias historicas sobre la Guerra del Paraguay*. Assunção: El Lector, 1987, Vol. II.

CERQUEIRA, E. C. D. **Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1929. .

CHALHOUB, S. **Cidade febril**. cortiço e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996/2004.

CIDADE, F. **Síntese de três séculos de literatura militar brasileira**. In: SOUZA, L.C. Medicina na guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.

COSTA, E. V. **Brasil, a era da reforma, 1870-1889**. In: BETHELL, L. História da América Latina, De 1870-1930. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. Vol.5.

COSTA, E. V. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

COSTA, W. P. **A espada de Dâmocles**: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do império. São Paulo: HUCITEC, 1996..

CUARTEROLO, M. A. *Soldados de la Memoria: imágenes y hombres de la guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Planeta Argentina, 2000.

CUNHA, M. A. **A chama da nacionalidade**: ecos da guerra do Paragua. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

DAVID, O. R. **O inimigo invisível**: a epidemia de cólera na Bahia em 1855-56. Dissertação (mestrado). UFBA, 1994.

DE MARCO, M. A. *La guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Planeta, 2003.

DELUMEAU, J. **Tipologia dos comportamentos coletivos em tempos de peste**. In: MACHADO, M. L. História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DINIZ, A. S. **As artes de curar nos tempos de cólera**. In: CHALHOUB, S. As artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

Disponível em < <http://gallica.bnf.fr/>> Acesso em fevereiro de 2009.

Disponível em < <http://gallica.bnf.fr/>> Acesso em fevereiro de 2009

Disponível em <<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/u434/000005.html>> Acesso em 04 de fevereiro de 2009 às 16h..

Disponível em <<http://www.bnf.fr/gallica>> Acesso em fevereiro de 2009.

Disponível em <<http://www.bnf.fr/gallica>> Acesso em fevereiro de 2009.

Disponível em <<http://brasilimperial.org.br/arquivos.htm>> Acesso em 31 de janeiro de 2008.

Disponível em <<http://www.corumba.ms.gov.br/modules/news/article.php?storyid=1032>> Acesso em 25 de janeiro de 2010.

DORATIOTO, F. F. M. **Maldita Guerra**: nova história da guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOURADO, M. T. G. Tropas femininas em marcha. **Revista Nossa História**, Ano 2, n. 13, p.38-41, novembro 2004.

_____. **Mulheres comuns, senhoras respeitáveis**. A presença feminina na Guerra do Paraguai. Campo Grande, MS: UFMS, 2005.

DUARTE, P. Q. **Os voluntários da pátria na guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981/1988. Tomo. III.

EXPILLY, CHARLES, **Mulheres e costumes do Brasil**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.

FERNANDES, T. M. Vacina antivariólica: seu primeiro século no Brasil (da vacina jenneriana à nimal). **Revista História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 6, n. 1, mar/julho, p.29-51, 1999.

FIGUEIRA, D. G. **Soldados e negociantes na guerra do Paraguai** São Paulo: Humanitas FFLCH-USP: FAPESP, 2001.

FIGUEIREDO, B. G. < http://www.fafich.ufmg.br/~scientia/art_beta2.htm> acessado em 1/3/2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FRAGOSO, A. T. **História da guerra entre a tríplice aliança e o Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957/1958. Vol.III.

GARCIA, E. **A morte do coronel Leon de Palleja**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1866.

GAY, J. P. **Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980.

GOLDONI, A. C. **Conflito e negociação**: as dificuldades de realização de recrutamento de Guardas Nacionais durante a Guerra do Paraguai na província do Rio de Janeiro. XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.

GOMES, L. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

GOMES, M. A. M. **A espuma das províncias: um estudo sobre os inválidos da pátria e o asilo dos inválidos da pátria, na corte (1864 -1930)**. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

GREEMHALGH, J. F. L. Presigangas e Calabouços ou prisões da marinha no século XIX. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1998. p. 17.

GUIMARÃES, E. R.; LIMA, A. S. M. **Umbanda: sua codificação**. Rio de Janeiro: Erca Editora e Gráfica, 1993.

GUIMARÃES, M. R. C. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. **Revista História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 12, n. 2, p.4-9, Rio de Janeiro, mai/ago. 2005.

HOBSBAWN, E. J. *History from below-Some reflections, History from below*. In: THOMPSON, E. P. *The Making of the English Working Class*. Londres: Krantz, 1965.

HOUAISS, Antônio. **Pequeno dicionário enciclopédico**. Rio de Janeiro: Larousse do Brasil, 1980.

IZECKSOHN, V. Resistência ao recrutamento para o exército durante as guerras civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unido na década de 1860. **Revista Estudos Históricos**, v.1, n. 27, 2001.

JORDÃO P. F. Q. **Arquivo Histórico do Exercito**. Ordem do dia nº 7, 28 de novembro de 1866.

JORDÃO, P. F. Q. **Arquivo do exército**. Livro 1, 1867, Ordem do Dia nº7.

KEEGAN, J. **Uma história da guerra**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KRAAY, H. **Escravidão, cidadania e serviço militar na mobilização brasileira para a Guerra do Paraguai**. Estudos Afro Asiáticos nº. 33. Rio de Janeiro, 1988.

KRAAY, H. **Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial**. Diálogos. Maringá: DHI/UEM, 1999. Vol. 3.

LASSERRE, D. D. *Memórias de Mme. Dorothea Duprat de Lasserre*. Rio Grande: Livraria Americana, 1893.

LE GOFF, J. **As doenças tem história**. Lisboa: Terramar, 1997.

LEBRUN, F. **As reformas: devoções comunitárias e piedade pessoal**. In: ARIES, P. CHARTIER, R. (orgs.) *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Vol.3.

LE MOS, R. **Cartas da guerra: Benjamin Constant na campanha do Paraguai**. Rio de Janeiro: Museu da Casa de Benjamin Constant, 1999.

LEONZO, N. **As cartas de Burton**. Campo Grande: Correio do Estado, 3 de fevereiro, 2000.

LIMA, J. G.; VALLADARES, R. SANCHES, N. No rastro da História. **Revista Veja**, 8 de outubro de 1997.

LOBO, Helio. **Às Portas da Guerra: do ultimatum saraiva, 10 de agosto de 1864, a Convenção da Villa União, 2 de fevereiro de 1865**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

LÓPEZ, M. F. S. *Publicación de la Junta Patriótica*. 1926.

MAGALHÃES, J. B. **A evolução militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1998.

____. **Osório: síntese de seu perfil histórico**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.

MAGALHÃES, R. **Ao redor de Machado de Assis**. In: ALAMBERT, F. **Civilização e barbárie, história e cultura: representações culturais e Projeções da “Guerra do Paraguai” nas crises do Segundo Reinado e da Primeira República**. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, 1999.

MARTINS, A. I. O. **A participação de Goiás na guerra do Paraguai (1864-1870)**. Dissertação (mestrado). UFG, 1983.

MARTINS, Z. I. O. **A participação de Goiás na guerra do Paraguai: 1864 – 1870**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, 1983.

MATOS, K. **Jovita Feitosa**. Fortaleza: Edições Democrito Rocha, 2001.

MOTA, A.S. **Reminiscencia da guerra do Paraguai**. 2.ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1982.

NABUCO, J. **Um estadista do império Nabuco de Araujo**: sua vida, suas opiniões, sua época (1866-1878). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

NASCIMENTO, D. R.; CARVALHO D. M.; MARQUES, R. C. (org.). Uma história brasileira das doenças. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. vol. II.

OLIVEIRA, M. L. **Diário**. Polícia, delegacia de polícia, respectivamente maços 32, 28, 7, 28, 4. Porto Alegre: AHRs. Edições EST, 1997.

OSORIO, J. L.; OSORIO FILHO, F. L. **Historia do general Osorio**. Pelotas, RS: Typografia do Diario Popular, 1915.

OURO PRETO, V. **A marinha D'outrora**: subsidios para a história. Rio de Janeiro: Typographia Mont Alverne, 1894. p. 140.

PALLEJA, L. *Diário de la campaña de las fuerzas aliadas contra el Paraguay*. Montevideo: Imprensa de El Pueblo, 1865. p.149-150.

PALLEJA, L. *Diário de la Campaña de las fuerzas contra el Paraguay*. In: FRAGOSO, A. T. História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957. vol.II, p. 408.

PEDROSA, J. F. M. **A catástrofe dos erros**: razões e emoções na guerra contra o Paraguai. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

PEDROSA, M. X. V. **A cólera-morbo e a ordem da rosa**. Anais do Congresso de História do Segundo Reinado, Rio de Janeiro, 1984.

PEREIRA, B. **Pelo Brasil maior**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

PERROT, M. **As mulheres e os silêncios da história**, tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PIMENTA, T. S. **Doses infinitesimais contra a epidemia de cólera em 1855**. In: NASCIMENTO, D. R.; CARVALHO, D. M.(Org.) Uma história brasileira das doenças. Brasília: Paralelo, 2004. v. 1.

PIMENTEL, J. S. A. **Episódios militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.

PINHO, W. **Carta do imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe**. São Paulo: Companhia das Letras, 1933.

_____. **Cartas de guerra: Benjamin Constant na campanha do Paraguai**. Rio de Janeiro: Gráfica Imprinta, 1999.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, v.2, nº3, 1989, p. 3-15.

POR UMA SENHORA RIO GRANDENSE. Uma coroa aos soldados brasileiros bazar volante. Rio de Janeiro, v.2, n.32, p.2 e 3, 30 de abril de 1865. Obras Raras.

PRATA, S. J. **As condições sanitárias e higiênicas durante a Guerra do Paraguai**. In: NASCIMENTO, D. R.; CARVALHO, D. M. (Org.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

PROCISSÃO NO ACAMPAMENTO EM TUIUTI. Autor desconhecido. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

QUEIROZ, M. I. P. **O mandonismo local na vida pública brasileira**. Anhembi n.72, novembro de 1955.

QUÉTEL, C. **As mulheres na guerra**. São Paulo: Larousse, 2009. p.5.

REBOUÇAS, A. **Diário: a guerra do Paraguai (1866)**. São Paulo: Instrumento de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1973.

RELATÓRIO. **Presidente da província de Mato Grosso: Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho**, de 10 de outubro de 1864. p.6. Microfilme. Acervo do Centro de Documentação Regional. Dourados-MS.

REVISTA DIREITO MILITAR. Centro de Estudos de Direito Militar. Santa Catarina, v. 52, p. 28/30, mar./abri., 2005. Disponível em <<http://www.Cesdim.org.br>> Acesso em abril de 2009.

REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, em 22 de maio de 1868.

RIBEIRO, J. L. A. **A lei de 10 de junho de 1835: os escravos e a pena de morte no Império do Brasil; 1822-1889**. Dissertação (Mestrado). UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, L. **O barão de lavradio e a higiene do rio de janeiro imperial**. Rio de Janeiro: Itatiaia Limitada, 1992.

ROCHA, M. C. **Diário da campanha naval do Paraguai, 1866**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1999.

ROCHA, M. C. **Diário da campanha naval do Paraguai, 1866**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da marinha, 1999.

RODRIGUES, M. S. **Os (In) voluntários da Pátria: a Bahia na Guerra do Paraguai**. Dissertação (Mestrado) , UFBA, 2001.

ROMEIRO, J. **Um velho advogado na justiça militar**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1962.

SALLES, R. **Guerra do Paraguai: memórias & imagens**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003.

SANTOS FILHO, L. **História Geral da Medicina Brasileira**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1977. Vol. I.

SCHNEIDER, L. **A Guerra da Tríplice Aliança contra o governo da República do Paraguai**. Rio de Janeiro: Cultura, 1875. V. I, p. 168.

____. **A guerra da tríplice aliança contra o Paraguai**. São Paulo: Cultura, 1945. Vol. II.

SCHORSKE, C. E. **Pensando com a história: indagações para a passagem para o modernismo**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEIXAS, A. M. **A justiça militar no Brasil**. Estrutura e funções. Dissertação de (Mestrado). Campinas, SP, 2002.

SGANZERLA, A. **A História de Frei Mariano de Bagnaia**. Campo Grande: FUCMAT, 1992.

SILVA, E. **Dom Oba II D'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, J. L. R. **Recordações da Campanha do Paraguay**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo [s/d].

SODRE, N. W. **Formação histórica do Brasil**. 5.e.d São Paulo: Brasiliense, 1968.

SOUSA, J. L. P. **Campanha da vacinação contra a varíola durante a guerra contra o Paraguai, 1865-1870**. ANPUH, 2009.

SOUSA, J. P. **A presença da cólera, da diarreia e as condições sanitárias durante a guerra contra o Paraguai**: registros médicos e memórias. In: NASCIMENTO, D. R.; CARVALHO D. M.; MARQUES, R. C. (org.). Uma história brasileira das doenças. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. vol. II.

SOUZA JUNIOR, A. **Guerra do Paraguai**. In: História Geral da Civilização Brasileira, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1971. Vol. 4. Tomo II.

SOUZA, L. C. **A medicina na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1971.

TAUNAUY, A. E. **Dias de guerra e de sertão**. São Paulo: Melhoramentos, 1927.

____. **Cartas da Campanha de Matto Grosso**: 1865 a 1866. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1944.

____. **Diário do exército, 1869-1870**. De Campo Grande a Aquidabã a Campanha da Cordilheira. São Paulo: Melhoramentos, 1958, v. III, p.205

____. **Memórias**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1946.

____. **Recordações de guerra e de viagem**. Brasília: Senado Federal, 2008.

____. **Retirada da Laguna**. 15. ed. São Paulo: Biblioteca do Exército, 1959.

TAVARES, R. A Marinha Brasileira na Guerra do Paraguai. **Revista do Instituto Histórico**, Biblioteca da Marinha, 10 janeiro de 1868.

THOMPSON, G. **Guerra do Paraguai**. Trad. Homero de Castro Jobim. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

UJVARI, S. C. **A História e suas epidemias**: a convivência do homem com os microorganismos. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2003.

VEIGA, F. O combate de 1º de outubro de 1868. **Revista do Exército Brasileiro**, Ano V, p. 150-155. Rio de Janeiro: Biblioteca nacional, 1886.

VENANCIO, R. P. **Os aprendizes da Guerra**. In: DEL PRIORE, M. (Org.). História das crianças no Brasil. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

VILLANUEVA, C. F. **A participação das mulheres nas guerras e a violência política**. In: JONAS, E. (Coord.) violências esculpidas: notas para reflexão, ação e políticas de gênero. Goiânia: UCG, 2007.

VOLPATO, L. R. R. **Cativos de sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá (1850-1888)**. São Paulo: Marco Zero, 1993.

ANEXOS

ANEXO 1

Proposta

Para a continuação do contracto do fornecimento do exercito

José Luiz Cardoso de Salles, propõe-se continuar com o fornecimento do exercito do seu contracto celebrado no Estado Oriental na villa da União, mandado vigorar aqui, pelo Exmo. Sr. Commandante das Armas no Ordem do Dia n. 8 de 1º de Abril do corrente anno, devendo, todavia , no mesmo contracto fazer-se as modificações que abaixo se encontrarão.

Artigo 1º do Regulamento

A fiscalisação do serviço fica a cargo da Repartição do Quartel-Mestre-General.

Artigo 2º

As rações serão fornecidas aos corpos, quer de linha, quer de Guardas Nacionaes, á vista dos valles diários, por duas vias, assignados pelos Quarteis-Mestres, com o conforme do Fiscal, rubrica do commandante e o vosto do Assistente do Quartel-Mestre-General conforme o modelo n. 1.

Artigo 3º

A primeira via dos valles será substituída por uma livrança do corpo, no principio de cada mez, e esta livrança com a segunda via dos valles servira para que o contractador possa haver da Repartição do Quartel-Mestre-General, um conhecimento em que se declare a quantidade dos gêneros, o preço da tabella, o corpo a que foram fornecidos e o numero de praças.

Artgo 4º

A segunda via dos valles depois de feito o resumo, segundo o modelo n.2, serão com este entregues ao contractador, par com elle e com o conhecimento da Repartição do Quartel-Mestre-General a que se refere o artigo 3º poder ser pago pela alfândega de Uruguaiana, ou pela caixa militar no caso de ser esta ali estabelecida.

Artigo 5º

Nos fornecimentos das dietas segui-se-há o mesmo methodo com a diferença de serem os valles e as livranças assignadas pelo enfermeiro-mór, sob authorisação do facultativo encarregado da enfermaria e por este rubricado (modelo n. 3)

Artigo n.1 do contracto

O arrematante se obriga por sua pessoa e bens presentes e futuros, a fornecer a etapa por espaço de quatro mezes contatados do 1º de Outubro do corrente anno, ao exercito

compreendendo todas as forças do Império, existentes na Província ou no Estado Oriental, de observação ou em operações.

Artigo 2º

O fornecimento se fará segundo as tabellas seguintes:

1ª TABELLA

Para cavallaria quer em marcha quer acampada

Carne verde.....	1/60
Farinha.....	1/70
Erva-matte.....	3 onças .
Fumo.....	1/2
Sal.....	1

2ª TABELLA

Para Infantaria, quer em marcha quer acampada

Carne verde.....	1/60
Farinha.....	1/70
Erva-matte.....	2 onças.
Fumo.....	1/2
Sal.....	1

TABELLA SUBSTITUTIVA

Para Infantaria em povoado, beira mar ou rio navegavel

Carne verde.....	1/60
Farinha.....	1/70
Café.....	1 onça
Assucar.....	2 “
Fumo.....	1/2 “
Sal.....	1 “

Para cavallaria em povoado, beira mar ou rio navegavel

Carne verde.....	1/60
Farinha.....	1/70
Erva-mate.....	3 onça
Assucar.....	2 “
Fumo.....	1/2 “
Sal.....	1 “

Artigo 3º

O fornecimento será feito pelas referidas tabellas, conforme a determinação do commandante em chefe do exercito ou força em detalhe.

Artigo 4º

Os gêneros constantes de todas as tabellas serão fornecidas pelos pesos e medidas actualmente adoptados no Império, entendendo-se pela expressão uma rez, somente a carne della.

Artigo 5º

O arrematante é obrigado a fazer o fornecimento da etapa no lugar em que se acha cada um dos corpos ou destacamentos pertencentes á força do exercito, quer na Província do Rio Grande, quer em território do Estado Oriental, em marcha, acampado ou aquartellado.

Artigo 6º

Por convenção entre os cammandantes dos corpos e o arrematante, precedendo ordem do commandante em chefe do exercito, poderão as respectivas praças serem fornecidas por dous ou mais dias adiantadamente.

Artigo 7º

Os generos fornecidos serão todos da melhor qualidade, quando porém, por máos forem regeitados pelos commandantes dos corpos, ou commandantes do exercito ou de força em detalhe, ouvido o arrematante, resolverá, mandando receber os generos, se entender que a rejeição foi infundada, ou ordenando que o arrematante que os substitua por outros de melhor qualidade; caso seja fundada e o arrematante não o fazendo, pagará a multa do dobro do valor do genero rejeitado. Quanto á bondade da carne verde se attenderá a estação em que for fornecida.

Artigo 8º

Quando nas marchas forçadas do exercito, o arrematante por impossibilidade, proveniente do inimigo ou de força maior, não tiver algum dos gêneros da tabella, pela qual estiver fornecendo, o commandante do exercito poderá substituir os gêneros que faltarem por quaesquer outros que os compensem, e havendo falta absoluta de gêneros, devido ás causas precipitadas, o fornecedor será obrigado a suprir esta falta com a carne verde, dando uma rez para quarenta praças, durante o tempo em que durar a impossibilidade de obter gêneros, ficando por este modo considerada a etapa.

Artigo 9º

O fornecedor é obrigado a fornecer rações de aguardente na razão de 1/12 de quartilho por praça, sempre que o commandante do exercito o determinar, pelo preço fixo de quarenta réis por cada ração.

Artigo 10º

Quando o commandante do exercito reconhecer necessário para a boa manutenção da tropa a substituição de um genero por outro e até de qualquer das tabellas especificadas neste contracto, poderá ordenal-o, com tanto que o fornecedor seja prevenido com antecedência, e o valor do genero ou tabella que se substituir for igual ao da substituída.

Artigo 11º

O arrematante receberá pelo fornecimento de cada etapa de qualquer das tabellas acima mencionadas seis centos e setenta réis, quer esteja a força em marcha, quer acampada ou aquartellada, quer na província do Rio Grande do Sul, quer no Estado Oriental do Urugauy.

Artigo 12º

O ajuste de contas do arrematante, será feito com a caixa militar ou alfândegas de Uruguayana, do Rio Grande ou Porto Alegre nos primeiros dias do mez que seguir o tempo vencido, sendo feito em todo o caso o mais tardar antes de findar a primeira quinzena, dando-se-lhe em pagamento, dinheiro ou letras sobre o Thesouro Geral, Thesouraria de Porto Alegre ou Alfândega de Uruguayana, calculadamente a terça parte do dinheiro.

Artigo 13º

Todas as pessoas que o arrematante empregar no fornecimento de exercito ficão isentas do serviço do destacamento, uma vez que não pertençam ás fileiras do exercito, ficando outro sim sob a proteção do mesmo exercito, auxiliando este ao fornecedor com uma força em casos precisos, não podendo nunca ser distrahido para outro serviço o material do fornecimento, como sejam carretas, cargueiros ou outros quaesquer meios de condução ou accommodation.

Artigo 14º

Se durante o praso do presente contracto, o exercito de operações soffrer alguma alteração para menos por virtude de dissolução de alguns corpos, ou por marcha de algum delles para outras províncias do Império, ou por serem desligadas do corpo do exercito, ou por qualquer outra razão, o fornecimento se fará unicamente à força a que o exercito ficar reduzido, sem que por isso o arrematante tenha o direito de exigir qualquer indemnisação.

Artigo 15º

Se convier à fazenda publica a continuação deste contracto, além do praso de quatro mezes, o arrematante é obrigado a continuar com o fornecimento sob as mesmas condições estabelecidas, sem que possa allegar a falta de qualquer aviso prévio, salvo se quarenta dias antes de findar-se o praso estipulado, o arrematante declarar ao General em Chefe ou á repartição competente, que não lhe convem continuar além d'elle com o fornecimento.

Se antes de findar-se o dito praso, o exercito de operações tiver de ser dissolvido, considerar-se-há findo o tempo de contracto, trinta dias depois de avisado o arrematante pelo commandante em Chefe do exercito.

Artigo 16º

No caso do arrematante não fornecer em parte ou no todo os gêneros a que esta obrigado pelo presente contracto, ou no modo estipulado na condição sétima, será feito o fornecimento por administração ou por qualquer outro meio, á arbítrio do General em Chefe do exercito, e o mesmo arrematante obrigado a indemnisar o seu verdadeiro custo, conforme o estafo do mercado, qualquer que seja a sua importância, ouvindo-se para tudo o arrematante.

Artigo 17º

Quando por qualquer circumstancia se não ache habilitado a fazer o fornecimento ou parte delle por alguma das tabellas aqui mencionadas, o commandante do exercito empregará os meios necessários para que o fornecimento de faça, correndo toda a despeza do arrematante.

Artigo 18º

Ficão isentos dos pagamentos dos direitos nacionaes todos os gêneros de que o arrematante precisar par attender às necessidades do exercito.

Artigo 19º

O arrematante é obrigado a ter á sua custa um numero sufficiente de empregados ou propostos, peões, cavallos, bois, carros e outros objectos necessários para o transporte dos gêneros, afim de que com toda a promptidão e regulariedade, possa preencher as obrigações á que está sujeito pelo presente contracto.

Artigo 20º

Sempre que fôr possível, o arrematante será prevenido com antecedência de qualquer ponto para onde o exercito tiver de marchar afim de providenciar sobre o fornecimento.

Artigo 21º

As duvidas que se suscitarem na execução deste contracto, sobre quantidade e qualidade dos viveres, de sua prestação, etc., etc., serão resolvidas immediatamente pelo commandante de exercito: a decisão será logo cumprida pelo arrematante, tendo recurso para o governo ou authoridade que o representar. Todas as mais duvidas ou reclamações da parte do arrematante que do dito contracto se originarem serão decididas administrativamente sem que o arrematante possa recorrer ao poder judiciário, em qualquer tempo.

Artigo 22º

Estando a tropa aquartellada ou acampada junto de povoados, ficará a cargo do arrematante a condução dos gêneros para os quartéis ou acampamentos depois de recebidos dos depósitos pelos quartéis-mestres dos corpos.

Artigo 23º

Os resumos mensaes dos vales serão remetidos pelos corpos ao Quartel-Mestre General até o dia 5 de cada mez, para ter lugar a passagem do conhecimento, em vista do qual, se fará o pagamento aos arrematantes.

Artigo 24º

Caso o exercito passe ao território argentino ou paraguay, o arrematante será prevenido para poder fazer sua proposta para o fornecimento nos precitados paizes.

DIETAS

1ª Condição. O arrematante se obriga a satisfazer com toda a promptidão qualquer pedido legalmente feito dos gêneros constantes de 10 de Novembro do anno próximo passado, pelos mesmos preços e quantidades, e sob as condições de n. 2 a 5 de referido contracto.

2ª Condição. Para garantia desse contracto, obriga-se o arrematante a conservar o deposito da quantia de trinta contos de réis, que realizou nos cofres da Thesouraris de Fazenda da província do Rio Grande do Sul, em onças de ouro no valor de trinta mil réis cada uma, por ocasião de formar o contracto que vai findar.

3ª Condição. Este contracto deixará de vigorar, salvo novas condições, quando o exercito por qualquer eventualidade, ou em virtude de ordem superior, passar a outro território, que não seja o Oriental do Uruguay ou da província di Rio Grande do Sul, caso não seja aceita a proposta de que trata o artigo 24º do presente contracto.

O presente contracto será considerado provisório e durará unicamente em quanto diffinitivamente não for este serviço contractado na forma das ordens do governo Imperial, com tanto que o tempo que tem de decorrer da data do presente até a definitiva solução não seja menor que quatro mezes.

Se, porém, antes desse praso, for resolvido que este contracto não tenha vigor, o governo receberá todos os generos em deposito, que os contractores tiverem pelo preço do presente contracto ou conforme o preço das tabellas.

E por que fossem aceitos por S. Ex. o Sr. General em Chefe, os preços offerecidos em sua proposta pelo arrematante, e este se conformasse com todas as condições que ficão expressas, se lavrou o presente termo do contracto que fica dependente de approvação do governo

Imperial. (Assignado) Barão de Porto Alegre. Como procurador de José Luiz Cardoso de Salles, José Pinto da Fonseca Guimarães.

José Antonio da Silva Lopes.

Tenente-Coronel Deputado do Ajudante General⁶³⁹.

⁶³⁹ Arquivo do Exercito. Ordem do dia. Guerra do Paraguai. Marques de Sousa. 3395. 1 a 49. 1865, pp.99/110.

ANEXO 2

Ensaio da hygiene militar. Dr. J.E. de Lemos

“as innumeras condições de insalubridade é elle exposto nessas circumstancias. Temos ainda: a habitação bem que temporaria em abarracamento humidos, expostos ás intemperies, as fadigas, a agglomeração das praças (impossivel ás vezes de evitar-se), as privações de toda parte, as emoções do combate, sobretudo o desanimo em consequencia de uma derrota por exemplo, etc. Sam essas as causas incontestaveis das epidemias funestas que se observam em todas campanhas. Dessas condições surgem ordinariamente as molestias contagiosas que, encontrando um meio favorável para sua disseminação, propagam-se assombrosamente e devastam atrozmente! Minados pelas privações, exhaustos pelas fadigas, abatido o animo, longe da patria, da família, dos seus (o que muitas vezes constitue só por si uma molestia – “a nostalgia”) os militares de ordinario facilmente contrahem molestias e pelas mesmas razões difficilmente as vêm desaparecer. Tantas e tão variadas sam as causas de molestia em campanha que não se podem concretisar n’uma syntese que abranja pelo menos as principaes. Quasi todas, porém, pode-se affirmar-o, sam devidas as más condições hygienicas, “ordinariamente” irremediáveis a maior parte, fataes, subordinadas, como sam, ás circumstancias anormalas da vida em tempo de guerra e para as quaes é constantemente sollicitada a intervenção da hygiene. Si esta, porém, nem sempre póde prevenir o mal, póde quasi sempre, o que é muito, attenuar-lhe as consequencias, evitando a agglomeração, pondo em pratica os preceitos da hygiene individual concernente ao asseio, ao vestuário, a alimentação, impedindo que as praças se exponham sem necessidades ás intemperies, pugnando em suma, nos limites do possível, pela observancia de todos os ensinamentos prophylaticos com maior força de razão applicaveis aos recrutas que sam os mais expostos ás causas do molestias. O fornecimento de viveres deve ser, portanto, preocupação constante entre outras muitas dos chefes de um exercito. Assim também deve haver o maior cuidado na “habitação” dos praças em tempo de guerra: que os abarracamentos sejam situados em localidades salubres e, si não o podem ser, que haja, pelo menos, outras condições hygienicas (relativas ao asseio, ventilação, etc.) que se opponham á influencia nociva da situação inconveniente. Muitas vezes, com effeito, o exercito não pode acampar sinão em uma localidade humida, paludosa: é dever da hygiene prohibir expressamente todos os desvios que possam dar lugar ao apparecimento da infecção palustre; velar pelo agasalho, pela bôa alimentação, impedir as marchas, as fadigas, etc., sobretudo em jejum que é quando mais disposto se acha o organismo a contrahir a molestia. Prevenir, sempre que fôr possível, a

acção miasmatica e, declarada a infecção, pugnar ainda com maior empenho pela pratica de todos os preceitos de hygiene individual e coletiva que a prophylaxia aconselha. É evidente que nem sempre se poderá obter a taes regras, a hygiene tem porém, a obrigação de recommendá-la sempre. Assim é que ella não póde também deixar de apontar os perigos das transições bruscas de um calor elevado para um frio muito intenso, o que é causa para os órgãos internos de repercussões graves (pneumonia, plurises, etc.,) e a que expõem-se commummente os soldados mettendo-se por exemplo n'um banho muito frio com corpo banhado em suor logo depois de ter soffrido a acção de um sol ardente. Esta ultima (a insolação) é também causa de molestias: congestões cerebraes, meningites, etc. Para as partes do corpo naturalmente expostas (como por exemplo as mãos) as transições bruscas de uma temperatura muito elevada é causa de accidentes gravíssimos que se devem prevenir. Assim é habito exporem os soldados a acção do fogo para aquecêl-as, as mãos entorpecidas por um frio intenso e não raro é que sobrevenha a gangrena, a mortificação que exige quase sempre a perda do membro”⁶⁴⁰.

⁶⁴⁰ LEMOS, J. E. Revista do Exercito Brasileiro, Secção periódicos, Biblioteca Nacional, Typ. da Revista do Exercito Brasileiro, Rua da Alfândega, nº268, Tomo quatro, Anno terceiro, pp. 33-35, 1884.

ANEXO 3

Artigo 1º Aquelle que recusar, por palavras, ou discursos, obedecer às ordens dos seos Superiores, concernentes ao serviço, será condenado a trabalhar nas Fortificações; porém se se Lhe oppozer, servindo-se de qualquer arma, ou ameaça, será arcabuzado.

Artigo 2º Todo o Official, de qualquer graduação que seja, que estando melhor informado, der aos seos Superiores por escripto, ou de boca, sobre qualquer objecto militar, alguma falsa informação, será expulso com infamia.

Artigo 3º Todo Official, de qualquer graduação que seja, ou official inferior, que, sendo atacado pelo inimigo, desamparar o seo posto, sem ordem, será punido de morte. Porém quando fôr atacado por um inimigo superior em forças, será preciso provar perante um Conselho de Guerra, que elle fez toda a defesa possível, e que não cedeu senão na maior, e última, extremidade: mas se tiver ordem expressa para não se retirar, succeda o que succeder; neste caso nada poderá escusar, porque é melhor morrer no seu posto, do que deixa-lo.

Artigo 4º Todo o Militar que commetter uma fraqueza, escondendo-se, ou fugindo, quando fôr preciso combater, será punido de morte.

Artigo 5º Todo o Militar que, em uma batalha, acção, ou combate, ou em outra occasião de Guerra, der um grito de espanto, como dizendo: O inimigo nos tem cercado nós somos cortados quem puder escapar-se escape-se ou qualquer palavra semelhante, que possa intimidar as Tropas; no mesmo instante o matará o primeiro official mais próximo, que o ouvir, e se por acaso isso lhe não succeder, será logo preso, e passará pelas armas por Sentença do Conselho de Guerra.

Artigo 6º Todos são obrigados a respeitar as sentinellas, ou outras guardas; aquelles que o não fizer será castigado rigorosamente: e aquelle que acatar qualquer sentinella será arcabuzado.

Artigo 7º Todos os officiaes inferiores e soldados devem ter toda a devida obediência, e respeito aos seos Officiaes, do primeiro até o ultimo em geral.

Artigo 8º Todas as differenças, e disputas são prohibidas, sob pena de rigorosa prisão; mas se succeder a qualquer soldado ferir o seo camarada á traição, ou o matar, será condemnado ao carrinho perpetuamente, ou castigado com pena de morte, conforme as circunstâncias.

Artigo 9º Todo o soldado deve achar-se onde fôr mandado, e á hora, que se lhe determinar, posto que não lhe toque, sem murmurar, nem pôr difficuldades; e se entender, que lhe fizeram injustiça, depois de fazer o serviço se poderá queixar; porém sempre com toda a moderação.

Artigo 10º Aquelle que fizer estrondo, ruído, bulha, ou gritaria ao pé de alguma guarda,

principalmente de noite, será castigando rigorosamente, conforme a intenção, com que o houver feito.

Artigo 11º Aquelle que faltar a entrar de guarda, ou que fôr á parada tão bebado, que a não possa montar; será castigado no dia sucessivo com 50 pancadas de espada de prancha.

Artigo 12º Se algum soldado se deixar dormir, ou se embebedar estando de sentinella, ou deixar o seo posto antes de ser rendido; sendo em tempo de paz, será castigado com 50 pancadas de espada de prancha, e condemnado por tempo de seis meses a trabalhar nas Fortificações; porém se fôr em tempo de Guerra será arcabuzado.

Artigo 13º Nenhuma pessoa de qualquer gráo, ou condição que seja, entrará em qualquer Fortaleza, senão pelas portas, e lugares ordinarios, sob pena de morte.

Artigo 14º Todo aquelle que desertar, ou que entrar em conspiração de deserção, ou que sendo informado della, a não delatar; se fôr em tempo de Guerra, será enforcado: e aquelle que deixar sua companhia, ou Regimento, sem licença, para ir ao lugar do seo nascimento, ou á outra qualquer parte que seja, será castigado com pena de morte, como se desertasse para fóra do Reino: e sendo em tempo de paz, será condemnado por seis annos a trabalhar nas Fortificações.

Artigo 15º Todo aquelle que fôr cabeça de motim, ou de traição, ou tiver parte, ou concorrer para estes delictos, ou souber que se urdem, e não deletar a tempo os aggressores, será infallivelmente enforcado.

Artigo 16º Todo aquelle que fallar mal do seo Superior nos corpos de guarda, ou nas companhias, será castigado aos trabalhos da Fortificação: porém se na indagação, que se fizer, se conhecer, que aquella murmuração não fora procedida sómente de uma soltura de língua, mas encaminhada á rebelião, será punido de morte, como cabeça de motim.

Artigo 17º Todo soldado se deve contentar com a paga, com o Quartel, e com o uniforme, que se lhe der; e se se oppozer; não o querendo receber, tal qual se lhe der; será tido, e castigado como amotinador.

Artigo 18º Todos os furtos, e assim mesmo todo o genero de violências para extorquir dinheiro, ou qualquer genero, serão punidos severamente; porém aquelle furto, que se fizer em armas, munições, ou outras causas pertencentes a Sua Majestade; ou aquelle que roubar o seo camarada, ou cometer furtos com fracção, ou fôr laddrão de estrada; perderá a vida conforme as circumstancias: ou também se qualquer sentinella commeter furto, ou consentir, que alguém commeta, será castigado severamente, e conforme as circumstancias incurso em pena capital.

Artigo 19º Todo o soldado, que não tiver cuidado nas suas armas, no seu uniforme, e em tudo o que lhe pertence; que o lançar fóra, que o romper; ou arruinar de propósito, e sem necessidade; e que o vender; empenhar; ou jogar, será pela primeira, e segunda vez preso; porém á terceira punido de morte.

Artigo 20º Todo o soldado deve ter sempre o seu armamento em bom estado, e fazer o serviço com as suas próprias armas: aquelle que se servir das alheias, ou as pedir emprestadas ao seu camarada, será castigado com prisão rigorosa.

Artigo 21º Aquelle soldado, que contrahir dívidas ás escondidas dos seus Officiaes, será punido corporalmente.

Artigo 22º Todo aquelle que fizer passaportes falsos, ou usar mal da sua habilidade, por qualquer modo que seja, será punido com rigorosa prisão; porém se por este meio facilitar a fuga a qualquer desertor, será reputado, e punido como desertor.

Artigo 23º Todo o soldado, que occultar um criminoso, ou buscar meios para se escapar aquelle, que estiver preso como tal, ou o deixar fugir; ou sendo encarregado de o guardar, não pozer todas as precauções para este effeito, será posto no lugar do criminoso.

Artigo 24º Se qualquer soldado commetter algum crime estando bebado, de nenhum modo o escusará do castigo a bebedice, antes pelo contrario será punido dobradamente, conforme as circumstancias do caso.

Artigo 25º Todo o soldado, que de propósito, e deliberadamente se pozer incapaz de fazer o serviço, será condemnado ao carrinho perpetuamente.

Artigo 26º Nenhum soldado poderá emprestar dinheiro ao seu camarada, nem ao Superior.

Artigo 27º Nenhum soldado se poderá casar, sem licença do seu Coronel.

Artigo 28º Todo o Official de qualquer graduação, que seja, que se valer do seu emprego para tirar qualquer lucro, por qualquer maneira que seja, e de que não pode interiramente verificar a legalidade, será infallivelmente expulso.

Artigo 29º Todo o militar deve regular os seus costumes pelas regras da virtude, da candura, e da probidade: deve temer a Deos, reverenciar, e amar ao seu Rei, e executar exactamente as ordens, que lhe foram prescriptas.